

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR  
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD**

**DANILO CESAR PEREIRA**

**ESPAÇOS PÚBLICOS, LAZER E QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE  
DE UMUARAMA – PARANÁ**

**CAMPO MOURÃO - PR  
2024**

**DANILO CESAR PEREIRA**

**ESPAÇOS PÚBLICOS, LAZER E QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE  
DE UMUARAMA - PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Desenvolvimento.

**Linha de Pesquisa:** Formação humana, políticas públicas e produção do espaço

**Orientador:** Prof. Dr. Marcos Clair Bovo

**CAMPO MOURÃO - PR  
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Pereira, Danilo Cesar

Espaços públicos, lazer e qualidade de vida na cidade de Umuarama - Paraná / Danilo Cesar Pereira.

-- Campo Mourão-PR, 2024.

196 f.: il.

Orientador: Marcos Clair Bovo.


Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do Paraná, 2024.

1. Espaço público. 2. Lazer. 3. Qualidade de vida. 4. Saúde. 5. Atividade Física. I - Bovo, Marcos Clair (orient). II - Título.


DANILO CESAR PEREIRA

**ESPAÇOS PÚBLICOS, LAZER E QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE DE  
UMUARAMA-PR**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Marcos  Clair Dovo (Orientador) - Unespar, Campo Mourão

Prof. Dr. Carlos Alexandre Molena Fernandes - Unespar, Paranavaí  


 **CARLOS ROBERTO LOBODA**  
Data: 14/03/2024 23:18:26-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Roberto Loboda - UFU, Uberlândia

Data de Aprovação

11/03/2024

Campo Mourão - PR

## **DEDICATÓRIA**

Neste breve e genuíno texto, expresso minha sincera gratidão a Deus, a quem dedico este trabalho, o autor de maravilhas em minha vida. Sua presença é o farol que guia minhas escolhas, abrindo caminhos e me sustentando com sua mão firme. Nele encontro confiança diante dos desafios e adversidades, e sinto sua companhia enquanto persigo a realização dos meus sonhos. Sem Ele, nada disso seria possível.

## AGRADECIMENTOS

Nesses anos de mestrado, de muito estudo, esforço e empenho, gostaria de agradecer a algumas pessoas que me acompanharam e foram fundamentais para a realização de mais este sonho. Por isso, expresso aqui, por meio de palavras singelas, um pouco da importância que elas tiveram, e ainda têm, nesta conquista e a minha sincera gratidão a todas elas.

Agradeço aos meus pais Roberto e Maria; à minha irmã Viviane e ao meu irmão André, pela compreensão, ao serem privados em muitos momentos da minha companhia e atenção, e pelo profundo apoio, me estimulando nos momentos mais difíceis. Obrigado por desejarem sempre o melhor para mim, pelo esforço que fizeram para que eu pudesse superar cada obstáculo em meu caminho e chegar aqui e, principalmente, pelo amor imenso que vocês têm por mim. A vocês, minha família, sou eternamente grato por tudo que sou, por tudo que consegui conquistar e pela felicidade que tenho.

Agradeço ao Daniel pela paciência, compreensão, ajuda e parceria inesgotáveis. Suas palavras de incentivo, sua dedicação intensa e seu amor incondicional foram minha motivação constante. Sou imensamente grato por ter você ao meu lado nessa jornada e na vida.

Minha gratidão especial ao Prof. Dr. Marcos Clair Bovo, meu orientador e, sobretudo, pela pessoa e profissional que é. Obrigado por sua dedicação, que o fez, por muitas vezes, deixar de lado seus momentos de descanso para me ajudar e me orientar. E, principalmente, obrigado por sempre ter acreditado e depositado sua confiança em mim ao longo desses anos de estudo e pesquisa. Sem sua orientação, apoio e confiança nada disso seria possível.

Agradeço também aos professores Dr. Carlos Alexandre Molena Fernandes e Dr. Carlos Roberto Loboda, membros da banca de Qualificação e Defesa de Mestrado, pelos conselhos, sugestões e contribuições valiosas para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço, também, a todo corpo docente do PPGSeD que contribuiu para a minha formação, compartilhando conhecimentos e deixando esse processo mais leve. Muito obrigado!

Um obrigado especial às minhas amigas Amanda e Thiana, a quem realmente estimo sinceras considerações, e que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando e torcendo por mim, independente da distância entre nós. Eu amo vocês!

Agradeço a cada colega da turma de 2022, foram muitas trocas enriquecedoras nesse processo. Obrigado pelos bons momentos no decorrer dos estudos, todos foram bases para mim dentro desse processo.

Agradeço a todas as pessoas envolvidas no estudo, que se disponibilizaram a contribuir, mesmo cheias de afazeres ou no momento de sua prática de lazer, pois sem elas essa pesquisa não teria se concretizado.

A todos mencionados aqui e aos que contribuíram de forma direta e indiretamente para a realização desse sonho, obrigado!

“A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, mas em ter novos olhos”.

(Marcel Proust)



PEREIRA, Danilo Cesar. **Espaços públicos, lazer e qualidade de vida na cidade de Umuarama - Paraná**. 197f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2024.

## RESUMO

A discussão acerca do espaço público tem surgido como um tema de grande relevância na sociedade contemporânea. O espaço público tem sido objeto de estudo, análise e reflexão de diversos campos do saber, dentre eles: geografia, história, sociologia e educação física, cada um procurando compreender suas complexidades por meio de abordagens interdisciplinares que exploram tanto suas nuances particulares quanto sua integridade conceitual. Diante disso, a pesquisa objetiva analisar o uso dos espaços públicos voltados às práticas de lazer e de promoção de qualidade de vida na cidade de Umuarama. Mais especificamente, buscamos analisar os espaços públicos: Bosque Uirapuru, Praça Dr. Antônio Morais Barros e Lago Tucuruvi, bem como a apropriação da população na utilização destes ambientes. Para tanto, levantamos o seguinte questionamento: Os espaços públicos podem, de fato, se constituir em espaços de convivência com potencialidades significativas para a prática do lazer e, conseqüentemente, promover a qualidade de vida e o desenvolvimento físico e social? Para a realização da pesquisa adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa qualitativa e descritiva, pesquisa bibliográfica e pesquisa in loco. Para a avaliação da qualidade de vida, utilizou-se o questionário WHOQOL-bref elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que nos forneceu um perfil mais global das condições e expectativas em relação à vida dos participantes da pesquisa. Participaram da amostra da pesquisa um total de 150 indivíduos, a saber: 50 usuários do Bosque Uirapuru, 50 usuários da Praça Dr. Antônio Morais Barros e 50 usuários do Lago Tucuruvi. Esta amostra caracteriza-se como um recorte da realidade estudada, onde a partir dos dados coletados pudemos ter uma descrição das ações, interesses e necessidades dos indivíduos envolvidos na pesquisa. Os resultados mostram que o Bosque Uirapuru e a Praça Dr. Antônio Morais de Barros cumprem a sua função enquanto espaço público e que o Lago Tucuruvi tem cumprido a sua função parcialmente. Porém vale ressaltar que todos os espaços públicos objetos do estudo apresentam elementos ligados às atividades sociais, culturais, simbólicas, ambientais, funcionais e econômicas. Apresentam, também, estrutura, equipamentos e mobiliários urbanos que contribuem significativamente para a prática do lazer e da promoção da saúde, bem como alguns que necessitam de maior cuidado e manutenção por parte da administração pública. Os usuários dos espaços públicos são em sua maioria jovens e adultos que realizam práticas como a caminhada, corrida, alongamentos, exercícios físicos, práticas esportivas, contato com a natureza e momentos de lazer na busca de benefícios à melhora da qualidade de vida, além de se conectarem com a história e cultura local. Quanto a qualidade de vida, os resultados indicam predominantemente uma percepção positiva dos participantes da pesquisa, na qual essa percepção pode ser atribuída em grande parte à presença e ao uso dos espaços públicos, que desempenham um papel fundamental na promoção do bem-estar físico, mental e social dos indivíduos. Sugerimos algumas propostas para criação de ambientes inclusivos, acessíveis e que atendam às necessidades da população, bem como a contratação de profissionais de Educação Física para a melhoria das ações desenvolvidas nos espaços públicos, com o intuito de suprir as necessidades dos indivíduos que utilizam os locais para a realização de suas práticas de lazer com vistas à promoção da saúde.

**Palavras-chave:** Espaço público, Lazer, Qualidade de vida, Saúde, Atividade física.

PEREIRA, Danilo Cesar. **Public spaces, leisure and quality of life in the city of Umuarama – Paraná**. 197f. Dissertation (Master) - Society and Development Interdisciplinary Postgraduate Program, State University of Paraná, Campo Mourão *Campus*, Campo Mourão, 2024.

## ABSTRACT

The discussion about public space has emerged as a topic of great relevance in contemporary society. Public space has been the object of study, analysis and reflection in different fields of knowledge, including: geography, history, sociology and physical education, each seeking to understand its complexities through interdisciplinary approaches that explore both its particular nuances and its conceptual integrity. In view of this, the research aims to analyze the use of public spaces aimed at leisure practices and promoting quality of life in the city of Umuarama. More specifically, we sought to analyze the public spaces: Bosque Uirapuru, Praça Dr. Antônio Morais Barros and Lago Tucuruvi, as well as the appropriation of the population in the use of these environments. To this end, we raised the following question: Can public spaces, in fact, become places of coexistence with significant potential for the practice of leisure and, consequently, promote quality of life and physical and social development? The following methodological procedures were used to carry out the research: qualitative-quantitative and descriptive research, bibliographical research and on-site research. In order to assess quality of life, we used the WHOQOL-bref questionnaire drawn up by the World Health Organization (WHO), which provided us with a more global profile of the conditions and expectations in relation to the lives of the research participants. A total of 150 individuals took part in the research sample: 50 users of Bosque Uirapuru, 50 users of Praça Dr. Antônio Morais Barros and 50 users of Lago Tucuruvi. This sample is characterized as a cross-section of the reality studied, where the data collected allowed us to have a description of the actions, interests and needs of the individuals involved in the research. The results show that Bosque Uirapuru and Praça Dr. Antônio Morais de Barros fulfill their function as public spaces and that Lago Tucuruvi has partially fulfilled its function. However, it is worth highlighting that all the public spaces studied have elements linked to social, cultural, symbolic, environmental, functional and economic activities. They also present structure, equipment and urban furniture that contribute significantly to the practice of leisure and health promotion, as well as some that require greater care and maintenance by the public administration. The users of public spaces are mostly young people and adults who carry out practices such as walking, running, stretching, physical exercise, sports, contact with nature and leisure time in search of benefits to improve quality of life, in addition to connect with local history and culture. Regarding quality of life, the results predominantly indicate a positive perception among the survey participants, in which this perception can be largely attributed to the presence and use of public spaces, which play a fundamental role in promoting the physical, mental and social well-being of individuals. We suggest some proposals for creating inclusive, accessible environments that meet the needs of the population, as well as hiring Physical Education professionals to improve the actions developed in public spaces, in order to meet the needs of individuals who use the places to carry out their leisure practices with a view to promoting health.

**Keywords:** Public space, Leisure, Quality of life, Health Promotion, Physical activity.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Localização de Umuarama .....	67
<b>Figura 2:</b> Divisão do Norte do Paraná de acordo com a geografia do ano 1950 .....	68
<b>Figura 3:</b> Demarcação das cidades planejadas pela CTNP/CMNP .....	69
<b>Figura 4:</b> Anteprojeto da cidade de Umuarama .....	72
<b>Figura 5:</b> Malha urbana de Umuarama .....	77
<b>Figura 6:</b> Distritos pertencentes a Umuarama e suas distâncias da cidade .....	78
<b>Figura 7:</b> Perímetro urbano de Umuarama .....	79
<b>Figura 8:</b> Vazios urbanos no perímetro urbano de Umuarama .....	80
<b>Figura 9:</b> Diversos espaços públicos na cidade de Umuarama .....	94
<b>Figura 10:</b> Localização dos espaços públicos – Não objetos de estudo .....	95
<b>Figura 11:</b> Estrutura e equipamentos do Bosque dos Xetá .....	97
<b>Figura 12:</b> Estrutura e equipamentos do Lago Aratimbó .....	98
<b>Figura 13:</b> Morfologia da Praça Miguel Rossafa antes e depois da revitalização .....	99
<b>Figura 14:</b> Estrutura e equipamentos da Praça Miguel Rossafa .....	100
<b>Figura 15:</b> Planta artística da Praça Santos Dumont .....	101
<b>Figura 16:</b> Estrutura e equipamentos da Praça Santos Dumont .....	102
<b>Figura 17:</b> Estrutura e equipamentos de algumas praças de Umuarama .....	103
<b>Figura 18:</b> Estrutura e equipamentos da Ciclovía e Av. Ângelo Moreira da Fonseca .....	104
<b>Figura 19:</b> Localização dos espaços públicos objetos de estudo .....	108
<b>Figura 20:</b> Bosque Uirapuru – Objeto de estudo .....	109
<b>Figura 21:</b> Monumento de entrada e placas de identificação do Bosque Uirapuru .....	110
<b>Figura 22:</b> Pistas de caminhada e placas de seus benefícios do Bosque Uirapuru .....	110
<b>Figura 23:</b> Área para atividade físicas, esportivas e recreativas do Bosque Uirapuru .....	111
<b>Figura 24:</b> Estrutura, equipamentos e mobiliários urbanos do Bosque Uirapuru .....	112
<b>Figura 25:</b> Aviário e lixo jogados na mata do Bosque Uirapuru .....	113
<b>Figura 26:</b> Vegetação e paisagismo do Bosque Uirapuru .....	114
<b>Figura 27:</b> Praça Dr. Antônio Morais Barros – Objeto de estudo .....	115
<b>Figura 28:</b> Estrutura, equipamentos e mobiliários urbanos da Praça Dr. Antônio Morais Barros .....	115
<b>Figura 29:</b> Área para atividades físicas e esportivas da Praça Dr. Antônio Morais Barros ..	116
<b>Figura 30:</b> Estrutura, equipamentos e mobiliários urbanos da Praça Dr. Antônio Morais Barros .....	117

<b>Figura 31:</b> Vegetação e paisagismo da Praça Dr. Antônio Morais Barros .....	118
<b>Figura 32:</b> Lago Tucuruvi – Objeto de estudo .....	119
<b>Figura 33:</b> Monumento, placas de identificação e pista de caminhada do Lago Tucuruvi ..	119
<b>Figura 34:</b> Estrutura, equipamentos e mobiliários urbanos do Lago Tucuruvi .....	120
<b>Figura 35:</b> Área para atividades físicas, esportivas e recreativas do Lago Tucuruvi .....	121
<b>Figura 36:</b> Vegetação e limpeza do Lago Tucuruvi .....	122
<b>Figura 37:</b> Apropriação dos espaços públicos objetos de estudo .....	133
<b>Figura 38:</b> Eventos realizados nos espaços públicos objetos de estudo .....	146

### LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Faceta – Qualidade de vida geral dos participantes da pesquisa .....	149
<b>Gráfico 2:</b> Faceta – Satisfação dos participantes da pesquisa com sua Saúde .....	150
<b>Gráfico 3:</b> Média dos domínios da Qualidade de vida dos participantes da pesquisa .....	152
<b>Gráfico 4:</b> Média da escala apresentada em porcentagem das facetas do WHOQOL-bref .....	153

### LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Parâmetros avaliativos para cada estrutura, equipamento e mobiliário urbano .....	20
<b>Quadro 2:</b> Panorama atual dos espaços públicos objetos do estudo .....	123
<b>Quadro 3:</b> Respostas dos participantes da pesquisa sobre a importância dos espaços públicos para Umuarama .....	140
<b>Quadro 4:</b> Respostas dos participantes da pesquisa sobre a legislação municipal dos espaços públicos .....	141
<b>Quadro 5:</b> Respostas dos participantes da pesquisa sobre o que mais os marcaram nos espaços públicos .....	144
<b>Quadro 6:</b> Respostas dos participantes da pesquisa sobre eventos realizados nos espaços públicos .....	147
<b>Quadro 7:</b> Resultado do Domínio Físico dos participantes da pesquisa .....	153
<b>Quadro 8:</b> Resultado do Domínio Psicológicos dos participantes da pesquisa .....	155
<b>Quadro 9:</b> Resultado do Domínio Relações Sociais dos participantes da pesquisa .....	156
<b>Quadro 10:</b> Resultado do Domínio Meio Ambiente dos participantes da pesquisa .....	158

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 ESPAÇO PÚBLICO, LAZER E QUALIDADE DE VIDA</b> .....	27
2.1 O espaço público: reflexões teóricas .....	27
2.2 Lazer: fenômeno social como contraponto das obrigações sociais .....	37
2.3 Qualidade de Vida: as diferentes necessidades do ser humano .....	46
2.4 Espaço público, lazer e qualidade de vida: um diálogo interdisciplinar .....	56
<b>3 O ESPAÇO URBANO DE UMUARAMA COMO <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA: DIFERENTES OLHARES</b> .....	66
3.1 O contexto histórico da cidade de Umuarama .....	66
3.2 Características gerais de Umuarama: um diálogo necessário .....	76
3.3 Das políticas públicas voltadas para o lazer e qualidade de vida .....	85
3.4 Lazer e qualidade de vida em Umuarama: diferentes espaços públicos .....	93
<b>4 DIAGNÓSTICO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE UMUARAMA E A QUALIDADE DE VIDA DE SEUS USUÁRIOS</b> .....	106
4.1 Da caracterização dos ambientes estudados: uma análise quali-quantitativa.....	106
4.2 Da percepção dos participantes da pesquisa e sua participação nos espaços públicos estudados .....	128
4.3 A qualidade de vida dos usuários dos espaços públicos estudados .....	147
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	161
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	168
<b>APÊNDICES</b> .....	190
<b>ANEXOS</b> .....	195

## 1 INTRODUÇÃO

O ser humano, durante o percurso de sua existência, ocasionou diversas mudanças no espaço em que habitou e explorou, ao mesmo tempo, esse espaço foi solidificando seu papel ativo dentro da dinâmica social e, em paralelo a isso, Santos (2008a) afirma que uma sociedade só se torna concreta por meio da produção de seu espaço.

Nesse sentido, tendo o espaço, esse importante *locus* na sociedade, é imprescindível entender e compreender as discussões que envolvem a relação que o espaço público tem com a sociedade no decorrer de sua evolução, pois os mesmos corporificam as diversas relações sociais, políticas, econômicas e culturais que, por vezes, o homem agrega em sua essência por meio da vivência nesse lugar de formação da vida humana e material.

Para tanto, compreender o espaço público tem sido uma tarefa repleta de desafios para sociedade contemporânea, porém, nas últimas décadas, inúmeros estudos têm classificado os espaços públicos como “espaços de manifestação da esfera pública, da vida pública, da realização da cidadania, atribuindo desta forma a materialidade daqueles espaços em uma realização sociopolítica” (Abrahão, 2008, p. 23). No entendimento de Gomes (2002), a procura pela interpretação do espaço público é primordial à compreensão de sua materialidade e dos seus sentidos. A partir desses excertos, é possível dizer que é a apropriação dos indivíduos nesses espaços públicos que lhe dão o real sentido e significado para o seu uso, pois essa apropriação vem repleta de experiências e vivências ligadas à dependência e à liberdade.

O conceito de espaço público abrange diversos sentidos, isso se dá por consequência da complexidade que engloba o termo. Narciso (2009) menciona que o termo espaço público tem sido cada vez mais o alicerce de discussões transversais das diversas ciências, originando, assim, novas abordagens. Essas discussões têm embasamento na usabilidade, na estrutura, no projeto, na função, na acessibilidade, no caráter semântico, social e de qualidade de vida que o espaço público apresenta, pois, cada uma dessas dimensões não existe de forma isolada. Destarte, Abrahão (2008) diz que o espaço público se trata de um conceito que denomina lugares materiais, como, também, está ligado à esfera da vida política e social.

Nesse contexto, podemos pensar no espaço público como sendo um todo que envolve sua infraestrutura (natural e artificial), os agentes sociais, a diversidade e as dinâmicas sociais que se interagem e se criam em um contínuo movimento concebido pela atuação da humanidade dentro do próprio espaço.

É importante, também, compreendermos que o espaço público, como um espaço plurifacetado, ou seja, um espaço de diversidade, que se relaciona com a sociedade e com a cidade, e que por inúmeras vezes é tido como palco da ação política, da cidadania e da democracia, além de ser um componente apto a esculpir a cultura e o aspecto do ser humano (Franciscon; Bovo, 2021). Assim sendo, o espaço público, enquanto área física que harmoniza esses elementos, exerce uma capacidade de cativar os cidadãos a serem participativos dele, o que, conseqüentemente, acaba por propiciar uma livre comunicação, na qual o resultado é o bem comum e a vida política.

Para fomentar essa ideia, Serpa (2004, 2007) pontua que o espaço público é compreendido como o espaço do ato político ou, no mínimo, da possibilidade desse ato na sociedade contemporânea, onde se evidencia diversos ideais de cultura e de sujeitos.

Por conseguinte, analisar o espaço público implica em compreender que o processo de produção apresenta a indissociabilidade entre espaço e sociedade, enquanto as relações sociais se solidificam num território, onde ao mesmo tempo em que a sociedade cria e recria um espaço, ela recria a sua própria vida (Carlos, 2007).

Assim, Gomes (2018) relata que o termo “espaço público” aparece de modo geral como uma definição global para as áreas urbanas abertas e ainda diz que o status “público” depende de como ele é usado, concebido e vivido. Nessa perspectiva, Serpa (2007) diz que cada indivíduo sente e compreende o espaço de forma singular, sendo visto, também, como um espaço simbólico, de reprodução de distintas formas de culturas e de diferentes percepções na criação e recriação desses espaços.

Uma outra vertente que se pode identificar no diálogo dos autores, trata-se do espaço público como o lugar/local da prática da vida pública, pois nele os cidadãos agem de forma coletiva, aprendem a viver juntos e expõem suas manifestações e comportamentos políticos. Diante disso, Sobarzo (2006, p. 95) corrobora ao tratar o espaço público como um “produto e um possibilitador das relações sociais”, pois ele entende que o mesmo está associado à formação das relações sociais por meio de práticas socioespaciais.

Em uma outra perspectiva, discutiremos os espaços públicos associados à prática do lazer e a realização de atividades físicas, pois esses espaços possuem uma função, a qual pressupõe um uso, uma vez que, além de serem considerados como lugares de exposição à vida social, eles propiciam um sentido diferenciado em seu uso, capaz de contribuir para a promoção da saúde e, conseqüentemente, promover melhoras na qualidade de vida da população.

Assim sendo, essas discussões emergem do ponto de que os espaços públicos que promovem o lazer são, também, importantes atributos para a melhoria da promoção da saúde e

qualidade de vida (Van Cauwenberg, 2015), pois trazem benefícios para saúde psicológica e fisiológica dos indivíduos. Além disso, estudos em diversos países mostram que as estruturas para a realização de atividades nos espaços públicos, aumentam o número de adeptos para a prática de atividade física e do lazer nos mais diversos grupos populacionais (Manta, *et al.*, 2018).

É nesse sentido que os espaços públicos voltados ao lazer contribuem, de forma significativa, para a qualidade de vida das pessoas que os frequentam, pois oportunizam a promoção da saúde por meio dos inúmeros benefícios que conseguem oferecer, como exemplos: atividades de lazer, socialização, atividade física e ainda a interação e integração entre a comunidade e a família (Kruger; Mowen; Librett, 2007).

A qualidade de vida é um conceito dinâmico que na contemporaneidade tem sido entendida “como um importante indicador das condições de saúde e efeitos de tratamentos e intervenções, fundamentando-se na percepção do indivíduo sobre os variados aspectos de sua vida dentro de um campo abrangente e complexo” (Freitas *et al*, 2023, p. 02) e que está intimamente associada com a promoção de saúde.

É possível destacar e identificar alguns aspectos de extrema importância para uma boa qualidade de vida do indivíduo, sendo eles: a prática regular de atividade física, uma alimentação balanceada e saudável, o convívio familiar, o relacionamento interpessoal, a utilização correta de medicamentos (caso necessária e com prescrição médica), constante estimulação cognitiva, uma participação ativa com os cuidados de saúde e saneamento básico adequado (Forner; Alves, 2020), considerando as condições de existência, do acesso a bens e serviços, e a subjetividade de cada indivíduo

Em consonância com essa vertente, Sanchez et al (2019) dizem que o processo de saúde-doença do indivíduo, seja ele de natureza psicológica, biológica e social, está ligado e/ou pode ser construído nos mais diversos e diferentes ambientes, comprometendo, assim, a saúde física e mental do indivíduo. Portanto, vale destacar que a avaliação da qualidade de vida de uma população está relacionada à saúde física, mental e a autopercepção de bem-estar, de tal modo que podem apontar indicadores fundamentais que favoreçam um planejamento de intervenção e cuidado oportuno para com a população, buscando evitar futuros desfechos desfavoráveis.

A partir desses elementos, a análise do lazer é posta na discussão enquanto aspecto indispensável à compreensão e entendimento das diversas relações que se estabelecem com as inúmeras dimensões da vida do ser humano, de maneira que ele é, efetivamente, legitimado como uma área provida de características próprias e que coloca o indivíduo como um agente transformador da sua realidade.



Nas colocações de Gomes (2011), o lazer deve ser tratado como um fenômeno complexo que está permeado por conflitos sociais, históricos, políticos, educativos e culturais, pois retrata a necessidade de fruir às inúmeras práticas humanas estabelecidas, socialmente, em cada contexto, conforme os sentidos e significados compartilhados nas construções subjetivas e objetivas que integram os interesses e desejos dos indivíduos e dos grupos sociais, caracterizando, assim, a vida em sociedade.

O lazer é entendido, também, como um amplo território das experiências, vivências e das manifestações humanas, no qual se pode incorporar “o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e, também, as diversas formas de arte (pintura, escultura, literatura, dança, música, cinema), dentre várias outras possibilidades, inclusive do ócio” (Gomes, 2004, p. 89).

De acordo com essa gama de vivências do campo do lazer, é notória sua qualificação como um elemento de grande potencial à promoção de saúde, haja vista sua importância, direta ou indireta, associada com ações que propiciam hábitos saudáveis para todos os indivíduos, visando a manutenção e/ou melhora da qualidade de vida.

Dessa forma, os espaços públicos tornam-se espaços possibilitadores e com potencialidades de exploração e prática de lazer, pois são capazes de proporcionarem uma melhor qualidade de vida para os indivíduos que deles se apropriam. Assim sendo, notamos que as discussões acerca dos espaços públicos estão cada vez mais interessadas em analisar os contextos nos quais se misturam os sentidos e os motivos que nos possibilitam entendê-los mais profundamente, pois se tratados de forma isolada não caracterizam a totalidade que são os espaços públicos, assim, percebemos que as discussões não procuram conceitos irrefutáveis sobre o assunto.

Nesse sentido, optamos em realizar uma investigação na cidade de Umuarama - PR, visto que ao longo de sua história ela foi marcada por grandes transformações do espaço urbano promovidas pelo poder público, as quais levaram à criação de inúmeros espaços públicos. Posto isso, a discussão permeará os espaços públicos da cidade com o intuito de entendermos as formas de apropriação, os interesses que se destinam o seu uso e para compreendermos a importância desses espaços para a população da cidade.

A cidade de Umuarama, *locus* de estudo da referida pesquisa, foi fundada no dia 26 de junho de 1955, pela Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná (Umuarama, 1968). Vale ressaltarmos que tal companhia foi responsável pelo genocídio dos índios Xetás que habitavam esta região (Haracenko, 2007; Chies; Yokoo, 2012). Localizada no interior do Estado do Paraná, na região noroeste, Umuarama está a 575,23 km de distância da capital, Curitiba e geograficamente situada no Terceiro Planalto do estado, a uma altitude de 430 m

acima do nível do mar (CMNP, 2013; Hulsmeyer, 2014). Sua população é de 117.095 pessoas, sendo a 21ª cidade mais populosa do estado (IBGE, 2022).

Sua região é privilegiada pela hidrografia, sendo cercada por vários rios e uma arborização exuberante, contando com dois bosques de mata nativa (Bosque Uirapuru e Bosque Xetás). Possui diversas praças em seu espaço urbano e dois lagos (Lago Aratimbó e Lago Tucuruvi) que foram planejados e construídos em antigas áreas de erosão (Hulsmeyer, 2014).

Conhecida como cidade universitária, é polo regional em prestação de serviços nas áreas de saúde e educação. No cenário político, o poder executivo foi ocupado por 17 prefeitos em 19 gestões (somente dois prefeitos foram reeleitos). Dentre as suas atividades econômicas, a prevalência é a agricultura, pecuária e o setor industrial (Hulsmeyer, 2014), porém o ramo da construção civil está em ascensão na cidade.

De acordo com Vieira (2011), a curiosidade própria dos indivíduos faz com que estes procurem entender a realidade que os envolvem, caminhando em direção ao conhecimento. Assim, a referida pesquisa se justifica pelo anseio que resultou do meu envolvimento com o lazer, como praticante e profissional da área.

No ano de 2006, ingressei na minha primeira graduação, licenciatura em Educação Física, a qual me possibilitou iniciar minha participação no projeto de extensão Espaços de Lazer, que atendia a comunidade umuaramense e toda a região com atividades de lazer. Ao concluir essa graduação, retornei à universidade, no ano de 2010, para cursar minha segunda graduação em Educação Física, agora o bacharelado e, com isso, continuei participando do projeto de extensão Espaços de Lazer. Em paralelo a esse projeto, tornei-me praticante do lazer e tive muita afinidade por tal prática, tornei-me adepto até os dias de hoje.

Com as minhas graduações concluídas, fui convidado pela coordenadora dos cursos de Educação Física, prof.<sup>a</sup> Silvia Regina Nishiyama Sucupira Sarto, pela qual tenho extrema gratidão pela confiança depositada em mim, para estar à frente do projeto Espaços de Lazer, no cargo de responsável técnico, atividade que realizei até o início do ano de 2017. Em meados do ano de 2019, comecei minha jornada profissional na empresa Serviço Social do Comércio - SESC - Paraná, onde estou no cargo de Técnico de atividade de Recreação e Lazer.

Trago, também, a justificativa de que a presente pesquisa ajudará a fomentar a discussão e o debate em saber como é o uso dos espaços públicos voltados às práticas de lazer e de promoção de qualidade de vida, sabendo que o espaço público é visto como palco da socialização humana, onde as pessoas o utilizam diariamente, depositando nele seus desejos e suas intencionalidades. Vale destacarmos que esta pesquisa é um dos primeiros trabalhos a ser realizado na cidade de Umuarama - PR acerca dessa temática.

Nesse contexto, levantamos o seguinte questionamento que orientará e colaborará com a nossa análise teórica e metodológica desta pesquisa: Os espaços públicos podem, de fato, se constituir em espaços de convivência com potencialidades significativas para a prática do lazer e, conseqüentemente, promover a qualidade de vida e o desenvolvimento físico e social?

Diante de tal questionamento e com base no referencial teórico exposto, a pesquisa tem por objetivo geral analisar o uso dos espaços públicos voltados às práticas de lazer e de promoção de qualidade de vida na cidade de Umuarama – Paraná. Os objetivos específicos são:

- a) Contextualizar a discussão acerca do espaço público, do lazer e da qualidade de vida.
- b) Compreender os aspectos gerais do município de Umuarama – PR, evidenciando as políticas públicas para o lazer e qualidade de vida.
- c) Analisar os espaços públicos identificando os perfis dos(as) participantes da pesquisa, as práticas por eles realizadas e os anseios que os levam a utilizarem os espaços públicos.
- d) Analisar se os equipamentos, mobiliários urbanos e os espaços naturais, dos espaços públicos, correspondem aos interesses da população para realizar suas práticas de atividades voltadas para a qualidade de vida.
- e) Analisar a qualidade de vida dos usuários dos espaços públicos da cidade de Umuarama – PR.
- f) Propor possíveis soluções para a cidade de Umuarama – PR, nas quais estejam correlacionados os espaços públicos, o lazer e a qualidade de vida.

Para a realização desta pesquisa, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa quali-quantitativa e descritiva, levantamento bibliográfico e pesquisa *in loco*. Tais metodologias dedicam-se a explicitar qual o caminho metodológico que utilizamos para desenvolver a pesquisa científica. Marconi e Lakatos (2017, p. 139) dizem que a pesquisa científica é um “procedimento reflexivo sistematizado, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”.









































































Na fase inicial da pesquisa, realizamos o delineamento do campo de estudo no qual foi realizado um levantamento bibliográfico, por meio de leituras, análise e fichamento de livros, teses, dissertações, artigos de periódicos científicos e em plataformas virtuais de busca, tais como o Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed, SciELO, Google Acadêmico e no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando os seguintes descritores associados: “lazer e espaço público”; “lazer e qualidade de vida”; “qualidade de vida e espaço público”; “saúde e espaço público”; “atividade física e espaço público”; “apropriação e espaço público”, com o objetivo de embasar a fundamentação teórica

e sustentar a elaboração da pesquisa. Concomitante com o levantamento bibliográfico, realizamos uma coleta de informações referente ao município de Umuarama. Para tanto, utilizamos leis municipais, dados de documentos oficiais do município, censo do IBGE, documentos encontrados na Biblioteca Municipal de Umuarama, dados fornecidos pela Secretaria de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos, Secretaria de Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde do Município.

Assim, a pesquisa analisou os espaços públicos objetos deste estudo, para tanto faz-se necessário o registro fotográfico dos equipamentos, da infraestrutura dos espaços e a aplicação da metodologia elaborada por De Angelis (2000) e adaptada pelos autores da presente pesquisa (Apêndice B). A referida metodologia visa compreender a potencialidade, o uso e a qualidade ambiental desses espaços, objetivando avaliar os equipamentos, infraestrutura e a qualidade dos recursos disponíveis para as necessidades a que se destinam.

Assim sendo, a metodologia estabelece parâmetros fixos de avaliação para que seja evitado que o mesmo equipamento ou estrutura tenha diferente avaliação nos diferentes espaços (De Angelis, 2000). Santos (2008b) ainda diz que a análise do espaço permite compreendê-lo como um produto social e que está em constante transformação. Para uma melhor compreensão, os espaços, infraestruturas e equipamentos foram retratados por meio de fotografias. Possamai (2008, p. 254) diz que a fotografia é “encarada como reprodução fiel da realidade”. A fotografia, além de possuir um caráter interdisciplinar, é considerada uma reprodução do vivido, sendo formada, entendida e organiza a partir do conteúdo e da expressão e ainda “é baseada em convenções socialmente aceitas como válidas e, sendo assim, constitui um importante instrumento de análise e interpretação do real” (Mauad, 1996, p. 75-76). Posteriormente, o registro fotográfico e os dados coletados foram descritos e analisados, possibilitando, assim, uma análise mais criteriosa e precisa de cada espaço público estudado tanto no aspecto quantitativo como no qualitativo. O aspecto qualitativo dos equipamentos, estruturas e mobiliário urbano foi representado por meio de símbolos, sendo estes classificados em três cores: verde, representando os equipamentos e estruturas em bom estado; laranja, caracterizando os regulares; vermelho apontando os equipamentos e estruturas como ruins. Já os símbolos de cor preta indicam propostas de equipamentos e estruturas a serem implantadas nos espaços públicos estudados. De acordo com as características que apresentam, os equipamentos, estruturas e mobiliários urbanos, foram avaliados em escala de 0,0 (zero) a 3,0 (três), sendo estes conceitos: ruim (0,0 a 1,0), regular (1,1 a 2,0) e bom (2,1 a 3,0) (Quadro 1).

**Quadro 1** – Parâmetros avaliativos para cada estrutura, equipamento e mobiliário urbano

Equipamentos	Características avaliadas	Ruim	Regular	Bom	Implantar
Academia da terceira idade	É bem conservada? É acessível? Possui diversidade? Tem sombra?				
Bancos	É bem conservado? É bem localizado? É próximo de luminária? É ergonômico?				
Bebedouros	É bem conservado? É acessível? Fornece água natural e gelada? É limpo?				
Cancha de bocha / maia	É bem conservada? Tem iluminação? É aberta ao público? É limpa? É coberta?				
Eq. para exercício físico	É bem conservado? Possui diversidade? É acessível? Tem sombra?				
Escadaria	É bem conservada? É limpa? Possui guarda corpo? É funcional?				
Estacionamento	É bem conservado? É seguro? Tem sombra? Tem bom número de vagas?				
Identificação do local	É bem conservada? É bem visível? É significativa? É simbólica?				
Iluminação	É bem localizada? Luminárias quebradas? É suficiente para o local?				
Lixeira	É bem conservada? É limpa? Possui saco para coleta de lixo? Coleta seletiva?				
Mesa com bancos	É bem conservada? É bem localizada? É próxima de luminária? É ergonômica?				
Palco	É bem conservado? É seguro? Está funcionando? Frequentemente utilizado?				
Parque infantil	É bem conservado? Possui diversidade? É acessível? É seguro?				
Pista de caminhada / corrida	É bem conservada? É funcional? É segura? É elegante? É pavimentada?				
Ponto de ônibus	É bem conservado? Tem abrigo? Se ausente no local, localiza-se a menos de 500 m?				
Quadra esportiva	É bem conservada? Tem iluminação? Aberta ao público? Limpa? Infraestrutura adequada para prática esportiva?				
Quiosque	É bem conservado? É acessível? Equipado para utilização dos usuários?				
Sanitário	É bem conservado? É aberto e acessível ao público? É limpo e equipado?				

Segurança	No local ou no entorno imediato, até 2000 m, há posto policial?				
Vegetação	É bem conservada? É diversificada? É significativa?				

**Fonte:** Bovo (2009). Ré (2017), Franciscon (2019), adaptado pelo autor

Visto a diversidade e a quantidade de espaços públicos que Umuarama possui (32 espaços públicos) a escolha dos espaços como objetos desse estudo justifica-se pela importância histórica e marcos simbólicos que eles apresentam no contexto local, por serem espaços públicos distintos (bosque, lago e praça) e por estarem localizados em diferentes áreas da cidade. Os espaços públicos objetos da referida pesquisa foram: o Bosque Uirapuru, localizado em área central, a Praça Dr. Antônio Morais Barros, encontra-se em uma área intermediária, e o Lago Tucuruvi, situado na área periférica da cidade.

O Bosque Uirapuru, localizado na área central da cidade de Umuarama, é uma área florestal que se constitui de remanescente da Floresta Estacional Semidecidual que contém uma área de 49.620,26 m<sup>2</sup> (Giroto, 2011). A referida área foi criada na década de 1940, com o intuito de se constituir em uma reserva para uma possível e futura expansão urbana da cidade, quando se intensificou o processo de ocupação e colonização promovido pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná. Desde que foi criado, o bosque passou por significativas transformações, desde a ocupação de seus arredores com construções de prédios, casas, ruas e avenidas para abrigar a crescente população, bem como o aumento das atividades comerciais. Com o crescimento urbano de Umuarama a reserva de área verde, que passou a receber o nome de Bosque Uirapuru, tornou-se indispensável para que a cidade apresentasse um ambiente urbano minimamente sadio, sendo necessário manter a preservação da mata nativa, porém com uma estruturação correta, bem-organizada e compatível com a legislação para que a população pudesse utilizar e aproveitar de sua estrutura (Pasqual; Fehini, 2008).

A praça Dr. Antônio Morais Barros, de acordo com conversa informal com o secretário de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos<sup>1</sup>, o senhor Renato Caobianco dos Santos, a praça está presente em Umuarama desde o seu projeto original datado de 1956, está localizada na Zona II e é uma das mais tradicionais praças do município. Inicialmente, sua principal característica era de uma praça rotatória, visto a grande união das vias diagonais que surgiram no local durante o processo de expansão da cidade. Em seu interior havia apenas árvores e

<sup>1</sup> A conversa com o Secretário Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos, foi realizada informalmente no dia 29 de setembro de 2023.

gramado. Com o passar dos anos e com a necessidade de utilizar melhor o espaço, foram feitas uma quadra de basquete (pequena) com apenas uma tabela e uma quadra de areia cercada com alambrados. A praça sempre foi ponto de encontro de adolescentes e jovens que praticam atividades esportivas e por muito tempo contou com uma precária infraestrutura para realização dessas práticas. No ano de 2021, após um abaixo-assinado realizado por um jovem munícipe, no qual foram coletadas 800 assinaturas, e com apoio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a reivindicação de reforma foi levada à administração municipal, fazendo com que a praça passasse por uma revitalização, na qual sua infraestrutura deu o real significado da função da praça que é cumprir seu papel social de reunir famílias, de promover diversão e lazer aos habitantes da cidade. Atualmente, a praça, também, é palco de torneio de basquete de rua e tem o intuito de valorizar o espaço público para a prática de esportes.

O lago Tucuruvi está localizado em uma zona que abrange área urbanizada, área de pastagem e remanescentes da Floresta Estacional Semidecidual, onde estão pequenas nascentes e o Córrego Tucuruvi, que são Áreas de Preservação Permanente (ITCG, 2013) e foram mantidos quando a cidade iniciou o seu processo de expansão para além do seu projeto original. Com o advento do êxodo rural, ocorrido no fim da década de 1960, o poder público de Umuarama se viu obrigado a agir rapidamente para implantar uma estrutura urbana que comportasse toda essa população na zona urbana do município e isto gerou certa dificuldade, pois o projeto inicial de Umuarama não previa seu crescimento físico para essa área. Dessa forma, a administração municipal, sem muito preparo técnico, permitiu a criação de loteamentos com erros grosseiros de planejamento e implantação e desrespeito ao zoneamento de uso do solo previamente estabelecido, porém um fato positivo foi o respeito à Área de Preservação Permanente do local (Hulsmeyer, 2014). Corroborando com este dizer Carvalho e Mendes (1999) reafirmam que Umuarama teve um rápido crescimento e superou os limites territoriais definidos pelo planejamento inicial da CMNP. Nesse processo de crescimento houve um ensejo ao surgimento de loteamentos periféricos e, conseqüentemente, uma piora em termos de organização do espaço urbano. Essa expansão da área urbana de Umuarama acarretou a necessidade de oferta de infraestrutura e serviços, comprometendo as estruturas administrativas e ambientais provocando impactos negativos (Umuarama, 2018), além de problemas como segregação socioeconômica (Campana *et al.*, 2021).

Entretanto, com o passar dos anos o local foi sendo degradado pela população, com o depósito e queima de lixo, entulhos de construção, criação de animais dentro da área de proteção permanente, derrubada de árvores para utilização de lenha, implantação de pequenas roças e o processo de erosão ocasionado pela falta de uma infraestrutura adequada de galeria de águas

pluviais. Situações essas que levaram, no ano de 1993, o Ministério Público do Paraná iniciar uma Ação Civil Pública contra o município de Umuarama com o intuito de obrigá-lo a tomar providências para proteger esse remanescente de vegetação nativa, construindo murunduns para conter a erosão e conclusão das obras de galerias pluviais nos bairros próximos (Campana *et al.*, 2021). No ano 2000, por meio da Lei Municipal nº 2321, de 26 de dezembro de 2000, o poder público de Umuarama criou o Parque Natural Municipal Tucuruvi, com a finalidade de preservar os ecossistemas naturais (Umuarama, 2000). Assim, em 20 de setembro de 2005, foi publicada a Lei Municipal nº 2722, que estabeleceu a desafetação de 5,06 hectares dentro da área do Parque Municipal Tucuruvi para a construção de um lago com barragem de terra, canal vertedouro e drenagem de fundo, além da instalação de um local de lazer para a população, com equipamentos de uso público (Umuarama, 2005).

Parece-nos relevante esclarecer, de acordo com os dizeres de Paschoarelli, Medola e Bonfim (2015, p. 70) que “as abordagens quantitativas e qualitativas utilizadas em uma mesma pesquisa são adequadas para que a subjetividade seja minimizada e, ao mesmo tempo, aproximam o pesquisador do objeto estudado, proporcionando maior credibilidade aos dados”. Silveira e Córdova (2009, p. 32) salientam que “a pesquisa qualitativa preocupa-se, com aspectos da realidade, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Acerca da pesquisa quantitativa, Fonseca (2002, p. 20) diz que ela se centra “na objetividade e considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros”. Flick (2008) enfatiza que a união das referidas pesquisas, qualitativa e quantitativa, promove mais legitimidade e credibilidade dos resultados encontrados.

A pesquisa descritiva, segundo o entendimento de Gil, (2019, p. 44) tem como “objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. A pesquisa descritiva seleciona diversas indagações e coleta informações sobre cada uma delas, tendo em vista descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade que estão sendo pesquisados utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário (Sampieri; Collado; Lucio, 2017). Gil (2022) ainda corrobora com o entendimento em relação à pesquisa descritiva expressando que ela estuda as características de um grupo, o nível de assistência dos setores públicos de uma comunidade, como identificar a existência e o tipo de relações entre variáveis.

Adotamos esse caminho metodológico, pois permitiu analisar as ações envolvidas no tema da pesquisa, sem que haja interferência dos pesquisadores na realidade encontrada e,



posteriormente, nos resultados da pesquisa, além dessa abordagem oferecer maiores possibilidades de uma análise mais minuciosa do fenômeno em questão.

A amostra populacional da pesquisa foi os usuários dos espaços público, objetos desse estudo, que concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Para a determinação da amostra populacional foi realizada amostragem probabilística aleatória e conforme afirma Perovano (2016, p. 171) “esse modelo é adotado para populações homogêneas em relação ao interesse da pesquisa e se baseia na escolha inteiramente casual da população”. Quanto ao perfil dos investigados consistirá em população de usuários com idade igual ou superior a 18 anos e que frequentemente e/ou utilizem os espaços públicos.

Para a pesquisa *in loco* utilizamos como instrumento de coleta de dados um questionário semiestruturado (Apêndice A), composto com 20 questões relacionadas ao objetivo da pesquisa. O instrumento foi elaborado e aplicado pelos autores do estudo, para a população alvo da pesquisa. A opção por esse tipo de coleta de dados é sustentada por Andrade (2010) que evidencia que o questionário é um instrumento de coleta de dados estruturado, constituído por uma série ordenada de perguntas, as quais devem ser claras e objetivas, mantendo uma sequência lógica e não podem induzir as respostas do investigado. A linguagem utilizada deve ser a mais clara possível e seu vocabulário deve ser adequado e compatível com a escolaridade dos informantes. Ainda diz, que é a forma de se obter respostas mais rápidas e mais precisas e que há menos risco de distorção, por não haver influência do pesquisador.

O questionário é entendido como uma técnica de investigação científica, propícia para obtenção de dados em pesquisas sociais, que deve ser elaborada por um número considerável de questões que tem por objetivo a compreensão de sentimentos, opiniões, interesses, crenças e expectativas (GIL, 2019). Esta técnica possibilita a obtenção das informações necessárias para o alcance dos objetivos e as respostas dos questionamentos traçados na presente investigação, oferecendo contribuições necessárias para a discussão final do estudo proposto.

Para realizarmos a avaliação da qualidade de vida dos usuários dos espaços públicos, utilizamos como instrumento de coletas de dados, o questionário WHOQOL-bref (Anexo B). Tal instrumento foi elaborado pela Organização Mundial da Saúde (1998b) e é um questionário padronizado e validado em todo o mundo. Ele mede a percepção que o indivíduo tem sobre sua qualidade de vida embasado em quatro domínios, sendo eles: físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente. É um instrumento que pode ser utilizado para pessoas saudáveis bem como para pessoas acometidas por agravos e/ou doenças crônicas. O WHOQOL-bref é composto por 26 questões, onde há duas questões gerais sobre a qualidade de vida (a primeira questão aborda a qualidade de vida de modo geral e a segunda à satisfação com a própria saúde);

as outras 24 questões são divididas pelos quatro domínios já mencionados (físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente); as questões são respondidas conforme uma escala do tipo Likert, na qual o indivíduo deve marcar um valor de 1 a 5, para cada questão, sendo que a maior pontuação representa uma melhor qualidade de vida e apesar de ser um instrumento autoaplicável, optou-se pela pesquisa direta com o participante da pesquisa. Esse instrumento avalia, além do caráter transcultural, a percepção do indivíduo, permitindo analisar a qualidade de vida em diversos grupos e situações. No estudo de validação para o Brasil, esse instrumento apresentou características satisfatórias de consistência interna, validade discriminante, validade de critério, validade concorrente e fidedignidade teste-reteste (Fleck *et al.*, 2000).

De acordo com as informações obtidas com o questionário semiestruturado e com o questionário WHOQOL-bref aplicados aos usuários dos espaços públicos, passamos a analisar o uso desses espaços voltados às práticas de lazer e de promoção de qualidade de vida na cidade *locus* da presente pesquisa. Os dados coletados nos questionários foram compilados em planilha eletrônica no software *Microsoft Office Excel* 10.0, analisados, interpretados e descritos qualitativamente e quantitativamente embasados na pesquisa realizada e no referencial teórico que estrutura e fundamenta o estudo. Conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 186), a análise “é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre um fenômeno estudado e outros fatores”, já a interpretação dos dados “procura dar significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos”.

A presente pesquisa obedeceu a todos os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, a qual pode ser realizada, pois encontra-se aprovada pelo CAAE 62602022.0.0000.9247 do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, que verificou a validade e a fidedignidade da mesma. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado a todos os entrevistados, informando os objetivos da pesquisa e a liberdade para desistir em qualquer momento da entrevista, assegurando o sigilo quanto às informações prestadas e ao anonimato nos resultados da pesquisa. Para tanto, cada participante da pesquisa foi identificado como “Participante 01”, “Participante 02”, e assim sucessivamente até atingir “Participante 75”, no momento de responder o questionário e foi tratado por este no decorrer da discussão da presente pesquisa.

Para responder aos objetivos propostos, a referida pesquisa “Espaços Públicos, Lazer e Qualidade de Vida na cidade de Umuarama – Paraná” encontra-se organizada em introdução, seções II, III e IV, e considerações finais.

Na “Introdução”, contemplamos a contextualização dos termos abordados, a justificativa, a problemática, os objetivos da pesquisa e os pressupostos metodológicos da

investigação, com ênfase na caracterização da pesquisa, os objetos de estudo, a população participante, os instrumentos utilizados para a coleta de dados, a maneira pela qual os dados foram organizados e os resultados apresentados, conforme já apresentamos.

Na Seção II intitulada “Espaço público, lazer e qualidade de vida”, abordamos o referencial teórico da pesquisa com o propósito de contextualizar a discussão no que diz a respeito aos referidos temas. Esse fundamento teórico-conceitual sustentará à temática da pesquisa, por apresentar as relações sociais, culturais, políticas, materiais e simbólicas que os interligam.

Na Seção III intitulada “O espaço urbano de Umuarama como *lócus* da pesquisa: diferentes olhares”, apresentamos a cidade de Umuarama - Paraná, como *lócus* de estudo, onde abordamos os antecedentes históricos da cidade, contemplando os aspectos sociais, econômicos, educacionais e culturais, além de destacar as políticas públicas voltadas ao lazer e qualidade de vida e a apropriação dos espaços públicos Bosque Uirapuru, Praça Dr. Antônio Morais Barros e o Lago Tucuruvi de Umuarama para as práticas de lazer.

Na Seção IV intitulada “Diagnóstico dos espaços públicos de Umuarama e a qualidade de vida de seus usuários” apresentamos, analisamos e discutimos os dados coletados com os questionários aplicados à população participante e o levantamento quantitativo e qualitativo dos equipamentos de cada espaço público estudado, destacando a relação existente com os usuários e a sua forma de apropriação, em confronto com a literatura no intuito de responder aos questionamentos iniciais de pesquisa.

Por fim, apresentamos as considerações finais acerca da pesquisa realizada, na qual recobramos aspectos importantes do problema da pesquisa, dos objetivos elencados e do questionamento levantado e, principalmente, teceremos sugestões sobre a realidade encontrada.

Nesta conjuntura, a realização da pesquisa interdisciplinar é pertinente para o entendimento do diálogo entre os espaços públicos, o lazer e a qualidade de vida, compreendendo seus conceitos materiais e os conceitos imateriais. Segundo Fazenda (2011, p. 73) “a interdisciplinaridade é um termo utilizado para caracterizar a colaboração existente entre disciplinas diversas ou entre setores heterogêneos de uma mesma ciência”. Em vista disso, a referida pesquisa manterá diálogo interdisciplinar com a Geografia, Sociologia, História e Educação Física, onde cada área do conhecimento trará suas especificidades e suas afinidades.

A Geografia far-se-á presente no diálogo acerca do espaço público, evidenciando a sua produção e as suas formas de apropriação. Nesse sentido, explorando a teoria de Milton Santos, que compreende o espaço em função da dialética entre forma e conteúdo, da relação simbiótica entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações, o referido autor afirma que “o espaço não

pode ser formado apenas pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso mais a sociedade: cada fração da Natureza abriga uma fração da sociedade” (Santos, 2008b, p. 01).

A Sociologia aborda as relações sociais dentro do espaço urbano e o próprio espaço urbano como produto criado pelo homem para atender o homem. Lamy (2006) afirma que a sociologia urbana evidencia o que é rigorosamente urbano nos vários aspectos da vida social e interpela a maneira como os elementos que estruturam, especificamente, as relações entre indivíduos, atores e grupos sociais, concebem a cidade como ambiente.

A História embasa a discussão por meio de uma narrativa histórica sobre o município de Umuarama, como também, das transformações e da urbanização dos espaços públicos, além de sua importância na história do município. Rusen (2001) relata que a história é uma maneira de lidar com o passado, atribuindo-lhe significado e sentido, com o intuito de recuperar e preservar as memórias e as identidades locais. Essa área do conhecimento torna-se indispensável para a pesquisa, pois por meio dela poderemos enfatizar a importância de valorizar os lugares e suas histórias.

A Educação Física dialoga com a pesquisa sobre a prática do lazer, oferecendo benefícios de ordem sociocultural, e da saúde, proporcionando uma qualidade de vida aos usuários. A Organização Mundial de Saúde – OMS (1998a), define qualidade de vida como a percepção do indivíduo sobre as suas necessidades, no contexto de cultura e de valores em que vive, com independência de seu estado de saúde físico ou das condições sociais e econômicas. Assim, o lazer se adentra na estratégia para promoção da saúde, pois trata-se de um fenômeno de singular importância para emancipação humana e, conseqüentemente, de qualidade de vida (Bacheladenski; Júnior, 2010).

O diálogo interdisciplinar dessas áreas do conhecimento contribui para a Sociedade e Desenvolvimento, uma vez que a pesquisa fomenta a compreensão da formação humana e da participação social, concebidos a partir da apropriação dos espaços públicos para a prática do lazer, promoção da saúde e, conseqüentemente, melhora da qualidade de vida, além de contribuir para o desenvolvimento e manutenção de políticas públicas voltadas para a gestão desses espaços públicos.

## **2 ESPAÇO PÚBLICO, LAZER E QUALIDADE DE VIDA**

Nesta seção abordamos o referencial teórico da presente dissertação com o propósito de contextualizar a discussão acerca do espaço público, lazer e qualidade de vida. Nesse contexto, apresentamos as bases teóricas e conceituais que sustentam a temática da pesquisa, por apresentarem as relações sociais, culturais, políticas, materiais e simbólicas que os interligam. Consideramos necessária esta apresentação para delinear o campo teórico-conceitual na referida investigação, tal como o diálogo interdisciplinar que é fundamental e imprescindível, com o intuito de transpassar os modelos tradicionais que priorizam a construção do conhecimento de maneira fragmentada. Assim sendo, cada área do conhecimento contribuirá com as suas especificidades, propiciando, assim, análises críticas entre a interligação dos temas aqui investigados.

### **2.1 O espaço público: reflexões teóricas**

Partimos do pressuposto de que o espaço público tem se tornado, cada vez mais, objeto de estudo das mais diversas áreas do conhecimento, face a ótica de sua estrutura, usabilidade, projeto, função, apropriação, acessibilidade, sentidos, significados, caráter social e de qualidade de vida, e que este constitui a gênese do ser social e das transformações socioculturais, políticas e econômicas que, por vezes, dão maior ênfase para a construção e a transformação de sociedades mais justas e democráticas, além de ser um componente extremamente significativo da imagem e da identidade urbana.

Ao mesmo tempo em que percebemos um aumento gradativo e exponencial de vieses de investigação pautados no espaço público como objeto de estudo, notamos que as definições e compreensões dependem do enfoque abordado pelas diversas áreas do conhecimento. Sendo assim, a presente discussão perpassará por autores que darão suporte teórico para a pesquisa, pois buscam contribuir com pensamentos e reflexões críticas, que, em sintonia, auxiliam no entendimento e na compreensão da complexidade do objeto de estudo que são os espaços públicos.

Mas, afinal, a qual espaço público estamos nos referindo? Precisamos ter em mente que o atual espaço público passou por inúmeras transformações no decorrer dos tempos e Santos (1977) diz que o movimento das transformações do espaço é a sua própria evolução, ao mesmo

tempo em que se torna uma condição do movimento de uma sociedade global. Para o pesquisador, o espaço:

Reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quanto evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (Santos, 1977, p. 91).

Assim, Caldeira (2006, p. 302-303) ressalta que o espaço público contemporâneo é herdeiro da modernidade e traz consigo peculiaridades do “ideal moderno da vida pública urbana”, sendo: a livre circulação, o encontro de diferentes grupos sociais, a participação política e de divertimento. Nesse dizer, notamos ser fundamental, para a investigação dessas transformações do espaço público, que tais peculiaridades sejam compreendidas como a possibilidade de participar e compartilhar dos mesmos espaços sem a preocupação de conhecer o íntimo de seus pares. Gomes (2002, p. 162) corrobora ao dizer que “o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade”.

Para Araújo (2020), compreender o espaço público, na sociedade contemporânea, tem sido uma tarefa cheia de desafios, visto a pluralidade de ações e de relações que ganham formas e revelam uma complexidade de tramas subjetivas, pois os espaços públicos se configuram como componentes da forma urbana fundamentais às práticas sociais, políticas, culturais e ambientais dos habitantes urbanos em sua plenitude pública.

Lefebvre (2002) salienta que o espaço público é necessariamente uma obra produzida de acordo com interesses que se transfiguram no próprio produto, pois destina-se ao uso daqueles que dele se vão apropriar. Acreditamos que essa ideia de produção do espaço, abordada por Lefebvre, relaciona-se, estreitamente com a produção do próprio homem conectada com a produção e a reprodução das relações sociais em seus diversos aspectos.

Ainda nas reflexões teóricas de Lefebvre (2013), buscamos compreender o processo de produção do espaço, visto que tal fenômeno está alicerçado no pressuposto de que o espaço sempre foi analisado com base em concepções, óticas e enfoques diferentes. Tais reflexões, apontam a dialética da tríade lefebvriana na produção do espaço, sendo ele entendido como o espaço percebido, vivido ou concebido, destacando que os três espaços são dependentes, pois não existem sozinhos.

A tríade lefebvriana é uma peculiaridade latente relacionada à estrutura espacial da esfera pública urbana, na qual “em termos espaciais, têm-se: o espaço percebido, aquele da prática espacial; o espaço concebido, relacionado às representações do espaço; e o espaço vivido, referente aos espaços de representação” (Lefebvre, 2013, p. 97).

Compreendemos que a dialética da tríade de Lefebvre, acerca da produção do espaço, coloca os seus usuários no centro da discussão, pois o espaço passa a ter a importância de algo que ao mesmo tempo que é produtor ele é, também, produzido pela sociedade, deixando de ser entendido como algo vazio e desocupado. Essa dialética é intrínseca, dado que o espaço é uma das esferas da vida e, conseqüentemente, da sociedade, o que torna extremamente difícil entender e desvendar quem é produzido e/ou quem é reproduzido. Vale aqui ressaltarmos que Lefebvre (2008a) defendia que a população deveria ter direito à cidade, ou seja, à vida urbana, por isso era um grande adepto aos estudos no que diz respeito ao espaço urbano.

Assim sendo, acreditamos que a produção e a transformação do espaço público contemporâneo perpassam, inevitavelmente, pela perspectiva do reconhecimento e da formação de sua diversidade, do enredo contado diariamente pelos grupos sociais que deles fazem parte, pelos conflitos e pelas diversas dinâmicas sociais que ali surgem.

Em vista disto, podemos pensar o espaço público em sua dimensão política, pois pode ser entendido como objeto concreto capaz de desenhar e organizar a vida em sociedade, sendo considerado a condição para o surgimento do espaço político.

O espaço público para Habermas (1984) é a reprodução de uma política instituída pelo poder público, mas sendo um tanto influenciado por alguns meios de publicidades provenientes de instituições, ainda que estas não sejam públicas, tornando-se um ambiente de comunicação. Para Habermas, o espaço público, também, não possui uma dimensão criadora, posto que ele idealiza que não se criem conflitos e suas resoluções no espaço público, bem como, seus participantes não vivam em conjunto. Já para Arendt (2016, 2018) os espaços públicos são espaços que apresentam um ambiente propício para o exercício da liberdade e da cidadania, dado que é um espaço do embate da ação política, de convivência entre os livres, lugar de manifestação da diversidade cultural e social, de debate e entendimento de conflitos de interesses, um lugar de pluralidade no qual seus participantes usufruem de seus direitos e exercem seus deveres como cidadão. Nesses dizeres, percebemos que para Habermas, o espaço público é tido como um local de comunicação, no qual, pode ocorrer, no máximo, o estabelecimento de um senso comum em que o grande desafio é de resgatar o espaço público como espaço da participação social ativa. Em contrapartida, Arendt apresenta o espaço público como um palco

ativo da ação política e das manifestações subjetivas que legitimam a diversidade e a complexidade da condição humana.

Segundo Gomes (2012, p. 24), os espaços públicos são definidos como a relação direta com a vida pública, sendo eles os “lugares onde os problemas são assinalados e significados, um terreno onde se exprimem tensões, o conflito se transforma em debate, e a problematização da vida social é posta em cena”. Além disso, o espaço público antecede a lei no sentido de que as relações que o sustentam e que determinam as suas qualidades e valores são consequências de uma vida social e política que geralmente não são concebidas pelo conteúdo constitucional (Gomes, 2002).

Dessa forma, o espaço público pode ser visto como um local onde as adversidades e os conflitos políticos e sociais se expõem, são confrontados, debatidos e solucionados, sendo assim, percebidos como elementos da transformação do espaço e da sociedade, ou seja, o espaço público torna-se o local que possibilita e proporciona o exercício da cidadania e, conseqüentemente, auxilia na construção e reconstrução da sociedade.

No tocante à comunicação e ao diálogo, Habermas (2003, p. 92) diz que o espaço público se caracteriza como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdo, tomadas de posição e opiniões: nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”. Desta forma, o espaço público se constitui em um espaço fundamental para que seus usuários sejam os protagonistas do pleno exercício da comunicação, do diálogo e da interação social.

Nesse sentido, Franciscon (2019, p. 54) considera o espaço público como um ambiente propício ao diálogo humano, a socialização e a trocas culturais diversas. O autor, ainda, aborda o espaço público como “agenciador da comunicação, funcionando como um noticiário ao ar livre”, favorecendo, assim, a divulgação de inúmeras informações referentes aos mais diversos assuntos que estão presentes na sociedade.

Entendemos que o espaço público, em sua natureza, pode, também, ser analisado como uma esfera social e política, ímpar de debate, comunicação e diálogo conduzidos acerca dos valores, desejos e interesses dos diversos atores/agentes sociais que fazem parte deste cenário.

Diante disto, Borja (1998) contribui para a discussão, sobre o espaço público, apresentando uma outra vertente, a dimensão sociocultural. O autor diz que o espaço público é um lugar no qual as pessoas se relacionam entre si, um espaço de formação das mais variadas identidades, isto é, um espaço em que é possível comemorar a vivência da vida urbana. Borja (2010, p. 210) destaca que os espaços públicos devem ser “palco da miscigenação e da cenarização da vida pública, bem como favorecer o encontro e a comunicação diante da



diversidade da sociedade urbana”. Dessa maneira, a dimensão sociocultural do espaço público “carrega consigo a expressão da diversidade, da indução ao intercâmbio multicultural e do aprendizado à tolerância entre grupos sociais distintos” (Borja, 2010, p. 210). Enriquecendo, ainda mais as reflexões, Borja (2010, p. 124) aponta que o espaço público contempla o uso coletivo, o domínio público e a multifuncionalidade. Além disso, o espaço público pode ser avaliado “pela intensidade e qualidade das relações sociais que propicia, pela sua força de combinação de diferentes grupos sociais e pela sua capacidade de estimular a identificação simbólica, a expressão e integração cultural”.

Fraser (1990) fortalece a discussão ao dizer que no espaço público é possível estabelecer um modelo de esfera pública, na qual a diversidade sociocultural e a democracia participativa possibilitem a composição de uma pluralidade de locais públicos, nos quais seus usuários, com valores e desejos diversos, participem como iguais. Observamos nesse dizer, que a autora tenciona sua percepção de que para que um espaço público apresente, realmente, a característica democrática, ele precisa ser capaz de inserir e/ou abranger uma diversidade de público em seu âmbito.

Ao referirmo-nos à estrutura física e ao sentido abstrato do espaço público, reportamo-nos a Gomes (2002) que traz para a discussão o conceito físico e material, pois ambos estão vinculados aos pensamentos de caráter prático que são conduzidos pelas esferas da arquitetura e urbanismo e do planejamento urbano, ao mesmo tempo em que o conceito abstrato, na sua concepção, está vinculado à filosofia e à ciência política, que as interpretam como peça necessária e insubstituível da vida democrática e política das cidades. Na visão do geógrafo Milton Santos (2008a), o elo entre o material e o abstrato é indissociável e complementar. Assim, percebemos que o aspecto abstrato quando sustentado pelo aspecto material, confere sentidos e significados específicos ao espaço público.

De acordo com Santos (2008b, p. 02), “o movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço, soma dos dois, preside, é, igualmente, o movimento dialético do todo social, apreendido na e através da realidade geográfica”, no qual cada espaço está em constante transformação de seu significado devido a dinâmica social. Frente a esse ponto de vista, elevamos nosso pensamento acerca das formas e conteúdos que são outorgados aos espaços públicos e acreditamos que ambos se alteram de acordo com a atividade social exercida em seu âmbito, posto que tais atributos são incessantemente reformulados e adaptáveis às diversas formas de vida da sociedade e que agregam sentidos e significados no modo como são estruturados e vividos.

Outra concepção que está inteiramente associada ao espaço público é o da acessibilidade. Serpa (2004, p. 22) afirma que a acessibilidade “está estreitamente vinculada, na demarcação dos territórios urbanos, à alteridade, contrapondo uma dimensão simbólica (e abstrata) à concretude física dos espaços públicos urbanos”. O autor, ainda, salienta que a acessibilidade dos espaços públicos é muito mais do que física, ela é, também, uma acessibilidade simbólica fundamentada na dimensão social do espaço e que precisa estar de acordo com os interesses dos usuários. Complementando essa afirmação, Castro (2002, p. 55) diz que não há critérios que limitem a acessibilidade desses espaços, pois “o critério de acessibilidade repousa sobre a ideia implícita de que é a livre circulação do corpo no espaço que o torna público e que estes espaços acessíveis pressupõem encontros socialmente organizados por rituais de exposição ou de inibição”.

Percebemos, aqui, que o espaço público suplica o direito de livre acesso a todo e a qualquer cidadão e, por consequência, a acessibilidade torna-se um elemento imprescindível e inseparável do espaço público, além de ser um quesito vital que está relacionado ao caráter de uso comum do local da concretização da vida pública. Para Abrahão (2008, p. 162), a compreensão da acessibilidade dos espaços públicos transita na discussão de que o espaço público é “um espaço aberto para o público em geral, não controlado por indivíduos ou organizações privadas”, pois ele acredita que o termo público se refere a um espaço acessível a todos, de livre circulação e mantido pela sociedade.

Entendemos que a acessibilidade a um espaço aberto a todos os cidadãos, onde eles podem transitar/circular livremente, deve expressar algo a mais do que um simples acesso físico aos espaços públicos e de utilização comunitária e coletiva, ela deve representar uma acessibilidade não exclusivamente física, mas, também, uma acessibilidade com um aspecto simbólico e abstrato na materialização física dos espaços públicos.

Passamos, agora, a discutir o espaço público com o olhar voltado ao viés da apropriação. Posto isso, é fundamental entender essa apropriação para que, assim, possamos compreender os motivos e razões que levam o ser humano a participar dos espaços públicos. Para tanto, é preciso aludir na referida discussão o conceito de apropriação e Serpa (2007, p. 33) diz que “a apropriação inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo e o prazer, que caracterizariam o homem como espontaneidade, como energia vital”.

Complementando essa ideia, Narciso (2009) acrescenta que a apropriação abarca a inter-relação usuário e espaço, na qual o usuário atua na intenção de moldar os lugares de acordo com os seus desejos e necessidades no contexto social. Essa inter-relação, usuário e espaço, é

a causa pela qual as pessoas descobrem, ou não, a sua identificação nos vários lugares em que vivem.

Dessa forma, começa-se a entender que a apropriação ocorre de acordo com o espaço público e que cada usuário encontra uma maneira de participação que lhe concede uma identidade e, por consequência, este usuário irá se apropriar do espaço.

Assim, Sobarzo (2006) também chama a atenção nesta reflexão sobre a apropriação do espaço no sentido da construção da identidade do usuário, complementando que há, além disso, às experiências da usabilidade e a subjetividade ligado ao vivido, que ultrapassam a materialidade do espaço, tornando-se, dessa maneira, o espaço do usuário, o espaço do vivido. Em contrapartida, Mendonça (2007) pondera as apropriações como acontecimentos do cotidiano conectados à vida urbana e devem ser caracterizadas, dentre outras perspectivas, como indicadoras de necessidades de remodelações físicas, de maneira a conceder flexibilidade no uso do espaço.

Nessa conjuntura, os estudos acerca da apropriação do espaço público buscam examinar a ligação com a construção e formação de identidade com as oportunidades de mudanças e com a participação nos espaços públicos baseadas em suas formas de apropriações. Permeiam na discussão, além das apropriações formais, a valorização das apropriações informais no que diz respeito dos espaços públicos, identificadas como possibilidades elaboradas pela sociedade para atender suas necessidades e seus desejos (Mendonça, 2007). Nesse ponto, os autores chegam na etapa da realização da vida humana em que debatem e refletem sobre as maneiras de apropriações dos espaços públicos, no que tange seu nível material e simbólico, a evolução dos espaços já existentes e a produção/criação de novos espaços públicos.

Nessa vertente, buscamos conceituações que aumentem nossa habilidade de compreender como se dá a apropriação nos espaços públicos. Sobarzo (2006) pensa nessa apropriação pela sua usabilidade que no cotidiano das pessoas elas criam, alteram e dão sentidos ao espaço público, ao mesmo tempo que elas se criam, alteram e encontram sentido no espaço público. Acrescenta, ainda, que o foco da apropriação do espaço, são as inter-relações socioespaciais geradas pelo seu uso e que constroem a identidade e o sentimento de pertencimento das pessoas.

Franciscon e Bovo (2021) fomentam a discussão fazendo alusão a apropriação dos espaços públicos livres, ou seja, espaços sem elementos construídos, mostram as oportunidades de utilização para a sociedade, na qual é possível que seus usuários utilizem o espaço da maneira que mais lhe agrada e não de forma imposta e ditada pela sociedade.

De uma forma geral, podemos compreender que a apropriação do espaço público toma um viés de fortes sentidos e significados para o seu usuário, onde está apropriação surge/ emerge como uma necessidade social desse usuário e que pretende responder aos discursos e debates que constituem a vida em sociedade. Assim, as reflexões acerca da apropriação do espaço público acontecem por meio da participação, da usabilidade, da representação, da construção e da identificação do sujeito como sendo o usuário que toma para si o espaço público e, ali, se encontra da maneira que os seus objetivos, desejos e vontades sejam satisfeitos.

Em uma outra perspectiva Indovina (2002, p. 119) expressa que “o espaço público deve ser considerado fundador da cidade (poder-se-á dizer em todas as épocas e em todos os regimes); no fundo, o espaço público é a cidade” e apresenta três pontos de vista que embasam seu pensamento: a) caracteriza a condição para que a vida urbana seja realizada, tratando-se de uma condição para a existência da própria cidade; b) constitui um elemento essencial de identificação e de identidade, ou seja, atribui forma representativa; c) a "cidade é o lugar da palavra", o que estabelece a ordem de espaços onde pode ser manifestada a palavra. Graff (2001, p. 45) se manifesta dizendo que “estamos perante um espaço de cidadania e um espaço de exercício do direito à cidade, cuja frequência reclama apenas o estatuto de cidadão”.

Para Gomes (2002, p. 164), “todas as cidades dispõem de lugares públicos excepcionais que correspondem à imagem da cidade e de sua sociabilidade”. Para tanto, o espaço público, objeto da paisagem urbana, pode exercer uma função transformadora no desenvolvimento das cidades, sendo capaz de ser entendido e compreendido como espaço de inteiração e integração, e para além disso, torna-se uma condição primordial de expressão de singularidade dentro de uma sociedade extremamente plural (Gomes, 2002) e complexa.

Franciscon e Bovo (2021) realçam a conexão entre o espaço público, a cidade e a sociedade, de modo que conseguimos entendê-los:

Como espaço plurifacetado, ou seja, o local da diversidade, tanto conceitual, quanto funcional e simbólico, de modo que o espaço público urbano possa representar a imagem e/ou a própria cidade; ser simbólico; resguardar a memória; palco da ação política, liberdade e democracia; local de livre comunicação e por fim, elemento capaz de moldar a cultura e o biotipo humano (Franciscon; Bovo, 2021, p. 03).

O espaço público é tido como “todo o espaço de uso público e de acesso livre [...], sendo um elemento de grande relevância na estrutura e vivência das cidades”. É no seio do espaço público que a complexa dinâmica social das sociedades se desenvolve e, conseqüentemente, a vida cotidiana acontece (Rosa, 2017, p. 11). Nessa lógica, Costa (2015, p. 17) ratifica que o

espaço público é vital para a cidade, assim “o espaço público é observado enquanto palco de diversas manifestações de atividade humana e de interação cívica, emergindo enquanto artéria vital de comunicação e agregação de relações sociais”. Souza (2018) expõe que a instituição de uma esfera pública concede a todo cidadão o direito à cidade e, conseqüentemente, o direito de utilizar os espaços públicos que nela estão inseridos. Assim, Franciscon e Bovo (2021) entendem, ainda, que o espaço público se identifica como um notável componente da cidade e que, frequentemente, é considerado como a própria cidade, além de ser um espaço em que é possível aclamar por direitos públicos.

Ao discutirmos e considerarmos que as cidades são espaços que estão em constantes transformações, interações e repletos de ações políticas, sociais e culturais que moldam e configuram costumes, é necessário refletir sobre a dimensão humana da cidade, para que tenhamos um entendimento e compreensão do conceito de humanização dos espaços de vida na cidade contemporânea.

A dimensão humana da cidade tem íntima relação e associação com a exigência de melhorias na qualidade de vida urbana, frente a características físicas, ambientais, econômicas e sociais do espaço, com o intuito de criar cidades mais seguras, vivas, sustentáveis e saudáveis para a população, visto que “uma cidade mais humana pode ser entendida como uma cidade pensada para as pessoas” e quando feita por pessoas, sem discriminação e/ou preconceitos (Sena; Gallo, 2022, p. 12). Sendo assim, é tornando o espaço público mais atrativo e com maior circulação de pessoas, apresentando medidas de conforto e segurança (Marques, 2019).

Desse modo, para que o espaço público tenha acessibilidade e utilidade, seja atrativo, possua uma qualidade ambiental favorável para a população e, assim, exerça sua função de humanização urbana, Gehl (2018) apresenta critérios imprescindíveis para que os espaços públicos sejam agradáveis para se estar: a) proteção contra crime e violência; b) proteção contra tráfego e acidentes; c) proteção contra experiências sensoriais desagradáveis; d) possibilidade de ver; e) possibilidade de falar/ouvir; f) possibilidade de sentar-se; g) possibilidade de caminhar; h) possibilidade de ficar em pé; i) possibilidade de brincar/relaxar; j) serviços de pequena escala (gentilezas); k) desfrute de experiências sensoriais positivas, e l) aproveitamento dos elementos positivos do clima. Gehl (2013, p. 13) ainda diz que “quanto mais humano for o espaço urbano que produzirmos, mais valorizada a nossa dimensão humana estará”, ou seja, uma cidade feita e moldada por pessoas para pessoas.

Diante disso, podemos considerar a cidade como um emaranhado de diversos espaços públicos, opostos e complementares, que se encontram ora separados ora sobrepostos, sendo, também, um aglomerado de grupos urbanos em um contínuo processo de se criar e recriar.

Salientamos, também, que nesse sentido o espaço público é o conjunto das relações sociais que acontecem na e para a cidade, estabelecendo, assim, que o espaço não é simplesmente um elemento da cidade, mas uma ligação, um relacionamento entre esse elemento e o ser humano. Enfatizamos que a relação do ser humano com a cidade se concebe baseada em seu íntimo envolvimento com espaço público.

Notamos que tem sido bem complexo e divergente positivamente definir a conceituação e a caracterização dos espaços públicos, pois isto se dá a uma grande variedade de expressões formais, informais, sociais e espaciais que foram sendo atribuídas aos espaços públicos no decorrer da história e, por consequência, foram evoluindo.

É de grande valia ressaltarmos, no momento em que nosso objeto de estudo foi abordado nas mais diversas perspectivas, com o dizer de Lefebvre (2008a) que o direito à cidade é o responsável por alicerçar o planejamento urbano na qualidade de um elemento determinante no qual os espaços públicos possam se tornar acessíveis e sedutores a apropriação, sem discriminação e imposição de barreiras, sejam elas espaciais, geográficas, sociais, políticas ou econômicas.

Em vista disso, fazemos alusão a um pensamento de Milton Santos que sintetiza, ao nosso ver, o que vem a ser o espaço público. Santos (2004) diz que:

O espaço público deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida [...] o espaço público deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente [...] o espaço público se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (Santos, 2004, p. 122).

Em face do exposto nesta subseção, o entendimento e a compreensão heterogênea, mas não singular, acerca dos espaços públicos gira em torno de um limite entre o físico e o simbólico, onde, por meio de seu uso, seus participantes os caracterizaram e atribuem diversos significados e sentidos, no que tange a democratização da cidade, tais como a participação política, a expressão e representação sociocultural, a convivência com a diversidade, a liberdade de expressão, espaços de socialização, autonomia e de responsabilidade, além de contribuir para a produção social do espaço público urbano e, conseqüentemente, o desenvolvimento da cidadania.

Na sequência, trazemos a subseção “Lazer: fenômeno social como contraponto das obrigações sociais” com um olhar mais crítico para esta manifestação humana, a fim de

elucidar suas estreitas relações com os diversos campos de atuação do ser humano, nos quais o lazer possibilita uma profunda intervenção nos mais diferentes grupos sociais, com o intuito de propiciar o desenvolvimento social e cultural dos indivíduos que participam da sociedade.

## **2.2 Lazer: fenômeno social como contraponto das obrigações sociais**

Atualmente, tendemos a considerar o lazer como parte indissociável de nossas vidas e do nosso cotidiano. Um viés fundamental para que possamos compreender os significados do lazer existentes em nosso contexto social e como produto da cultura humana é, primeiramente, entender que existem elos dialógicos entre o lazer e os outros aspectos da vida do ser humano, tais como: a família, a educação, a cultura, o trabalho, a saúde, a política e a economia. Dessa maneira, o lazer se apresenta como um fenômeno social que abre espaço para nos aprofundarmos em discussões, debates e questionamentos acerca das similaridades e contradições que há em nossa sociedade e para entendê-lo e compreendê-lo como parte integrante da coletividade.

Ao longo dos anos, é notório que o lazer vem conquistando importante espaço dentro do ambiente acadêmico, aguçando o interesse e sua visibilidade como uma área complexa e de múltiplas possibilidades de estudo, análise e compreensão das relações socioculturais, ultrapassando o conceito reduzido do não-trabalho, pois, tal conceito colabora para que a sociedade trate-o como um tema superficial, carregado de preconceitos causados pelo suposto caráter supérfluo e de uma interpretação parcial e/ou limitada do lazer, restringindo sua dimensão e dificultando seu entendimento.

Nesse sentido, faz-se necessário fomentar e potencializar o debate acerca do lazer, tratando com seriedade este objeto de estudo, com o intuito de promover um melhor entendimento e compreensão de sua importância como um fenômeno em ascensão no cotidiano da sociedade e para a academia, o que pressupõe uma análise das concepções teóricas de vários estudiosos a respeito do lazer.

Na qualidade de área de estudo, o lazer tem sido abordado com os mais diversos conteúdos teóricos e práticos, concedendo, assim, ao ser humano possibilidades de transpor alguns paradigmas, considerando que tal atividade é orientada pelas relações socioculturais e econômicas (Marcellino, 2012).

A partir dessas colocações, percebemos que o lazer é um tema que causa grande controvérsia, ainda mais no momento em que as discussões e debates versam sobre o seu processo histórico. Diante disto, é relevante fazermos uma pequena e rápida retrospectiva

histórica, pois na sociedade pré-industrial, o lazer e o trabalho não se concebiam em separado como tempo e espaço, uma vez que ambos se esculpam num mesmo espaço. Com o surgimento da sociedade industrial, certos aspectos básicos do período pré-industrial sucumbem e a relação entre lazer e trabalho passa a fluir em outro ritmo. O aspecto mais relevante é o de que na sociedade industrial, o lazer e a moradia tinham espaços distintos e com isso o tempo da população passou a ser orientado para o trabalho o que favoreceu a institucionalização do lazer (Bruhns, 1997). Vale ressaltarmos que o lazer só foi percebido como advento da Revolução Industrial, pois existia uma presença marcante e histórica do “não-trabalho” (Gutierrez, 2001).

Compreendemos que com esse processo de institucionalização, o lazer foi colocado como uma manifestação humana na qual foi e é possível que a população possa vivenciá-lo sem a necessidade de ocupação, em que é capaz de exercitar e realizar diversas manifestações sociais. Assim, é instituído como uma atividade reflexiva, em que o padrão de liberdade se faz presente, propiciando possibilidades, escolhas e opções de vida, além de uma intensa conexão com o mundo, onde o ser humano, continuamente, avalia e reavalia seus valores e concepções.

O lazer por possuir um caráter multifacetado e estar inserido nas transformações que acontecem na sociedade, apresenta diversos pontos de vista a seu respeito. Algumas características levantadas por diferentes pesquisadores, ainda que opostas, contribuem no entendimento e compreensão desse fenômeno. Ressaltamos que o lazer, no decorrer dos anos, vem sendo conceitualmente confundido, tão somente, com o esporte, o jogo e a recreação, porém, por possuir uma natureza interdisciplinar, na qual é respeitada as perspectivas de cada área do conhecimento, a referida pesquisa corrobora para a interpretação de diferentes olhares e pensamentos acerca do tema aqui estudado.

Dessa forma, para entender e compreender o significado do fenômeno do lazer, é necessário adentrar no campo de sua conceituação, ao passo de dimensioná-lo, não esquecendo de recorrer ao momento histórico vivido, visto que o lazer se apresenta como um fenômeno social polissêmico, o que atribui uma complexidade para a sua interpretação e análise. De acordo com Medeiros (1975, p. 03), o lazer é tido como o “espaço de tempo não comprometido, do qual podemos dispor livremente, porque já cumprimos nossas obrigações de trabalho e de vida”. Já Requiza (1977, p. 35) define o lazer como uma “ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”. É nesse sentido que Elias e Dunning (1992, p. 107) compreendem o lazer como “uma ocupação escolhida livremente e não remunerada - escolhida, antes de tudo, porque é agradável para si mesmo”. Podemos observar



nesses dizeres, que os autores entendem e apresentam o lazer como uma atividade que está inserida no tempo livre e que coloca o ser humano como agente produtor, promotor e transformador de sua realidade.

Conforme o estudioso Marcellino (2007b), o lazer deve ser concebido como manifestação humana na qual a atividade tenha estreita associação com as outras áreas de atuação do ser humano, vividos no “tempo livre” das obrigações profissionais, sociais, familiares e religiosas, um fenômeno originado historicamente, do qual surgem preceitos questionadores da sociedade e, sobre o qual são exercidas influências da sociedade atual. Segundo Pimentel (2000, p. 33), o lazer pode ser visto como uma categoria de “explicação da vida social [...] como um campo de manifestação cultural”. Paralelo a esses pensamentos, Gomes (2004, p. 125) entende o lazer como “uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações”.

A partir dessas conceituações homogêneas, trazemos o entendimento que Dumazedier (2008) tem a respeito do lazer. Em um primeiro momento o referido autor entende e considera o lazer como um:

Conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (Dumazedier, 2008, p. 12).

Desse modo, entendemos que essas conceituações de que o lazer, na atualidade, apresenta-se como a união de elementos socioculturais que tem se mostrado/apresentado com base em concepções e formas heterogêneas, pela sua grandeza histórica interdisciplinar, o que, conseqüentemente, é tratado como uma excelente área para compreender as dinâmicas sociais. Em paralelo a isto, é imprescindível que repensemos e ultrapassemos a crença de que há um conceito único e global que legitime o que é o lazer.

Tais pensamentos sustentam a ideia de que o lazer é tido como uma atividade realizada após a execução dos afazeres obrigatórios do ser humano, satisfazendo as necessidades do seu corpo e do seu espírito e institucionalizado na sociedade contemporânea como uma área dotada de características próprias. Com isto, abordamos os pensamentos dos pesquisadores Marcellino e Dumazedier acerca da caracterização do lazer.

Marcellino (2007c, p. 157-158) elenca alguns pontos que devem ser considerados para a caracterização do lazer: 1) o lazer é a “cultura vivenciada no ‘tempo disponível’ das obrigações profissionais, escolares, familiares e sociais, combinando os aspectos tempo e atitude”; 2) o lazer é um “fenômeno gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente”; 3) o lazer é “um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural”; 4) o lazer é “portador de um duplo aspecto educativo, veículo e objeto de educação”.

Já Dumazedier (2008), apresenta-nos algumas características fundamentais referente ao lazer que são as seguintes: 1) Caráter libertário - o lazer é entendido como a liberação das obrigações profissionais, familiares, sociopolíticas e espirituais, resultado de uma livre escolha do indivíduo; 2) Caráter desinteressado - o lazer não tem a necessidade de estar relacionado a algum objetivo específico, seja de cunho profissional, social, político, material, utilitário ou lucrativo; 3) Caráter hedonístico - a vivência do lazer é definida pela procura do prazer e por isso o hedonismo caracteriza o seu objetivo principal; 4) Caráter pessoal - as funções de divertimento, descanso e desenvolvimento pessoal e social do lazer atendem às necessidades do ser humano frente a uma série de rígidas obrigações impostas pela sociedade. Dumazedier mostra-nos e discute essas características que constituem o lazer, defendendo que, na falta delas, ele não existe. Dessa maneira, o lazer torna-se para ele um conjunto composto de atividades e práticas relacionadas às necessidades humanas, sendo: lazers práticos, físicos, sociais, intelectuais, artísticos, que estão na fronteira da dimensão social, cultural, econômica e política de cada sociedade.

As características teórico-conceituais, aqui apresentadas por Marcellino (2007c) e Dumazedier (2008), confluem para melhor compreender o lazer enquanto uma prática advinda das necessidades humanas, sendo criativas e emancipatórias frente ao contexto social em que está situado. Tais características, faz-nos compreender e entender, ainda mais, o lazer como um fenômeno social e moderno, fomentando a ideia da compreensão do lazer como uma invenção social e de necessidade humana. Sendo assim, o ser humano pode compreender e transformar sua conduta na sociedade, conferindo mais sentido e significado nas suas relações humanas, haja visto que o lazer é uma área de atividade que está intimamente ligado aos demais campos de atuação do ser humano.

Em razão do exposto, podemos considerar que na sociedade contemporânea as manifestações do lazer, diferentemente das relações estabelecidas com o trabalho e com a cultura da sociedade pré-industrial, são postas como uma determinação social, em sua

particularidade, na busca da cidadania e da participação cultural (Capi, 2006). Podemos dizer nesse momento que, no tempo livre, quando optamos pela prática do lazer, nós estamos consumindo e produzindo cultura.

Nessa perspectiva, Marcellino (2007b) afirma que o lazer é a:

Cultura compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída), no 'tempo disponível'. É fundamental como traço definidor, o caráter 'desinteressado' dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A 'disponibilidade de tempo' significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (Marcellino, 2007b, p. 31).

Diante do exposto, fica evidente e compreensível que o lazer não é composto por dimensões isoladas e desconectadas, mas por dimensões que possuem uma inter-relação na sociedade. De acordo com Gomes (2004), o lazer na sociedade é uma dimensão cultural formada socialmente a partir de quatro elementos inter-relacionados: 1) o tempo é a posse do momento presente, não se limitando a períodos regularizado para o lazer (férias); 2) o espaço-lugar é o "local" do qual os indivíduos se apropriam com o intuito de transformá-lo em ponto de encontro e de convívio social para o lazer, transcendendo o espaço físico; 3) as manifestações culturais são conteúdos vivenciados como usufruto da cultura; 4) as ações/atitudes são firmadas na ludicidade.

Assim sendo, tanto o conceito apresentado por Marcellino (2007b) e por Gomes (2004) reconhecem a cultura como um eixo/elemento imprescindível nas discussões e debates acerca do lazer. Entendemos, também, que a cultura compreende o lazer como fenômeno dotado de significados e sentidos, fundamentado e estruturado coletivamente de diversas maneiras, bem como uma prática que surge das dinâmicas culturais que se diversificam dentro dos diferentes grupos sociais, pois, eles criam e recriam o lazer embasados em suas referências culturais.

Nesse contexto, o lazer é considerado como uma necessidade humana e dimensão da cultura que estabelece um aglomerado de práticas sociais experienciadas de maneira lúdica, conforme os valores e interesses dos sujeitos, grupos e instituições que se fazem presentes no cotidiano, em todos os lugares, tempos e contextos histórico, social e cultural (Gomes, 2014). Assim, fica evidente que o lazer mantém estreita relação com a cultura vivenciada, no seu sentido mais abrangente, livre e desinteressado, sendo realizado de maneira ativa ou somente contemplativa, proporcionando desenvolvimento pessoal e social, exercendo influência nas estruturas sociais e sendo historicamente situado.

Acerca dos conteúdos culturais do lazer, Dumazedier (1980) especifica cinco campos fundamentais de interesses verificados no lazer, os quais são denominados de: 1) físicos: constituído pelas práticas esportivas, pelas diferentes atividades onde prevalecem o exercício físico e/ou o movimento humano (dança, jogos, lutas, ginásticas, etc.) e pela superação dos limites do próprio corpo; 2) manuais: determinados pela capacidade e habilidade de manipulação de materiais ou objetos (jardinagem, artesanato, cuidados com os animais, costura, etc.); 3) artísticos: englobam todas as manifestações artísticas (teatro, exposição, cinema, apresentações artísticas em geral), representam os sentimentos, emoções e as imagens, e configuram a beleza e o encantamento; 4) intelectuais: há predominância da busca pelo conhecimento sistematizado (cursos, leituras científicas/especializadas, etc.), pelo contato com o real, dando ênfase a experiência vivida; 5) sociais: apresenta uma disposição para o contato direto com outras pessoas, busca a informação, o divertimento e o descanso, objetivando a socialização (bares, bailes, festas, encontros familiares, cafés como pontos de encontro, etc.).

Outras contribuições sobre os interesses do lazer vêm dos estudiosos Nelson Carvalho Marcellino e Gisele Maria Schwartz. Marcellino (2007a), além de comungar das tipologias já apresentadas sobre os interesses verificados no lazer, ele acrescenta os interesses turísticos. Estes por sua vez são caracterizados pela busca do rompimento da rotina espacial ou temporal e pela busca em conhecer culturas e espaços diferentes a fim de usufruir das opções de lazer (viagens, passeios, excursões, etc.). Schwartz (2003, p. 29-30) apresenta-nos o interesse virtual do lazer, o qual é caracterizado pelo uso da tecnologia para a prática do lazer (jogos virtuais, redes sociais, interação social, etc.) e ainda diz que o interesse virtual é “onde a pessoa pode usufruir de novas dinâmicas de acesso cultural, exigindo, novas posturas, novas demandas e novos olhares, sem o ranço preconceituoso que normalmente perpassa toda e qualquer novidade”.

Dessa maneira, esse quadro de possibilidades acerca dos interesses e dos conteúdos do lazer, compreendemos que o indivíduo pode se envolver, em uma mesma prática, apresentando mais de um interesse. Nessa mesma direção, o lazer é cheio de conflitos, complexidades e conteúdos culturais, o que oportuniza a vivência simultânea de diferentes sentidos, significados e interesses em busca da satisfação e do prazer de quem o pratica. Seu enredo cultural tem por objetivo atingir todas as esferas que caracterizam o ser humano, ofertando uma gama de opções de práticas e é manifestado dentro de um tempo/espaço, por vezes ambíguo, sendo o novo e o tradicional, o comodismo e a resistência e, por fim, ora produto, ora produtor.

Para Marcellino (2012, p. 17), “a admissão da importância do lazer na vida moderna significa considerá-lo um tempo/espaço privilegiado para a vivência de valores que

contribuíram para mudanças de ordem moral e cultural”, tais mudanças são fundamentais para a implantação de uma nova ordem social. Gomes (2014) ressalta a importância de admitir que o lazer é uma prática social cotidiana que integra diferentes culturas e que por isso precisa estar situada em todo tempo/espaço social. O tempo/espaço social é concebido, como produto das relações sociais e da natureza, por meio da qual a sociedade cria a si mesma, ao mesmo tempo em que transforma a natureza e com ela interage (Lefebvre, 2008b). Posto isso, o tempo/espaço é a soma existente das relações sociais com o ambiente, sendo composto por questões/aspectos subjetivos, objetivos, materiais, concretos e simbólicos, onde passa ser considerado como palco de manifestações e expressões de contradições, de conflitos e de relações de poder.

Conforme Marcellino (2012, p. 26), “o espaço para o lazer é o espaço urbano” e, nesse sentido, os espaços de lazer significam vida na cidade. Silva (2005) diz que a vida na cidade necessita da prática do lazer com diversas maneiras de exercício e sociabilidade, que reúnam e unam grupos sociais em torno de eventos locais, para coibir a violência das ruas que ameaça a vida cotidiana. Portanto, o lazer, tendo o seu valor de direito humano básico e social reconhecido, deve ser atendido e propiciado à sociedade na forma da lei para fornecer espaço para a construção de ambientes criativos, alegres, descontraídos e humanizados voltados a descobertas.

Para tanto, a cidade necessita aplicar suas funções sociais para com a sociedade, com o intuito de humanizar o lazer, fazendo com que o mesmo aconteça em espaços públicos apropriados. Garcias e Bernardi (2008) dizem que estes são:

Os espaços de recreação, do encontro, do contato social, entre os moradores do ambiente urbano, são importantes para a realização integral do ser humano. São geralmente nestes contatos que nascem os relacionamentos humanos em todas as esferas, desde a familiar até as amizades, a solidariedade, o sentimento de unidade, de grupo. A universalização dos ambientes de lazer, acessíveis a todos os segmentos sociais, de acordo com suas características, costumes, tradições e necessidades, é que fazem da função lazer uma função social (Garcias; Bernardi, 2008, p. 12).

Nessa perspectiva, é importante pensarmos acerca da prática do lazer vinculada à cidade, repensando a função do lazer na cidade, partindo de um aspecto integrador e humanizado, no qual vemos o lazer enraizado na cidade, ampliando e aproximando a relação dos cidadãos, ou seja, “um lazer com funções pessoais e sociais, identificando com a dimensão pública da cidade, passando a ser o componente primordial para a qualidade de vida” (Rolnik, 2000, p. 180).

Dessa forma, o lazer, além de perpassar pelos mais variados aspectos da vida do ser humano, carrega em si o caráter de humanizar as cidades, pois abrange o lúdico como

possibilidades de experimentação e vivências de emoções e sentidos particulares por parte dos usuários dos espaços públicos de lazer.

Em vista disso, o lazer se revela uma dimensão de privilégio da expressão humana situado em um tempo apropriado, concretizada por meio de uma vivência criativa e pessoal e que não se repete no tempo/espaço, cujo alicerce é a ludicidade. Esta por sua vez, apresenta uma habilidade socializadora, influenciada por um estímulo intrínseco definido pela percepção de liberdade. Sua vivência está ligada, de maneira direta, com as oportunidades de acesso aos bens culturais, que são definidos e influenciados pelas condições sociais, econômicas, ambientais e políticas (Bramante, 1998).

Nessa perspectiva, do tempo social, com o intuito de compreender qual é o tempo utilizado/destinado para a prática do lazer, Munné (1980) apresenta-nos quatro tipologias de tempo do qual é necessário para a vida do ser humano: 1) tempo psicobiológico, é o tempo ocupado para as necessidades psíquicas e biológicas (tempo de sono, nutrição, higiene, atividade sexual, etc.), esse é um tempo individual; 2) tempo socioeconômico, é o tempo utilizado para as necessidades econômicas fundamentais (atividades laborais, atividades domésticas, pelos estudos, etc.), esse tempo está quase que inteiramente heterocondicionado; 3) tempo sociocultural, é o tempo dedicado às práticas relacionadas à sociabilidade dos indivíduos, esse é um tempo autocondicionado; 4) tempo livre, é o tempo referente às ações humanas, produzidas sem que haja uma necessidade externa, tendo o indivíduo a capacidade de usufruir desse tempo de maneira criativa e com total liberdade, conforme a autoconsciência do valor sobre seu tempo.

Em relação ao apontamento feito por Munné, é perceptível que o ser humano precisa de tempo para realização de todas as suas necessidades e com isso entendemos que o tempo que o indivíduo destina para a prática do lazer, é consolidado como o tempo livre, no qual ele pode se desprender de seus afazeres sociais e se entregar e se envolver de livre vontade e escolha para realização de sua satisfação pessoal.

Assim, Dumazedier (2008) corrobora com tais pensamentos ao dizer que o lazer tem íntima relação com o conjunto de ocupações escolhidas livremente pelo ser humano, após a liberação das obrigações familiares, sociais e profissionais, sejam elas de entretenimento ou para seu desenvolvimento pessoal e social, ou, ainda, no sentido de desenvolver e aperfeiçoar suas capacidades criativas e criadoras.

As relações sociais são evidentes em quase todas as expressões do lazer, dando, assim, um viés social a esta prática complexa. Portanto, não podemos negar o seu caráter socializador, uma vez que ele tem a capacidade de reunir pessoas que partilham de necessidades e desejos

semelhantes e opostos. Temos que levar em conta, ainda, que as vivências do lazer, originando o desenvolvimento pessoal, também favorece o desenvolvimento social, pelo estímulo e incentivo das oportunidades e dos compartilhamentos com os outros, concretizando, assim, a sociabilidade.

Neste momento, realizamos um paralelo com os dizeres de Marcellino (2007c) e Dumazedier (2008) acerca da característica de liberdade que o lazer possui e, para tanto, reportamo-nos a Medeiros (1975, p. 113) que fomenta a liberdade como uma característica necessária e essencial do lazer e que cada sujeito “o usa a seu gosto, aproveitando-o para preencher à vontade as lacunas da sua existência ou para equilibrar a própria vida com o que não acha na profissão”, dado que ele se configura como uma possibilidade ofertada ao ser humano de revelar, espontaneamente, o seu verdadeiro modo de ser e viver.

No que diz respeito às funções do lazer, Dumazedier (2000) expõe-nos três categorias, as quais ele denomina de: 1) descanso, é a função responsável pela liberação da fadiga. “Nesse sentido, o lazer é um reparador das deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas tensões resultantes das obrigações cotidianas e, particularmente, do trabalho” (p. 32); 2) divertimento, recreação e entretenimento, é a função responsável por suprimir o tédio. “Ela poderá ser um fator de equilíbrio, um meio de suportar as disciplinas e as coerções necessárias à vida social [...] uma fuga por meio do divertimento” (p. 33); 3) desenvolvimento, é a função responsável pelo desenvolvimento da personalidade, dependente de ações cotidianas e do pensamento autônomo. Ela concede uma maior participação social, gera formas de aprendizagem voluntária e coopera para o surgimento de comportamento criadores e inovadores. “Suscitará, assim, no indivíduo libertado de suas obrigações profissionais, comportamentos livremente escolhidos e que visem ao completo desenvolvimento da personalidade, dentro de um estilo de vida pessoal e social” (p. 34). O autor ainda diz que estas três funções do lazer são solidárias e que estão intimamente conectadas e interligadas, mesmo quando aparentam opor-se entre si, sendo quase impossível diferenciá-las e, com isso, elas podem coexistir e/ou se manifestar, simultaneamente, na mesma prática/atividade de lazer.

Percebemos que as funções do lazer possuem propriedades afins e distintas, com sentidos e valores diferentes para cada sujeito que o pratica. Tais funções permitem que os sujeitos possam usufruir do lazer de maneira mais crítica e criativa ao mesmo tempo em que podem se recriar e se modificar como ser humano, além de contrapor às obrigações impostas pela sociedade.

Com relação às atividades de lazer, trazemos o pensamento de Melo e Alves Junior (2012) que buscam defini-las a partir da combinação de dois parâmetros: o tempo, de caráter

social e mais objetivo, e o prazer, de caráter individual e mais subjetivo. Os autores apresentam alguns indicativos que contribuem para o entendimento e compreensão do conceito e da prática do lazer: 1) as atividades de lazer são vivências culturais, em sua definição mais ampla, que abarcam os diversos desejos e manifestações humanas; 2) as atividades de lazer podem ser praticadas e realizadas no tempo livre das obrigações sociais e das necessidades humanas; 3) os indivíduos procuram as atividades de lazer, sendo referenciados pelo prazer que estas propiciam.

Em face do exposto nesta subseção, o lazer estabelece relações diretas com as diversas manifestações humanas e apresenta-se, também, como contraponto das ações e atividades da vida social. Por essa razão, entendemos e vemos o lazer de maneira ampla, com peculiaridades abrangentes e uma prática privilegiada para vivências e experiências críticas e criativas de conteúdos culturais resultado da sociedade contemporânea. Dessa forma, a visão delimitada da sociedade de que o lazer se opõe somente ao trabalho e que é realizado/praticado no tempo do não trabalho, perde sentido com os pensamentos e ideias aqui expostas dos autores que embasam esta discussão. Nesse sentido, o lazer age sobre o aspecto físico, social e mental do ser humano manifestando grande importância para a qualidade de vida do indivíduo, tema que discutimos na próxima subseção.

### **2.3 Qualidade de vida: as diferentes necessidades do ser humano**

Nos últimos anos temos vivenciado um aumento significativo de estudos, debates e de discussões acerca da qualidade de vida da população e isto tem sido de extrema relevância para uma melhor compreensão do processo do desenvolvimento humano, visto que a qualidade de vida é um indicador primordial no qual devemos depositar dedicação e empenho para buscá-lo e alcançá-lo durante toda a nossa vida.

Quando nos deparamos com a expressão qualidade de vida, instintivamente, somos capazes de construir uma base conceitual com relação a ela, porém estabelecer uma definição concreta tem significado uma árdua tarefa, pois não há um conceito em consonância entre as diversas ciências, porém, nesta subseção esperamos trazer contribuições com o intuito de construir um profícuo diálogo interdisciplinar que nos permita progredir no conhecimento, além de nos aprofundar na discussão desse assunto que é considerado de suma importância para a saúde coletiva. Nesse cenário, devemos considerar que além de complexo o termo qualidade de vida apresenta-se como um conceito amplo e inclusivo que abrange todos os indivíduos, independentemente da idade e de suas condições de vida.



A qualidade de vida do ser humano, com o passar dos tempos, deixou de ser analisada/mensurada tão somente pela questão da saúde. Essa definição precisou passar por muitos estudos e discussões para que houvesse um amadurecimento de ideias e perspectivas científicas para que pudesse ser considerada além da boa saúde, pois, quando pensada, exclusivamente, com o viés da saúde sendo a ausência de doenças, era tida uma concepção/olhar simplista desse conceito amplo que compreende tantos outros fatores que aqui serão abordados. Vale ressaltarmos que por mais que a qualidade de vida não se restrinja tão somente ao aspecto da saúde, tal aspecto se faz de extrema importância para uma compreensão mais abrangente do conceito aqui estudado.

A Organização Mundial da Saúde (1998a) define a qualidade de vida como a autopercepção que um indivíduo tem sobre sua posição de vida no contexto de cultura e do sistema de valores em que vive e, em relação às suas expectativas, normas, objetivos, preocupações e padrões. É um conceito amplo, que envolve com um nível de complexidade, o estado psicológico, a saúde física, as relações sociais, as condições econômicas e políticas, o nível de independência, as crenças pessoais, a relação com o ambiente e outras circunstâncias da vida. Complementando tal conceituação, Faustino *et al.* (2022, p. 03) afirmam que “a qualidade de vida envolve os níveis de condições básicas e suplementares do ser humano”, das quais podemos destacar o bem estar físico, psicológico, social, emocional e que a OMS passou a incluir o aspecto espiritual como indispensável para a realização da avaliação da qualidade de vida do indivíduo, pois “existe uma forte associação entre espiritualidade e enfrentamento da doença médica crônica, vontade de viver, redução da ansiedade, da depressão e melhoria da qualidade de vida”.

Para Buss (2000), o termo qualidade de vida é muito amplo e provém da interação de elementos sociais, biológicos e psicológicos, entre o ser humano e a sociedade, no qual é passível de ser modificado de acordo com o ambiente sociocultural em que está inserido. Em paralelo a esse pensamento, Kanematsu *et al.* (2022) dizem que a qualidade de vida é um conceito que deve ser abordado de modo multidimensional frente aos diversos pontos de vista, podendo ser modificado de tempo em tempo, de cultura para cultura, classe social e, também, de indivíduo para indivíduo, além de poder variar conforme o humor ou do estado de espírito do ser humano, tal como é um importante aspecto para o planejamento de políticas públicas de saúde.

A qualidade de vida é um conceito vasto e multidimensional, no qual está inserido o julgamento subjetivo das condições positivas e negativas da vida, porém em circunstâncias de incompatibilidade social, econômica e de pobreza, altera os papéis sociais além de piorar com

a saúde mental (Thin, 2018). Nesse sentido Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 8) reiteram a variedade de conceitos alusivos a qualidade de vida expondo que “o termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades reportando em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social”.

Por sua vez, Nahas (2017, p. 15) considera qualidade de vida como sendo “a percepção de bem-estar resultante de um conjunto de parâmetros individuais e socioambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano”. A qualidade de vida é uma condição de contentamento oriunda do potencial do indivíduo e da junção dos aspectos objetivos e subjetivos alicerçados em alguns domínios, tais como o bem-estar físico, social, material e o emocional (Haber; Silva; Carvalho, 2022).

Concomitante a essas definições, Gómez e Caballero enfatizam que a:

Qualidade de vida tem sido um conceito baseado na percepção subjetiva do indivíduo, na qual intervém fatores, como família, amigos, crenças religiosas, trabalho, renda, moradia e outras circunstâncias de vida. No entanto, o interesse em avaliar resultados sociais, conhecer a influência dos estados de saúde nos cuidados de saúde e reconhecer as atividades importantes que afetam o bem-estar individual, levou na atualidade a explorar o conceito de qualidade de vida em diferentes contextos (Gómez; Caballero, 2021, p. 88).

Baseados nessas diversas definições que se complementam acerca da qualidade de vida, conseguimos comprovar que não há uma que seja amplamente unificada. Ao analisar tais conceituações/definições fica cada vez mais evidente que, ainda assim, ela não engloba tão somente fatores referentes à saúde, como o bem-estar físico, emocional, mental e o funcional, mas também outros componentes importantes de nossa vida como a família, o convívio social, o trabalho, a prática regular de atividade física e tantas outras situações do cotidiano.

Dessa forma, é primordial, sempre que analisarmos os fatores que contribuem para uma melhor qualidade de vida, levar em consideração a percepção do indivíduo que se pretende investigar, visto que esta percepção é iminentemente humana e influenciada pelos ambientes em que vivem, apresentando-se como a satisfação pessoal do indivíduo com sua vida. Além disso, o termo contém muitos significados, que traduzem valores, conhecimentos e experiências individuais e coletivas que a ele se atribuem em diversos espaços e épocas, tornando-se, efetivamente, o resultado de uma produção social.

Segundo Arango e García (2005), a qualidade de vida pode ser discutida considerando duas perspectivas: a individual e a coletiva. A perspectiva individual, também denominada de

privada, apresenta relação com a percepção de significado da vida, satisfação das necessidades, felicidade, valorização, entre outros aspectos subjetivos que não se pode quantificar, mas que dão maior qualidade e responsabilidade moral para a vida do sujeito. Já a perspectiva coletiva, também chamada de pública, busca estabelecer o contexto sociocultural no qual o indivíduo vive, cresce e se desenvolve, visto que, a partir do ambiente, agrupa-se um capital humano que responde com discernimento ético aos sentidos análogos a teia de significados dos acontecimentos da vida cotidiana.

A qualidade de vida, frente a esses apontamentos, pode ser entendida e compreendida como uma avaliação subjetiva do ser humano que inclui aspectos positivos e negativos, individuais ou coletivos, qualidade de vida que se fundamenta no contexto social, cultural e ambiental, representando, assim, um amplo campo de experiências e vivências humanas, além de propiciar situações e dar condições para que o indivíduo consiga desenvolver e fortalecer suas potencialidades e autonomia nas suas tomadas de decisões.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (1998a), existem seis domínios profusos que caracterizam os aspectos centrais da qualidade de vida que transpassam as culturas, sendo eles: o domínio físico – relacionado com a energia e fadiga, dor e desconforto, sono e repouso e as atividades da vida cotidiana; o domínio psicológico tem relação direta com os sentimentos positivos e negativos; as relações sociais possui relação com o apoio e a interação social; o nível de independência trata-se da mobilidade; ambiente – acessibilidade e atenção à saúde; e as crenças pessoais/espiritualidade têm íntima relação com o sentido da vida. O domínio da saúde (o qual abordaremos mais adiante) é dito como sinônimo da qualidade de vida.

Em razão do que a OMS expõe, Minayo, Hartz e Buss (2000) ponderam que o entendimento de qualidade de vida perpassa por um campo semântico polissêmico: de um lado, está associado às condições, modos e estilos de vida; de outro, compreende os pensamentos de ecologia humana e de desenvolvimento sustentável; e, por fim, refere-se ao âmbito do desenvolvimento, da democracia e dos direitos sociais e humanos. Já em relação à saúde, as concepções se unem em um produto social da criação coletiva das regras de bem-estar e tolerância que a sociedade determina como parâmetros para si.

Nesse sentido, a qualidade de vida, além de refletir a percepção que os indivíduos têm de que suas necessidades consideradas fundamentais estão sendo satisfeitas, é a expressão que estabelece um conjunto de fatores consequentes da interação entre ambiente e sociedade, atingindo a vida no que se refere às suas necessidades físicas, emocionais, biológicas e sociais natas e/ou inatas.

Para uma melhor compreensão sobre o termo qualidade de vida, vimos que é extremamente necessário inter-relacioná-lo com as mais diversas áreas do conhecimento humano, levando em consideração “desde questões subjetivas até aspectos pragmáticos, procurando evitar os reducionismos”. Devemos considerar, também, “indicadores que vão desde as questões relacionadas ao acúmulo de riqueza e concentração de renda, até a satisfação com determinados aspectos de vida” (Silva; Dias; Silva, 2022, p. 03), enfatizando que não há possibilidade de dissociação entre a qualidade de vida e o comportamento do indivíduo e da sociedade.

Em face dessa vertente de indicadores/determinantes sociais, Hernandez *et al.* (2023) afirmam que esses consistem nas condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham, as quais repercutem diretamente na saúde do indivíduo, além de contribuírem para o planejamento e desenvolvimento de métodos preventivos de doenças e intervenções mais direcionadas às necessidades dos indivíduos. Percebemos então que um determinante social é uma medida provida de sentido e significado social. Trata-se de um instrumento que fornece informações acerca de um aspecto da realidade social, além de ser um instrumento efetivo para o planejamento, execução e avaliação de políticas públicas (Jannuzzi, 2009). Como exemplo, podemos elencar alguns indicadores que devem estar inter-relacionados e que são capazes de mensurar a qualidade de vida, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Produto Interno Bruto (PIB), Linha da Pobreza, Índices Ambientais, Índice de raça e gênero, entre outros. Nessa linha de pensamento, Santos *et al.* (2018) expõem que a qualidade de vida está intimamente relacionada com variáveis sociodemográficas como, raça/etnia, gênero, idade, emprego, renda, educação, saúde, além de variáveis psicossociais, evidenciando o bem-estar subjetivo.

Nesta perspectiva, Andrade e Linke (2017) apontam os espaços públicos como indicadores da qualidade de vida urbana. Sena e Gallo (2022) fomentam essa ideia ao dizer que a qualidade dos espaços públicos possui grande influência na apropriação dos usuários desses espaços, bem como na saúde dos cidadãos e acrescentam que há muito tempo se compreende que as condições sociais e urbanas em que as pessoas vivem e convivem são determinantes sociais importantes de sua saúde e qualidade de vida.

Diante da busca pela qualidade de vida urbana, a fim de gerar pertencimento e despertar sentimentos positivos nos cidadãos, Sena e Gallo (2022) dizem que:

A ideia de cidades saudáveis abarca a cidade como um território físico onde vivem, trabalham e se relacionam seres humanos. É também um projeto e uma

estratégia de desenvolvimento social focado na saúde, vista em sua positividade, considerando múltiplos determinantes, com objetivo de motivar as diferentes forças em jogo na esfera da política pública para que ocorram melhorias nas condições de vida da população coletivamente (Sena; Gallo, 2022, p. 12).

Essa ideia traz consigo que a importância urbana dos espaços públicos é uma forte determinante na definição da humanização da cidade e da qualidade de vida das pessoas, pois permite que estas desenvolvam e aprimorem o sentido vivido na sua relação com o espaço. Para Marques (2019, p. 09), os espaços públicos se tornam humanizados pelo fato de estabelecerem uma significativa e forte conexão com o seu usuário, onde estes “ambientes devem proporcionar ao indivíduo sensações de bem-estar e tranquilidade que, conseqüentemente, lhe darão a sensação de segurança e confiança”. Relata, também, que os efeitos benéficos das atividades físicas e os sentimentos de pertença e apropriação dos espaços públicos melhoram a qualidade de vida e saúde mental dos indivíduos.

Para Santos e Gallo (2018), o conceito de qualidade de vida deve ser mensurado pela capacidade que a sociedade tem de propiciar possibilidades de realização pessoal aos sujeitos que nela estão inseridos no sentido social, emocional e espiritual, garantindo-lhes uma condição de vida aceitável. Eles classificam a qualidade de vida por meio de princípios para seus indicadores sociais, fundamentados em três verbos que consideram essenciais à vida humana: 1) Ter – referente as condições materiais necessárias para sobreviver fora da miséria, como condições de moradia, emprego, recursos econômicos, condições físicas de trabalho, saúde e educação; 2) Ser – referente à necessidade de integração com a sociedade e viver em harmonia com a natureza, participando de atividades e decisões coletivas que exercem influência na sua vida, tal como as atividades sociopolíticas, atividades de tempo e lazer, vida significativa no trabalho e nas oportunidades de contemplar a natureza; 3) Amar – referente à necessidade de se conectar a outros indivíduos e construir/fortalecer identidades sociais, bem como a conexão familiar e parental, contato com a comunidade local, grau ativo de amizade, relações com companheiros de trabalho e de organizações.

Assim sendo, fica evidente que a qualidade de vida de um indivíduo sofre influência e depende de suas condições de vida, de seu acesso a alguns bens e serviços sociais, políticos e econômicos: alimentação balanceada e adequada, educação básica de qualidade, emprego e fonte renda, habitação/moradia, bons serviços de saúde, saneamento básico e etc., sempre sabendo que tais indicadores representam a integralidade das subjetividades, objetividades, perspectivas e projetos de vida do indivíduo e que variam de sociedade para sociedade, conforme a cultura local. Desse modo, percebemos que a qualidade de vida é analisada em

vários sentidos e significados que resultam em aspectos que criam uma percepção/sensação positiva de bem-estar.

Por sua vez Silva, Dias e Silva (2022) enfatizam duas abordagens das quais eles utilizam para classificar a qualidade de vida: a abordagem psicológica e a abordagem médica. A abordagem psicológica concebe a qualidade de vida enquanto um aspecto subjetivo do indivíduo perante suas experiências e vivências de felicidade e satisfação. Já a abordagem médica, oferta melhorias nas condições de vida relacionadas às condições de saúde intrínsecas às questões sociais.

Desde o início dessa discussão, é nítido que o entendimento e a compreensão da importância da qualidade de vida vêm evoluindo segundo a observação e estudos acerca da longevidade humana. Com o olhar voltado para essa ótica, abordamos o conceito de qualidade de vida relacionada à saúde, visto que ao longo dos anos a qualidade de vida tornou-se uma importante referência para análise e compreensão da situação de saúde individual e coletiva, apresentando uma relevância fundamental para estudos e pesquisas em relação a referida temática. Vale ressaltarmos que qualidade de vida e saúde são conceitos indissociáveis, sendo que cada um possui sua especificidade ao mesmo tempo em que apresentam forte ligação entre si. Em vista disso, a qualidade de vida e saúde são tratadas como sinônimo de tal forma que não é possível distinguir uma da outra.

Para tanto, primeiramente, precisamos entender e compreender o conceito de saúde. A OMS (1946) concebe e traz como referência mundial que a saúde é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença ou enfermidade”. Por mais correta que esteja, tal definição/conceituação apresenta-se um tanto quanto privada de sentidos e significados, porém é o ponto de partida para adentrarmos nessa discussão, porque ela demonstra/representa o mal-estar com o reducionismo biomédico.

Para Silva, Schraiber e Mota (2019, p. 06), saúde é um conceito que está intimamente ligado à qualidade de vida. Os autores apresentam-nos uma concepção evoluída e mais rica de sentidos e significados, ao abordar a saúde como o resultado de um processo de criação social que manifesta a qualidade de vida de uma sociedade. Para os autores, a “saúde não é um objeto que pode ser restringido dentro do campo do conhecimento objetivo”, ela é tida como o fruto da subjetividade do indivíduo e das relações entre os processos biológicos, sociais, econômicos, culturais e ecológicos que ocorrem em determinado grupo social e que promovem suas condições de vida.

A qualidade de vida relacionada à saúde caracteriza as respostas individuais aos impactos causados pela doença, envolvendo o aspecto físico, social, psicológico e espiritual, da

mesma maneira que a avaliação da eficiência/eficácia dos serviços de saúde (Castro e Silva, 2018).

O conceito qualidade de vida, no âmbito da saúde, tem decorrido, em partes, dos novos paradigmas que têm instigado as práticas do setor nos últimos anos. Os determinantes sociais do processo saúde-doença são multifatoriais e complexos, onde saúde e doença constituem processos que estão ligados aos aspectos biológicos, sociais, culturais, econômicos, à experiência pessoal e estilos de vida. Dessa forma, a qualidade de vida começou a ser vista como uma provável consequência, tanto das políticas públicas como das práticas assistenciais voltadas para a saúde nas áreas da prevenção de doenças e na promoção da saúde transpondo a abordagem biomédica da doença (Correia; Mendes; Carnut, 2022).

Nas discussões e debates que envolvem o cenário da qualidade de vida relacionada à saúde, como profissional da referida área, é percebido uma linha tênue entre a distinção da prevenção de doenças e da promoção da saúde, pois ambas as perspectivas são partes integrantes do processo saúde-doença, tanto no aspecto individual, como no aspecto da coletividade. Corriqueiramente, o arcabouço teórico-conceitual e científico é o elemento que mais apresenta precisão na diferenciação entre as duas perspectivas e não as práticas realizadas pelos serviços da área da saúde.

Para Buss (2009), a prevenção de doenças almeja que os sujeitos fiquem livres das doenças, pois a mesma é voltada para as ações de detecção/descoberta, controle e enfraquecimento/diminuição dos fatores de risco ou dos fatores causais das enfermidades ou de uma enfermidade específica, onde sua essência está nos métodos para combatê-las e tratá-las por meio do impacto sobre os fatores que a geram ou precipitam. Vale aqui destacar e reconhecer que o enfoque que predomina os serviços de saúde é o curativo, pois é esse que tem por intuito evitar e diminuir os agravos e as complicações de uma doença, utilizando-se de medicamentos e até de procedimentos cirúrgicos.

A Carta de Ottawa (1986), até os dias atuais, é um documento de referência fundamental no planejamento e desenvolvimento das ações de promoção da saúde em todo o mundo. Ela estabelece a promoção da saúde como um processo de preparação da comunidade para atuar/agir na melhoria da sua saúde e qualidade de vida, realizando, conseqüentemente, o controle desse processo. O documento ainda evidencia que a saúde é o maior mecanismo/instrumento para o desenvolvimento pessoal, social e econômico de uma população, bem como um importante aspecto de sua qualidade de vida, para além do pensamento de modos saudáveis de vida. Declara também que os quesitos e os preceitos para a saúde são: alimentação, habitação, educação, renda, paz, recursos sustentáveis, ecossistema

estável, equidade e justiça social. Apresenta a defesa da saúde, a capacitação e a mediação como as três estratégias essenciais da promoção da saúde.

Diante desse contexto, compreendemos e entendemos que a saúde é mensurada pela qualidade de vida e que ela se sustenta na compreensão das necessidades humanas fundamentais, envolvendo diversos aspectos que abrangem determinantes da saúde, tais como: o estilo de vida, os serviços de saúde, os avanços da biologia humana e o ambiente social, além de caracterizar que a qualidade de vida está diretamente conectada à saúde do indivíduo por fatores internos e externos, apresentando seu foco mais relevante no conceito de promoção da saúde.

A promoção da saúde, nas últimas décadas, tem representado uma estratégia propícia para enfrentar os inúmeros problemas de saúde que atingem a toda população, além de ser considerada a ferramenta indispensável da Saúde Pública. Advindo de uma noção ampla do processo saúde-doença e de seus determinantes, a promoção da saúde sugere a junção/união dos conhecimentos técnicos e populares, e a mobilização de recursos públicos e privados, institucionais e comunitários em prol da qualidade de vida (Buss et al., 2020), substituindo o olhar restrito da ausência de doença pelo olhar da erradicação de suas causas.

Nesse cenário, a Organização Mundial da Saúde (2010) revela que a grande parcela da carga de doenças, bem como as desigualdades em saúde, existentes em todo o mundo, ocorre devido as condições em que as pessoas nascem, crescem, vivem e envelhecem, denominando este agrupamento de condições de “determinantes sociais da saúde”.

É nesse sentido que Buss e Filho (2007, p. 78) dizem que as condições de vida dos indivíduos estão ligadas com sua situação de saúde e nos apresentam os determinantes sociais da saúde salientando que esses são fatores que “influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população”. Consideram como determinantes da saúde os: 1) determinantes biológicos ou orgânicos – fazem referência à saúde e à doença; 2) determinantes psicológicos – retratam a percepção e o bem-estar, a autonomia, a identidade, a afetividade e o estado emocional, o conhecimento e a habilidade, o aprendizado e a criatividade; 3) determinantes sociais – tratam das relações sociais, o convívio familiar, a vida particular, a vida sexual; 4) determinantes comportamentais – fazem alusão a vida profissional, a autodeterminação, a mobilidade, hábitos como o consumo de álcool e fumo, a alimentação, o descanso, o lazer; 5) determinantes materiais – relativos a moradia, renda, bens materiais, economia privada e a autossustentação; 6) determinantes estruturais – relacionados a posição social, opinião sócio-política, significado da própria vida, entre outras.



É importante dizer que a ideia de uma qualidade de vida constituída de uma saúde equilibrada requer oportunidades e condições de dignidade. Elementos como fonte de renda, habitação, trabalho, educação, nutrição, transporte público e bons cenários ambientais apresentam-se essenciais para uma vida saudável. Na lógica neoliberal, a sensatez e o discernimento por prover essas condições também é integralmente atribuída aos indivíduos. Realizar orientações referentes à adesão de hábitos e práticas saudáveis para o indivíduo que não dispõe das condições mais básicas e fundamentais de vida, incide em práticas/ações de promoção da saúde desprovidas de sentidos e significados, para os quais os serviços de saúde aconselham e orientam o que deve ser realizado, deixando de analisar as verdadeiras condições para a adesão das atitudes sugeridas (Mattioni *et al.*, 2022). Notamos que a qualidade de vida relacionada à saúde possui um viés ligado a identificar o enfoque central e os elementos mentais, físicos e sociais que fazem parte de um modelo de saúde, cujos interesses são conduzidos e centrados nas perspectivas da qualidade de vida que podem ser atingidas/afetadas de forma direta ou indireta pela saúde dos indivíduos.

Em nosso entendimento, para conquistar/obter a tão desejada boa saúde, dentro do complexo/processo da vida social com todo o seu peso ideológico e estrutural, os indivíduos devem ser capazes de reconhecer seus ideais, vontades, valores, sonhos, satisfazer suas necessidades fundamentais e modificar positivamente o ambiente em que está inserido. Nesse sentido, consideramos, também, a subjetividade do indivíduo, a saúde deve ser entendida como um recurso para se viver e não como um objetivo de viver.

Em síntese, a qualidade de vida emergiu do interesse de mensurar as condições de vida de um indivíduo no tocante a sua saúde, subjetividades, valores, preocupações, relações sociopolíticas e regras, cujo enredo social em que o indivíduo está inserido retrata a diferença entre suas expectativas e suas experiências/vivências atuais, almejando o estado de satisfação plena. Por consequência, a qualidade de vida apresenta-se para a sociedade como um conceito global agregado com as condições materiais que conduz a existência dos indivíduos e, sobretudo, oportuniza estudar as condições, os objetivos e os desejos que orientam as suas vidas, além de viabilizar a avaliação dessas condições perante a perspectiva dos próprios indivíduos.

Nesse sentido, o campo da promoção da saúde é, sem dúvida, um forte elo de legitimação da concepção que relaciona, de forma enredada, as condições sociais, a saúde e a qualidade de vida, na sociedade contemporânea. Em vista disto, abordamos na próxima subseção, com um diálogo interdisciplinar, a relação existente entre o lazer, a qualidade de vida e o espaço público em benefício do ser humano.

## **2.4 Espaço público, lazer e qualidade de vida: um diálogo interdisciplinar**

Baseados no universo das concepções, sentidos e significados apresentados e debatidos de maneiras distintas, no que diz respeito ao espaço público, lazer e qualidade de vida, nesta subseção realizamos uma discussão interdisciplinar acerca da importância da utilização dos espaços públicos para as práticas de lazer e de promoção da saúde, onde se faz necessário identificar os motivos que estimulam os indivíduos a usufruírem e a se apropriarem desses ambientes, uma vez que são essenciais para a melhoria da qualidade de vida.

Neste tópico, articulamos os temas discutidos nos tópicos anteriores, fortalecendo o espaço público como um componente fundamental e indissociável à imagem da cidade, no qual os indivíduos se apropriam para participar da sociedade por meio do lazer e, conseqüentemente, promoverem melhoras em sua qualidade de vida, visto que ela é um fator imprescindível para o ser humano viver bem.

Quando falamos em espaço público, é primordial considerar que esses espaços têm uma função e uma responsabilidade determinante dentro da sociedade, pois em seu âmago são estabelecidas, concretizadas e exteriorizadas as relações, os encontros, as trocas, os diálogos e o convívio social entre os indivíduos e o espaço vivido e sentido por eles. Nesse sentido, é compreendido que há uma vivência social que está estreitamente relacionada a uma cultura partilhada e compartilhada entre os cidadãos.

O espaço público possui uma função que pressupõe um uso. A natureza do espaço público se encontra na forma como ele é utilizado pelos diversos atores/agentes sociais, o que favorece ou inibi as práticas que os cidadãos realizam. Portanto, é importante que os usuários dos espaços públicos adquiram a consciência da prática de hábitos saudáveis ligados à socialização, ações culturais, práticas de lazer e de atividade física, promoção da saúde, entre outras experiências e vivências.

O uso do espaço público não se realiza, tão somente, em função dos aspectos e perspectivas objetivas dos indivíduos, ou seja, idade, gênero, raça, classe e grupo social, estilo de vida, habilidades, etc., mas agrega, cada vez mais, outros aspectos com maiores subjetividades, tais como os desejos, vontades, interesses, motivações e os valores dos indivíduos, dando mais força à dimensão simbólica, na qual os espaços públicos são utilizados pela sua qualidade, imagem e conforto (Matos, 2010), o que propicia melhorias na qualidade de vida de seus usuários.

Com base nesses apontamentos, percebemos que é pela forma da apropriação dos indivíduos que os espaços públicos adquirem sentido e significado, e não somente pelas suas dimensões espaciais e geográficas. Santos (2008a, p. 34) afirma que o espaço se institui por intermédio dos arranjos que ele oferece para “a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de viver bem”, e Lefebvre (2008a, p. 118) incita a discussão ao dizer que a impossibilidade do espaço para os indivíduos só é capaz de ser superada por meio da prática social crítica, fazendo ressurgir a valorização de seu uso e, assim, oportunizar a promoção da vida urbana, possibilitando uma nova produção social do espaço em busca do direito à cidade, isto é, “o direito à vida urbana, transformada, renovada”.

A apropriação e o uso dos espaços públicos, por parte dos cidadãos, como um ambiente social, político, cultural, de prática de lazer e, conseqüentemente, de promoção da saúde, tem aumentado de maneira gradual e expressiva nas últimas décadas. Essa relação entre o indivíduo, espaço público e saúde, tal como se apresenta, é ampla e se desenha sobre o entendimento de que esses espaços quando adequados/moldados às necessidades humanas é um aspecto irrefutável para uma melhor qualidade de vida. Felipe *et al.* (2019) defendem a ideia de que essa relação é extremamente positiva, pois a prática ativa do lazer acarreta diversos benefícios em vários determinantes de saúde, e que a mesma deve ser analisada, entendida e compreendida como uma estratégia de promoção da saúde e esta, por sua vez, visa aumentar a qualidade da saúde e o bem-estar geral.

Os espaços públicos são essenciais para a dinâmica das cidades, pois exercem um papel significativo como produto e produtor de convívio social, lazer, eventos culturais, contemplação e contato com a natureza, além de auxiliar na promoção da saúde e do bem-estar dos cidadãos que deles se apropriam. Para Silva e Veiga (2019, p. 147), a cidade é compreendida como um produto e uma representação da condição humana e é “resultante dos conflitos de interesses ao próprio sistema capitalista”, onde o espaço público não é produzido apenas para uma pessoa, mas para diversas e, é nele que se expressam as diferenças e as afinidades sociais, políticas, comportamentais, econômicas, profissionais, entre outros interesses.

Nessa perspectiva, os espaços públicos representam um elemento capaz de reunir, na cidade, o lazer, a cultura, o convívio social, a democracia e situações políticas de uma forma livre e subjetiva. Sendo assim, Benini (2009) diz que o papel dos municípios é fundamental para que estes espaços se consolidem e deem possibilidade para que todos os cidadãos possam

usufruir de seu tempo livre praticando lazer, ações de relaxamento e alívio do estresse, influenciando diretamente e positivamente, dessa forma, a autopercepção de sua saúde.

Franciscon e Bovo (2020, p. 15) apresentam a polissemia do espaço público relacionando-o com a cidade e dizem que “os espaços públicos fundem-se a própria cidade, ou seja, a cidade é vista como espaço público... Assim sendo, espaço público e cidade passam a ser vistos como elementos indissociáveis formando um sistema contínuo”. Compreendemos, com tais palavras que a representação e a imagem do espaço público e da cidade são semelhantes e que o espaço público é um elemento importantíssimo na construção da cidadania e na conscientização social.

Nesse sentido, uma política urbana integrada, que envolva a vida na cidade, a sustentabilidade, a segurança e a saúde, é extremamente importante para melhorar a qualidade de vida urbana, resultado de um planejamento urbano holístico e para garantir que os indivíduos se sintam convidados a usufruir dos espaços públicos. Tais aspectos são as chaves para a humanização do espaço urbano e, conseqüentemente, da cidade (Oliveira; Borges, 2018). A humanização da cidade contemporânea advém da necessidade de transformar os espaços públicos em áreas qualificadas para convívio social que favoreçam a qualidade de vida no meio urbano e diz respeito ao planejamento urbano (Ramos, 2020).

Diante disto, Santos (1988) pontua que o espaço para a prática do lazer é o espaço urbano, assim as cidades são os grandes espaços de lazer com seus espaços públicos destinados para à prática do lazer, porém esses podem se diferenciar em razão de suas particularidades de uso e construção, além de se estruturar e se reproduzir alicerçado em diferentes paradigmas de lazer. Com base nessas concepções, é possível afirmar que refletir e avaliar o lazer pressupõe considerar o espaço público como quesito/critério de análise, que traz consigo a relevância para o entendimento e compreensão da realidade, ao mesmo tempo em que o espaço é determinado pelo indivíduo, ele pode determinar as condutas e atitudes dos indivíduos, atestando que ambos são inseparáveis e complementares no contexto atual.

De acordo com Felipe et al. (2019), os espaços públicos possuem uma disposição em assumir diferentes atribuições na sociedade e suas funções precisam manter uma inter-relação com a condição a que se destina o seu uso. O autor elenca as funções que se relacionam aos espaços públicos, sendo elas: 1) Função Social, possibilita o convívio social e as práticas de lazer ofertadas à população; 2) Função Estética, representa a diversificação da paisagem construída e o enriquecimento na arquitetura/urbanização da cidade; 3) Função ecológica, promove melhorias no clima da cidade (ar, água e solo) o que resulta em maior bem-estar da população; 4) Função Educativa, possibilita ações de cunho educativo ambiental; 5) Função

Psicológica, oportuniza momentos de relaxamento, descontração e de lazer, propiciando redução do estresse e das tensões ocasionadas no cotidiano.

Diante do exposto, entendemos que os mais diversos espaços públicos utilizados para a prática do lazer, tais como os bosques, parques, áreas verdes, praças, clubes, ruas, ciclovias, pistas de caminhada e lagos, são de extrema importância, pois influenciam e são necessários para a manutenção da vida em sociedade e, em consequência, nas melhorias dos aspectos que possibilitam e proporcionam a promoção da qualidade de vida de toda uma população. Assim sendo, Marcellino (2007a) manifesta seu pensamento sob o prisma da importância dos espaços públicos para o ser humano, dizendo que os espaços públicos para as práticas de lazer tornam-se um ambiente que tem por objetivo promover a transformação na vida em sociedade e na qualidade de vida.

É nesse contexto que a prática do lazer nos espaços públicos não se limita ao modismo urbano proveniente de processos políticos e econômicos. O lazer deve ser considerado como uma conquista da sociedade, com o qual é possível valorizar o local, sua cultura e enaltecer o orgulho de pertencer àquele espaço (Damiani, 2002), além de humanizar as cidades com sua característica lúdica e recreativa como possibilidade de experimentação de emoções, sensações e sentimentos particulares (Silva, 2005). Em vista disso, o espaço público para a prática do lazer presente na cidade é democrático e detentor de uma significação social diversificada, mas ao mesmo tempo está repleto de peculiaridades, fornecendo, assim, a oportunidade de reconquistar a autonomia de ação e a consciência dos cidadãos na construção e participação ativa da vida social.

A organização e a utilização dos espaços públicos, principalmente para prática de lazer, é atualmente um dos aspectos indispensáveis para a revitalização do meio urbano e da qualidade de vida (Matos, 2010). Ao entendermos e compreendemos que os espaços públicos são locais para manifestações humanas, culturais, sociais, políticas e de práticas de lazer de diversos e diferentes grupos de indivíduos que formam uma sociedade, relacionar a promoção na melhoria da qualidade de vida nos abre um leque de complexidade, pois, antes de tudo, os espaços públicos são locais nos quais o olhar sobre o outro e suas práticas é sempre valorativo.

Já apresentamos e debatemos que a qualidade de vida de um indivíduo é a consequência das suas condições de existência e do acesso a bens e serviços, para isso foi destacado que esse conceito é modificado/alterado de sociedade para sociedade e de tempo em tempo. Desse modo, o lazer é colocado como um elemento indispensável na estratégia para promoção da saúde e que tem atribuído novo sentido para o setor da saúde, pois, como já discutido, é reconhecido como um fenômeno de muita complexidade e de grande importância para emancipação humana

e para a cidadania, configurando-se ativamente como um produtor e promotor de qualidade de vida e agindo, também, na manutenção da saúde. A vista disso, os espaços públicos de lazer são locais favoráveis para à promoção da saúde, pois são ambientes que, de modo geral tem presença de vegetação, o que favorece o contato com a natureza e ainda influenciam no equilíbrio do meio ambiente urbano, além de desempenhar uma função de revitalização do meio urbano e de promoção do bem-estar humano, dando possibilidades dos indivíduos de adquirirem hábitos saudáveis, além de colaborar para melhorias nos aspectos sociais, emocionais, físicos e culturais dos indivíduos (Santos; Vieira; Medeiros, 2023).

Para Bacheladenski e Júnior (2010), a relação do lazer com a promoção da saúde é cerceada a um modo de ocupação ativa do corpo no tempo livre do trabalho, tendo como efeito a despolitização de ambos os conceitos: a responsabilidade dos indivíduos pelo alcance do lazer e da saúde e a sustentação do paradoxo do lazer – ao passo que poucos indivíduos podem aproveitar de suas diversas possibilidades, uma grande massa da população é submetida a se satisfazer com um lazer precário e improvisado. Em contrapartida, o lazer tem sido valorizado por possuir a capacidade de contribuir e participar com os objetivos de promoção da qualidade de vida, além de reduzir a vulnerabilidade e os riscos à saúde (Brasil, 2014), sendo visto e analisado como um dos elementos determinantes e condicionantes para a saúde da população (Santos; Rosa, 2021), pois “promove melhora na qualidade de vida por trabalhar o físico, o psíquico e o social, sendo, portanto, uma atividade global” (Carvalho; Carvalho, 2018, p. 962) indo ao encontro do que determina a lei nº 8080/1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

Nessa perspectiva de relacionar o lazer com a saúde, qualidade de vida e bem-estar, precisamos entender e compreender que a saúde não abrange unicamente questões de caráter objetivo (saúde física, biológica e fisiológica), mas também de caráter subjetivo (saúde mental e espiritual) e de caráter social (contextos sociais, culturais e econômicos) (Carvalho; Carvalho, 2018), assim sendo, ela deve ser entendida e compreendida de modo global e não somente por uma concepção orgânica do corpo humano.

Perante essas considerações, entendemos que na promoção da saúde (qualidade de vida) o envolvimento e a atuação dos indivíduos não é apenas uma condição desejável, mas uma condição indispensável e, assim, reforçamos o pensamento de que o lazer é uma necessidade fundamental da população, pois tem se transformado em uma maneira para os indivíduos conquistarem melhores condições de saúde, além de atribuir mais significado e sentido para a área da saúde, uma vez que oportuniza/propicia a manutenção da saúde e uma melhor qualidade

de vida para todos os cidadãos, haja visto que ele é entendido e compreendido como um fenômeno que está em constante construção, de muitas faces e com interesses diversos.

Na sociedade contemporânea, as buscas por afinidades entre o lazer e a qualidade de vida são extremamente pertinentes, uma vez que além de qualificarem as práticas deste enredo, colaboram para a propagação de um olhar mais crítico no tocante a temática, enfatizando as inter-relações entre as referidas áreas e não deixando de lado os prováveis benefícios que o fenômeno lazer pode trazer para a vida das pessoas. Posto isso, é necessário compreender e considerar o lazer como um elemento de cidadania que está intimamente envolvido com a qualidade de vida, como, também, ultrapassar a concepção de lazer puramente enquanto uma reprodução e representação ideológica, buscando viver com mais qualidade e sentido, promovendo uma construção social, política, cultural e de saúde mais efetiva e eficaz.

Ao debater e discutir a saúde com outras áreas do conhecimento formou-se um universo de possibilidades para pensar e repensar o lazer como uma importante ferramenta de promoção da saúde, na medida em que suas vivências e manifestações agem na dimensão lúdica da vida. Por meio da prática do lazer, instiga-se a capacidade inovadora e imaginativa das pessoas e dos grupos sociais, investindo, assim, na qualidade de vida e nas condições de saúde de todos (Batista; Ribeiro; Nunes Junior, 2012).

Ao relacionarmos o lazer com a qualidade de vida, podemos salientar que a prática do lazer promove situações que geram prazer para a vida dos indivíduos, favorecendo melhorias significativas de sua motivação, satisfação pessoal e social, além de podermos identificar uma afinidade benéfica do bem-estar físico com o mental, agregando, assim, fatores que contribuam para uma melhor qualidade de vida. Peres e Melo (2009) relacionam o lazer com a qualidade de vida, seja pelo caráter fisiológico/saúde, seja por uma perspectiva de busca por uma sociedade saudável com ênfase na ordem social.

Conforme Neri (2012), a qualidade de vida mantém associação com a relação entre amigos e familiares, com a satisfação, produtividade, atividades cognitivas e com a saúde física, que são aspectos que estão inter-relacionados com os conteúdos do lazer, já expostos anteriormente. Com isso, entendemos que o indivíduo ao fazer o que lhe agrega prazer e satisfação pessoal, buscar bons hábitos e manter bons relacionamentos sociopolíticos, maiores oportunidades de adquirir uma boa qualidade de vida este indivíduo terá. Entretanto, Surdi e Tonello (2007) apontam que o lazer não deve ansiar tão somente a qualidade de vida no sentido individual, mas englobar seu sentido histórico, cultural, social e político, buscando ambientes e condições dignas de se viver em sociedade. Frente a esses apontamentos, os espaços públicos de lazer nas cidades ocupam e exercem uma importante função no que se refere à qualidade de

vida/promoção da saúde do indivíduo e, conseqüentemente, da sociedade como um todo, pois esta tríade relação oportuniza uma vida mais saudável para os atores/agentes sociais.

Quando analisamos as temáticas expostas acerca do lazer e da qualidade de vida, percebemos que são questões individuais, porém tratadas de forma coletiva. Este tratamento é tido pela busca do entendimento, em diferentes perspectivas, de um modelo padrão de lazer e de uma saúde plena que vem sendo construídos e alicerçados em conceitos como o tempo livre, bem-estar físico e emocional, opções e escolhas, e que estão atrelados a diversos aspectos e fatores relacionados ao trabalho, cultura, relacionamento e convívio em sociedade, bens e serviços de saúde primária, prática de atividades físicas e de cunho lúdico-recreativo, e dos diversos determinantes sociais de saúde.

A relação entre as práticas de lazer e a qualidade de vida é entendida, considerada e vista de maneira positiva na literatura científica. Identificamos isto nos dizeres de Pondé e Cardoso (2003, p. 167) em que eles identificam uma associação benéfica das práticas do lazer para a promoção da saúde, considerando o lazer como “um fator de proteção contra sintomas psicológicos, uma vez que amortece os efeitos estressores”. De acordo com Almeida, Gutierrez e Marques (2012) os efeitos dessa relação são multifatoriais e englobam a diminuição do estresse, melhora nas doenças cardiovasculares, depressão, na qualidade do sono, diminuição da obesidade e aumento do relaxamento corporal e Silva et al. (2017) acrescentam melhoras no funcionamento fisiológico do corpo, de modo a prevenir/evitar doenças ou o uso de medicamentos regularmente.

Dessa forma, Santos e Rosa (2021) apresentam uma outra vertente da relação do lazer com a saúde, trazendo, exclusivamente, para a discussão a dicotomia doença/saúde e seu encontro com o lazer. Os autores apontam que ações de lazer, sejam para indivíduos em condição de adoecimento e/ou tratamento médico, oportunizam diversos benefícios, tais como a melhora na autoestima, na motivação, na alegria, no humor, aliviam a dor e o sentimento de abandono, melhora do quadro clínico, amenizam os sintomas decorrentes da doença, reduzem a medicação, promovem de uma maneira geral melhorias na qualidade de vida dos indivíduos acometidos por alguma doença. Diante da dicotomia, aqui exposta, o lazer apresenta-se como um forte aliado do ser humano e um facilitador do processo das relações interpessoais, além de trazer consigo diversos benefícios para a saúde dos cidadãos. Percebemos que o lazer e a saúde são componentes essenciais para uma melhor qualidade de vida, pois é perceptível que ambos se apresentam e se constituem como necessidades humanas que se entrelaçam a todo e a qualquer instante.



Os autores Mazzei, Colesanti e Santos (2007) enriquecem essa discussão, trazendo à luz o acesso aos espaços públicos (com áreas verdes) para a realização da prática do lazer, mantendo a relação com a saúde. Assim sendo, ressaltam que além dos espaços públicos atribuírem melhorias ao equilíbrio ambiental, favorecem o desenvolvimento e a relação social, promovem benefícios à saúde física e mental dos cidadãos oportunizando situações de contemplação e de contato do indivíduo com a natureza/meio natural. Loboda e De Angelis (2005) dizem que a qualidade de vida urbana está intimamente ligada à infraestrutura, ao desenvolvimento econômico-social e às questões ambientais, nas quais as áreas verdes se tornam fundamentais para a promoção da saúde física e mental das populações, afirmando que:

As áreas verdes urbanas são de extrema importância para a qualidade da vida urbana. Elas agem simultaneamente sobre o lado físico e mental do Homem, absorvendo ruídos, atenuando o calor do sol; no plano psicológico, atenua o sentimento de opressão do Homem com relação às grandes edificações; constitui-se em eficaz filtro das partículas sólidas em suspensão no ar, contribui para a formação e o aprimoramento do senso estético, entre tantos outros benefícios. Para desempenhar plenamente seu papel, a arborização urbana precisa ser aprimorada a partir de um melhor planejamento. (Loboda; De Angelis, 2005, p. 134).

A importância e o acesso às áreas verdes urbanas e os efeitos benéficos que elas apresentam para a qualidade de vida urbana tem sido debatidos/referenciados seja pelo seu papel de melhoria da qualidade ambiental (Bezerra; Rocha; Bogniotti, 2016; Lima; Garcez, 2017; Silva, 2017), qualidade do ar (Arantes, 2017; Saldiva, 2018) e os efeitos psicológicos (Araújo, 2021; Amato-Lourenço et al., 2016), bem como a possibilidade de práticas de lazer e recreação (Cardoso; Abreu; Oliveira, 2016) e de atividades físicas em espaços públicos (Bezerra; Rocha; Bogniotti, 2016). Para Sena e Gallo (2022, p. 17), uma boa qualidade ambiental dos espaços públicos “possui forte influência no conforto e utilização desses espaços, bem como na saúde e apropriação dos usuários”, e “deveria ser considerada como um direito humano básico, humanizando a cidade”.

Nesse contexto, é perceptível que as áreas verdes além de atribuírem melhorias significativas ao meio ambiente, auxiliam em melhorias na qualidade de vida urbana frente ao desenvolvimento social que oferece benefícios à saúde física e psíquica, e ao bem-estar da população. Proporcionam, também, cenários de [re]aproximação do ser humano com a natureza, viabilizando condições que possibilitam a prática de atividades físicas e recreativas como um benefício para a qualidade de vida.

Já Buccheri Filho e Tonetti (2011) relatam que a qualidade do espaço é um elemento favorável para a qualidade de vida da população, pois colabora com as necessidades psicológicas e fisiológicas do ser humano. Além disso, a qualidade dos espaços públicos pode instigar os aspectos motivacionais de seus usuários, tornando tais espaços para a prática do lazer, um ambiente promotor de socialização, qualidade de vida e saúde (Silva et al., 2012).

De acordo com Castro, Saldanha e Balassiano (2017, p. 208) a qualidade de vida no espaço público “está diretamente relacionada à capacidade adaptativa (princípio de resiliência) do ecossistema urbano em responder ao processo de autorregulação para a manutenção de seu equilíbrio dinâmico, ou seja, para manter a sua vitalidade e longo prazo”. Para Costa e Colesanti (2011, p. 239), os espaços públicos de lazer “têm a capacidade de neutralizar, por meio do relaxamento, os fatores urbanos estressantes, como ruído, calor e poluição do ar”. Corroborando com essa afirmação, Oliveira e Mascaró (2007) ressaltam que os espaços públicos para as práticas do lazer possibilitam e favorecem o desenvolvimento humano e as manifestações culturais e sociais da vida em sociedade, além de exercerem influência no microclima por meio do aumento da umidade relativa do ar, amenização da temperatura e da absorção de poluentes, o que são fatores que atuam positivamente na melhora da qualidade de vida.

Rememoramos Monteiro (2007) que relata que o homem já manifestava a necessidade de se relacionar com o espaço público desde a antiguidade e que aponta como efeito benéfico dessa relação à melhora na questão espiritual e na saúde física e emocional do cidadão. Oliveira (2019) colabora com os apontamentos feitos e sintetiza os benefícios que a prática do lazer realizada em espaços públicos acarreta ao indivíduo, apontando o conforto físico, o convívio social, o bem-estar psicológico, além de proporcionar melhores condições ambientais para à área urbana, e diz que o espaço público tem sido considerado uma chave determinante para a promoção da saúde.

Já Santos e Rosa (2021) elucidam a relação existente entre o espaço público, o lazer e a qualidade de vida, destacando que:

[...] os espaços públicos são lugares de convivência social que, quando bem estruturados, são capazes de contribuir com a condição de saúde da população. Esses lugares viabilizam a participação da comunidade em diversos tipos de atividades, como físico-esportivas, culturais, intelectuais, artísticas e sociais, nas quais todas compreendem o lazer. [...] contribuindo com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, melhoria da qualidade de vida e do bem-estar (Santos; Rosa, 2021. p. 54).

Dessa forma, entendemos que as discussões associadas sobre o espaço público, lazer e qualidade de vida revelam-nos os diversos benefícios que têm proporcionado à saúde e ao bem-estar dos cidadãos, mostrando a importância que os espaços públicos desempenham nas cidades enquanto infraestrutura adequada para a prática do lazer, além de representarem um espaço de oportunidade de melhores condições ambientais e sociais, promovendo, assim, uma melhor qualidade de vida de toda uma população. Vale aqui destacar que todos esses benefícios citados pelos estudiosos fazem relação com as funções que os espaços públicos mantêm com a condição a que se destina o seu uso, como já citadas por Felipe *et al.* (2019).

Compreendemos, também, que os debates que envolvem e aproximam o lazer e a qualidade de vida, reafirmam as possibilidades de legitimação de suas vivências conjuntas em prol da promoção da saúde dos indivíduos e, principalmente, quando abordada a importância do acesso, do uso e da apropriação aos diferentes e diversos espaços públicos, notamos uma busca incessante por uma cidade com maiores e melhores oportunidades de práticas de lazer.

A promoção de ações e atividades de lazer de forma consciente e que consolidem a relação da qualidade de vida dos indivíduos com os espaços públicos é um método que auxilia na conservação, preservação e manutenção desses espaços de uso comunitário, contribuindo, assim, para um crescimento do dinamismo social destes locais.

Na seção III, intitulada de “O espaço urbano de Umuarama como *locus* da pesquisa: diferentes olhares”, buscamos tecer uma reflexão do processo histórico de colonização e ocupação da cidade de Umuarama, bem como apresentar seus principais indicadores sociais e as políticas públicas voltadas ao lazer e à qualidade de vida, além da utilização dos diversos espaços públicos da cidade.

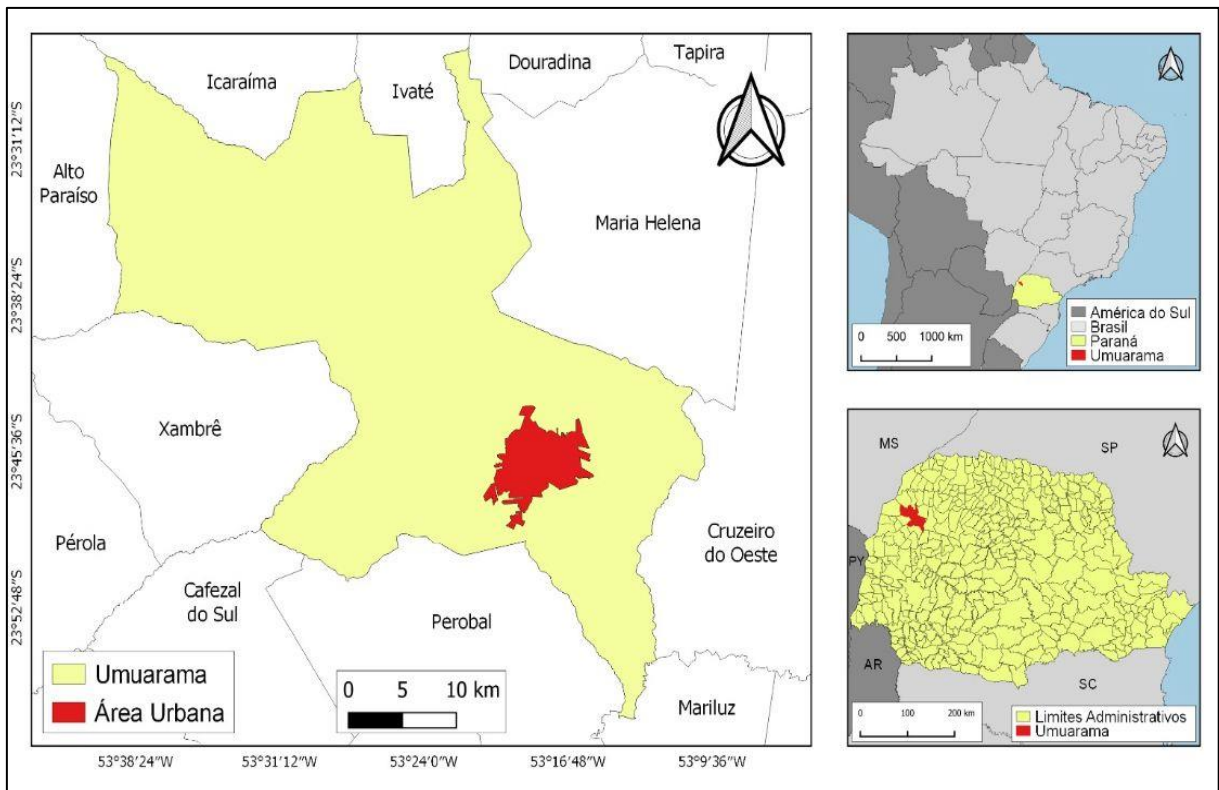
### **3 O ESPAÇO URBANO DE UMUARAMA COMO *LÓCUS* DA PESQUISA: DIFERENTES OLHARES**

A seção anterior foi dedicada a discutir, entender e compreender a importância da tríade: espaço público, lazer e qualidade de vida para a identidade não só do indivíduo urbano, mas como da própria cidade contemporânea. Assim sendo, nesta seção apresentamos a cidade de Umuarama - Paraná, como *lócus* de estudo, para tanto, será abordada os antecedentes históricos da cidade, tais como o planejamento da cidade, processo de ocupação/colonização, formação e localização da cidade; e na sequência será apresentada as características gerais de Umuarama, contemplando os aspectos sociais, econômicos, educacionais, culturais, ambientais, de saúde e populacional; as políticas públicas voltadas ao lazer e à qualidade de vida; e a apropriação e utilização dos mais diversos e variados espaços públicos de Umuarama para as práticas de lazer. Nesse sentido, trazemos à luz da discussão o processo histórico e evolutivo da cidade de Umuarama, bem como seus principais determinantes sociais.

#### **3.1 O contexto histórico da cidade de Umuarama**

Umuarama (Figura 1) é uma cidade que está situada no interior do estado do Paraná, mais precisamente no centro da região noroeste. Distante a 575,23 km da capital – Curitiba; faz limite com os municípios de Alto Paraíso, Cafezal do Sul, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Icaraíma, Ivaté, Maria Helena, Mariluz, Perobal e Xambrê (IPARDES, 2022). Tem altitude de 430 m acima do nível do mar (CMNP, 2013; Hulsmeier, 2014) com uma população de 117.095 pessoas, numa área territorial de 1.234,537 km<sup>2</sup> (IBGE, 2022) e densidade populacional de 94,87 hab./km<sup>2</sup> (IPARDES, 2022).

Perante a esse panorama geral e com o intuito de situar historicamente Umuarama no tempo, faz-se necessário realizar um levantamento da história e da colonização do município. Para que possamos entender e compreender melhor esses movimentos, é de extrema importância e relevância investigar o processo de ocupação e colonização do Norte do Paraná. Tais processos são frutos da evolução da história do Brasil, nos quais foram marcados pelo sistema agrário de distribuição de terras por intermédio de empresas loteadoras, pelo desmatamento e pela acelerada ocupação das terras loteadas.

**Figura 1** – Localização de Umuarama

**Fonte:** Sistema de coordenadas Geográficas Sirgas 2000. IBGE (2021). Org. Cassio Henrique da Silva (2023).

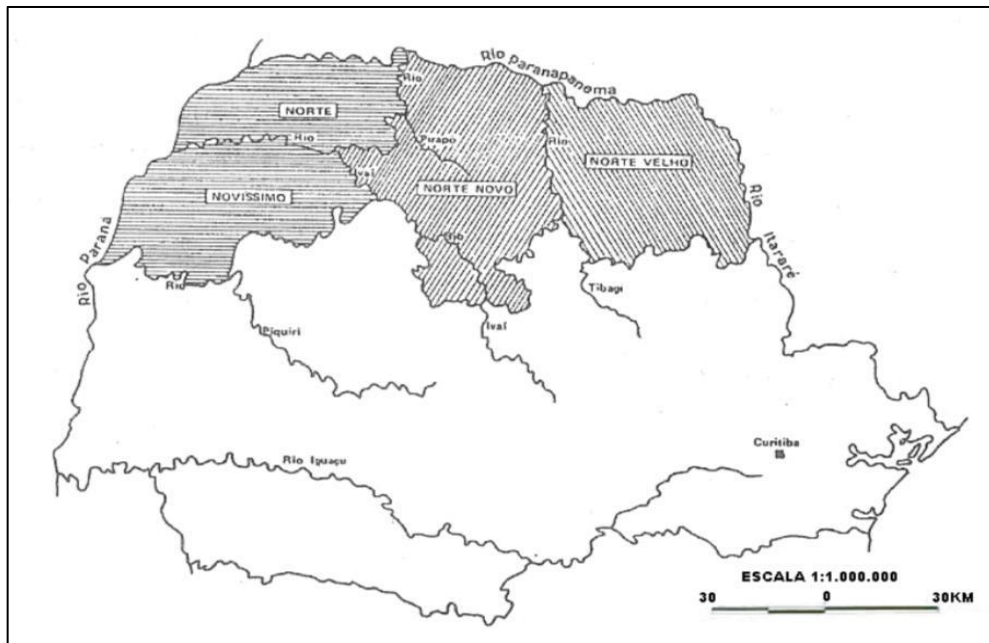
Os dados históricos da colonização do Norte do Paraná mostram que o processo foi motivado pela expansão da cultura cafeeira e que a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), fundada pelos ingleses em 1925, foi a grande responsável por um enorme movimento de colonização e de desenvolvimento urbano no norte do Paraná na primeira metade do século XX (Rego; Meneguetti, 2008).

De acordo com França (2011), a ocupação/colonização do Norte do Paraná passou por três fases distintas (Figura 2), a saber: a colonização do Norte Pioneiro/Velho – iniciada em meados do século XIX e impulsionada em 1940 devido a expansão cafeeira paulista; a ocupação do Norte Novo – surgimento de empresas colonizadoras que adquiriram grandes áreas de terra e desenvolveram projetos imobiliários; e a colonização do Norte Novíssimo (atualmente classificado pelo IBGE como a Mesorregião do Noroeste Paranaense) – iniciada por volta de 1950 e efetivada na década de 1960, com a chegada de imigrantes na busca da terra roxa para o plantio de café.

O trabalho da CTNP na colonização de parte da região norte do Paraná teve início em meados da década de 1920, quando o Estado do Paraná demonstrou grande interesse de que empresas colonizadoras atuassem em suas áreas desabitadas/desocupadas e por meio da lei

estadual nº 1642/1916 foram definidos os contratos de concessões de terras, o que, conseqüentemente, possibilitou a acelerada ocupação da referida região (Tomazi, 2000), na qual a CTNP adquiriu, aproximadamente, 515 mil alqueires da melhor terra roxa em terreno praticamente plano, localizados entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí (CMNP, 2013).

**Figura 2** – Divisão do Norte do Paraná de acordo com a geografia dos anos 1950

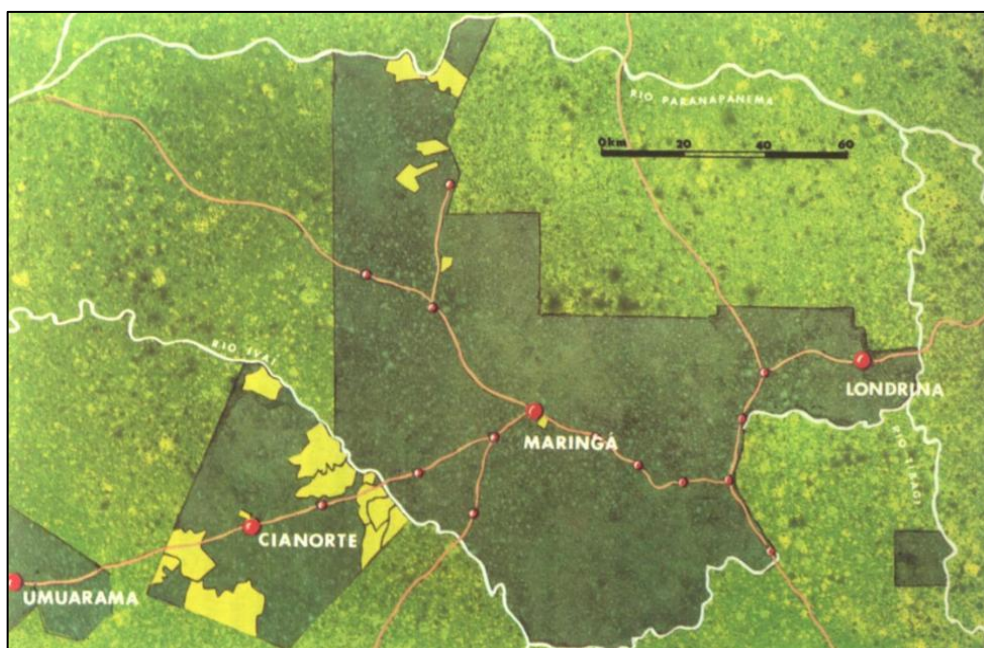


**Fonte:** Amaro e Rodrigues, 2001, p. 383.

A partir de então, a CTNP fundou cento e onze cidades em quarenta e três anos de atuação, executando seu plano geral de ocupação e colonização da região que respeitava a legislação estadual e tinha como modelos os preceitos e ideários das cidades-jardins com referência ao cinturão verde de Howard (Rego, 2009; Rosaneli, 2013).

Dessa forma, a CTNP trabalhou na ocupação e colonização da região adotando diretrizes bem delineadas. As cidades que se tornariam núcleos básicos da colonização foram planejadas e estabelecidas/demarcadas, progressivamente, a uma distância aproximada de 100 km uma da outra, na seguinte ordem: Londrina (1930/1934), Maringá (1947/1951), Cianorte (1953/1955) e Umuarama (1955/1960) (Figura 3). Por entre essas cidades, distanciados de 10 km a 15 km, fundaram-se pequenos patrimônios, com a finalidade de servir como centro de abastecimento para a numerosa população rural (CNMP, 2013). Rego et al. (2004), sem grande rigor, exemplificam ao dizerem que a disposição de Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama seguiu dois critérios básicos: acompanhar a ferrovia ou as estradas de rodagem e estar localizadas no espigão.

**Figura 3** – Demarcação das cidades planejadas pela CTNP/CMNP



**Fonte:** Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 2013, p. 109.

Vale destacarmos que, no ano de 1944, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que era de domínio dos ingleses, passou a ser administrada por um grupo de investidores brasileiros que manteve o plano original de colonização da região. No ano de 1951 começou a ser chamada de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), nomenclatura que perdura até os dias atuais e mudou seu foco de atuação, no qual os núcleos urbanos passaram a ser diferenciados entre: cidades, patrimônios ou metrópoles (CMNP, 2013).

Em face desse processo histórico exposto até o momento acerca da ocupação e da colonização do norte paranaense por ação da CTNP/CMNP, averiguamos que tais movimentos ocorreram de forma sucedida e pacífica, embasados em um plano/projeto bem-organizado e estruturado. Porém, Chies e Yokoo (2012, p. 37) relatam que “um aprofundamento nos estudos com relação ao processo de colonização desta região revela um processo mais complexo do que aparenta ter sido”.

Ao aludir o processo histórico da colonização do norte do Paraná, Chies e Yokoo (2012) apresentam que os principais motivos para a rápida ocupação da região foram o baixo preço das terras oferecidas para a comercialização e as facilidades para a compra das mesmas. As autoras reiteram que tais motivos realmente contribuíram, visto que inúmeros trabalhadores rurais puderam adquirir terras aos preços ofertados, porém, analisando os valores pelos quais tais empresas adquiriram as terras, notou-se que os agricultores as compraram por um valor

exacerbado. Percebemos aqui que se tratava, tão somente, de um investimento extremamente lucrativo para a empresa.

Outra abordagem de fatos que é pouco mencionada e discutida no processo de ocupação e colonização do norte do Paraná retrata a existência de povos indígenas que habitavam essas terras antes da dita “ocupação oficial”. Chies e Yokoo (2012) relatam que a história que é transmitida tradicionalmente pelos estudiosos é de que não havia nenhuma população habitando essa região até a chegada dos pioneiros, ou se existia, era um número irrelevante que não acarretou problemas ou resistência por parte deles.

Dados apresentados por Haracenko (2007) mostram que havia remanescentes de povos indígenas, chamados Xetá, na referida região antes de iniciado tais processos pelas empresas colonizadoras no norte do Paraná e do fechamento das frentes de povoamento iniciadas no começo da década de 1950. A história cronológica nos mostra evidências que a relação de contato com os povos não indígenas teve um peso significativo no quase extermínio dessa sociedade, embora não se pode confirmar, historicamente, tal acontecimento. A autora, diz que o contato dos Xetá com o povo não indígena teria sido uma tática de sobrevivência, pois viam e sentiam que área em que habitavam era reduzida com o passar do tempo e acharam por bem interagir com os “não-índios” a fim de manter seu território intacto e, lamentavelmente, não foi o que aconteceu. Ainda que não tenha havido uma matança direta, a diminuição da área de caça dos Xetá, causada pelo cultivo do café, ocasionou o seu quase extermínio, pois eles foram expulsos das terras que lhes pertenciam. O contato entre Xetá e o “não-índio” ocorreu pela primeira vez no ano de 1954. França (2011) aponta que os documentos oficiais reforçam que os atos da CTNP foram pacíficos e incontestáveis, no entanto há fontes que refutam essa versão afirmando que houve violência contra os índios que habitavam aquelas terras. A figura do índio Xetá tornou-se o grande símbolo da cidade, acreditamos que tal fato é uma forma de “reparação” histórica.

Após abordarmos por meio de um levantamento histórico o processo de ocupação e colonização do norte do Paraná e trazer acontecimentos que até os dias de hoje repercutem na história, adentramos, especificamente, no processo de formação da cidade de Umuarama. Nesse contexto, é necessário retornarmos a uma das fases de ocupação e colonização do Norte do Paraná: o Norte Novíssimo.

Denominado de Norte Novíssimo, é a terceira e última fase do projeto de colonização do norte paranaense pela CMNP, compreende a área que se estende das proximidades do município de Maringá até o rio Paraná e o rio Piquiri, sendo seus principais municípios: Paranaíba, Cianorte e Umuarama (foco da nossa pesquisa). A ocupação desse território

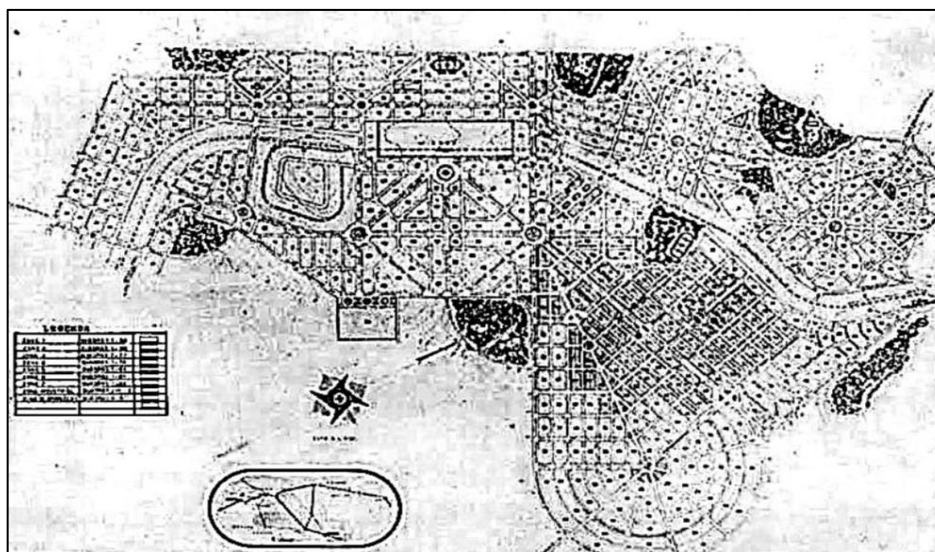


começou por volta de 1950, mas somente em 1960 houve a sua efetivação devido a vinda de muitos imigrantes dado o plantio de café, o que acarretou um aumento populacional em toda a região (França, 2011). Ainda que Umuarama tenha surgido somente na fase final do processo de colonização da CMNP, sua origem foi a mesma de cidades colonizadas pela CTNP, como Londrina, Maringá e Cianorte (Souza, 2015). Essa fase é considerada a mais eclética do plano da CTNP/CMNP e teve como responsáveis por sua supervisão o Sr. Hermann Moraes de Barros e o engenheiro Wladimir Babkov (CMNP, 2013).

O processo histórico da colonização do atual município de Umuarama se deu a partir de 26 de junho de 1955, data em que a cidade foi fundada e ocorreu por diversos fatos. O fato mais relevante foi que a CMNP, em seu progressivo e acelerado desenvolvimento, chegou até a área denominada Gleba Cruzeiro, da qual o então patrimônio Umuarama era distrito do município de Cruzeiro do Oeste (França, 2011). Porém, foi elevado à categoria de município no dia 25 de julho de 1960, com a promulgação da lei estadual nº 4245, que a desmembrava definitivamente do município de Cruzeiro do Oeste. A instalação oficial do município ocorreu em 15 de novembro de 1961 (IBGE, 2017), e nos anos posteriores houve um acentuado crescimento populacional. Vale destacarmos que na ocasião da fundação de Umuarama foi celebrada a primeira missa na cidade, rezada pelo frei Estevão de Maria, realizada em frente ao Cruzeiro Marco da Fé, onde, atualmente, está localizada a Paróquia Matriz São Francisco de Assis (Ferreira, 2006).

É perceptível que de acordo com o plano geral de ocupação e colonização do norte do Paraná, a CTNP/CMNP foi a responsável pelo desenho das cidades novas, originadas entre as décadas de 1930 e 1960. Conforme Hulsmeyer et al. (2011), o projeto da cidade de Umuarama surgiu no ano de 1956 e foi elaborado pelo engenheiro Wladimir Babkov (Figura 4), funcionário do escritório técnico da CMNP. O autor diz-nos que o traçado de Umuarama, última cidade implantada pela CMNP, não apresentava a mesma aplicação e regularidade técnica das ideias básicas do planejamento urbano empregadas anteriormente. Rego *et al.* (2004, p. 149) reforçam que o traçado de Umuarama recorre a variados motivos formais que foram logrados sem uma hierarquia, ordem ou articulação entre si, sendo fixado em um terreno muito desigual, o que não exerceu influência na deliberação de seus projetistas. Esse traçado poderia certificar identidade, legibilidade e pontos de relevância, entretanto o espaço urbano se mostra muito confuso no momento em que este desenho é conhecido no seu sítio irregular. “Geométrico, múltiplo e fragmentado pela topografia, é um traçado sem a organicidade do desenho de Cianorte nem a hierarquia dos elementos urbanos de Maringá ou a unidade formal do núcleo original de Londrina”.

**Figura 4** – Anteprojeto da cidade de Umuarama, elaborado por Wladimir Babkov 1956



**Fonte:** Acervo do Museu da Bacia do Paraná.

Acerca do desenho elaborado para a cidade de Umuarama, França (2011, p. 172) expressa que “o arruamento teria formas inspiradas em cidades inglesas” e descreve que as ruas foram feitas formando quarteirões retangulares com a implantação de praças, geralmente redondas, das quais surgem diagonais, que são definidas de lotes irregulares, ao longo das avenidas foram planejadas e construídas praças rotatórias e os chamados cinturões verdes mantidos na área central. Hulsmeyer et al. (2011) corroboram ao analisar a conformação de Umuarama com base no traçado da sua malha, dos espaços públicos e da relação com os espaços privados. O autor ainda afirma que o projeto se constitui na superposição de uma malha ortogonal e diagonal, estabelecida pelo sistema das vias, localização das praças e presença de parques. Na união das vias diagonais surgem algumas das principais praças da cidade, com características de praças rotatórias. Atualmente, percebemos que tais ideias espelharam projetos de empresas imobiliárias que foram e são responsáveis pela expansão e pelo crescimento urbano da cidade de Umuarama.

Ao explicitarmos sobre o desenho e o traçado de Umuarama projetados pelo engenheiro Wladimir Babkov, é necessário entendermos a intenção que foi depositada neste projeto, sendo a tentativa de criar uma cidade mais elaborada das que já haviam sido planejadas pela CTNP/CMNP. Rego *et al.* (2004) dizem que Umuarama não teve seu projeto pautado pelos princípios formais da cidade-jardim inglesa de Howard, assim como Maringá e Cianorte, pois, seus projetistas planejaram e pretenderam conceber uma cidade mais elaborada esteticamente, contudo foi apresentado um desenho mais geométrico, complexo e dissonante das especificidades do terreno.

Consideramos importante trazer para a pesquisa o conceito/modelo de cidade-jardim utilizado pela CTNP/CMNP, mesmo sabendo que este não foi o modelo fielmente seguido para a elaboração do projeto de Umuarama, porém foi o modelo para criação de Maringá e Cianorte, cidades nas quais os engenheiros se inspiraram para projetar/planejar Umuarama.

No entendimento de Seixas (2018), a cidade-jardim inglesa surgiu da união de uma utopia socialista e da inspiração estética clássica repleta de espaços verdes, luz e relacionamentos, exercendo grande influência sobre o urbanismo mundial e alicerçada de conceitos apresentados por Howard em seu livro “Garden Cities of Tomorrow”.

O modelo de cidade-jardim, idealizado por Ebenezer Howard no final do século XIX e início do século XX, era o de abrigar o crescente número populacional urbano, enfatizando a importância do equilíbrio da urbanização com a necessidade do contato com a natureza. Para tanto, as cidades-jardins deveriam ser de baixa densidade, limpas e organizadas, construídas dentro de cinturões verdes de áreas naturais, florestas e bosques. A arquitetura dessas cidades seria detalhada de tal forma que as vias teriam largura padrão, os bulevares lugares específicos, assim como os edifícios públicos o seu crescimento urbano seria totalmente direcionado e controlado em redes de cidades (Meneguetti, 2007).

De acordo com Nunes *et al.* (2021, p. 74804), Ebenezer Howard idealizou uma trama ousada de cidades-jardins organizadas “como satélites de uma cidade central de 58.000 pessoas, ligadas por rodovias e ferrovias” que aproximava das cidades a tão almejada qualidade de vida propiciada pelo ambiente natural e rural. O autor diz que Howard almejava a descentralização das metrópoles com a formação de uma rede de cidades autônomas, de habitantes e extensões limitadas, ou seja, o modelo de cidade-jardim proposto limitava o tecido urbano.

É fundamental termos esta compreensão para que possamos entender as mudanças e transformações que ocorreram na cidade de Umuarama a partir da elaboração de seu projeto por Wladimir Babkov. Tais processos foram ocasionados devido ao processo de ocupação e colonização da cidade. Nesse sentido, apresentamos, a seguir, a trajetória de acontecimentos que levaram Umuarama a se tornar uma das principais e mais importantes cidades do noroeste paranaense.

Umuarama é uma cidade etnicamente bem diversificada. Após a expulsão dos índios Xetá (primeiros habitantes dessa região), vieram para Umuarama aventureiros atraídos pela promissora região a ser explorada. França (2011) relata que os fundadores da cidade são originários de diversos lugares do Brasil. Inicialmente a cidade foi povoada, principalmente por paulistas, gaúchos, catarinense, nordestinos, mineiros e imigrantes estrangeiros como, portugueses, italianos, japoneses e sírio-libaneses. Os dados históricos rememorados por França

mostram que esses colonizadores trabalhavam na derrubada/abertura da mata cultivando a terra para fazer o plantio do café; viviam em pequenas povoações às margens dos rios, visto que não havia estruturas disponibilizadas para sua acomodação, e muitos deles traziam a família para ajudar no labor diário.

Com esse intuito, abordamos sobre o processo histórico da cidade de Umuarama que precisamos aludir nesse debate como se deu a construção do nome dessa cidade. De acordo com Bueno (1988) e Ferreira (2006) o verbete Umuarama foi criado a partir de elementos da língua tupi-guarani e tem como significado “lugar ensolarado, alto, de bom clima, para encontro de amigos”.

Antes de receber esse nome, originalmente chamava-se “embuarama”, onde os elementos da língua tupi-guarani que o compõem, possuem os seguintes significados: “embu”: lugar; “are”: cheio de luz, claridade, clima bom; “ama”: sufixo com ideia coletiva. Posteriormente houve uma suavização do vocábulo, transformando-o em “Umuarama”, no qual o significado continuava o mesmo (Bueno, 1988; Ferreira, 2006) e isto faz valer o título que a cidade recebeu e que carrega até os dias de hoje: “Capital da Amizade”.

De acordo com o exposto até o momento, nesta subseção, compreendemos como “nasceu” Umuarama. Contudo, delineamos uma linha temporal para elucidar o progresso, as mudanças e as transformações que influenciaram na estrutura da cidade e que estão inseridas em sua essência até os dias de hoje.

O Instituto Histórico e Geográfico do Paraná – IHGPR – traz uma retrospectiva histórica da cidade de Umuarama, década após década, desde o seu desbravamento com a CMNP. De acordo com o IHGPR (2011) nos anos 50, devido a concentração dos colonizadores que vieram para explorar a terra e instalar seus comércios na cidade, Umuarama vivia um assombroso crescimento populacional. A mão de obra pesada ficava a cargo dos colonizadores de outros estados do Brasil, já a implantação dos comércios se deu pelos “portugueses na venda de secos e molhados e os libaneses na área têxtil. A comunidade japonesa também se fez forte nos anos 50, com suas plantações de cereais e hortaliças que atendiam a demanda do comércio local” (p.42). Houve um maior fortalecimento do comércio local com a vinda de algumas instituições bancárias para a cidade; surgiram, também, as primeiras madeireiras e serrarias de grande porte, devido à derrubada da densa mata que rodeava a cidade; e no dia 15 de outubro de 1955 foi fundado o primeiro cartório de registro civil. A passos lentos o desenvolvimento de Umuarama era evidente e isso fez a cidade receber pequenas melhorias na estrutura urbana.

Na década de 1960, “o auge do café, o ouro preto” (p. 43), era a força propulsora que alavancava Umuarama a um futuro promissor e ocasionou um grande aumento populacional,

visto a chegada, cada vez maior, de imigrantes. Há uma notável expansão territorial e a cidade começa a receber infraestrutura básica, na qual “aos poucos grandes magazines vão se instalando, um jornal diário também é implantado nessa década, rádios, concessionárias de veículos e o tão sonhado telefone chegam a Umuarama” (p. 44). Porém nos anos de 1963, 1964 e 1966 houve geadas que prejudicaram o plantio do café e isso interferiu diretamente no desenvolvimento econômico que o município vinha apresentando, o que resultou em um grande êxodo rural e, conseqüentemente, surgiram os primeiros problemas sociais devido ao inchaço urbano da cidade (IHGPR, 2011).

Tais problemas foram evidenciados na década de 1970, sendo a falta de emprego e de escolas, saneamento básico, água, luz e moradia. Em contrapartida, ocorreu uma industrialização da cidade devido a abundante mão de obra que se apresentava disponível e, com isso, grandes indústrias se fixaram em Umuarama. Com a desvalorização das terras, devido às geadas, muitos latifundiários as adquiriram para a implantação da agropecuária, formando, assim, as primeiras grandes fazendas de gado da região, destacando-se no “cenário estadual como maior rebanho bovino do Paraná e o quinto maior produtor de leite” (p. 46). Com esse novo panorama, bons ventos voltam a soprar para Umuarama e a cidade recebe órgãos públicos, oferta de serviços especializados, diversificação do comércio com as clínicas veterinárias, selarias e casas agropecuárias. Houve melhoras na infraestrutura com a construção de casas populares no entorno da cidade para minimizar o problema do êxodo rural ocasionada na década anterior (IHGPR, 2011), pavimentação de ruas, calçadas e a instalação de galerias pluviais com o intuito de diminuir o problema de erosão ocasionada pelas chuvas (Hulsmeyer, 2014).

Umuarama, uma pacata cidade do interior do Paraná, estava em pleno desenvolvimento. De acordo com o IHGPR (2011), por apresentar uma posição geográfica estratégica, nos anos 1980 começaram a se instalarem na cidade grandes centros médicos e clínicas de variadas especialidades, transformando-a em referência médico-hospitalar no Paraná. As melhorias na infraestrutura não cessam e começam a ser vistas por toda a cidade, sendo a construção de pontes, viaduto, galerias, sinalização viária, iluminação e as inúmeras praças, como já mencionado acerca do desenho de Umuarama. Nessa década, o governo federal anuncia a criação do Proálcool. Com isso na zona rural de Umuarama surgem grandes áreas de plantação de cana-de-açúcar, o que veio somar ganhos para a economia local junto com a agropecuária e, conseqüentemente, usinas de álcool são construídas na região mudando, também, a economia de todo o noroeste paranaense.

Já na década de 1990, começam a aparecer às edificações verticais, mudando, assim, o plano urbano de Umuarama e a cidade começou a ser transformada em um forte centro

universitário, trazendo, também, mudanças para o comércio local. Indústrias de médio e grande porte passaram a se instalar nos parques industriais, gerando mais empregos; novos condomínios e bairros residenciais eram construídos em um ritmo acelerado; houve fortalecimento na zona rural com o cultivo do bicho da seda, soja, hortaliças e da citricultura (IHGPR, 2011).

Evidenciamos, frente a todos esses dados históricos, que desde a sua fundação, em 1955, até a atualidade Umuarama passou por grandes e importantes avanços econômicos, comerciais, educacionais, sociais, de saúde e de infraestrutura, tornando-se um complexo urbano acessível às pessoas da região que passaram a usufruir desses serviços e, assim, Umuarama efetivou-se como um importante polo regional, fruto de um passado de luta.

Diante de todo esse processo histórico de ocupação, colonização e desenvolvimento de Umuarama, na próxima subseção, apresentamos as características gerais do município, abordando seus principais dados estatísticos, bem como se deu seu processo de crescimento populacional, geográfico e sua expansão territorial.

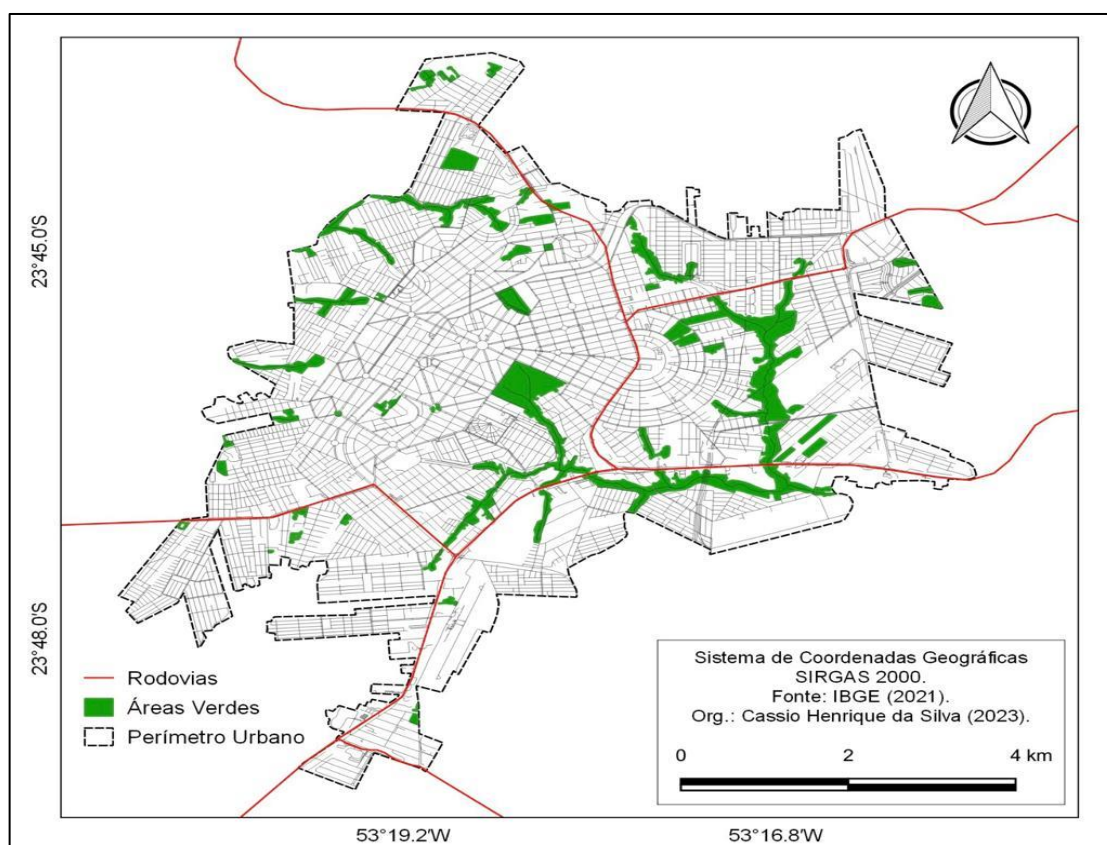
### **3.2 Características gerais de Umuarama: um diálogo necessário**

Antes de iniciarmos as discussões acerca das características gerais que o município de Umuarama apresenta, é necessário identificar a delimitação de sua área territorial, bem como de sua malha urbana (Figura 5) dado a todo processo de ocupação, colonização e desenvolvimento que ocorreu na cidade desde a sua fundação e que abordamos na subseção anterior.

A lei estadual nº 4245, de 25 de julho de 1960 cria no quadro territorial do estado do Paraná o município de Umuarama e estabelece o seu território. Seus limites se dão da seguinte forma: com o município de Icaraíma: começa no rio Paraná e sobe até a sua cabeceira, donde alcança a cabeceira do córrego 215 no cruzamento com a estrada Icaraíma-Cruzeiro do Oeste; com o município de Maria Helena: começa na cabeceira do córrego 215 no cruzamento com a estrada Icaraíma-Cruzeiro do Oeste, segue rumo a Cruzeiro do Oeste, até o cruzamento com o ribeirão Corumbatá; com o município de Cruzeiro do Oeste: começa no ponto de cruzamento da estrada Icaraíma-Cruzeiro do Oeste, com o ribeirão Corumbatá, donde alcança a cabeceira do córrego Cedro, descendo até a sua foz no ribeirão Pinhalzinho 2º e este até a sua foz no rio Goioerê; com o município de Moreira Sales: começa na foz do ribeirão Pinhalzinho 2º no rio Goioerê, descendo até a foz do rio São Tomé; com o município de Alto Piquiri: começa na foz do rio São Tomé, subindo por este até a Colônia Rio da Areia; com o município de Iporã:

começa na Colônia Rio de Areia e segue até alcançar o ribeirão Peroba, o qual desce até a sua foz no rio Xambrê; com o município de Xambrê: começa no rio Xambrê, sobe até a foz do córrego Batira, e este até a sua cabeceira, donde alcança a cabeceira mais alta do rio Paracaí, pelo qual desce até a sua foz no rio Paraná (Paraná, 1960).

**Figura 5** – Malha urbana de Umuarama



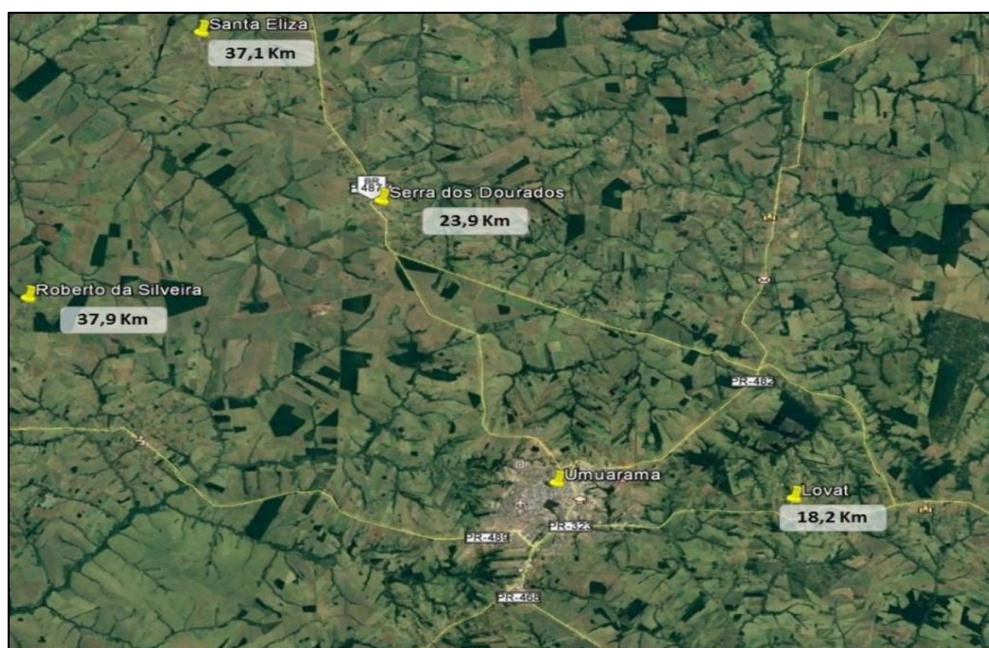
**Fonte:** Sistema de coordenadas Geográficas Sirgas 2000. IBGE (2021). Org. Cassio Henrique da Silva (2023).

Com o decorrer do tempo, e Umuarama apresentando um desenvolvimento em ritmo acelerado, foram sendo criados distritos que pertenciam ao município, sendo eles: Herculândia, Ivaté, Lovat, Perobal, Roberto Silveira, Santa Elisa, Serra dos Dourados e Vila Alta, e permanecendo essa divisão territorial até o ano de 1988. A partir de então, alguns distritos começam a ser desmembrados de Umuarama para serem elevados a categoria de município. As leis estaduais n.º 8970, de 02/05/1989, n.º 9242, de 09/05/1990, e n.º 9960, de 30/12/1993, desmembraram, respectivamente, os distritos de Ivaté e Herculândia (para formarem o novo município de Ivaté), o distrito de Vila Alta (atualmente chamado de Alto Paraíso) e o distrito de Perobal (IBGE, 2015). Com isso, Umuarama sofre mudanças/alterações em seus limites e, conseqüentemente, na totalidade de sua área territorial. Conforme dados do IPARDES (2023)



Umuarama, em sua divisão administrativa, possui, atualmente, quatro distritos, sendo eles: Lovat, Roberto Silveira, Santa Eliza e Serra dos Dourados (Figura 6) e possui um extenso território que totaliza 1.234,537 km<sup>2</sup>.

**Figura 6** – Distritos pertencentes a Umuarama e suas distâncias da cidade



**Fonte:** Plano de mobilidade de Umuarama, 2020, p. 29.

Conforme dados do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG (2013), a formação pedológica do município de Umuarama é constituída por Latossolo e Argissolo; a formação vegetal é composta por Floresta Estacional Semidecidual Submontana (FES); a predominância do uso do solo é para pastagem e para o campo; e o tipo climático predominante no município é o subtropical que apresenta verões quentes e invernos secos. Ainda vale salientar que a cidade contempla uma exuberante arborização.

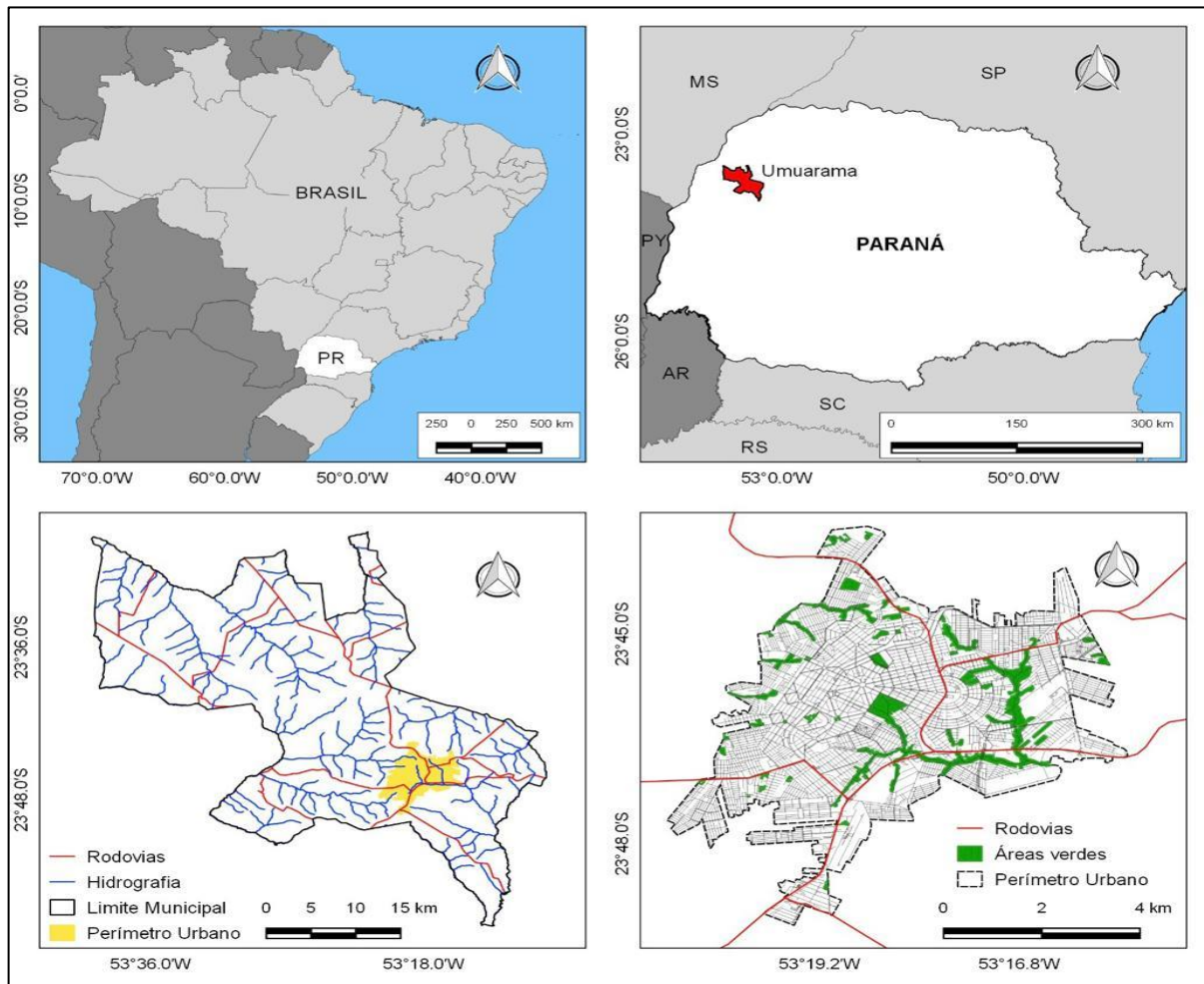
As rodovias estaduais, federais e estradas que compõem o sistema viário do município são: a PR-323 em direção a Perobal, Cafezal do Sul e Iporã, e no sentido oposto para Cruzeiro do Oeste, Cianorte e Maringá, a PR-468 com destino a Mariluz e Goioerê, a PR-482 para o município de Maria Helena, a PR-487 para Serra dos Dourados, a PR-489 que leva até o município de Xambrê, PR-580 por onde é realizado o traslado para Ivaté e Icaraíma, BR-272 (após o município de Iporã) com destino a Guaíra (Umuarama, 2020).

O município de Umuarama, por meio da lei complementar nº 445, de 07 de maio de 2018, apresenta uma política de desenvolvimento e ordenamento físico territorial na qual abrange as regiões do município como um todo e suas características específicas para o processo



de planejamento territorial. Desse modo, o perímetro urbano do município de Umuarama (Figura 7), conforme a lei complementar nº 441, de 19 de dezembro de 2017, fica subdividido em Zonas que se classificam em: zona residencial (ZR), zona de comércio e serviços (ZCS), zona industrial (ZI), zona especial de interesse social (ZEIS), zona de controle e preservação ambiental (ZCPA), zona de expansão urbana (ZEU) e área de preservação ambiental (APA) (Umuarama, 2017).

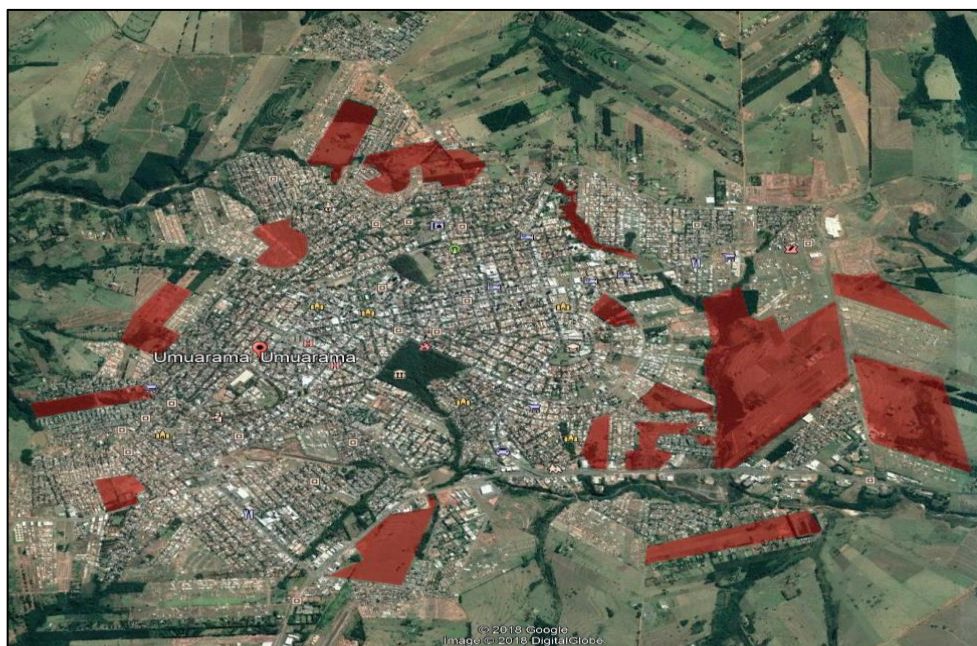
**Figura 7** – Perímetro urbano de Umuarama



**Fonte:** Sistema de coordenadas Geográficas Sirgas 2000. IBGE (2021). Org. Cassio Henrique da Silva (2023).

De acordo com o plano de mobilidade de Umuarama (Umuarama, 2020), a cidade vem crescendo progressivamente com o passar dos anos, em consequência a sua ocupação territorial está em expansão e, com isso, o número de novos bairros e o número de habitantes estão aumentando. Ao analisar o perímetro urbano, na última década, foi possível verificar a existência de alguns vazios urbanos (Figura 8), ou seja, espaços não construídos e não classificados como áreas livres no interior do perímetro urbano.

**Figura 8** – Vazios urbanos no perímetro urbano de Umuarama



**Fonte:** Plano de mobilidade de Umuarama, 2020, p. 33.

Umuarama é um dos municípios polos da Mesorregião Noroeste Paranaense e polo da microrregião da AMERIOS (Associação dos Municípios de Entre-Rios). Segundo Giroto (2011) a AMERIOS está localizada em uma região que possui uma hidrografia abundante e bem privilegiada, pois encontra-se entre os Rios Ivaí e Piquiri que deságuam no Rio Paraná. Em um raio de 9 km ao redor da cidade estão os ribeirões Rio Vermelho, Veado, Pinhalzinho e Piava (é o manancial que abastece o município), que desembocam no Rio Xambrê, das Antas, Paraná e Ivaí.

A região contempla 21 municípios que ocupam 5,18% do território paranaense com área total de 10.336,435 km<sup>2</sup>, contando com 289.980 habitantes, densidade demográfica de 27,97 hab./km<sup>2</sup> e taxa de crescimento de 0,89% no ano de 2010. Os municípios componentes da AMERIOS, são: Alto Paraíso, Alto Piquiri, Altônia, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Ivaté, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapira, Umuarama (sede da associação) e Xambrê (IPARDES, 2022).

Feito a exposição dos limites que circundam a área territorial de Umuarama e a divisão de seu perímetro urbano, bem como, identificar a microrregião da AMERIOS, apresentaremos a situação socioeconômica do município de Umuarama, abordando um conjunto de indicadores sociais e econômicos, entre eles: taxa populacional (urbana e rural), estrutura etária da população, índice de desenvolvimento humano – IDH, índice de desenvolvimento humano

municipal – IDHM, índice de Gini, educação, índice de desenvolvimento da educação básica – IDEB, saúde, saneamento básico e energia elétrica, produto interno bruto – PIB, taxas de emprego e quantitativo de estabelecimentos comerciais e industriais.

Tais indicadores são importantes pois, subsidiam as ações e atividades do planejamento público, o que contribui para a formulação e implantação de políticas públicas nas diversas esferas sociais, possibilitando o acompanhamento e o monitoramento da qualidade de vida da população (Jannuzzi, 2002).

Com relação a sua população total, os dados do censo demográfico do ano de 2010 mostram que 100.676 pessoas viviam em Umuarama e a projeção feita pelo IBGE para o ano de 2021 foi de 113.416 habitantes no município, mas o censo demográfico realizado no ano de 2022 mostra que o município possui uma população de 117.095 pessoas (IBGE, 2022). Ao analisar a divisão da população umuaramense, em relação a habitação e com base no censo demográfico de 2010, ela se deu da seguinte forma: habitantes moradores do campo/zona rural era de 7.221 pessoas e os habitantes moradores da cidade/zona urbana era de 93.455 pessoas (IBGE, 2022). Hulsmeier (2014) colabora com dados a respeito do grau de urbanização e diz que houve crescimento um pouco superior a 10% nos primeiros anos após a implantação da cidade no fim da década de 1950, atingindo 77,3% no ano de 1991 e chegando à marca de 92,82% em 2013. Ao observar os dados, percebemos que estes contribuem para o entendimento do processo de urbanização no referido município, desde o êxodo rural na década de 1960. Ainda de acordo com o Censo demográfico de 2010, em relação ao sexo dos indivíduos, havia 48.788 homens e 51.888 mulheres; o grupo etário dos 20 aos 24 anos compreendia 9.373 pessoas, sendo o maior da cidade, e o grupo etário de 5 anos compreendia menos indivíduos, com 1.208 pessoas (IBGE, 2022). O município apresenta taxa bruta de natalidade de 13,36 e de mortalidade infantil de 9,99 por 1.000 nascidos vivos (IPARDES, 2023).

Em 2010, o censo demográfico mostrou que Umuarama contava com 33.534 domicílios e estabelecimentos abastecidos com água canalizada, 33.531 com o esgoto devidamente instalado e o abastecimento de energia elétrica era presente em 33.577 domicílios e estabelecimentos conforme o IPARDES (2023).

Em relação a educação básica, o município conta com oitenta e seis estabelecimentos de ensino, distribuídos da seguinte forma: trinta e seis de educação infantil, dois da EJA ensino fundamental (todos municipais); dezessete de ensino fundamental e ensino médio e três da EJA ensino fundamental e ensino médio (todos estaduais); um de ensino federal ofertando ensino médio e educação profissional; dezesseis de educação infantil, oito de ensino fundamental e ensino médio e três da EJA ensino fundamental e ensino médio (todos da rede particular). A

taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos de idade é de 97,9% e a população não alfabetizadas com 15 anos de idade ou mais é de 6,23% da população (IPARDES, 2023) totalizando 6.272 pessoas. O município apresenta os seguintes resultados do IDEB: ensino fundamental – séries iniciais, 5,9 (média padronizada é de 6,24); ensino fundamental – séries finais, 5,5; e ensino médio, 4,7 (INEP, 2021).

Destacamos que a educação é uma das bases do desenvolvimento humano, uma vez que propicia a transmissão do conhecimento historicamente criado e recriado pela humanidade, desencadeando uma análise crítica, além de promover a preparação/qualificação profissional para o mercado de trabalho, ou seja, investir em educação é acreditar em um amanhã promissor para a sociedade. Umuarama ficou abaixo da média padronizada no ensino fundamental – séries iniciais e na média no ensino fundamental – séries finais e no ensino médio – o que atesta que a educação básica do município está no caminho certo, porém ainda é necessário avançar com melhorias para que se possa ter um ensino com maior qualidade.

Assim sendo, as diretrizes que regem a política municipal de educação versam em: oportunizar e apoiar iniciativas e programas para erradicação do analfabetismo e para a elevação do nível escolar da população; incentivar e garantir a permanência do aluno na escola, oferecendo-lhe infraestrutura, equipamentos, recursos materiais básicos e necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino; estimular o ensino pré-profissionalizante e profissionalizante nas áreas de vocação do município; adequar o sistema de transporte escolar e universitário, garantindo o acesso da população ao ensino fundamental, médio e universitário; intensificar melhoria de recursos humanos (Umuarama, 2018).

No campo da saúde, o município conta com setecentos e vinte e quatro estabelecimentos de saúde das seguintes categorias: academia da saúde, centro de atenção psicossocial (CAPS), unidade básica de saúde, clínica/ambulatório especializado, consultórios, hospital geral, policlínica, posto de saúde, unidade de pronto atendimento (UPA), unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia, unidade de vigilância em saúde e unidade móvel pré-hospitalar – urgência e emergência; existem seiscentos e sessenta e nove leitos hospitalares – SUS e particulares, nas seguintes especialidades: cirúrgicos, clínicos, obstétricos, pediátricos e outras especialidade (IPARDES, 2023).

Notamos, frente a esse grande quantitativo de estabelecimentos/serviços de saúde, que há uma facilidade para a população ter acesso aos recursos médicos, assim como tratamentos, recursos terapêuticos e outras questões que estejam associadas ao bem-estar e à promoção da saúde. Isso leva-nos a crer que a oferta dos serviços de saúde, sejam eles: distribuição de medicamentos, realizações de campanhas de vacinação e de prevenção as doenças, consultas

em geral, acompanhamento de casos e uma boa instrução/orientação à população sobre os cuidados com a saúde garantem para a sociedade os cuidados primários de saúde e, assim, um desenvolvimento adequado.

Nesse sentido, a política municipal de saúde está embasada nas seguintes normas: implementar medidas de planejamento e orçamento de valia do setor de saúde; adequar os edifícios públicos do setor às suas diversas necessidades; investir em recursos humanos; intensificar ações de vigilância epidemiológica e sanitária; ampliar a frota do setor de saúde para garantir o atendimento e transporte aos pacientes (Umuarama, 2018).

As atividades econômicas do município referem-se à soma dos setores: indústria de transformação (metalúrgica, mecânica, elétrica, madeireira, mobiliária, papel/papelão, borracha, gráfica, fumo, couros, farmacêuticos, veterinários, perfumaria, matérias plásticas, têxtil, vestuário, artefatos, tecidos, calçados, produtos alimentícios, bebidas, álcool etílico), serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio (atacadista e varejista), serviços (instituições de crédito, seguros, administradoras de imóveis, serviços técnicos profissionais, atividade econômica, transporte e comunicações, serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão, televisão, serviços médicos, odontológicos e veterinários, ensino), administração pública, agropecuária e algumas atividades não especificadas, totalizando 4.611 estabelecimentos (IPARDES, 2023) que geram 40.087 empregos na cidade, correspondendo a 34,23% da população. No ano de 2021, o salário mensal era de 2.1 salários-mínimos e o percentual da população com rendimento nominal mensal *per capita* de até meio salário-mínimo chegou a 27,6% em 2010 (IBGE, 2022).

De acordo com dados disponibilizados pelo IBGE (2017), os principais aspectos econômicos do município de Umuarama giram em torno da agricultura, com a produção do café, banana e laranja (lavoura permanente) e cana de açúcar, mandioca e soja em grãos (lavoura temporária), da pecuária, com o rebanho bovino, suíno e ovino, da avicultura, dos produtos animais (leite e ovo), apresentando um produto interno bruto (PIB) no ano de 2020 de R\$ 32.636,50 *per capita* (IBGE, 2022).

Observamos que Umuarama possui uma regularidade em seu desenvolvimento econômico, pois apresenta uma boa renda *per capita* devido a diversidade/variedade de sua produção econômica. Contudo, ainda não foi o suficiente para provocar grandes transformações/mudanças sociais em seu território, mas apresenta grandes condições e cenários econômicos que estão em conformidade com o desenvolvimento econômico desejado para o município.

O município possui uma política de desenvolvimento econômico pautada em diretrizes, tais como: incrementar o uso da informação e do conhecimento; ampliar o trabalho do poder público local, visando atrair empreendimentos e captação de novos investimentos; oportunizar melhora na qualificação profissional da população; apoiar e incentivar os pequenos e médios produtores; fortalecer o setor de comércio e serviços com o objetivo de ampliar a geração de emprego e renda; fomentar o setor turístico por meio das potencialidades culturais, educacionais e naturais do município (Umuarama, 2018).

Diante dos dados expostos, apresentamos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é medido pelo IBGE, considerando as dimensões: renda, educação e saúde. A saber, o IDH é um dado estatístico criado para contrastar dados essencialmente econômicos usados para medir a riqueza de um país e analisar, assim, o desenvolvimento a partir da inserção de outros fatores. Apresentamos, também, o Índice de Gini que de acordo com Wolffenbüttel (2004) é um instrumento para medir o nível de concentração de renda em um determinado grupo, no qual é apontado a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um, sendo que o valor zero representa a situação de igualdade e o valor um representa a situação de extrema desigualdade.

Atualmente, o índice de desenvolvimento municipal (IDHM) de Umuarama é de 0,761, mostrando que se encontra acima da média do estado do Paraná que foi de 0,749 no ano de 2010, ocupando, assim, a 18ª posição no estado com o melhor IDH e em relação aos municípios vizinhos, ocupa a 1ª posição (IBGE, 2017; 2022). Os dados mostram que Umuarama possui IDHM longevidade de 0,836, com expectativa de vida de 75,16 anos, o IDHM educação é de 0,698 e o IDHM renda de 0,755; índice esse, considerado alto, que coloca Umuarama na 350ª posição nacional de melhor IDH. Em relação ao índice de Gini, no ano de 2010, Umuarama apresentou valor de 0,4950, ficando abaixo da média estadual que foi de 0,5416 (IPARDES, 2023).

Em nossa concepção, o IDH e o IDHM são índices imprescindíveis para avaliar algumas situações que estão presentes na sociedade e que impactam diretamente em seu desenvolvimento e crescimento, sejam eles social e territorial/geográfico. Nesse sentido, entendemos que o desenvolvimento e crescimento territorial/geográfico visam detectar e aproveitar as capacidades e possibilidades do lugar em favor da própria comunidade.

O município de Umuarama em seu espantoso e acelerado crescimento geográfico, mostra-nos também um rápido crescimento populacional. De acordo com o IBGE (2022), a população de Umuarama na década de sua fundação era de 5.829 habitantes, saltando para 27.963 habitantes no ano de 1970, devido ao rural e da chegada de novos imigrantes na cidade;

na década de 1980 chega a 57.560 habitantes; no ano de 1990, a população de Umuarama era de 67.012 pessoas; chega a marca de 82.538 moradores no ano de 2000; em 2010 residiam no município 100.676 habitantes; e o atual censo demográfico, realizado em 2022, mostra que há 117.095 pessoas habitando em Umuarama.

Após analisar o cenário global do município de Umuarama, com o intuito de entender e compreender suas características gerais, na próxima subseção abordamos as políticas públicas existentes no município que estejam voltadas para a prática do lazer e para a promoção da qualidade de vida de seus moradores.

### **3.3 Das políticas públicas voltadas para o lazer e qualidade de vida**

O estilo de vida da população tem sido, gradativamente, sobrecarregado com o trabalho e com diversas ocupações que têm favorecido um déficit ou até mesmo a ausência de tempo para a prática do lazer, o que, conseqüentemente, interfere na promoção da qualidade de vida. Isso tem provocado mudanças no padrão de vida da população que está cada vez mais reivindicando uma ressignificação de sentidos, significados, valores e apropriações da qualidade do tempo despendido para si. Assim sendo, nesta subseção são abordadas as políticas públicas voltadas ao lazer e à qualidade de vida para a população umuaramense, a partir de um sentido mais amplo, que envolve e molda as decisões estratégicas e planejadas pelo poder público do município ao longo da sua existência.

É necessário considerar que o lazer e a promoção da qualidade de vida são elos indispensáveis para a formação e para o desenvolvimento do ser humano, além de serem elementos de interesse social, os quais devem ser abordados em ações do Município, Estado e União com a finalidade de garantir e democratizar o direito de todos os cidadãos ao acesso a tais práticas e serviços. Esse diálogo social existente entre o lazer e a qualidade de vida é propício para proposições de estratégia que auxiliem no aumento qualitativo do estado de saúde da sociedade.

O lazer e a saúde são entendidos e compreendidos como direitos sociais, reconhecidos como direitos protetivos, que garantem o mínimo necessário para que a pessoa exista de forma digna dentro de uma sociedade administrada pelo Estado democrático de direito, o qual deve promover políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento social. Tais direitos são fundamentais para promover o desenvolvimento humano (Maciel *et al.*, 2022).



O lazer tido como um fenômeno social e elemento essencial para a vida humana vem passando por um processo de transformação e de aprimoramento de suas práticas e ações no decorrer da história. É a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que o lazer passa a ser considerado um direito social de todo e qualquer cidadão brasileiro, o que, conseqüentemente, o leva a ser garantido, também, nas constituições estaduais e em muitas leis orgânicas dos municípios brasileiros (Marcellino, 2021).

Vale ressaltar que a Constituição Federal de 1988 não define diretrizes, objetivos, princípios e normas que orientem a concretização do lazer na vida da população, ela apresenta uma conexão entre o lazer e o esporte, relacionando, assim, a um único conteúdo cultural - o esporte e a atividade física, e Cheibub (2015, p. 208) explica tal fato ao dizer que essa conexão “está, historicamente presente em boa parte da produção científica do campo”.

Por muito tempo, o lazer não recebeu o devido valor e importância que representa para a sociedade e somente no ano de 2003, com a chegada de um novo governo ao Poder Executivo do Brasil, há à construção de uma gestão pública voltada para os interesses dos brasileiros. É criado pelo então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério do Esporte, o qual abrange o lazer, que trouxe consigo uma proposta de gestão em ações democráticas, participativas e descentralizadas.

A partir da criação e da implementação do Ministério do Esporte, são realizadas as Conferências Nacionais do Esporte e Lazer, de onde nasce a proposta de criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, tendo como principais objetivos a garantia e democratização do acesso ao esporte e lazer; a promoção de cidadania esportiva e de lazer; e a descentralização da gestão das políticas públicas de esporte e lazer. Fica estabelecido, também, que os Estados e os Municípios devem participar efetivamente na implantação e na efetivação de Políticas Públicas para o Esporte e Lazer (Giroto, 2011).

Nesse sentido, apresentamos a estrutura das políticas públicas voltadas para o lazer no município de Umuarama - Paraná, além de identificar quais são as ações desenvolvidas pela secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conferindo atenção especial às práticas realizadas nos espaços públicos da cidade.

A Lei Orgânica do município de Umuarama em seu art. 181 determina que é dever do município fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, como direito de cada um e deve garantir a autonomia das instituições desportivas e associações, quanto à organização e funcionamento: estimular à construção, manutenção e aproveitamento de instalações e equipamentos desportivos e destinação de espaços para atividades desportivas e equipamentos e instalações apropriados à prática de atividades físicas e desportivas pelos



portadores de deficiência. A referida lei ainda traz que o poder público deverá incentivar o lazer como forma de promoção social e deverá demarcar espaços destinados à implantação de equipamentos para atividades esportivas e de lazer da população (Umuarama, 1990).

Ao analisar o Plano Diretor de Umuarama, que também é um instrumento básico da política de desenvolvimento municipal, por meio da lei complementar nº 445, de 07 de maio de 2018, encontramos o esporte e o lazer como elementos básicos que constituem as políticas sociais do município. De acordo com o referido documento, a Política Municipal de Esporte e Lazer é pautada/organizada nas seguintes diretrizes: ampliar e diversificar a oferta de espaços públicos de lazer/recreação/esporte através de um planejamento global que contemple o levantamento de todos os espaços possíveis de utilização para o esporte e o lazer, a fim de dimensionar e orientar a instalação dos equipamentos necessários para atender à demanda existente no município; dar ao esporte e ao lazer dimensão educativa, com implementação de pedagogia que promova nas pessoas o espírito comunitário e o sentimento de solidariedade, contribuindo para diminuir ou mesmo eliminar a postura discriminatória da sociedade; ampliar a oferta de áreas verdes públicas qualificadas; e envolver os diferentes segmentos da Sociedade Civil organizada, particularmente as entidades mais representativas da indústria e do comércio, visando sua colaboração com o Executivo Municipal na administração e conservação dos espaços e equipamentos, bem como na promoção de programas, projetos, eventos, competições, cursos e seminários (Umuarama, 2018).

Em relação à responsabilidade do município pela manutenção dos espaços públicos destinados à prática do esporte e do lazer, a lei complementar nº 482, de 28 de dezembro de 2020, que institui o Plano de Arborização Municipal, dá à Secretaria Municipal encarregada da tutela do Meio Ambiente a incumbência de realizar a preservação, conservação e o manejo ambiental dos espaços públicos, como parques, praças e vias públicas (Umuarama, 2020).

Outro documento que podemos destacar é o Plano de Governo para a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Umuarama, no qual estão inclusos normas e diretrizes para promover e impulsionar, ainda mais, o esporte e lazer no município. O referido documento traz a construção e efetivação de uma política integrada com as Secretarias Municipais de Saúde, Cultura, Educação e a Assistência Social. Tem o intuito de incentivar o acesso da comunidade aos equipamentos públicos para a prática do esporte e lazer que estão alocados nas praças, parques e vias públicas; realização de diagnóstico dos equipamentos e espaços de esporte e lazer do município para auxiliar ações de manutenção e preservação da infraestrutura física, bem como a sua ampliação; inclusão de todo e qualquer cidadão aos programas de esporte e

lazer; e instigar, cada vez mais, a participação da população na prática saudável do esporte e do lazer (Umuarama, 2022).

Uma nova política pública nacional voltada para o lazer foi a criação, em 2003, do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). O referido programa nasceu de uma construção pautada em experiências de ações, atividades e políticas de esporte e lazer, objetivando “desenvolver uma proposta de política pública e social que atenda às necessidades de esporte recreativo e do lazer da população”. As linhas de atuação do PELC são voltadas à promoção de ações educativas de esporte recreativo e lazer, trabalhando sob uma perspectiva intergeracional, além de oportunizar a democratização do acesso a tais práticas à população em estado de vulnerabilidade social e econômica, visando a melhoria de sua qualidade de vida (Brasil, 2016). O município de Umuarama, no ano de 2017, foi contemplado com esse programa de política pública. Dessa forma, executou as atividades pertinentes ao PELC, sendo atividades físicas, culturais e de lazer, realizadas nos espaços públicos da cidade, estimulando o convívio, a interação social e a troca de conhecimento, além de fortalecer o esporte recreativo e o lazer com o intuito de serem tratados cada vez mais como direito de todos e objetos de políticas públicas.

Diante do exposto, entendemos e compreendemos que tais documentos orientam e regulamentam a Política Municipal para o Esporte e Lazer em Umuarama, pois se encontram fundamentados na Constituição Federal de 1988, ou seja, tratam o esporte e o lazer como direitos adquiridos pela e para a sociedade, fortalecendo-os em um sistema integrado que promova o desenvolvimento desta área, além de pretenderem espaços públicos de lazer com melhores condições físicas e estruturais. A atual gestão da SMEL preza e busca pelo processo participativo que viabiliza o avanço da qualidade dos projetos e ações, prevendo atividades direcionadas à comunidade, adotando o conceito de esporte e lazer conectado à atividade física e qualidade de vida da população.

O município de Umuarama, em toda a sua trajetória, sempre teve uma diretoria e/ou departamento de esporte e lazer, porém não eram independentes. Até o ano de 2008, o esporte e o lazer no município eram administrados e geridos pela Fundação de Cultura, Esporte e Lazer de Umuarama – FUNCELT, e não havia nenhum portfólio de projetos e ações em andamento, pois o orçamento era escasso e sua maior parte era destinada à cultura. No ano de 2009, na gestão do prefeito Moacir Silva, é criada a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do município de Umuarama – SMEL (Giroto, 2011).

Com a criação da Secretaria Municipal, as ações de esporte e lazer ganham forças e seu desenvolvimento é notório. Com a lei nº 3556, de 21 de maio de 2010, são criados o Conselho e o Fundo Municipal de Esporte e Lazer (CFMELU), que tem por propósito a formulação de

políticas públicas e a implementação de ações destinadas ao fortalecimento e massificação planejada das atividades físicas, do esporte e de lazer para população de Umuarama (Umuarama, 2010).

Enquanto órgão de colaboração para fomento do esporte e lazer do município, o Conselho Municipal de Esporte e Lazer tem como competências básicas desenvolver projetos, debates, pesquisas acerca do esporte e lazer e contribuir com os demais órgãos da administração municipal no planejamento de ações pertinentes a projetos de recreação, lazer e esporte no município, estabelecer as prioridades e deliberar, acompanhar e avaliar sobre o orçamento destinado às políticas públicas de esporte e lazer, bem como, a fiscalização da sua aplicação, além de ampliar a participação da sociedade nas fases de decisão (Umuarama, 2010).

Ao longo dos anos, a SMEL foi firmando parcerias para o desenvolvimento do Esporte e Lazer do município. As parcerias mais significativas/expressivas voltadas para ações de lazer do município foram firmadas com a Universidade Paranaense – UNIPAR – com o Serviço Social do Comércio – SESC, que realizam os projetos UMUAÇÃO e o Domingo no Bosque. O projeto UMUAÇÃO trata-se de um projeto itinerante e que tem por objetivo promover e propiciar aos cidadãos práticas de recreação e lazer nas praças da cidade, já o projeto Domingo no Bosque, realizado sempre no bosque Uirapuru, tem a finalidade, por meio do lazer ao ar livre, de resgatar na comunidade umuaramense o hábito de frequentar os espaços de lazer da cidade (Giroto, 2011).

Além desses projetos, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Umuarama tem diversas outras atividades em seu portfólio de projetos e ações, tais como: a corrida noturna, que consiste em clínicas de corrida orientada, nas quais os participantes são instruídos com técnicas de corrida e que são realizadas pelas vias públicas da cidade, com trajetos leves e moderados e com periodicidade de duas vezes na semana; a pedalada noturna, é a realização de passeios ciclísticos de cunho recreativo para a população de Umuarama, nos quais participam crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, sendo realizados duas vezes na semana e há a possibilidade de empréstimo de bicicletas para aqueles participantes que não possuem o veículo; o “Zumba na Praça”, realizado uma vez por semana na Praça Miguel Rossafa, são aulas de dança voltadas para momentos de lazer e descontração; o “Life Dance”, realizado uma vez por mês na Praça Santos Dumont, consiste em uma super aula de dança, comandada pelos profissionais de Educação Física das academias de musculação da cidade, tendo em vista momentos de lazer; e o “Eu também posso”, é o projeto mais recente da SMEL e trata-se de um projeto com equipe multidisciplinar, com profissionais de Nutrição, Enfermagem, Psicologia e de Educação Física, ele é focado na perda de peso dos participantes visando a melhora da

qualidade de vida. Vale destacar que todos os projetos citados são orientados e supervisionados por profissionais de Educação Física (Umuarama, 2021).

Em vista disto, compreendemos que tais atividades de lazer representam os momentos nos quais os indivíduos podem livrar-se da rotina e buscar um aumento agradável dos níveis de descontração, relaxamento e diversão, que se apresentam reduzidos nas atividades cotidianas. Entendemos, também, que a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer busca integração e parcerias com instituições públicas e privadas e organização da sociedade civil, com o intuito de estimular a consolidação de estratégias para o fomento de ações voltadas ao lazer, ligadas a cultura e a socialização, em espaços públicos nos quais os indivíduos interagem entre si e com o meio ambiente, beneficiando, assim, a saúde da população.

Após a explanação da estrutura das políticas públicas voltadas para o lazer no município de Umuarama, apresentamos, também, as políticas públicas de saúde do município, visto que Umuarama é considerada polo regional de saúde da região noroeste do Paraná, salientando as ações de cuidado e promoção da saúde com vistas à melhoria da qualidade de vida da população umuaramense.

Diferente do lazer, os assuntos relacionados à saúde em âmbito nacional sempre estiveram em discussões e debates com o intuito de alcançar melhorias que caminhassem para a democratização do acesso de todos os cidadãos aos serviços de saúde. O Ministério da Saúde foi criado por meio da lei nº 1920, de 25 de julho de 1953, no governo do presidente Getúlio Vargas (Brasil, 1953). Na Constituição Federal de 1988, a saúde é tida como um “direito de todos e dever do Estado”, e outra conquista social é alcançada por meio da constituição, sendo criado o Sistema Único de Saúde – SUS (Brasil, 1988), tornando-se uma das primeiras políticas públicas instauradas no Brasil.

No estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Saúde (SESA) tem a função de formular e executar políticas sociais e econômicas em todo território estadual, operacionalizando os serviços de saúde do Estado, onde conta com o auxílio das vinte e duas Regionais de Saúde, que constituem instâncias administrativas intermediárias entre a SESA e os municípios paranaenses. Umuarama é sede da 12ª regional de saúde do estado (Paraná, 2023) e conta com o Consórcio Intermunicipal de Saúde (CISA) que abrange a região da AMERIOS (Associação dos Municípios de Entre-Rios) que é uma associação entre os 21 municípios da Região Noroeste do Paraná oferecendo serviços de diversas especialidades para a população (Carneiro, 2009).

Nesse ciclo de implantação das políticas públicas direcionadas para a saúde, o Ministério da Saúde mediante a portaria nº 719, de 07 de abril de 2011, instituiu o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, porém esta portaria foi revogada

pela portaria nº 2681, de 7 de novembro de 2013. O referido programa tem como objetivo principal contribuir para a promoção da saúde e produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da população a partir da implantação de polos, ou seja, espaços públicos construídos com infraestrutura e profissionais qualificados. De acordo com a portaria em vigor, o programa deverá ser implantado pelas Secretarias Municipais de Saúde, com o apoio das Secretarias de Estado de Saúde e do Ministério da Saúde (Brasil, 2013). Nesse sentido, Umuarama adotou essa política pública, implementando um polo da Academia da Saúde na unidade de Saúde da Família Cidade Alta que realiza o atendimento de aproximadamente 8000 pessoas. As atividades e ações são voltadas às práticas corporais e atividades físicas e o programa visa contribuir para ampliação e valorização da utilização dos espaços públicos de lazer, como proposta de inclusão social, enfrentamento das violências e melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população (Umuarama, 2021).

No que se refere à saúde, a Lei Orgânica do município de Umuarama em seu art. 142, afirma que a saúde é direito de todos os cidadãos e dever do Estado no município de Umuarama, assegurando por meio de políticas sociais e econômicas a prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos, e ao acesso global e igualitário às ações e aos serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação. A lei supracitada diz que ao município integrante do Sistema Único de Saúde compete implementar ações fadadas a cumprir as atribuições relacionadas na Constituição Federal (Umuarama, 1990).

Ainda com base na Lei Orgânica, as ações e serviços de saúde que integram e constituem o Sistema Único de Saúde em Umuarama são regidos pela municipalização dos recursos, serviços e ações; prestação de serviços e ações de saúde adequadas às realidades epidemiológicas; planejamento embasado no método epidemiológico; gratuidade do atendimento; e a integração da comunidade por meio do Conselho Municipal de Saúde, na forma da lei. Além disso, compete ao município a elaboração e a utilização constante do plano municipal de saúde em conformidade com o plano estadual de saúde e de acordo com as diretrizes do Conselho Municipal (Umuarama, 1990).

O Plano Diretor de Umuarama traz, também, a saúde como um elemento básico que compõe as políticas sociais do município. Para tanto, a Política Municipal de Saúde é regulamentada pelas seguintes diretrizes: implementação de medidas de planejamento e orçamento de interesse da área da saúde; reforço das ações de vigilância sanitária e epidemiológica; direcionamento dos serviços e equipamentos às necessidades específicas do município; adaptação dos edifícios públicos do setor frente as variadas necessidades;

investimento no setor de recursos humanos, bem como a ampliação da frota da área de saúde para propiciar atendimento e transporte aos pacientes (Umuarama, 2018).

O Conselho Municipal de Saúde (CMS) foi instituído no dia 29 de agosto de 1991, por meio da lei nº 1540. Esse é um órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo e fiscal de ações de saúde praticadas no município de Umuarama. As competências que regem o conselho, versam sobre: acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de saúde; formular as estratégias e vistoriar a execução da Política Municipal de Saúde, estabelecendo suas prioridades; estabelecer métodos de qualidade para o funcionamento dos serviços ofertados; dentre outras atividades administrativas (Umuarama, 1991).

O Plano Municipal de Saúde é o instrumento básico que orienta a formulação e a concretização da programação anual das ações e serviços de saúde prestados, tal como da gestão do SUS, com base em uma análise situacional das necessidades de saúde da população e os componentes de promoção, proteção, recuperação e reabilitação em saúde. Dessa forma, compete à Secretaria Municipal de Saúde o desenvolvimento e gestão de políticas públicas que estejam dimensionadas à prevenção, promoção e manutenção da saúde. A Política Municipal de Saúde tem como uma de suas ações prioritárias oportunizar ações de promoção à saúde para a população (Umuarama, 2021).

Nessa conjuntura, o município de Umuarama atua/opera dentro da estratégia de Saúde da Família que tem a finalidade de promover o atendimento preventivo à comunidade, contando com vinte e uma unidades de Saúde da Família. Assim sendo, a Secretaria Municipal de Saúde, por meio dos agentes de saúde das equipes de Saúde da Família, promove caminhadas em praças, bosques e pelos bairros da cidade, como forma de incentivar a prática da atividade física e de melhorar a qualidade de vida de pessoas com hipertensão e diabetes (Umuarama, 2021).

É com essa perspectiva que a Política Municipal de Saúde preconiza o estímulo para criação de experiências locais de promoção da saúde como método para promover a qualidade de vida, reduzindo as fragilidades e os riscos à saúde. Para tanto, Silva (2009) diz que para promover saúde, é necessário criar e estruturar políticas públicas intersetoriais direcionadas à melhoria da qualidade de vida, igualdade na elaboração e utilização de ações e serviços de saúde, inclusão social e afirmação da cidadania. De acordo com Buss (2009), a promoção da saúde é identificada pelo protagonismo dos determinantes sociais sobre os estados e situações de saúde e suas ações estariam direcionadas, principalmente, ao ambiente e à coletividade, por meio de políticas públicas e de espaços apropriados ao desenvolvimento da saúde, além do empoderamento dos indivíduos e das comunidades.

Assim sendo, compreendemos que as práticas de promoção da saúde são fundamentais para a criação de hábitos que oportunizem escolhas saudáveis nos modos de viver e, para tanto, é necessário promover e possibilitar a participação da sociedade de maneira democrática e efetiva na construção de políticas públicas de saúde, pois elas consubstanciam a representação dos interesses da população, considerando a transformação das características do espaço e da individualidade de cada região.

As políticas públicas do município de Umuarama que foram aqui apresentadas, são pautadas para o cumprimento das funções sociais do município e visam oportunizar e garantir momentos de lazer, bem-estar, melhoria da qualidade de vida e da saúde pública da população de forma a promover a inclusão social e a solidariedade humana, além de assegurar o direito à infraestrutura mínima para a prestação dos serviços públicos de saúde e lazer.

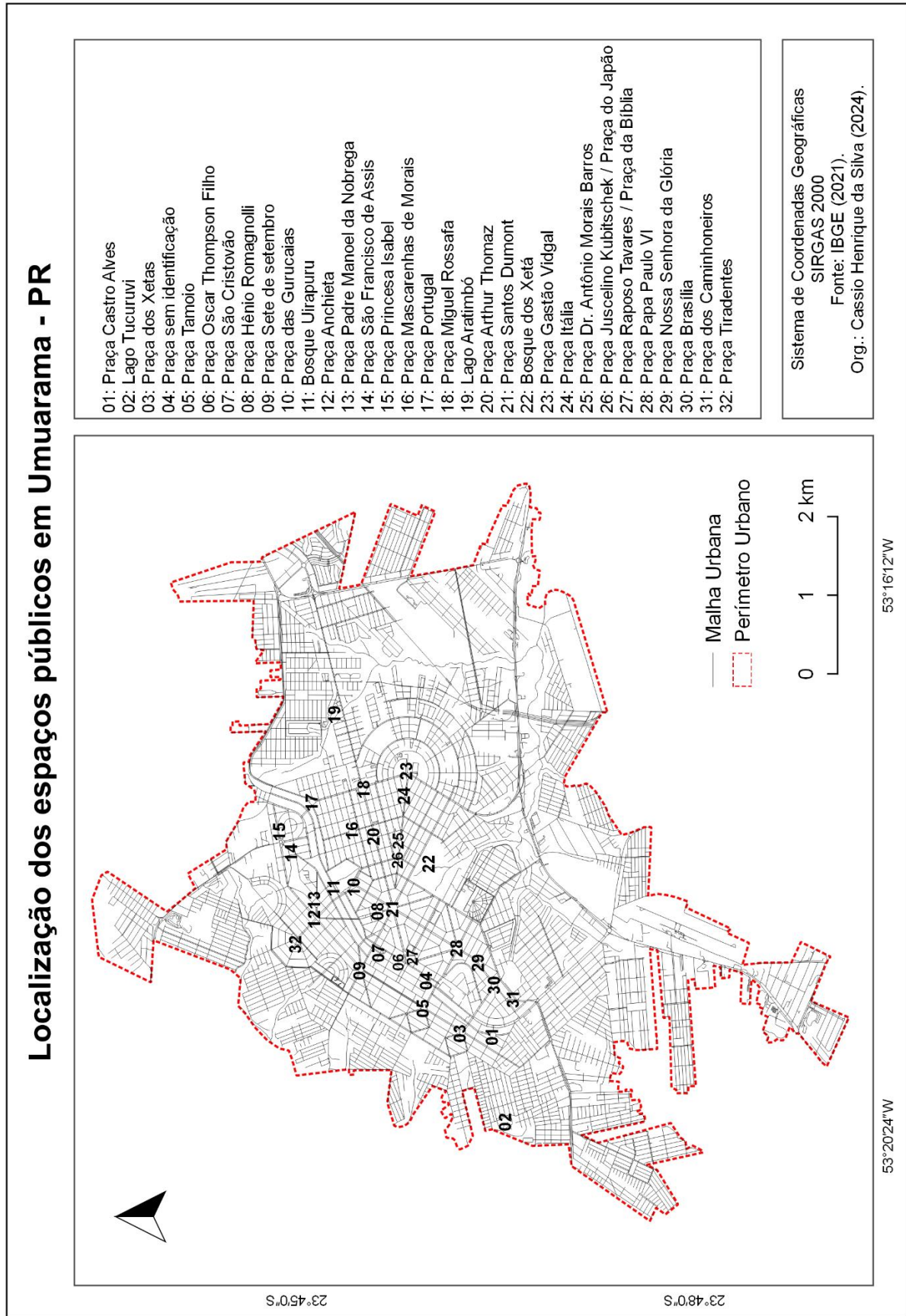
O lazer e a saúde são direitos constitucionais de todo cidadão. Dessa forma, é papel, portanto, do município de Umuarama desenvolver e fomentar ações e atividades de lazer que promovam e contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população e, nesse sentido, é importante destacar as diversas possibilidades de utilização e apropriação dos espaços públicos. É nesse cenário de discussões e debates que na subseção seguinte destacamos e apresentamos os principais espaços públicos do município que são utilizados para a prática do lazer e, conseqüentemente, acarretam benefícios à qualidade de vida de seus praticantes.

### **3.4 Lazer e qualidade de vida em Umuarama: diferentes espaços públicos**

O espaço público quando adequado às necessidades da população, aqui em especial às oportunidades de lazer, é um elemento fundamental à melhora da qualidade de vida, manutenção e promoção da saúde, além da sua relevância acerca da possibilidade de se caracterizar em um importante meio de sensibilização propício para promover a união da população e da sociedade com a natureza. A apresentação desses espaços públicos presentes na cidade, se dá sob a forma de praças, bosques, jardins públicos, lagos, ciclovias e parques.

A cidade de Umuarama, lócus da pesquisa, possui inúmeros espaços públicos em sua área urbana (Figura 9) e, por consequência, esses espaços públicos se tornam espaços emergentes às práticas do lazer, visando a melhora da qualidade de vida da população. Dentre os inúmeros espaços públicos pertencentes a Umuarama, apresentamos o Bosque dos Xetá, Lago Aratimbó, Praça Miguel Rossafa e a Praça Santos Dumont (Figura 10). Vale destacarmos que tais espaços públicos não são os objetos de estudo da presente pesquisa, mas apresentam uma importância e relevância histórica para Umuarama.

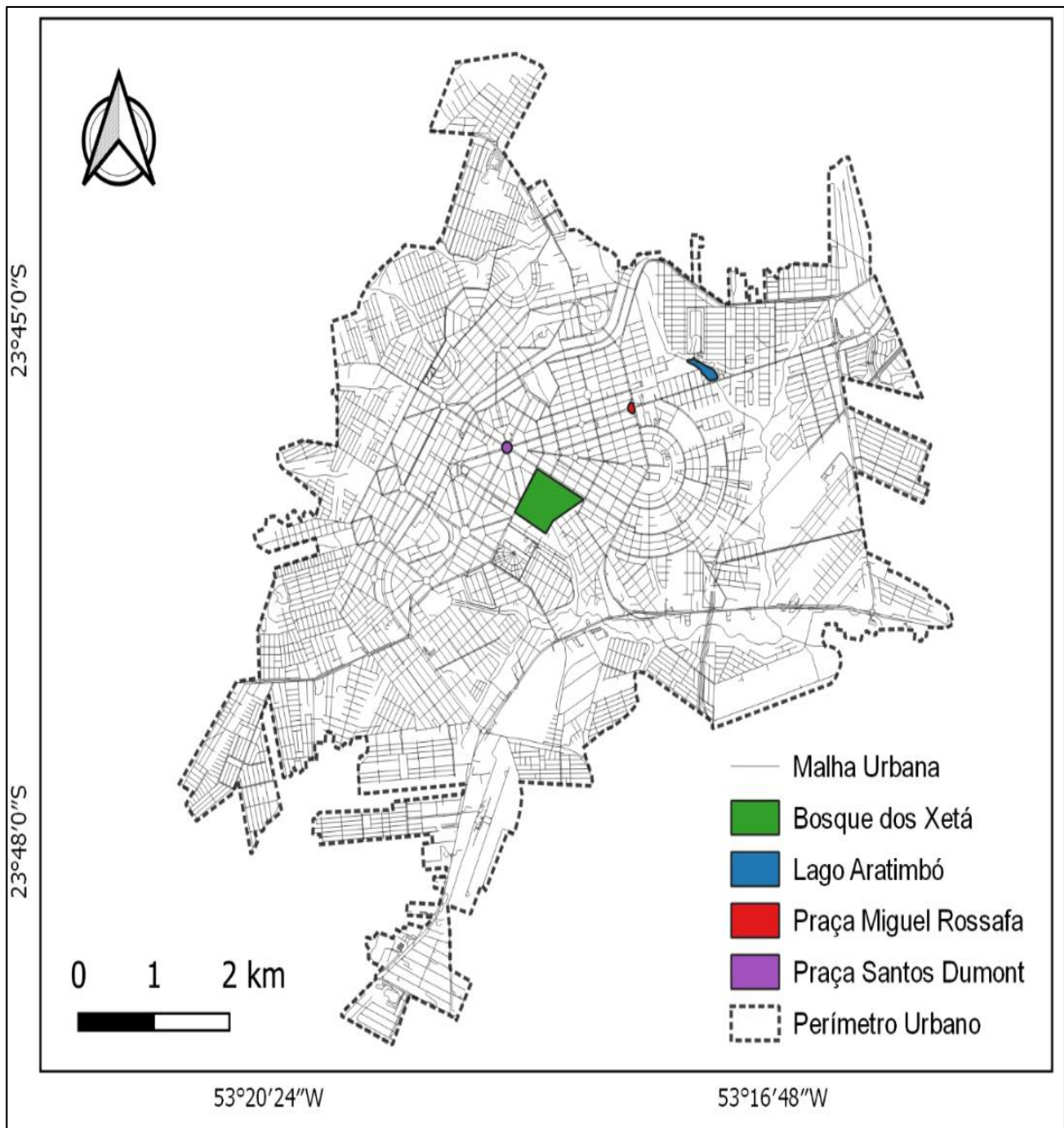
**Figura 9** – Diversos espaços públicos na cidade de Umuarama



Fonte: Sistemas de Coordenadas Geográfica SIRGA 2000. IBGE (2021). Org. Cassio Henrique da Silva (2024).



**Figura 10** – Localização de espaços públicos – Não objetos de estudo



**Fonte:** Sistemas de Coordenadas Geográfica SIRGA 2000. IBGE (2021). Org. Cassio Henrique da Silva (2023).

No projeto inicial da cidade de Umuarama, a reserva de mata nativa que hoje é o Bosque dos Xetá se encontrava no setor periférico sul da cidade, porém devido ao processo de expansão urbana de Umuarama, atualmente, o referido bosque, que conta com uma área de 19,98 hectares (Umuarama, 1993), está localizado na área central da cidade, situado no cruzamento das avenidas Presidente Castelo Branco e Governador Parigot de Souza, sendo a “maior área natural no espaço urbano” (Giroto, 2011, p. 19).

O Bosque dos Xetá de acordo com Held Silva (2009) foi previsto no projeto da cidade de Umuarama pela CMNP para proteção da cabeceira do Córrego Mimosa, afluente do rio Pinhalzinho. Décadas depois, por meio do decreto municipal nº 73 de 10 de maio de 1993, o bosque foi elevado de categoria e criou-se o Parque Municipal dos Xetá, para que fosse uma área de conciliação e proteção da flora, fauna e dos demais recursos naturais, além de ter o intuito de proporcionar momentos de lazer e de condições para a melhora da qualidade de vida dos habitantes de Umuarama.

Ainda que o Parque Municipal dos Xetá tenha sido criado no ano de 1993, a grande área verde, é um dos dois espaços públicos da cidade de mata nativa que foram preservados desde o projeto urbanístico original da CMNP. Com o passar dos anos, a expansão da cidade e, conseqüentemente, diminuição de suas áreas naturais, os habitantes se apropriaram desse espaço com o intuito de terem momentos de lazer. A infraestrutura do bosque possui uma pista de caminhada pavimentada de aproximadamente 2.150 m (Souza, 2015) e uma academia da terceira idade (ATI) instalada na parte externa do bosque.

O nome que o bosque carrega faz homenagem aos índios Xetá que habitavam essa região (Souza, 2015). Na entrada do bosque, que foi inaugurada no ano de 1992, há uma escultura em concreto, com nove metros de altura que representa um guerreiro do povo Xetá empunhando seu arco e flecha e alguns afrescos com gravura fazendo menção aos costumes indígenas, fatos que levaram a tornar o bosque “comumente conhecido pela população local como Bosque do índio” (Rebecchi, 2014, p. 64). Em 1992, também foi inaugurada a Sala Aré, que representava arquitetonicamente uma oca, era utilizada como museu dedicado aos índios Xetá, e como forma de proporcionar aos habitantes do município lazer, descanso e condições para uma boa qualidade de vida (Tonietti; Caetano; Martins, 2017).

Atualmente, após realizadas algumas revitalizações, o bosque ainda possui em sua entrada a escultura do guerreiro Xetá e dos afrescos, porém no local que era destinado para a sala Aré, que também já foi sede da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, foi reestruturado para dar lugar a um grande quiosque aberto; a cerca de proteção que contornava o bosque, adentrou mais o bosque e separou a mata nativa da pista de caminhada original, que foi revitalizada; a academia da terceira idade (ATI) teve seus equipamentos reorganizados e foi implementada uma faixa de ciclovia no entorno do bosque (Figura 11). A estrutura e os equipamentos citados são as únicas opções de práticas de lazer e atividade física que o bosque oferece para a população.

**Figura 11** – Estrutura e equipamentos do Bosque dos Xetá

**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

O Lago Aratimbó trata-se de um lago artificial que foi inaugurado no dia 31 de dezembro do ano 2000, possuindo uma área aproximada de 30.000 m<sup>2</sup> (EIA-COPOL, 1999). Ele está localizado próximo ao Jardim Aratimbó e Jardim Cruzeiro na Avenida Paraná e é regulamentado pelo Decreto Municipal nº 80 de 27 de setembro de 1999. O art. 2º do referido decreto diz que a construção do lago tem a finalidade de preservar fundo de vale, reflorestamento e urbanização para atividades recreativas (Umuarama, 1999).

A construção do Lago Aratimbó deu-se durante um movimento de expansão habitacional entre o Jardim Aratimbó e Jardim Cruzeiro e seu principal objetivo era de ser uma área de grande qualidade e capacidade paisagística e de lazer para a população local e, conseqüentemente, valorização de futuros loteamentos em seu entorno (Caetano; Martins; Merlini, 2011).

O lago foi construído em uma antiga área de erosão, porém, atualmente, se encontra bem localizado geograficamente e está entre os espaços públicos de fácil acesso e com maior área da cidade, o que o torna um espaço favorável e propício para o desenvolvimento de práticas de lazer, pois possui estrutura e área suficiente para tal prática (Giroto, 2011).

Com o passar dos anos, o Lago Aratimbó sofreu algumas modificações em sua estrutura (Figura 12). Para elucidarmos essas mudanças, trazemos a descrição do lago realizada por Giroto (2011) anos após a sua inauguração: o lago é de porte médio, com uma ampla área gramada que o circunda e ele sofre com o assoreamento; há uma pista de caminhada em formato de U, com 1,40 m de largura e com 1.000 m de extensão; em uma de suas extremidades há uma



mata ciliar, com quiosques com churrasqueiras onde a pista termina; existe um playground para as crianças, um píer e uma plataforma com vistas para todo o lago. Em relação às práticas de lazer, visando melhoria na qualidade de vida, o término da pista de caminhada é um fator negativo para a prática da atividade, pois frequentemente é um ponto de encontro de usuários de droga, o que leva seus adeptos a não concluírem o trajeto; o evento de lazer realizado pela SMEL é uma etapa do projeto UMUAÇÃO.

Atualmente, a estrutura do lago continua sendo de porte médio, com área gramada em seu entorno e o problema de assoreamento foi resolvido; a pista de caminhada, a mata ciliar, os quiosques com churrasqueiras, o playground para as crianças e o píer permanecem da mesma forma; a plataforma com vistas para todo o lago sofreu um aumento em seu tamanho e no término da pista de caminhada houve a construção de uma ponte ligando um lado ao outro do lago, o que foi um fator positivo para a prática da caminhada, pois houve uma pequena extensão no tamanho do lago e implantação de postes de iluminação nessa área; houve a implantação de outro playground para as crianças, equipamento da academia da terceira idade (ATI) e uma proteção em madeira em volta de toda a extensão do lago; houve a construção de barraquinhas em uma área pertencente ao lago, mas estas encontram-se abandonadas. Todas essas mudanças ocorreram após uma revitalização do Lago Aratimbó. O referido ambiente é ponto de encontro familiar e de amigos, com maior frequência, nos finais de semana, aonde os indivíduos vão para passar momentos de descontração e praticar atividades físicas.

**Figura 12** – Estrutura e equipamentos do Lago Aratimbó



**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

Já a Praça Miguel Rossafa foi projetada em Umuarama pelo anteprojeto elaborado por Wladimir Babkov, na década de 1950. A arquitetura da praça era formada por três partes seccionadas, sendo elas uma rotatória de forma circular e duas áreas livres triangulares que organizavam a circulação viária (Figura 13). Na década de 1970, um terminal rodoviário urbano foi inserido na praça, com isso a circulação viária que circundava a praça ficou restrita ao transporte público municipal, e no ano de 1982 o terminal rodoviário foi transferido para a Praça da Bíblia (Cardoso; Miranda; De Angelis, 2017a). Vale ressaltar que no projeto original da cidade, a Praça Miguel Rossafa estava situada próxima do perímetro urbano e afastada do centro da cidade e não apresentava nenhum equipamento que incentivasse o uso do espaço público (Cardoso; Miranda; De Angelis, 2017b).

Na década de 2000, com a praça já fazendo parte da área central da cidade de Umuarama devido ao movimento de expansão, a estrutura morfológica da praça precisou ser modificada, porém continuou sem equipamentos de lazer. A lei nº 2275, de 04 de maio de 2000, autorizou a readequação da praça, na qual o traçado urbano foi alterado e as três partes da praça foram unidas (Figura 13) com o intuito de reorganizar a circulação viária, foi retirada as instalações do terminal rodoviário, houve implantação de sanitários, iluminação, mobiliários e alteração da vegetação. Toda essa readequação da praça foi realizada no ano de 2003 (Cardoso; Miranda; De Angelis, 2017a).

**Figura 13** – Morfologia da praça Miguel Rossafa antes e depois da revitalização.



**Fonte:** Cardoso, Miranda e De Angelis, 2017a, p. 131.

A estrutura da praça permaneceu assim por quase uma década e somente a partir do ano de 2011, novos elementos foram gradualmente incorporados/implantados à praça. Tais mudanças compreendem alteração do paisagismo, a criação de uma fonte de água, inclusão de uma academia da terceira idade (ATI) com aparelhos pensado para a prática de exercícios

físicos e a construção de parque infantil com design multifuncional, porém “devido à falta de planejamento da implantação do parque infantil, uma cerca foi instalada para evitar que as crianças se direcionem para a via” (Figura 14) (Cardoso; Miranda; De Angelis, 2017a, p. 136).

Atualmente, a praça Miguel Rossafa se apresenta como um dos principais espaços públicos de Umuarama para a prática de atividades de lazer e promoção da qualidade de vida. A referida praça é palco de diversos eventos culturais e esportivos, além de receber muitos cidadãos que tem por objetivo realizar atividades físicas e momentos de lazer com a família e amigos. Os projetos “Zumba na Praça” e a corrida noturna, que são realizados pela SMEL, acontecem na Praça Miguel Rossafa por meio de atividades físicas.

**Figura 14** – Estrutura e equipamentos da Praça Miguel Rossafa



**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

Já a Praça Santos Dumont é a maior praça da cidade de Umuarama, com aproximadamente 12.000 m<sup>2</sup>, apresenta-se como uma rotatória e o principal nó viário planejado para articular as vias e interligar os bairros residenciais ao centro da cidade. No seu entorno existe uma centralização de prédios bancários, o que a tornou conhecida popularmente como a “praça dos bancos”. Essa estruturação e peculiaridade foi intencionada pela CMNP, que foi responsável pela ocupação e colonização desta região. Seu projeto arquitetônico, datado de 1970, é de autoria do arquiteto modernista paulista Ícaro de Castro Mello (Hulsmeyer *et al.*, 2011).

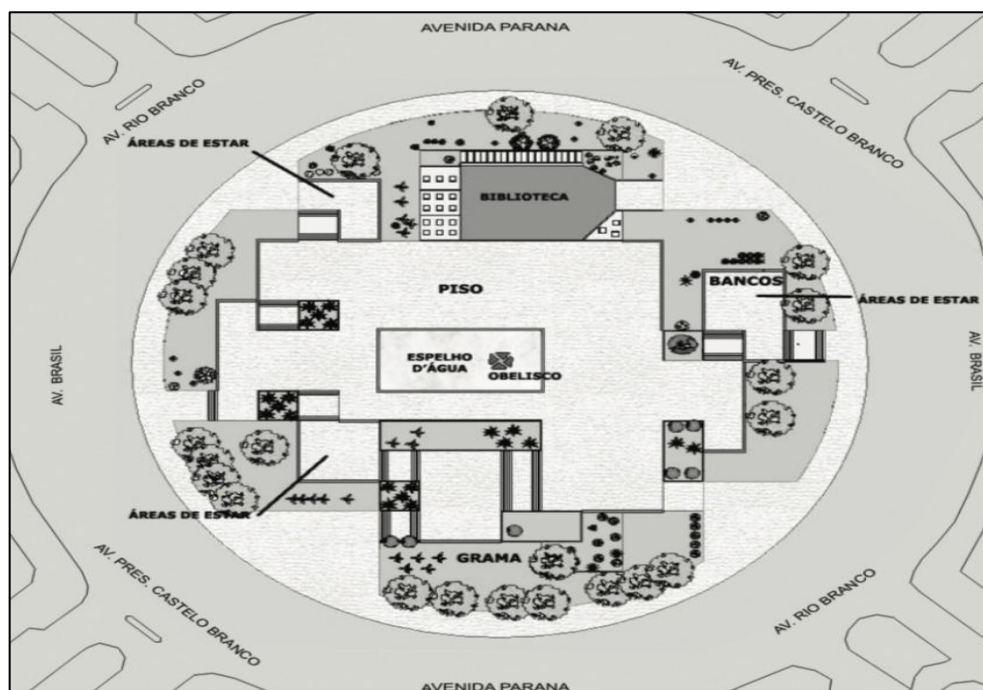
Tal como a Praça Miguel Rossafa, a Praça Santos Dumont esteve projetada no traçado urbano de Umuarama desde a elaboração de seu anteprojeto. Held Silva (2009) diz que o acesso



à praça começou a mostrar implicações após a década de 1980, devido ao aumento significativo da frota de veículos na cidade.

O projeto da Praça Santos Dumont, diferente das demais praças da cidade, ganha destaque por apresentar uma proposta formal e estética. Robba e Macedo (2002) descrevem e apresentam as características como modernistas, ilustrando: a aplicação de formas geométricas em toda sua estrutura, pátio central com espelho d'água e um obelisco com quatro faces, áreas de estar como itens centrais do projeto, valorização de personalidade da cultura nacional (homenagem a Santos Dumont), vegetação utilizada em todos os espaços, todavia, não apresenta em sua estrutura equipamentos para o lazer ativo, que é trocado pelo lazer cultural, com a presença da Biblioteca Municipal Rocha Pombo (Figura 15).

**Figura 15** – Planta artística da Praça Santos Dumont



**Fonte:** Robba e Macedo, 2002, p. 119.

Percebemos a magnitude que a presença da Praça Santos Dumont traz para a área central de Umuarama e, com isto, podemos considerar que o planejamento intencional de seu entorno, pela CMNP, para estabelecer o setor bancário e comercial da região que para os quais atraíssem consumidores das cidades circunvizinhas, foi concretizado, afinal, atualmente, a cidade é tida como um polo comercial da região noroeste do Paraná.

No ano de 2018, a praça passou por uma reforma, na qual a sua estrutura sofreu alterações, tais com: instalação de obstáculos para a prática do skate, substituição do espelho

d'água por piso iluminado e refletores para enaltecer o obelisco, inclusão de diversos postes balizadores metálicos de iluminação em toda sua área, faixas de concregrama, as escadas e o bancos possuem luzes embutidas, uma área coberta foi construída em cima da antiga Biblioteca Municipal, pois a mesma foi retirada da praça para dar espaço a um café e uma sala da Google Education, porém o espaço encontra-se vazio e sem uso (Figura 16). O “Life Dance” é o projeto realizado pela SMEL na praça e a população adepta do skate utiliza a estrutura que há na praça para praticar seu lazer ativo.

**Figura 16** – Estrutura e equipamentos da Praça Santos Dumont



**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

A praça é um dos tipos mais comuns de espaço público existente no Brasil e pode ser definida como espaço destinado a atividades e práticas sociais que incluem desde o simples passear, atividades esportivas, manifestações políticas e culturais, local de socialização e de práticas de lazer (Macedo, 2012) e na cidade de Umuarama, atualmente, existem 28 praças públicas, conforme já destacado e identificado na Figura 9 (a figura encontra-se na página 94).

Os desenhos arquitetônicos das praças de Umuarama, segundo Robba e Macedo (2002), possuem referências nas praças clássicas da Inglaterra e da França do final do século XIX, o que acarretou uma monotonia visual desses espaços públicos. Em algumas praças foram inclusos itens para a prática do lazer ativo, tais como parques infantis e quadras esportivas, além de serem consideradas locais de encontro, trocas culturais e simbolizações.

Nesse sentido, ilustramos algumas praças de Umuarama que trazem traços dessa arquitetura. A praça São Francisco de Assis, Praça Sete de Setembro e a Praça Tamoio,



apresentam parque infantil, academia da terceira idade (ATI), espaços com mesas e bancos e já passaram por revitalização, porém a Praça dos Xetá possui somente a academia da terceira idade (ATI) e encontra-se em situação de abandono pelo poder público visto a degradação de sua estrutura (Figura 17).

**Figura 17** – Estrutura e equipamentos de algumas praças de Umuarama



**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.



Há uma ciclovia em Umuarama situada por toda a extensão da Avenida Rio Grande do Norte, onde as praças supracitadas se localizam. A ciclovia foi feita no canteiro central da avenida e adentra a Praça Sete de Setembro e a Praça Tamoio, além de circundá-las, bem como a Praça dos Xetá. Vale ressaltarmos que a ciclovia foi construída contendo todas as sinalizações de segurança para o ciclista, porém quando se adentra às praças e atravessa as ruas que cortam a avenida, os ciclistas precisam redobrar a atenção. A Avenida Ângelo Moreira da Fonseca, no cruzamento com a Avenida Rondônia, possui equipamentos de lazer em seu canteiro central, sendo: academia da terceira idade (ATI) e uma quadra esportiva de areia, ambos espaços degradados e em situação de abandono pelo poder público, e um parque infantil em boas condições de uso (Figura 18).

**Figura 18** – Estrutura e equipamentos da Ciclovia e Av. Ângelo Moreira da Fonseca



**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

Como já mencionado, a ciclovia atravessa uma das principais avenidas da cidade, Avenida Rio Grande do Norte e sua extensão contém pouco mais de 4 km. A instalação dessa ciclovia teve o intuito de atender à população umuaramense, onde sua importância local favoreceu o aumento do uso de bicicletas e redução dos riscos aos ciclistas, pois os mesmos foram contemplados com local apropriado e seguro para sua locomoção. Há, ainda, uma boa parte da população que utiliza a ciclovia para prática do ciclismo como prática de exercício físico.

Para Furtado (2018, p. 16), a implantação de ciclovias, na malha urbana, apresenta benefícios para a cidade, tais como: “redução da poluição ambiental, baixo custo e facilidade no uso, facilita o acesso a serviços para pessoas que não possuem outro meio de transporte, requer menos espaço e menor custo em infraestrutura urbana, redução no tempo de deslocamento”, além de apresentar “benefícios para a saúde” e qualidade de vida dos indivíduos, “pois, ajuda na redução de incidência de doenças ligadas ao sedentarismo” (p. 11).

Tais espaços públicos foram destacados nesta subseção por apresentarem uma importância e um significado histórico para a cidade de Umuarama e uma estreita relação entre si, visto que em algumas localidades da cidade esses espaços se encontram e se fundem, assim como sua relação com a prática do lazer visando a manutenção e melhora da qualidade de vida da população da cidade de Umuarama.

Na seção IV foram apresentados, analisados e discutidos os dados, quantitativos e qualitativos, coletados nos espaços públicos objetos da referida pesquisa, sendo eles o Bosque Uirapuru, o Lago Tucuruvi e a Praça Dr. Antônio Morais Barros, destacando a relação existente com os usuários e a sua forma de apropriação, em confronto com a literatura no intuito de responder aos questionamentos iniciais de pesquisa.

## **4 DIAGNÓSTICO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE UMUARAMA E A QUALIDADE DE VIDA DE SEUS USUÁRIOS**

De forma a analisar e compreender quali-quantitativamente os espaços públicos estudados, apresentamos os resultados coletados em campo com subseções específicas para cada um dos temas abordados, relacionando-os com o referencial teórico já aplicado, bem como outros que podem vir a ser úteis para a pesquisa. Os resultados obtidos quanto à caracterização dos espaços públicos, o acesso de seus frequentadores e qualidade de vida dos usuários dos referidos espaços públicos do município de Umuarama foram apresentados, a seguir, por espaço (bosque, praça e o lago), por meio de quadros, tabelas, gráficos, fotografias e discussões teóricas envolvendo a temática. A escolha por apresentar os resultados de diversas maneiras se deu por se tratar de instrumentos e recursos que possibilitaram que as informações sejam visualizadas em um pequeno espaço, facilitando sua utilização, leitura e interpretação.

### **4.1 Da caracterização dos ambientes estudados: uma análise quali-quantitativa**

Nesta subseção, caracterizamos os espaços públicos estudados: Bosque Uirapuru, Praça Dr. Antônio Morais Barros e Lago Tucuruvi. Espaços que são considerados produtos culturais, transformados no tempo e espaço e que se mantiveram como palco de mudanças socioculturais das manifestações dos valores históricos e simbólicos do município de Umuarama. O conteúdo aqui abordado nos levou a compreender as estruturas morfológicas e a infraestrutura que compõem os respectivos espaços públicos, contribuindo analiticamente para o entendimento da importância e significação desses espaços para o município.

Para a realização do diagnóstico dos espaços públicos objetos da pesquisa, levamos em consideração a função desses espaços, considerando as estruturas, os equipamentos e os imobiliários adequados para a utilização de seus usuários. Nesse sentido, fizemos apropriação do conceito de mobiliário urbano definido por Ferrari (2004):

Conjunto de elementos materiais localizados em logradouros públicos ou locais visíveis desses logradouros e que complementam as funções urbanas de habitar, trabalhar, recrear e circular: cabinas telefônicas, anúncios, idealizações horizontal, vertical e aérea; postes, torres, hidrantes, abrigos e pontos de parada de ônibus, bebedouros, sanitários públicos, monumentos, chafarizes, fontes luminosas (Ferrari, 2004, p. 240).

Tal conceito dá-nos mais compreensão e entendimento do que vem a ser o mobiliário urbano, porém os instrumentos de pesquisa (Apêndice B e Quadro 1) fornecem informações detalhadas de quais são os equipamentos e estruturas existentes nos espaços públicos estudados que podem ser qualificados, quantificados e identificados, desde os elementos mais simples, como bancos, escadarias, telefone público, mesas, lixeiras, iluminação, sanitários, bebedouros, até os mais complexos, como estruturas esportivas, parques infantis, segurança, equipamentos para exercícios físicos, vegetação, paisagismo, conforto ambiental e outros.

A totalidade do conjunto desses mobiliários urbanos com a estrutura e os equipamentos dos espaços públicos, são os que vão ditar o alcance da sensação de conforto ambiental ao usuário desses ambientes. Essa ideia de conforto ambiental deve ser discutida e analisada em diversos contextos, contudo, ela é originada de uma única relação: a do homem com a natureza. A definição de conforto ambiental de acordo com Bartholomei (2003) significa:

A sensação de bem-estar que está relacionada com fatores ambientais (temperatura ambiente, umidade relativa, velocidade do ar, níveis de iluminação, níveis de ruído entre outros) e a funcionalidade. Deve ser levado ainda em consideração, a individualidade do ser humano, ou seja, as sensações variam de pessoa para pessoa. Sendo assim, as condições ambientais de conforto são aquelas que propiciam bem-estar ao maior número possível de pessoas. [...] o conforto ambiental está ainda relacionado a qualidade de vida das pessoas (Bartholomei, 2003, p. 17).

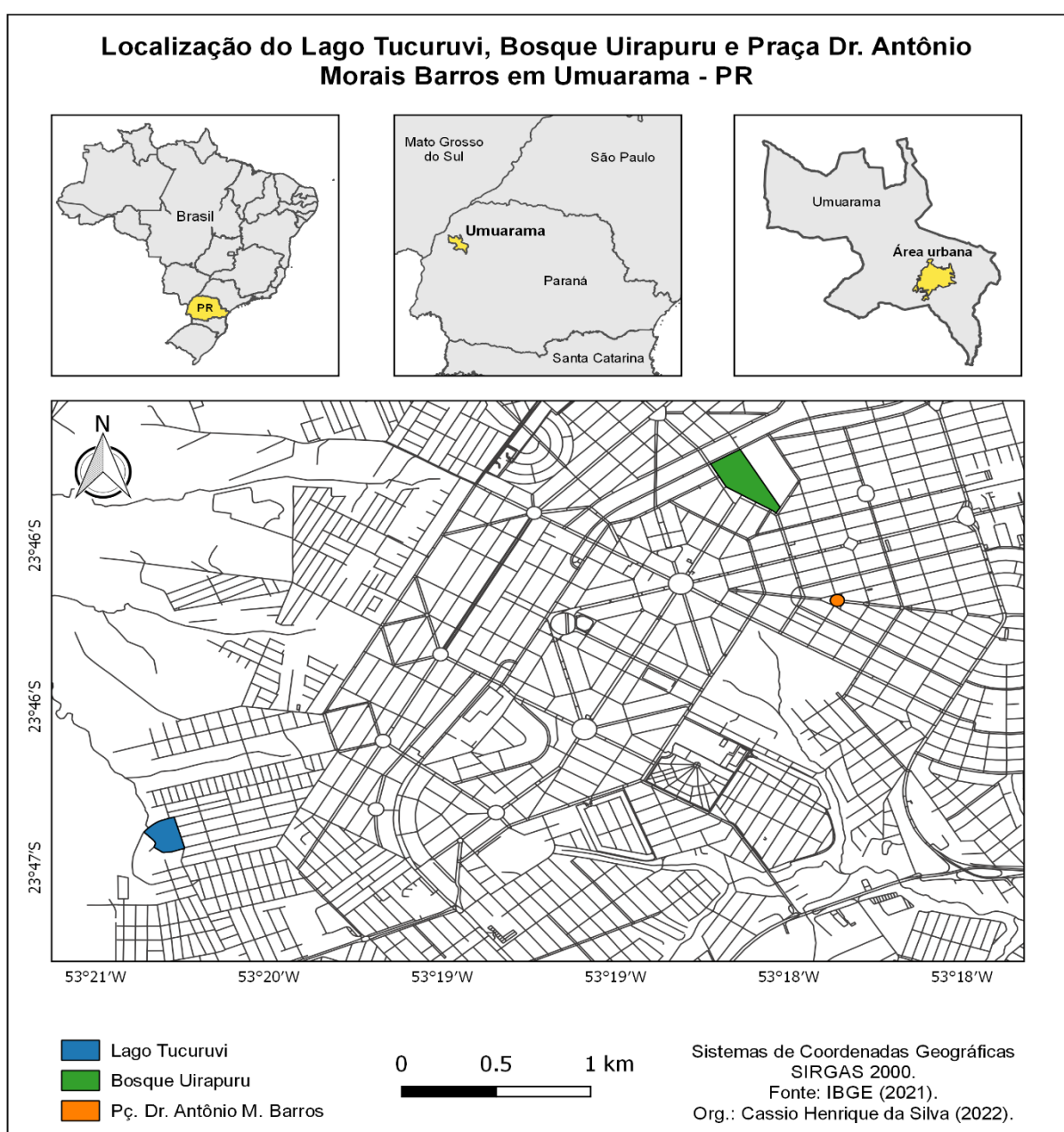
Face a essa definição de conforto ambiental, percebemos que esse conceito além de ser amplo, é carregado de sensações e sentimentos subjetivos. Segundo Basso e Corrêa (2014) o conforto ambiental, compreende aspectos como o conforto psicológico, conforto ergonômico e conforto térmico, bem como, a oferta de espaços adequados à atividade física e atividades ao ar livre, relacionando às necessidades e condicionantes do meio ambiente natural, além do cultural, social e econômico. O conforto ambiental dos espaços públicos sofre influência de alguns indicadores de qualidade ambiental, tais como: o índice de áreas verdes que retrata à relação entre a quantidade de área verde (m<sup>2</sup>) e os habitantes que vivem em determinado território, e o índice de cobertura vegetal que caracteriza a relação entre a cobertura arbórea (m<sup>2</sup>) e a população, sem diferenciação entre as tipologias de vegetação (Nucci, 2008).

Com esse entendimento, podemos dizer que quando o espaço público apresenta uma boa qualidade de conforto ambiental, estando em sintonia todos os seus elementos ou grande parte deles, ele se torna mais atrativo e convidativo para que os indivíduos usufruam de sua estrutura para a realização de suas atividades, sejam elas de lazer, cultural, física e/ ou social. Os elementos que compõem os determinantes para o conforto ambiental devem sempre ser

avaliados e analisados dentro de uma visão sistêmica, o que vai permitir ao indivíduo compreender as consequências da relação e integração desses fatores.

Na sequência foram analisados todos os elementos que compõem a estrutura dos espaços públicos objetos de estudo da presente pesquisa (Figura 19). Espaços públicos que são de atribuição administrativa do Poder Público Municipal, devendo ser providos de condições de uso, de segurança e de infraestrutura adequada ao entretenimento e à melhoria da qualidade ambiental e qualidade de vida para a população umuaramense.

**Figura 19** – Localização dos espaços públicos objetos de estudo

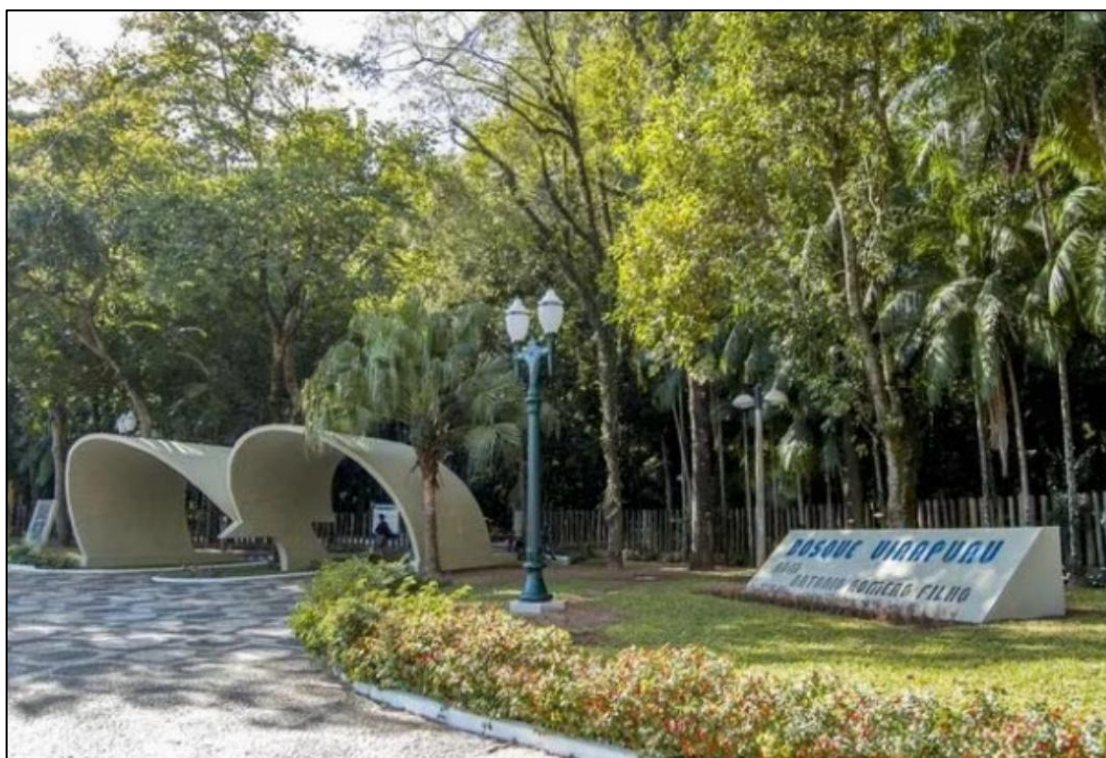


**Fonte:** Sistema de coordenadas Geográficas Sirgas 2000. IBGE (2021). Org. Cassio Henrique da Silva (2022).



O Bosque Uirapuru (Figura 20), localizado no cruzamento da Av. Apucarana com Av. Ângelo Moreira da Fonseca - Zona V, é uma área pública de mata nativa preservada no “coração” da cidade. Considerado, também, um elemento que une os cidadãos e dá certa identidade à cidade, possibilitando às pessoas de sentir os benefícios da proximidade e o apreço pela natureza<sup>2</sup>. O diagnóstico quali-quantitativo dos equipamentos, estruturas e mobiliários urbanos do Bosque Uirapuru foi realizado no dia 02 de julho de 2023 com duração de 3h.

**Figura 20** – Bosque Uirapuru – Objeto de estudo



**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

O bosque apresenta três objetos de identificação, uma placa degradada pela ação do tempo, outra pichada por vândalos e uma em concretagem; na entrada há um monumento que retrata o pássaro Uirapuru (ave que dá o nome ao bosque) (Figura 21); conta com duas pistas de caminhada que circundam o interior da mata tendo extensões de 1.000 m, com pintura vermelha, e de 500 m, construída com paralelepípedos, ambas com largura de 2 m, e constituem-se por uma área calçada em terreno com aclives e declives; na pista maior, a cada 100 m, há placas com dizeres sobre os benefícios acarretados pela prática da caminhada (Figura 22).

---

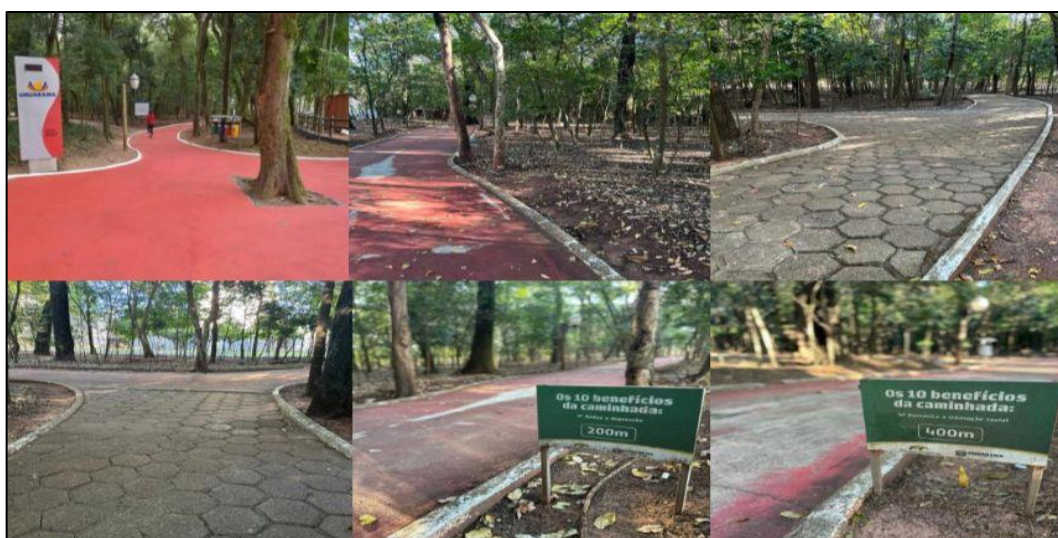
<sup>2</sup> Silva (2023, p. 72), estabelece que “nas áreas verdes pode-se encontrar um ambiente agradável, afastando a angústia da cidade, possibilitando ao indivíduo a integração com a natureza”.

**Figura 21** – Monumento de entrada e placas de identificação do Bosque Uirapuru



**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

**Figura 22** – Pistas de caminhada e placas de seus benefícios do Bosque Uirapuru

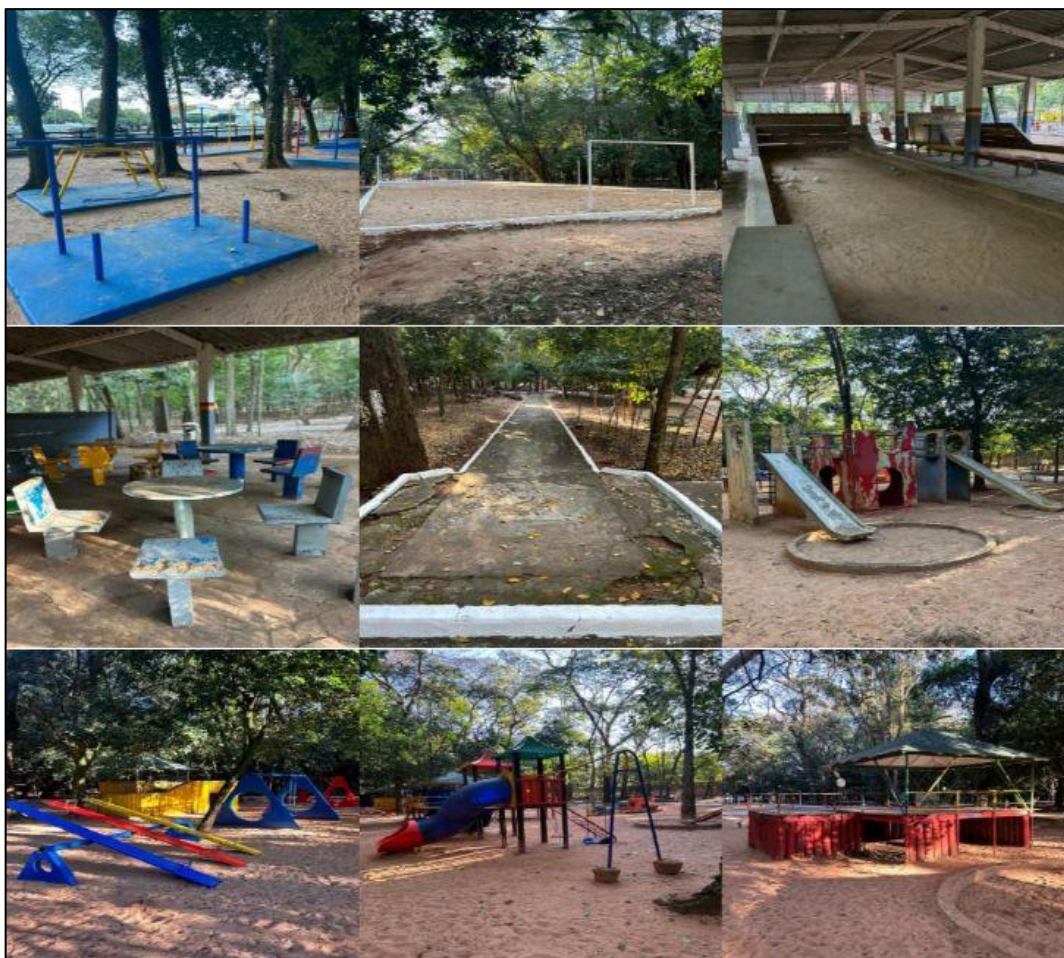


**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

A área destinada à prática de atividade física conta com 13 tipos de aparelhos para exercícios físicos, duas quadras esportivas de areia, onde os usuários praticam voleibol, futevôlei, futebol de areia e exercícios de condicionamento físico; duas canchas de bocha com cinco mesas adjacentes para atividades com cartas e uma cancha para o jogo de maia em estado degradado pela ação do tempo; parque infantil com brinquedos variados necessitando de manutenção na pintura e três cabanas retratando a origem indígena de Umuarama (Figura 23).



**Figura 23** – Área para atividades físicas, esportivas e recreativas do Bosque Uirapuru

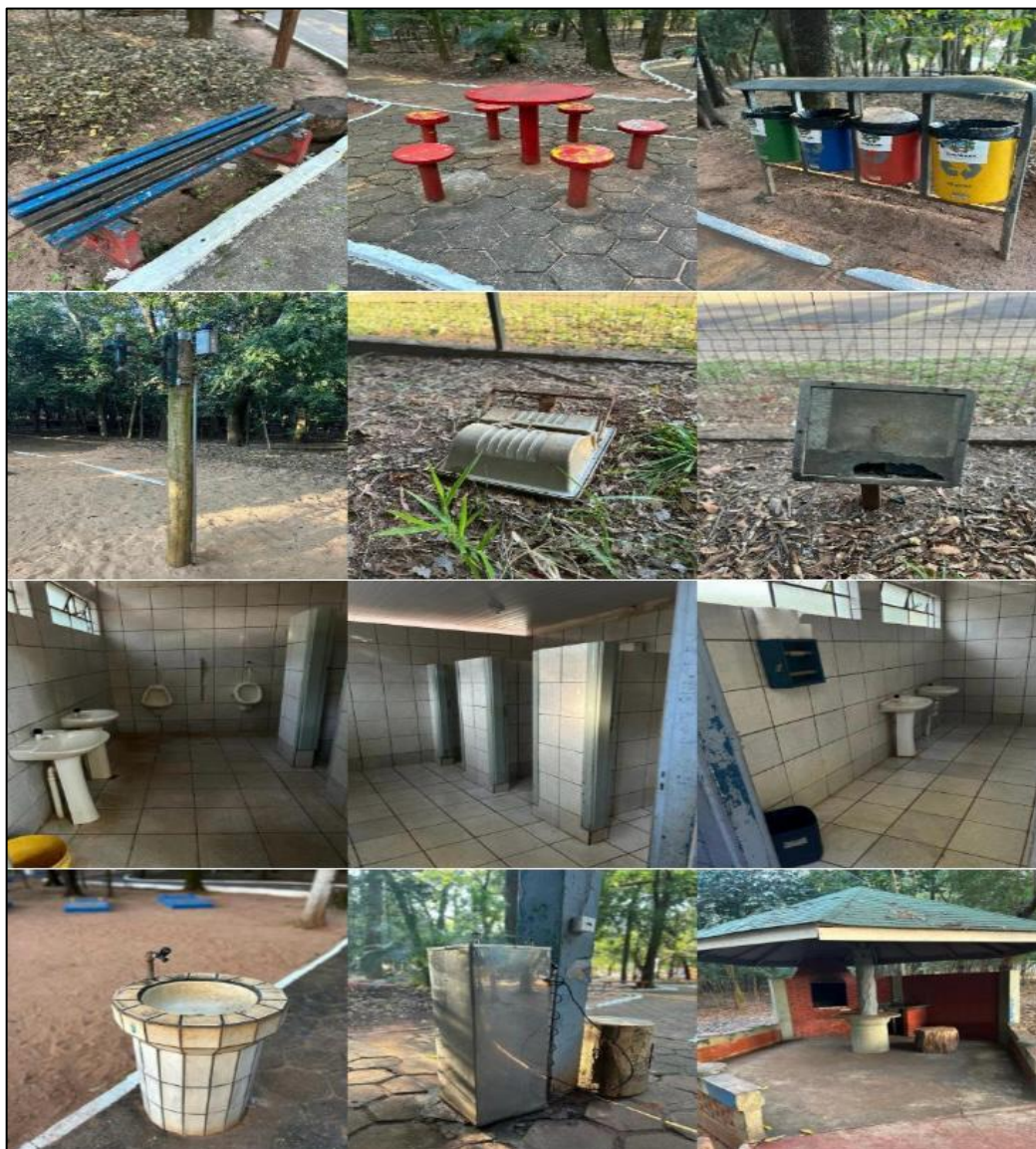


**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

Na estrutura interna do Bosque Uirapuru, ainda encontramos 24 bancos de alvenaria e 45 bancos de madeira, sendo que a maioria está em estado regular de conservação, e duas mesas de alvenaria com seis bancos ao seu redor, também de alvenaria, necessitando de manutenção de pintura; 46 postes de iluminação alta, considerando sua totalidade, estão em estado regular de conservação e 17 refletores de iluminação baixa, os quais estão todos degradados e em estado precário; dois banheiros, sendo um masculino e um feminino, ambos não estão condizentes com normas de bom uso, pois não há iluminação, nem portas para os reservados, não há sacos plásticos nos cestos de lixo e no banheiro masculino as divisões entre os mictórios individuais estão quebradas; três bebedouros antigos, funcionando normalmente, sendo um metálico, um em cano de tubulação com acabamento em azulejo e um de concreto e quatro quiosques com churrasqueiras em bom estado de conservação e limpeza; 15 lixeiras dispostas por todo o bosque, necessitando de limpeza, e poucas estimulam a separação dos resíduos (Figura 24). De

modo geral, é necessária uma melhor conservação e limpeza dos equipamentos e estruturas presentes no bosque.

**Figura 24** – Estrutura, equipamentos e mobiliários urbanos do Bosque Uirapuru



**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

O aviário do Bosque Uirapuru que foi construído na época da instalação do bosque na cidade e que havia aves para exibição pública, com a finalidade de educação ambiental e de preservação das espécies, hoje encontra-se desativado. Vale destacar que o aviário serviu, também, como um orquidário no bosque por alguns anos, porém o projeto não vingou e ele acabou sendo desativado mais uma vez e hoje encontra-se abandonado e necessitando de manutenção em suas instalações. Quanto à limpeza, a administração municipal do bosque



precisa ser mais efetiva, pois são encontrados alguns mobiliários urbanos deteriorados e lixo jogado em diversos locais da mata (Figura 25).

**Figura 25** – Aviário e lixos jogados na mata do Bosque Uirapuru



**Fonte:** Acervo da biblioteca municipal de Umuarama e dos próprios autores, 2023.

A vegetação (mata nativa) do Bosque Uirapuru sofreu redução considerável e imprescindível em sua densidade, visto a necessidade de deixar o interior do bosque com um aspecto mais limpo e seguro para seus usuários, contudo, troncos e galhos caídos de árvores que foram derrubadas com a poda ainda se encontram deixados no interior da mata; vale ressaltar que com a redução da densidade da mata, o bosque não perdeu sua essência e nem a sua reserva de mata nativa. O paisagismo é algo extremamente cuidado pela administração municipal, por meio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, visto que na entrada do bosque o corte de grama é realizado corriqueiramente e sempre está com um visual agradável e impecável, bem como o plantio de flores que contribui para uma paisagem mais harmoniosa, equilibrada, saudável e bela (Figura 26). Dessa forma o conforto ambiental tem exercido sua função de minimizar a deterioração da qualidade de vida e os processos de degradação

ambiental, visto as condições favoráveis que o bosque apresenta à saúde e ao bem-estar da população e da vida biológica da cidade.

**Figura 26** – Vegetação e paisagismo do Bosque Uirapuru



**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

Nas vias públicas do entorno do bosque há estacionamento demarcado de carro e motocicleta com vagas suficientes para os usuários do espaço público. Em relação à segurança, o posto policial mais próximo fica a 750 m do bosque, na Av. Paraná próximo à Praça Santos Dumont, porém a Guarda Municipal realiza rondas esporádicas no bosque durante o dia; o ponto de ônibus mais próximo fica a 500 m da entrada do bosque, situado na Rua Ministro Oliveira Salazar em frente ao Colégio Estadual Professor Paulo Alberto Tomazinho.

A Praça Dr. Antônio Morais Barros (Figura 27), localizada no encontro da Rua Goiás com a Rua Minas Gerais e com a Avenida Rio de Janeiro - Zona II, é um espaço público de convivência e integração humana que tem boa usabilidade dos cidadãos e que teve sua revitalização concluída no ano de 2022 após reivindicação da população por meio de um abaixo assinado. Constitui-se, também, em um elemento urbanístico fundamental para a vida urbana. O diagnóstico quali-quantitativo dos equipamentos, estruturas e mobiliários urbanos da Praça Dr. Antônio Morais Barros foi realizado no dia 01 de julho de 2023 com duração de 2 h. favoráveis que o bosque apresenta à saúde e ao bem-estar da população e da vida biológica da cidade.



**Figura 27** – Praça Dr. Antônio Morais Barros – Objeto de estudo



**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

A praça não apresenta nenhuma placa ou monumento com a identificação do local, o que a torna popularmente conhecida como a “Praça do Ceprev” (Centro de Prevenção), que faz menção a uma unidade básica de saúde que anos atrás era localizada no entorno da praça. Sua estrutura interna conta com seis mesas de alvenaria com quatro bancos ao seu redor, também de alvenaria, necessitando de reparos e manutenção na pintura e oito postes de iluminação alta, todos em bom estado de conservação (Figura 28).

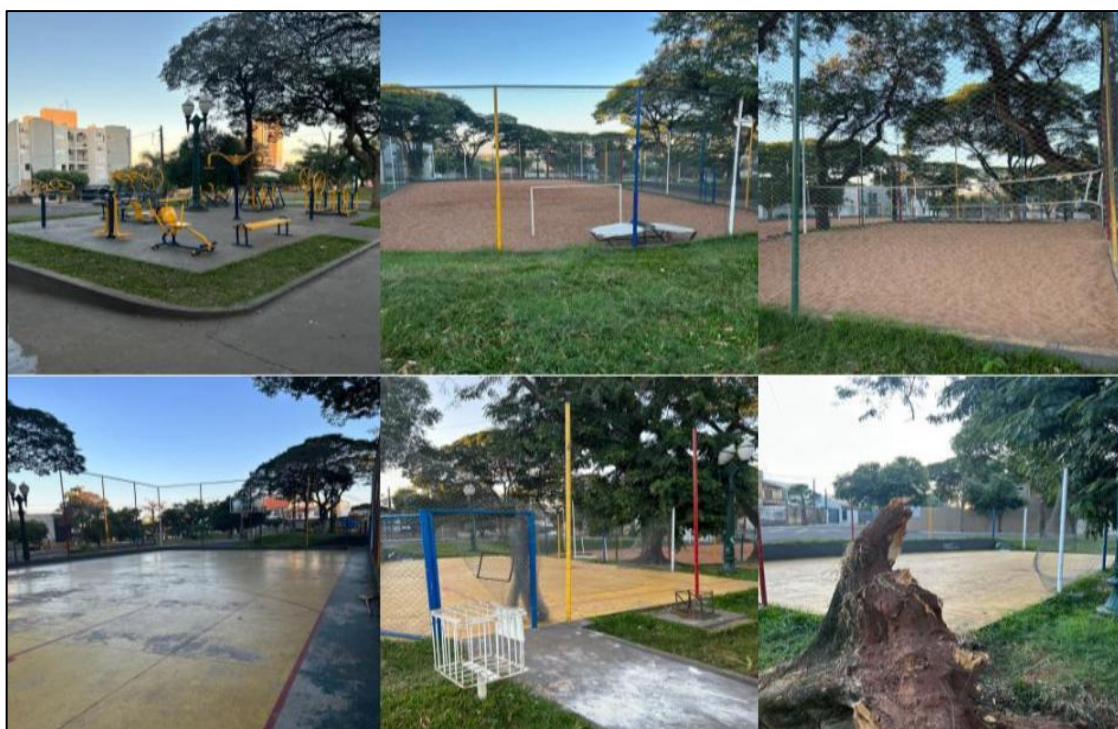
**Figura 28** – Estrutura, equipamentos e mobiliários urbanos da Praça Dr. Antônio Morais Barros



**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

É relevante destacar que Praça Dr. Antônio Morais Barros também possui uma área destinada para prática de atividade física com a implantação de uma Academia da Terceira Idade – ATI, três quadras esportivas de areia, na quais os usuários praticam voleibol, futevôlei, futebol de areia e exercícios de condicionamento físico, porém na quadra maior há uma mesa de tênis de mesa que foi deixada em seu interior que está degradada e sem uso por parte de seus usuários; duas quadras esportivas de alvenaria para a prática do basquetebol, necessitando de manutenção na pintura, onde a quadra menor está toda degradada com cercamento em gradil metálico cortado, cesta de basquete não existe mais, portão de acesso à quadra está quebrado e com uma grande raiz de árvore que foi derrubada bem próxima de seu piso (Figura 29).

**Figura 29** – Área para atividades físicas e esportivas da Praça Dr. Antônio Morais Barros



**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

Além das estruturas e equipamentos já elencados, a praça possui um parque infantil com um brinquedo multiuso em bom estado de conservação e limpeza, a qual é cercada por grades de proteção; um bebedouro no centro da praça que está com sua funcionalidade normal, porém foi pichado por ação de vândalos e a água que dele escorre vai diretamente para frente do portão de acesso da quadra maior de alvenaria, e três lixeiras dispostas por toda a praça, estando pichadas e sujas; a limpeza da praça é realizada pelo setor municipal com pouca eficiência e



eficácia, pois encontramos lixo jogado pelos seus usuários em vários locais da praça (Figura 30).

**Figura 30** – Estrutura, equipamentos e mobiliários urbanos da Praça Dr. Antônio Moraes Barros



**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

Notoriamente, a conservação da praça é algo que exige um olhar mais crítico do poder público, visto que existem diversas estruturas, equipamentos e mobiliários urbanos degradados e deteriorados pela ação de vandalismos, levando em consideração o pouco tempo pelo qual a praça passou por uma revitalização. A vegetação é composta por algumas árvores que circundam a praça, algumas já existiam antes da revitalização e outras foram plantadas, e o paisagismo conta com um gramado que cobre toda extensão da praça que não corresponde à área calçada e necessita de manutenção recorrente. Sendo assim, o conforto ambiental tem auxiliado para a manutenção da qualidade de vida, pois é um quesito que apresenta, não em grande escala, condições favoráveis para a promoção da saúde (Figura 31).

**Figura 31** – Vegetação e paisagismo da Praça Dr. Antônio Morais Barros



**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

Nas vias públicas do entorno da praça há estacionamento demarcado de carro e motocicleta com vagas suficientes para os usuários do espaço público. Em relação à segurança, o posto policial mais próximo fica a 1200 m da praça, na Av. Paraná próximo à Praça Santos Dumont; o ponto de ônibus mais próximo fica a 400 m da praça, situado na Dr. Camargo em frente ao Posto de combustível Delta e ao lado da garagem da Viação Umuarama.

O Lago Tucuruvi (Figura 32), localizado no término do Parque Dom Pedro II, Conjunto 26 de Junho, Independência e Ouro Branco (bairros periféricos da cidade), é um lago artificial, construído para a prática do lazer. O lago apresenta um valor estético para projeto paisagístico da cidade de Umuarama, pois auxilia, também, na manutenção da umidade local<sup>3</sup>, criando um ambiente mais agradável e saudável para a população, além de ter a finalidade de preservar ecossistemas naturais de grande importância da região. O diagnóstico quali-quantitativo dos equipamentos, estruturas e mobiliários urbanos do Lago Tucuruvi foi realizado no dia 01 de julho de 2023 com duração de 2h.

<sup>3</sup> Souza (2010, p. 189) diz que um “lago funciona com um regulador do equilíbrio térmico e higrométrico, o que faz com que a umidade relativa do ar se mantenha regulada” e interfira positivamente na qualidade de vida da população. A umidade relativa do ar, ocasionada por um lago, é extremamente favorável à saúde humana, visto que auxilia no sistema respiratório do indivíduo (Reis; Morais, 2015).



**Figura 32** – Lago Tucuruvi – Objeto de estudo

**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

O lago apresenta uma placa e um monumento com a identificação do local, ambos degradados pela ação de vândalos; conta com uma pista de caminhada que circunda o lago com extensão de 1000 m e largura de dois metros, tem proteção de madeira rústica, sendo constituída por uma área calçada em terreno plano com alguns trechos cobertos por terra e bem danificados pela ação do tempo, e no seu trajeto há, também, uma escadaria e uma ponte (Figura 33).

**Figura 33** – Monumento, placas de identificação e pista de caminhada do Lago Tucuruvi

**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

Quanto a sua estrutura, equipamentos e mobiliários urbanos conta com 31 bancos de madeira, todos em bom estado de conservação; 21 postes de iluminação alta em bom estado de conservação; dois banheiros, sendo um masculino e um feminino, embora pichados e com alguns elementos estragados, ambos estão funcionando normalmente e a limpeza está regular; três bebedouros, sendo um em estrutura metálica e com bom estado de conservação e dois em adaptação com canos de tubulação de concreto com acúmulo de terra em seu interior e a água que deles escorrem saem por uma tubulação bem próxima dos bebedouros, e cinco quiosques com churrasqueiras, todos em estados degradados por vândalos, com pias, muretas de proteção, telhados e churrasqueiras quebradas e com acúmulo de terra em seu interior; há 13 lixeiras dispostas por todo o lago, em uma mescla de estado de conservação regular com algumas degradadas e arrancadas de seu ponto de fixação por vândalos (Figura 34). É visto que a conservação desses equipamentos e de toda estrutura disponível é um quesito que necessita de um olhar mais crítico do poder público, visto que sua estrutura, muitos equipamentos e mobiliários urbanos já estão degradados pelas intemperes do tempo e por ação de vandalismo.

**Figura 34** – Estrutura, equipamentos e mobiliários urbanos do Lago Tucuruvi



**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.



Há, também, um espaço com aparelhos e equipamentos para realização de exercícios físicos, todos danificados e deteriorados pela ação de vândalos e uma Academia da Terceira Idade – ATI com seus aparelhos em estado regular de conservação, porém ela fica exposta ao sol durante todo o dia; duas quadras esportivas de areia, onde os usuários podem praticar voleibol, futevôlei, futebol de areia e exercícios de condicionamento físico, em estado regular de conservação, contudo há falta de equipamentos para a realização dessas práticas e uma meia quadra esportiva de alvenaria que está em construção; parque infantil com brinquedos variados e em bom estado de conservação (Figura 35).

**Figura 35** – Área para atividades físicas, esportiva e recreativas do Lago Tucuruvi



**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

A limpeza do Lago Tucuruvi é insatisfatória, pois é encontrado diversos locais com lixo jogado no chão e queimado no gramado, e sobras de materiais de construção no entorno do lago. A vegetação é composta por poucas árvores, algumas já existiam no local e outras foram plantadas há pouco tempo, e o paisagismo conta com um gramado que necessita de manutenção e/ou até mesmo um replantio. Dessa maneira, o conforto ambiental é extremamente baixo, visto que sua estrutura e a maioria dos equipamentos e mobiliários urbanos ficam expostos ao sol e as árvores que ali existem ainda não são suficientes para amenizar o calor (Figura 36).

**Figura 36** – Limpeza e vegetação do Lago Tucuruvi





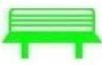










**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2023.

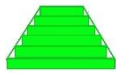















Nas vias públicas do entorno do lago há espaço suficiente para estacionar carros e motocicletas, porém não é um estacionamento demarcado como dos espaços públicos mencionados anteriormente. Em relação à segurança, não há posto policial nas proximidades do lago, tem-se alocado a 2250 m do local a 7ª Subdivisão Policial de Umuarama, situada na Av. Rondônia próximo à Praça dos Xetás; o ponto de ônibus mais próximo fica a 100 m do lago, localizado na Rua Nossa Senhora de Guadalupe no Conjunto Independência.

Com base no levantamento quali-quantitativo da estrutura, equipamentos e mobiliários urbanos existentes nos espaços públicos objetos do estudo, o quadro síntese (quadro 2) mostra os resultados obtidos na pesquisa in loco. O referido quadro mostra um panorama geral e atual dos espaços públicos, face a uma análise crítica entre o bom, o regular, o ruim e a necessidade de implantação de infraestrutura nos respectivos espaços.

















Rememoramos os critérios da avaliação do aspecto qualitativo dos equipamentos, estruturas e mobiliário urbano que foram representados por meio de símbolos, sendo estes classificados em três cores: verde, representando os equipamentos e estruturas em bom estado; laranja, caracterizando os regulares; vermelho apontando os equipamentos e estruturas como ruins. Já os símbolos de cor preta indicam propostas de equipamentos e estruturas a serem implantadas nos espaços públicos estudados. De acordo com as características apresentadas, os equipamentos, estruturas e mobiliários urbanos foram avaliados em escala de 0,0 (zero) a 3,0 (três), sendo estes conceitos: ruim (0,0 a 1,0), regular (1,1 a 2,0) e bom (2,1 a 3,0).







Quadro 2 – Panorama atual dos espaços públicos objetos do estudo

Item	Bosque Uirapuru		Praça Dr. Antônio Morais Barros		Lago Tucuruvi	
Academia da terceira idade		Nota ---		Nota 2,7		Nota 2,0
	Seria interessante a implantação dessa estrutura, visto que os equipamentos de exercícios físicos que o bosque possui não são adequados para a população idosa.		Bem conservada e acessível; diversidade de equipamentos; na maior parte do dia fica na sombra.		Bem conservada e acessível; diversidade de equipamentos; exposta ao sol durante todo o dia.	
Bancos		Nota 1,8	---	Nota		Nota 2,6
	Dispostos por todo o bosque; não são ergonômicos; falta de limpeza e manutenção.		Não há necessidade de implantação.		Dispostos por todo o lago; ergonômicos e bem conservados.	
Bebedouro		Nota 1,8		Nota 2,0		Nota 1,8
	Conservado e acessível; não fornecem água gelada; falta de limpeza e manutenção.		Conservado e acessível; fornece água gelada (1 torneira); falta de limpeza e manutenção.		Conservado e acessível; fornece água gelada (1 torneira); falta de limpeza e manutenção.	
Cancha de bocha		Nota 2,7	---	Nota		Nota ---
	Bem conservada e limpa; bem iluminada; aberta ao público, ambiente coberto; contém todos os materiais necessário para realização da atividade.		Não há necessidade e nem espaço para a implantação da estrutura.		Seria interessante a implantação dessa estrutura, visto o amplo espaço que o ambiente apresenta e mais uma possibilidade de lazer ativo aos usuários.	
Cancha de maia		Nota 0,4	---	Nota		Nota ---
	Necessita de uma revitalização/reforma completa; a única característica dos critérios de avaliação que apresenta é aberta aos usuários.		Não há necessidade e nem espaço para a implantação da estrutura.		Seria interessante a implantação dessa estrutura, visto o amplo espaço que o ambiente apresenta e mais uma possibilidade de lazer ativo aos usuários.	
Equipamentos para exercício físico		Nota 2,8		Nota ---		Nota 1,0
	Bem conservados e acessíveis; diversidade de equipamentos; estrutura fixada em local de sombra o dia todo.		Implantação da estrutura poderia ser fixada no lugar da quadra menor de areia, visto que é a única quadra não utilizada pelos usuários, e seria mais uma forma de lazer ativo aos usuários.		Estrutura acessível aos usuários; estragados e malconservados pela ação de vândalos e adaptados pela comunidade; estrutura fixada em local que bate sol durante o dia todo.	

<b>Escadaria</b>	---	Nota	---	Nota		Nota 2,5
	Não há necessidade e nem espaço adequado para a implantação da estrutura.		Não há necessidade e nem espaço para a implantação da estrutura.		Bem conservada; funcional e necessária no local; possui guarda corpo somente de um lado; necessita de uma melhor limpeza.	
<b>Estacionamento</b>		Nota 2,3		Nota 2,3		Nota 2,1
	Conservado e suficiente para os usuários; com sombra em boa parte do dia; apresenta conflitos entre veículos e pedestres.		Conservado e suficiente para os usuários; com sombra em boa parte do dia; apresenta conflitos entre veículos e pedestres.		Conservado e suficiente para os usuários; com sol durante todo o dia; apresenta conflitos entre veículos e pedestres.	
<b>Identificação</b>		Nota 1,7		Nota ---		Nota 1,1
	Em boa quantidade, uma gravação em alvenaria, uma em pedestal de alvenaria com placa metálica e uma em metal. Muito simbólicas e significativas, porém malconservadas.		Implantação da estrutura necessária para identificação do local, bem como a simbologia e a significância da praça no contexto da evolução da cidade.		Em boa quantidade, uma gravação em alvenaria e uma em pedestal de alvenaria com placa metálica. Simbólicas e significativas, porém malconservadas.	
<b>Iluminação</b>		Nota 1,7		Nota 3,0		Nota 3,0
	Bem localizadas e distribuídas pelo bosque; possui luminárias queimadas e danificadas; sem obstrução por copa das arvores e vegetação rasteira.		Bem localizadas e distribuídas pela praça; bem conservadas; sem obstrução por copa das arvores e vegetação rasteira.		Bem localizadas e distribuídas pelo lago; bem conservadas; sem obstrução por copa das arvores e vegetação rasteira.	
<b>Lixeira</b>		Nota 1,6		Nota 1,1		Nota 0,8
	Bem conservadas; maioria suja; maioria equipada com sacos plásticos; maioria faz a separação seletiva.		Bem conservadas; maioria suja; não equipadas com sacos plásticos; não faz a separação seletiva.		Falta de manutenção; maioria suja; não equipadas com sacos plásticos; não faz a separação seletiva.	
<b>Mesas com bancos</b>		Nota 1,5		Nota 1,6		Nota --
	Dispostos em alguns locais do bosque; iluminação próxima, maioria é ergonômico; falta de limpeza e manutenção.		Concentradas no centro da praça; iluminação próxima, não são ergonômicas; falta de limpeza e manutenção.		Seria interessante a implantação dessa estrutura, visto o amplo espaço que o ambiente apresenta e seria mais um espaço para a prática de lazer aos usuários.	



	---	Nota	---	Nota		Nota
<b>Palco</b>	Não há necessidade e nem espaço adequado para a implantação da estrutura.		Não há necessidade e nem espaço para a implantação da estrutura.		Seria interessante a implantação dessa estrutura, visto o amplo espaço que o ambiente apresenta e mais uma possibilidade de lazer ativo aos usuários.	
		Nota 2,1		Nota 3,0		Nota 2,8
<b>Parque infantil</b>	Alguns equipamentos necessitam de pintura e manutenção; é acessível e seguro; tem diversidade de equipamentos.		Bem conservado; é acessível e seguro; tem diversidade de equipamentos.		Bem conservado; é acessível e seguro; tem diversidade de equipamentos.	
		Nota 2,8	---	Nota		Nota 1,6
<b>Pista de caminhada / corrida</b>	Bem conservada; é funcional; pavimentada, segura e elegante.		Não há necessidade e nem espaço para a implantação da estrutura.		Necessita de manutenção em dois trechos; é funcional; pavimentada e segura.	
		Nota 2,5		Nota 2,5		Nota 2,5
<b>Ponto de ônibus</b>	Bem conservado, porém apresenta algumas pichações; é coberto e equipado com bancos; localizado a menos de 500 m do bosque.		Bem conservado, porém apresenta algumas pichações; é coberto e equipado com bancos; localizado a menos de 500 m da praça.		Bem conservado, porém apresenta algumas pichações; é coberto e equipado com bancos; localizado a menos de 500 m do lago.	
		Nota 2,4		Nota 1,2		Nota 1,6
<b>Quadra esportiva</b>	São bem conservadas; possui alguns postes de iluminação próximos e alguns equipamentos para prática esportiva; é limpa e aberta aos usuários.		Necessitam de limpeza e manutenção; possui postes de iluminação próximos; possui alguns equipamentos para prática esportiva; é aberta aos usuários.		Necessitam de limpeza e manutenção; não possui postes de iluminação próximos; possui alguns equipamentos para prática esportiva; é aberta aos usuários.	
		Nota 3,0	---	Nota		Nota 0,5
<b>Quiosque</b>	É acessível aos usuários; limpos; possui estrutura e equipamentos adequados para utilização dos usuários.		Não há necessidade e nem espaço para a implantação da estrutura.		É acessível aos usuários, porém todos necessitam de limpeza e de revitalização, visto que seus equipamentos e estruturas estão todos degradados.	
		Nota 1,2	---	Nota		Nota 1,2
<b>Sanitários</b>	É acessível e aberto aos usuários; limpos; não possui todos os itens e estruturas adequadas para utilização dos usuários;		Não há espaço para a implantação da estrutura.		É acessível e aberto aos usuários; limpos; não possui todos os itens e estruturas adequadas para utilização dos usuários;	

	necessita de uma melhor conservação.			necessita de uma melhor conservação.		
<b>Segurança</b>		Nota 2,6		Nota 1,8		Nota ---
	O ponto policial mais próximo fica a 750 m de distância, porém a guarda municipal realiza rondas esporádicas durante o dia.		O ponto policial mais próximo fica a 1.200 m de distância, porém seria interessante implantar essa estrutura no local ou mais próximo.		Seria interessante a implantação dessa estrutura no local, visto que o ponto policial mais próximo fica a 2.250 m de distância.	
<b>Vegetação</b>		Nota 3,0		Nota 2,2		Nota 1,1
	Composta de mata nativa, é diversificada e bem conservada, proporciona luz/sombra e usabilidade ao bosque.		Bem conservada; plantio recente de mudas; proporciona luz/sombra e usabilidade à praça.		Resquícios de mata nativa; pouca diversidade de espécies; plantio recente; não proporciona sombra no lago.	
<b>Avaliação geral</b>	<b>Nota média: 2,10</b>		<b>Nota média: 2,12</b>		<b>Nota média: 1,76</b>	
	Enquanto espaço público o Bosque Uirapuru cumpre sua função.		Enquanto espaço público a Praça Dr. Antônio Morais Barros cumpre sua função.		Enquanto espaço público o Lago Tucuruvi cumpre sua função parcialmente.	

**Fonte:** Elaborado pelos próprios autores.

Os objetos de estudos da presente pesquisa são espaços públicos distintos (bosque, praça e lago), porém apresentam características comuns, tais como: contexto histórico e social que fortaleceram suas implantações na cidade, cenários naturais que foram valorizados por projetos arquitetônicos para atender a população umuaramense e preservar o ambiente natural, são áreas de convivência, vivência e contemplação, espaços que ofertam lazer e práticas de atividades físicas e esportivas que visam a manutenção e melhora da qualidade de vida de seus usuários.

Contudo, esses espaços apresentam algumas discrepâncias, bem como: as estruturas, os equipamentos e os mobiliários urbanos do Bosque Uirapuru são em maior quantidade, uma vez que na época de sua instalação na cidade, ele foi vislumbrado para ser um espaço público onde a população pudesse ter acesso e usufruir de tudo que ali era ofertado e com qualidade melhor que dos demais espaços, pois são constantemente realizadas manutenções em suas instalações para melhor conforto de seus usuários; a Praça Dr. Antônio Morais Barros, por sua vez, tinha função de uma praça rotatória, desde o projeto original de Umuarama, porém foi revitalizada face a uma ação da comunidade local e, com isso, ganhou, não em grande proporção, estrutura, equipamentos e mobiliários urbanos, porém já apresenta um estado de degradação; já o Lago Tucuruvi, foi construído face à notificação do Ministério Público do Paraná que obrigou o município a tomar providências para proteger o remanescente de vegetação nativa e preservar os ecossistemas naturais ali existentes. Nota-se que a “força” propulsora do poder público



municipal para instalar os já mencionados espaços públicos na cidade e realizar sua manutenção e preservação foi e é instigada por vertentes distintas.

A localização dos espaços públicos é um elemento que dita quem são os usuários desses espaços. O bosque por estar localizado em uma área central e possuir uma estrutura que proporciona diversas atividades e ações, acaba por receber o público de diversos locais da cidade; a praça tem um público mais específico, sendo em sua maioria praticantes da modalidade de basquetebol, visto que a ação popular que levou a sua revitalização foi movida por adeptos da modalidade; já o lago recebe usuários somente da sua área de localização, isto se dá frente ao processo histórico de violência e marginalidade que os bairros periféricos que estão em seu entorno apresentam. Pelo Lago Tucuruvi estar localizado afastado do centro da cidade, ele sempre teve a imagem de ser um espaço público perigoso, visto problemas como falta de segurança, crimes e vandalismo de áreas públicas dos bairros em seu entorno (Mello, 2023), porém esse processo histórico vem diminuindo com o passar dos tempos (de acordo com dados obtidos na pesquisa com os usuários do Lago Tucuruvi e apresentados na subseção 4.2).

O conforto ambiental que os espaços públicos apresentam é outro fator extremamente crucial na escolha do indivíduo para utilização desse local. Nesse quesito, o bosque apresenta um ótimo conforto ambiental para seus usuários, pois o conjunto de seus elementos tem exercido e apresentado condições favoráveis à saúde e ao bem estar da população; na praça, o conforto ambiental, mesmo sendo um pouco menor em relação ao bosque, atrai usuários, pois apresenta, também, condições que favorecem à promoção da saúde e a sensação de bem estar durante a sua prática de atividade, seja ela de lazer, social, esportiva e/ou cultural; o lago, por sua vez, tem um conforto ambiental extremamente baixo, o que distancia a população de usufruir de sua estrutura com mais afinco, contudo existem horários em que o calor é mais ameno, o que estimula a parte da comunidade a realizar suas atividades no local.

Diante do exposto, buscamos por meio do registro fotográfico, como uma das fontes de pesquisa, ilustrar, analisar e debater a plenitude da estrutura, dos equipamentos e do mobiliário urbano dos espaços públicos objetos deste estudo e ainda possibilitar o entendimento do uso e das transformações ocorridas ao longo dos anos nesses ambientes. Para complementar as análises desses espaços, na sequência trazemos a subseção “Da percepção dos participantes da pesquisa e sua participação nos espaços públicos estudados” com um olhar mais crítico e voltado para quem é esse usuário e à percepção que ele tem de sua participação nesses espaços, tal como a sua significação, sua importância e as formas de apropriação pela população umuaramense.

## **4.2. Da percepção dos participantes da pesquisa e sua participação nos espaços públicos estudados**

Esta subseção visa identificar o perfil dos usuários dos espaços públicos estudados, bem como compreender as formas pelas quais eles se apropriam desses espaços e a percepção que apresentam acerca de suas expectativas e necessidades na relação sujeito e espaço público, além de contribuir para o debate teórico com base na propositura de uma análise qualitativa de componentes que constituem a história dos espaços públicos objetos do estudo, a saber: apropriação, percepção, afetividade e significado.

Para tanto, faz-se necessário entendermos que o termo “apropriação” possui diversos significados. De maneira geral, apropriação é o ato de apoderar-se de algo praticado/feito por algum indivíduo. Segundo Smolka (2000, p. 28), “o termo apropriação refere-se a modos de tornar próprio, de tornar seu; também, tornar adequado, pertinente, aos valores e normas socialmente estabelecidos”.

Essa apropriação quando relacionada ao espaço público, refere-se à questão do valor de uso desses espaços. Para Certeau (2014), a apropriação do espaço se concretiza quando um indivíduo determina um acordo com outros indivíduos no espaço e com o próprio espaço, fazendo uso de diferentes formas de comunicação e interação. Assim sendo, ao pensar o espaço público como prática social remete pensar em sua apropriação, a qual não se limita à representação física do espaço, mas ao sentimento de pertencimento para além do espaço geométrico. A apropriação, então, pode ser compreendida como:

Atividade humana que se realiza pelo homem em torno do ser humano e nele engloba seus sentidos, sensibilidade, necessidade e desejos. Realiza-se com base em uma estratégia que escapa à equivalência (imposta pela troca) e ao homogêneo (imposto pela norma) e faz aflorar o diferente – é a multiplicidade na heterogeneidade, o que acentua seu caráter apropriador, isto é, o homem apropria-se das condições exteriores, transformando-as (Carlos, 2017, p. 185).

Já em relação ao termo “percepção”, Melo, Lopes e Sampaio (2017) dizem que:

A percepção surge como um fator fundamental na formação das paisagens, pois estas se revelam diferentemente a cada observador. A percepção é um fator fundamental para a avaliação da relação do homem com o espaço onde ele vive e como ele visualiza o mundo externo. O estudo da percepção vem auxiliando na compreensão da relação homem/natureza, homem/ambiente construído, no processo de gestão e planejamento participativo em diversos lugares (Melo; Lopes; Sampaio, 2017, p. 110).

Nesse sentido, ao aludirmos os termos apropriação e percepção na análise e discussão dos resultados obtidos com a pesquisa, faz-se essencial entendê-los como uma sensação de interação física do indivíduo com o espaço e conectados a um sentimento subjetivo, ou seja, o sentimento de pertencimento ao espaço público.

Esta etapa da pesquisa foi realizada de maneira simultânea nos três espaços públicos. O pesquisador compareceu nos referidos espaços em dias e horários distintos, estando munido com cópias do instrumento de pesquisa (Apêndice A). Os participantes da pesquisa, como mencionado na metodologia, foram escolhidos aleatoriamente quando utilizavam os espaços públicos para as suas práticas de lazer.

A amostra populacional do estudo foi constituída por 75 indivíduos de ambos os sexos e todos com idade igual ou superior a 18 anos, que se apropriam e usufruem desses espaços públicos, sendo 25 usuários do Bosque Uirapuru, 25 usuários da Praça Dr. Antônio Morais Barros e 25 usuários do Lago Tucuruvi e recordamos que os indivíduos são tratados como “Participante 01”, “Participante 02”, e assim sucessivamente até atingir “Participante 75”.

Os resultados obtidos na pesquisa foram analisados e descritos quali-quantitativamente, organizados, tabulados e sistematizados em formas de quadros e figuras, a partir de seus conteúdos, para um melhor entendimento, compreensão e interpretação.

Quanto ao perfil dos usuários dos espaços públicos, constatamos que 38 participantes da pesquisa são do gênero masculino e 37 são do gênero feminino. No que se refere à idade, as diferenças variam entre a menor idade de 18 anos e a maior idade de 75 anos. A faixa etária mais incidente está compreendida entre 18 e 40 anos. Sendo 11 pessoas com idade entre 18 e 20 anos, 21 pessoas entre 21 e 30 anos, 17 pessoas de 31 a 40 anos, oito pessoas de 41 a 50 anos, quatro pessoas com idade de 51 a 60 anos, 11 pessoas de 61 a 70 anos e três pessoas com idade igual e superior a 71 anos.

Dentre todos os participantes, 36 são casados, 32 são solteiros, 02 apresentam união estável, 2 são viúvos, outros 2 são divorciados, seguido de 1 que tem estado civil separado. Quando questionados em relação a terem filhos, 36 participantes não possuem filhos e os outros 39 participantes possuem filhos, sendo que: 14 pessoas têm apenas 1 filho, 17 pessoas têm 2 filhos, 5 pessoas têm 3 filhos e 3 pessoas têm 4 filhos.

Quando interrogados acerca de sua cidade de origem, a maioria dos participantes, 63 pessoas, têm naturalidade umuaramense e as outras 12 pessoas apresentam sua naturalidade em Cruzeiro do Oeste (quatro pessoas), Guaira e Xambrê (duas pessoas de cada cidade), Cianorte, Maringá, Paranavaí e Pérola (uma pessoa de cada cidade). Os usuários dos espaços públicos são oriundos de diversos locais da cidade, a saber: Bairro Alto São Francisco, Conjunto 26 de

Junho, Conjunto Guarani, Conjunto Independência, Conjunto Ouro Branco, Jardim Belvedere, Jardim Canadá, Jardim Carolina, Jardim Ipanema, Jardim San Marino, Jardim San Martin, Jardim Shangrilá, Jardim Social, Parque Dom Pedro II, Praça 7 de Setembro, Praça Anchieta, Praça dos Xetas, Praça Tamoio, Zona I, Zona II e Zona V.

Ao serem interpelados acerca do grau de escolaridade, evidenciamos que 30 participantes possuem o Ensino Médio completo, 16 têm Pós-graduação, 11 cursaram o Ensino Superior, 7 apresentam apenas o Ensino Fundamental – Séries Iniciais, 6 o Ensino Fundamental – Série Finais e 5 têm formação em Curso Técnico. Em relação ao trabalho, 49 indivíduos possuem uma ocupação ativa, 13 indivíduos são aposentados e os outros 13 indivíduos não trabalham. A renda mensal dos participantes varia em diferentes faixas salariais<sup>4</sup>, sendo que 31 indivíduos possuem renda de até dois salários-mínimos, 14 indivíduos possuem renda até três salários-mínimos, 8 têm renda de apenas um salário-mínimo, 6 têm renda de até quatro salários-mínimos e 4 apresentam renda igual ou superior a cinco salários-mínimos.

O modo com que os indivíduos se deslocam para os espaços públicos, se optam por ir sozinhos ou acompanhados, e quem são as escolhas de suas companhias durante as atividades refletem não apenas suas preferências individuais, mas também padrões sociais e comportamentais. Os resultados da pesquisa revelam uma variedade de modos de locomoção e uma diversidade de companhias, proporcionando insights valiosos sobre a interação humana em ambientes públicos.

Os dados indicam que a maioria dos participantes (56 pessoas) prefere se deslocar a pé para os espaços públicos. A opção por caminhar indica uma escolha consciente de integração com o ambiente e sugere uma busca por experiências mais próximas à natureza. A motocicleta e o carro foram opções escolhidas por 8 e 7 participantes, respectivamente, e a bicicleta foi a opção de locomoção escolhida por 4 participantes.

A preferência em frequentar os espaços públicos acompanhados(as) ou sozinhos(as) revela nuances interessantes nas interações sociais durante as atividades realizadas. Dos 75 participantes, 40 indivíduos preferem estar acompanhados, enquanto 35 preferem estar sozinhos.

As escolhas de companhia variaram amplamente. Amigos(as) foi a opção mais comum, representando 23 dos casos e isso sugere a busca por um convívio social informal e o compartilhamento de experiências. Esposo(a) e filhos(as) também foram escolhas relevantes (10 casos), bem como a presença de neto(a) revela a importância da família nos momentos de

---

<sup>4</sup> Neste momento da pesquisa foi considerado o valor do piso nacional vigente do salário-mínimo, sendo ele R\$ 1.320,00.

lazer e as relações intergeracionais nos espaços públicos, promovendo e fortalecendo os laços familiares. Além disso, a presença de namorados(as) e noivos(as) destaca a preferência por compartilhar suas práticas nos espaços públicos com seus parceiros românticos. Resultados notáveis incluem uma participante acompanhada por uma enfermeira, o que indica necessidades específicas de cuidados durante a atividade e a preocupação com a saúde.

Os resultados da pesquisa sobre o tempo que os indivíduos frequentam os espaços públicos apresentam uma variedade de dados interessantes. Há uma variação considerável nessa frequência que alterna de 1 a 25 anos. A maioria dos participantes (50 indivíduos) frequenta os espaços públicos entre 1 e 5 anos, com uma concentração maior no período de 2 anos, sendo 25 indivíduos e 13 deles frequentam a praça. Isso se dá devido a revitalização pela qual esse espaço passou, o que sugere que a intervenção urbana pode influenciar positivamente a utilização e apropriação de espaços públicos pela comunidade, além de apresentar implicações importantes para o planejamento urbano.

Quando indagados a respeito do mês que é mais agradável frequentar os espaços públicos, o resultado aponta que a maioria dos participantes (57 indivíduos) prefere frequentar os espaços públicos durante todos os meses do ano. No entanto, há uma distribuição variada quando se consideram meses específicos, porém os meses de janeiro e dezembro lideram, cada um com 18 participantes; fevereiro e novembro vêm logo em seguida com 17 participantes; março e outubro com 16 participantes, nesses meses, a frequência dos espaços públicos são maiores, devido às condições climáticas mais favoráveis relatadas pelos participantes. Os meses de abril, maio, agosto e setembro têm redução na frequência, enquanto junho e julho não possuem frequência relatada. A explicação dada pelos participantes para a baixa frequência nesses meses é devido ao clima mais frio e chuvoso, o que é compreensível. Isso destaca a influência das condições climáticas no impacto substancial na escolha dos meses para utilização desses espaços.

Em relação ao turno e horário que os indivíduos frequentam os espaços públicos, a pesquisa mostra uma distribuição diversificada entre manhã (36 participantes), tarde (39 participantes) e noite (14 participantes). É interessante observarmos que alguns participantes frequentam os espaços públicos em mais de um período, destacando a importância desses locais em diferentes momentos do dia. No período matutino, o Lago Tucuruvi é o espaço mais frequentado (17 indivíduos), no horário das 6h às 10h; a tarde é o período que os indivíduos mais frequentam o Bosque Uirapuru (16 indivíduos), das 13h às 18h; já no período noturno a Praça Dr. Antônio Morais Barros é o espaço mais frequentado (14 indivíduos), das 19h30 às 21h30.

A cerca da frequência semanal dos indivíduos nos espaços públicos, a maioria dos participantes (30 indivíduos) frequenta esses espaços de 3 a 4 vezes na semana, 27 indivíduos frequentam de 1 a 2 vezes na semana, 17 participantes relataram que frequentam 5 vezes ou mais na semana, enquanto 1 indivíduo relatou que raramente frequenta o espaço público (lago). Esse indivíduo é adepto de corrida de rua e por algumas vezes utiliza o lago como parte de seu percurso. Isso destaca uma apropriação específica do espaço, indicando que mesmo aqueles que não visitam frequentemente podem ainda encontrar maneiras de incorporar o espaço público em suas atividades diárias. Já em relação a quanto tempo permanecem nos espaços públicos, 47 indivíduos relataram permanecer por até 1h, 28 indivíduos permanecer por até 2h e nenhum participante da pesquisa relatou permanecer no espaço público por mais de 2h.

Como pudemos ver na subseção anterior, os espaços públicos objetos de estudo possuem estrutura, equipamentos e mobiliários urbanos que dão aos seus usuários opções variadas de prática de lazer e de apropriação do espaço. Nesse sentido, ao serem interrogados sobre o que eles fazem nos espaços públicos (Figura 37), as respostas foram as mais diversas possíveis.

A atividade física mais realizada pelos participantes é a caminhada (32 indivíduos), seguida pela corrida (15 indivíduos), alongamento e exercício funcional (ambos com 13 indivíduos cada). Isso destaca a importância do espaço público como local de prática de atividades físicas e indica, também, preferências específicas ou características dos ambientes que influenciam essas escolhas. A prática de esportes coletivos, como basquetebol (7 indivíduos), vôlei de areia (6 indivíduos) e futebol de areia (3 indivíduos), tem uma participação significativa, especialmente na praça e aponta a importância do esporte na vida da comunidade. Atividades como jogos de tabuleiro, jogo de bocha e leitura têm presença modesta nas respostas, mas ainda apresenta importância para a pesquisa, visto que indica a necessidade de espaços específicos para a realização dessas atividades.

As ações de interações sociais tiveram respostas relevantes, sendo que 23 indivíduos mencionaram que vão aos espaços públicos para encontrar com amigos, e 3 indivíduos vão passear com a família. Isso enfatiza uma das funções do espaço público que é a relação social e esse, por sua vez, é um dos fatores que alicerça a promoção da qualidade de vida do indivíduo. A busca pelo contato com a natureza é evidente nas respostas dos participantes, sendo indicada 23 vezes como motivação para frequentar esses locais. Isso destaca a importância da preservação e manutenção de áreas verdes, tal como as relações sociais, são fatores que auxiliam na promoção da qualidade de vida dos indivíduos.

Outras atividades foram mencionadas pelos participantes (29 indivíduos), tais como: realizar exercícios na Academia da Terceira Idade – ATI (11 indivíduos); trazer o(a)

filho(a)/neto(a) para brincar no parquinho (8 indivíduos); jogos de cartas (4 indivíduos); observar as pessoas realizando suas atividades e conversar com amigos (ambos com 3 indivíduos cada); descansar no horário do almoço; e sair de casa e tomar tererê (1 indivíduo cada). Essas atividades destacaram uma complexidade e uma singularidade das experiências dos usuários dos espaços públicos, além de serem atividades, tais como as já mencionadas que auxiliam o indivíduo na promoção da qualidade de vida.

**Figura 37** – Apropriação dos espaços públicos objetos de estudo







**Fonte:** Acervo dos próprios autores, 2024.

Quanto aos motivos que levam os indivíduos a escolherem os espaços públicos para realizarem suas atividades físicas, esportivas e/ou de lazer, constatamos que 54 indivíduos escolhem o espaço público devido ser próximo de suas residências. Também ficou evidente que a proximidade do espaço público com a residência e a convivência geográfica são fatores fundamentais e determinantes para a escolha do indivíduo.

Já o motivo de ter a estrutura adequada para a prática das atividades foi escolhida por 50 indivíduos, indicando que a disponibilidade da infraestrutura e dos equipamentos presentes nos espaços públicos vão de acordo com a necessidade de seus usuários. Uma outra parcela significativa dos participantes da pesquisa (42 indivíduos) escolhe os espaços públicos devido à ausência de custos associados, fazendo-nos refletir sobre uma preferência por opções de lazer que sejam acessíveis financeiramente.

Quanto à influência social, especificamente a presença de familiares e amigos que frequentam os espaços públicos, é um elemento determinante para que 33 indivíduos escolham os espaços públicos para suas atividades, mostrando que as relações socioafetivas desempenham papel significativo nessa escolha.

Já o contato com a natureza é um motivo importante para 29 indivíduos escolherem os espaços públicos para suas atividades, enfatizando a relevância do ambiente natural para a promoção da qualidade de vida. Outros motivos foram escolhidos por 9 indivíduos, sendo eles: um ambiente bem agradável (3 indivíduos), local aberto e fresco (3 indivíduos), ambiente próximo ao trabalho, sensação de bem-estar, e às vezes por fazer parte do percurso de corrida



(1 indivíduo cada), representando motivos pessoais específicos, destacando a diversidade de preferências entre os participantes. Os resultados obtidos a partir desse questionamento nos fornece uma compreensão abrangente dos motivos pelos quais as pessoas escolhem espaços públicos específicos para suas atividades físicas, esportivas e de lazer, abrangendo fatores financeiros, sociais, geográficos, ambientais e individuais.

Com o intuito de explorar as preferências dos indivíduos acerca das diferentes áreas dos espaços públicos estudados, os participantes da pesquisa destacaram as principais atividades que os espaços oferecem, além de destacarem as razões pelas quais são atraídos por essas áreas específicas. Para a discussão dos resultados, nesse momento, as respostas dos participantes foram agrupadas em graus de similaridade. A maioria dos participantes (26 indivíduos) destacou que gosta do espaço público por completo, enfatizando sua capacidade de proporcionar reflexão sobre a vida, interação social de maneira respeitosa, um ambiente agradável que proporciona contato com a natureza aumentando, assim, a sensação de bem-estar e felicidade, e a diversidade de atividades que podem ser realizadas. A manutenção e reforma dos equipamentos, estruturas e mobiliários urbanos foram apontadas como elementos cruciais para o aumento da apropriação desses espaços.

Os espaços públicos estudados, como já mencionados na subseção anterior, são repletos de estruturas, equipamentos e mobiliários urbanos, sendo que os indivíduos se apropriam para realizar as mais diversas atividades. Dentre essas estruturas, equipamentos e mobiliários urbanos a pista de caminhada/corrida (presente no bosque e no lago) é utilizada por 15 indivíduos que destacam que a utilizam pois é o espaço adequado para a prática de atividades físicas de sua preferência, contribuindo para o bem-estar físico e emocional. A sua estrutura é bem planejada, sinalização clara e faz integração com o espaço público em geral, pois percorrem toda a extensão dos espaços. Alguns participantes mencionaram que caminhar ou correr na pista permite-lhes lembrar momentos de suas vidas, adicionando uma dimensão emocional à prática. Os equipamentos para exercício físico foram citados por 10 indivíduos que relataram que a presença desses equipamentos é o motivo para frequentarem os espaços públicos, pois possuem estrutura adequada. A presença de colegas e amigos que também frequentam essa área é um fator adicional para a escolha desses equipamentos dentro dos espaços públicos. A quadra de areia é apreciada por aqueles indivíduos que praticam esportes específicos, como vôlei de areia e futebol de areia (10 indivíduos). A estrutura adequada e a sensação de conforto pessoal proporcionado pelo ambiente indicam que as pessoas se sentem à vontade para praticar seus esportes preferidos nesse ambiente. Já a quadra de basquete foi aludida por 05 indivíduos que têm preferência específica pelo basquetebol. A qualidade

estrutural da quadra, sensação de segurança, presença de amigos e a proximidade com suas residências foram, também, fatores relevantes para a preferência na utilização da quadra de basquete.

O parque infantil, apontado por 06 indivíduos, é apreciado pelas famílias como um local de interação para passar momentos de qualidade com os filhos. A alegria das crianças e a oportunidade de estimular seu crescimento e desenvolvimento foram, também, motivos destacados para a preferência do parque infantil nos espaços públicos. Área de jogos diversos, apesar de apresentar estrutura antiga, foi indicada por 02 indivíduos que destacaram que a socialização e a oportunidade de passar tempo com os amigos jogando são os motivos para a preferência dessa área. Os quiosques presentes nos espaços públicos foram apontados por 02 indivíduos. A quietude e a possibilidade de descanso durante o horário do almoço foram apontadas como razões para a escolha dessa área, tal como a tranquilidade proporciona uma melhor concentração para a leitura. A utilização da academia da terceira idade (ATI) foi uma experiência positiva proporcionada pela esposa de um indivíduo, da qual resultou seu gosto pela prática de atividades físicas nesse ambiente. Isso destaca a importância das relações familiares na escolha de atividades. Uma participante indicou que não tem uma preferência específica, apenas leva seu filho para brincar com os amigos dele, destacando que a importância da socialização infantil é o aspecto mais importante para ela.

Esses resultados fornecem uma visão rica das diversas motivações que levam as pessoas a escolherem diferentes áreas dentro do espaço público. Destacam, também, a importância de os espaços públicos serem diversificados para atenderem a diferentes preferências e necessidades de seus usuários, contribuindo para a promoção da atividade física, interação social, valorização de momentos de qualidade e de lazer em comunidade.

Uma vertente que perpassa pelas discussões acerca dos espaços públicos é a questão da segurança desses locais. É evidente que a qualidade de vida urbana está intimamente ligada com as interações sociais, tal como a prerrogativa da segurança pública, muitas vezes, fomentada pelo desenvolvimento e valorização dos espaços públicos. Gehl (2013) sustenta a ideia de que quando a vida na cidade é motivada para que mais cidadãos vivenciem e se apropriem dos espaços públicos, haverá um aumento de segurança real e percebida. Para o autor, a presença do “outro” significa que o espaço possui valor e é seguro. Para Nygaard (2011, p. 165) “a sensação de segurança se instala e se fortalece quando a ocupação, a configuração e a dinâmica do espaço são percebidas pela população como inibidoras da ação criminosa”, ou seja, quando o espaço público é apropriado pelos cidadãos, há propagação da sensação e do sentimento de segurança. Nesse sentido, foi perguntado aos participantes da pesquisa se eles

acham que os espaços públicos são seguros e os motivos que os levam a acreditar nessa sensação de segurança ou insegurança. Os resultados revelaram uma variedade de fatores que influenciam na percepção que os usuários têm sobre a segurança dos espaços públicos estudados.

No Bosque Uirapuru todos os participantes (25 indivíduos) consideraram o ambiente seguro. Os motivos que os levam a sentir essa segurança incluem a constante presença da Guarda Municipal nas dependências do bosque, a localização ser central, o gradil que cerca o bosque, o grande fluxo de pessoas que praticam atividades diariamente, além de ser ambiente familiar, ter iluminação adequada e a densidade da mata ter sido reduzida melhorou a visualização. Um fato interessante foi a lembrança que alguns participantes tiveram sobre ocorrências negativas que tenham sido registradas no período noturno, porém entendidas como eventos específicos, visto que o horário dessas ocorrências foram quando o bosque estava fechado para circulação.

Na Praça Dr. Antônio Morais Barros todos os participantes (25 indivíduos) julgam a praça como um ambiente seguro. Os motivos que os fazem ter essa sensação de segurança englobam a localização e a natureza residencial nas proximidades da praça, ser um espaço de presença familiar e a presença de amigos, movimentação constante de indivíduos e o espaço possuir iluminação e estruturas adequadas.

Já no Lago Tucuruvi, a maioria dos participantes (24 indivíduos) sente segurança em frequentar o lago e apenas um participante expressou sentir-se intimidado. Dentre os motivos que fazem os indivíduos sentirem segurança estão a presença de amigos que também frequentam o espaço público, as recentes melhorias nas estruturas, a amigabilidade de pessoas desconhecidas, iluminação adequada no período noturno, proximidade de residências, uso frequente por famílias e interações sociais respeitadas. Já o motivo pelo qual um participante da pesquisa sente insegurança está atribuído ao fato de não ser dos bairros próximos ao lago e à possibilidade de ser considerado um intruso pelos bairristas. A sensação de segurança pode ser influenciada por fatores subjetivos, como pertencimento ao local, conhecimento da comunidade e amizades. Cada ambiente tem sua própria dinâmica e os resultados mostram que a sensação de segurança é multifacetada, dependendo de vários fatores.

A discussão acerca da segurança dos espaços públicos vai ao encontro da ideia da humanização das cidades e tem exigido reflexões e novas formas de pensar o espaço urbano, visto que o conceito de cidade humana visa a compreensão das relações entre a escala humana e a vida na cidade. Para Gallo e Bessa (2021, p. 102) “a vitalidade urbana está relacionada à apropriação dos espaços como lugar de encontro e permanência, gerando e atraindo vida

urbana”, para tanto o espaço público precisa apresentar algum sentido e/ou significado para que o indivíduo se aproprie dele. Nesse sentido, foi questionado aos participantes qual o significado que os espaços públicos estudados têm para eles.

No Bosque Uirapuru, os significados mais recorrentes foram: paz e tranquilidade, destacando que o ambiente proporciona um refúgio para escapar do estresse e da agitação cotidiana; bem-estar e saúde, enaltecendo que ambientes naturais impactam positivamente na promoção da qualidade de vida e saúde; convívio social, enfatizando a importância do espaço público na conexão consigo mesmo, com familiares, amigos e novos laços de amizade; alegria, felicidade, descontração, diversão, lazer, espaço para prática de atividades físicas, isso revela uma diversidade de emoções e benefícios específicos associados ao local; e memórias afetivas, destacando que alguns indivíduos têm conexão emocional duradoura com o bosque ao longo dos anos.

Na Praça Dr. Antônio Morais Barros, os significados mais presentes foram: saúde e bem-estar, associando à prática de esportes e exercícios físicos com a melhora da promoção da saúde física e psicológica, bem como uma conscientização benéfica dessas práticas; lazer, relaxamento, diversão e o convívio social fazem com que o lugar seja percebido como um ambiente propício para momentos de lazer, descontração, alívio do estresse e estreitamento de laços sociais, atividades que reforçam os significados desse espaço público sejam muito valorizados pelos usuários da praça; conquista da população, visto que a revitalização pela qual a praça passou se deu por meio de um abaixo-assinado, indicando um senso de pertencimento e responsabilidade compartilhada em relação ao local; momento de reflexão e movimento social, associando esses significados à reflexão sobre a vida e a dinâmica social presente na praça, onde essa dualidade entre introspecção e atividade agitada sugere que o ambiente pode servir para diferentes propósitos, dependendo das necessidades de cada indivíduo; enquanto a maioria expressa uma conexão positiva com o lugar, há também quem não atribua um significado específico, considerando-a apenas mais uma praça dentre tantas que existem na cidade e isso destaca a diversidade de percepções e a importância de considerar diferentes perspectivas ao avaliar o valor dos espaços públicos.

No Lago Tucuruvi os significados mais mencionados foram: saúde e bem-estar, associando o lago à prática de atividades físicas, voluntárias e por recomendações médicas, e elas estão associada a um aumento na sensação de paz interior, melhora na autoestima, na saúde física e mental; descanso e tranquilidade, sendo o lago descrito como um ambiente silencioso e pacífico, proporcionando momentos de relaxamento e alívio do estresse; convívio social, onde os participantes fazem menções de momentos de conversa com amigos, de fortalecimento dos

laços familiares, a observação do movimento no espaço destacando a dimensão social do local; nostalgia, relacionando o lago com a infância e a sensação de saudade dessa fase da vida, o que pode influenciar a forma como as pessoas percebem e se conectam ao lugar.

Os dados supracitados revelam uma variedade de funções e significados atribuídos pelos usuários aos espaços públicos estudados e ao traçar um paralelo entre eles, destacamos que desempenham funções multifacetadas na vida dos indivíduos, oferecendo diferentes benefícios e significados, e essa diversidade de percepções ressalta a importância de considerar as necessidades individuais frente a esses espaços públicos. Portanto, a existência de qualidade nesses ambientes está intimamente conectada a uma cultura compartilhada entre os cidadãos, onde cada espaço público tem se tornado cada vez mais importante para o desenvolvimento de uma cidade. Dessa forma, foi questionado aos participantes da pesquisa qual a importância que eles atribuem a esses espaços públicos para a cidade de Umuarama.

Os dados obtidos na pesquisa realizada no bosque revelam uma perspectiva bastante abrangente acerca de sua importância para a cidade. Os aspectos destacados pelos participantes, versam sobre: a importância histórica, onde foi mencionado diversas vezes que o bosque é considerado um espaço de referência cultural e guardião de parte da história da cidade desde sua fundação/colonização, e a preservação da mata nativa é um elemento que remete à origem do bosque antes da urbanização da cidade e mostra a importância da preservação ambiental; aspecto estético, reconhecendo o bosque como um espaço de área verde no centro urbano que atribui beleza para a cidade, melhorando o aspecto da urbanização e atuando como um contraponto às edificações; promoção da saúde, onde o bosque é reconhecido como um espaço público vital para o lazer, atividades físicas, convívio social e familiar; a importância social e cultura é exemplificada com a descrição de um espaço público tradicional da cidade, onde há realização de eventos, as pessoas se conhecem, se divertem e estabelecem novas amizades; ponto turístico, a percepção do bosque como um ponto turístico destaca seu potencial para atrair visitantes e contribuir para a economia local.

As respostas dos questionários aplicados na praça mostraram uma pluralidade de opiniões a respeito de sua importância para a cidade. Assim, os participantes da pesquisas destacaram: a importância histórica que se deu por meio da mobilização social e a participação ativa da população, sendo expressa por meio do abaixo-assinado que foi um elemento determinante na revitalização da praça, onde a população local reconhece a força que possui para influenciar o poder público e provocar mudanças positivas na cidade e isso se tornou referência do poder que a população pode ter frente a assuntos ligados a gestão pública; promoção da qualidade de vida, destacando que a praça desempenha um papel importante na

saúde e bem-estar da população, proporcionando estruturas para a prática de atividades físicas e o alívio do estresse; convívio social, pois alguns participantes da pesquisa destacaram que a praça se tornou um ponto de encontro para amigos e famílias, e essa função social ressalta a importância da praça como local de interação afetiva e social; enquanto muitos veem a praça como um local de significado histórico e social, há quem a encare como um espaço comum de socialização, sem destaque especial.

Os dados obtidos com os questionários no lago sobre a sua importância para a cidade, aludem: mudança visual e ambiental do local, observando uma melhoria significativa na paisagem da região após a construção do lago que antes era caracterizado por mata fechada e erosão, o que contribuiu para uma melhoria visual, tornando a área mais atraente; muitos participantes expressaram a ideia de que o lago trouxe uma perspectiva mais humanizada para a região, transformando o local em um ambiente agradável e convidativo e acreditam que isso reflete em um esforço do governo local; uma parte significativa dos participantes da pesquisa enfatizou a melhoria na qualidade de vida e bem-estar da comunidade, pois a presença do lago oferece um local para a prática do lazer e de atividades físicas, contribuindo assim para a promoção da saúde e do convívio social; foi elencado também a sensação de aceitação que aumentou por parte de outros bairros da cidade, impactando positivamente na reputação da área, reduzindo estigmas associados à região, o que pode contribuir para uma integração mais ampla e positiva na cidade. No quadro 3, podemos visualizar dizeres dos participantes da pesquisa que nos dão um melhor entendimento e compreensão de suas respostas.

**Quadro 3** – Respostas dos participantes da pesquisa sobre a importância dos espaços públicos para Umuarama

<b>Espaço Público</b>	<b>Participante</b>	<b>Respostas</b>
Bosque	Participante 21	“É um espaço público propício para a prática de atividade física e que proporciona melhora da qualidade de vida das pessoas”.
Bosque	Participante 24	“Importância histórica, pois conta um pouco da história de Umuarama. É um bosque de mata nativa, então quer dizer que ele estava aqui primeiro do que a cidade”.
Lago	Participante 31	“O ambiente aqui mudou muito depois da construção do lago. As pessoas começaram a ver nosso bairro com menos preconceito. Acho que isso é bom para a cidade”.
Lago	Participante 39	“De promoção de saúde, bem-estar, convívio social e diversão... experiência própria”.
Praça	Participante 58	“Acredito que a iniciativa da população era pedir mais vida para a praça e acredito que eles tenham conseguido isso por meio dessa mobilização pública”.
Praça	Participante 69	“Uma importância histórica muito grande. Conseguimos através de um abaixo assinado e com apoio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer levar até as autoridades competentes nossa solicitação e ela foi atendida. Já fizemos história na cidade”.

**Fonte:** Elaborado pelos próprios autores

Os referidos dados evidenciam a interconexão entre a população, a história da cidade e a transformação dos espaços públicos estudados. A análise desses resultados pode servir como base para políticas públicas que incentivem a participação cidadã, promovam a qualidade de vida da população e reconheçam a identidade cultural e histórica que transborda nesses espaços e os papéis significativos que eles exerceram na transformação positiva da cidade de Umuarama.

Na sequência foi perguntado aos participantes da pesquisa se eles têm conhecimento da legislação municipal sobre os espaços públicos, visto que seu objetivo é estabelecer normas básicas gerais para facilitar a administração desses espaços pelos poderes municipais.

Os dados obtidos revelam uma disparidade significativa entre os participantes da pesquisa que afirmaram conhecer a legislação municipal sobre os espaços públicos (5 indivíduos) e aqueles que não têm essa informação (70 indivíduos). Os poucos participantes que afirmaram conhecer a legislação apresentaram um entendimento parcial e suas respostas indicam uma compreensão básica sobre a relação entre os espaços públicos, o município e a população. No entanto, é evidente que o conhecimento não é generalizado, mesmo entre aqueles que afirmam ter algum entendimento. As respostas dadas pelos participantes são apresentadas no Quadro 4.

**Quadro 4** – Respostas dos participantes da pesquisa sobre a legislação municipal dos espaços públicos

<b>Espaço Público</b>	<b>Participante</b>	<b>Respostas</b>
Bosque	Participante 01	*O participante da pesquisa respondeu somente que conhece.
Bosque	Participante 14	“Um pouco. Ela fala sobre a interação das pessoas com a cidade e que os espaços são construídos no interesse público”.
Bosque	Participante 18	“Um pouco. O município deve ofertar aos cidadãos espaços adequados para a prática do lazer”.
Lago	Participante 43	“Não muito. O que sei é que a cidade deve ter espaços públicos adequados para a população ter momentos de lazer”.
Praça	Participante 53	“Muito pouco na verdade. Sei que é dever do poder público municipal utilizar os espaços públicos em benefício da população”.

**Fonte:** Elaborado pelos próprios autores

A maioria dos participantes da pesquisa admitiu não conhecer a legislação municipal sobre os espaços públicos. Isso sugere um problema sério de desconhecimento dos direitos e responsabilidades dos cidadãos em relação aos espaços públicos, apontando uma sociedade menos informada e menos engajada na participação cívica. Esse alto número de respondentes que não conhecem a legislação indica a necessidade urgente de criação de programas de educação cívica, pois a falta de informação sobre os direitos e deveres em relação aos espaços públicos pode resultar em uma sociedade menos capaz de fazer valer seus interesses e participar



ativamente no desenvolvimento de sua comunidade. A falta desse conhecimento pode impactar negativamente no planejamento urbano, pois uma sociedade informada, engajada e empoderada é fundamental para garantir que os espaços públicos sejam projetados e utilizados de maneira a atender às necessidades da população.

A análise das respostas dadas pelos participantes da pesquisa em relação aos cuidados que a administração municipal tem com os espaços públicos estudados, mostram que a maioria dos indivíduos (50 participantes) acredita que esses espaços são cuidados e 25 indivíduos julgam que o poder público municipal não tem cuidado desses espaços.

No bosque todos os participantes (25 indivíduos) expressaram satisfação com os cuidados da administração municipal com o local, destacando a limpeza constante, o paisagismo bem cuidado, a poda de árvores recorrente, a manutenção regular em todo o espaço e a boa pintura das estruturas e equipamentos. Algumas ressalvas foram observadas nas falas dos indivíduos e trata-se de melhorias em algumas estruturas antigas e em relação aos sanitários (comprovando o que foi visto na subseção 4.1 no diagnóstico dos espaços públicos).

Na praça as opiniões foram divergentes. Enquanto a minoria dos participantes (11 indivíduos) elogiou as estruturas para a prática de atividades físicas e a segurança das quadras de areia e de basquetebol, a maioria dos participantes da pesquisa (14 indivíduos) expressou insatisfação com o cuidado que a administração pública tem com a praça. Essa insatisfação inclui à degradação causada pelo vandalismo, evidenciando diversas estruturas quebradas e depreciadas, lixo espalhado pela praça e a falta de manutenção frequente. Contudo, alguns participantes da pesquisa destacaram a necessidade de o poder público municipal atuar mais rapidamente para suprir as demandas necessária de manutenção, enquanto outros reconheceram que, apesar das deficiências, a praça ainda oferece boas condições para práticas de lazer, atividades físicas e convívio social.

No lago, as respostas também foram distintas. A maioria dos participantes da pesquisa (14 indivíduos) elogiou a diversidade e a boa quantidade de equipamentos e estruturas existentes no local, bem como a limpeza frequente. No entanto, alguns participantes (11 indivíduos) destacaram a degradação causada pelo vandalismo e a necessidade de haver uma manutenção mais consistente. A crítica mais comum entre os participantes foi a de que a administração municipal só toma medidas de manutenção do espaço quando há eventos programados e não de forma regular, bem como a percepção de que os indivíduos contribuem para o estado deteriorado do lago, apesar dos esforços da prefeitura.

A qualidade dos espaços públicos possui influência direta no conforto e na sua utilização, desta forma, a manutenção e a conservação de seus equipamentos, mobiliários

urbanos e estruturas podem influenciar no seu uso e apropriação, estimulando ou não a presença dos indivíduos, o que aumenta a vitalidade e o interesse pelos espaços públicos. Foi perguntado aos participantes se eles consideram que os espaços públicos apresentam equipamentos, mobiliários urbanos e estruturas adequadas para suas práticas. Os resultados revelam que 66 participantes consideram os espaços públicos como adequado (25 no bosque, 24 na praça e 17 no lago), e apenas 09 participantes expressaram insatisfação (01 na praça e 08 no lago), onde destacam as áreas específicas de preocupação.

Na praça foi apontado que há uma mesa de tênis de mesa dentro de uma das quadras de areia e que as traves dos gols não têm redes. Para uma melhor otimização dos espaços e utilização dos equipamentos é necessário realocar a mesa de tênis de mesa e adicionar redes nas traves dos gols, assim é garantindo que cada área atenda ao seu propósito específico. Já no lago a pista de caminhada/corrída se destacou como um ponto crítico, com várias queixas sobre trechos com terra e mato, deterioramentos, e a necessidade de reformas. Além disso, a falta de diversidade e a má condição dos equipamentos de exercícios físicos foram apontadas como preocupações, bem como suas estruturas foram destacadas como problemáticas, indicando a necessidade de uma reforma geral para lidar com a degradação e danos. Vale ressaltar que a condição da pista de caminhada/corrída representa riscos à segurança dos usuários, além de afetar a estética do lago. Tal como na praça, para uma melhor otimização dos espaços e utilização dos equipamentos é necessário realizar reformas na pista de caminhada/corrída, remover entulhos, a implementação de uma mureta de proteção para evitar a invasão de terra e grama, além de que a manutenção regular é crucial para garantir a segurança e eficácia dos equipamentos, mobiliários urbanos e estruturas existentes no lago.

Aliado ao debate realizado até o momento, rememoramos que a apropriação dos espaços públicos é realizada pelos sujeitos conforme sua necessidade e/ou critérios individuais, que sofrem influência ambiental, cultural, social, econômica e política do meio urbano, e isso faz com que os espaços públicos denotem conflitos da sociedade, em virtude de que neles estão associados interesses distintos. Nesses interesses, podemos incluir a sensação de conforto que o espaço público oferece ao seu usuário e Schmid (2005, p. 127) traz a ideia de que “conforto é a condição de bem-estar relativa às necessidades do indivíduo e sua inserção no ambiente imediato”, bem como “é algo pessoal, e a razão do conforto de um pode parecer o desconforto ao outro” e que envolve as sensações de emoção e prazer em um caráter holístico. Face a essas perspectivas, buscamos saber o que mais marcou os participantes da pesquisa nas vezes em que frequentaram os espaços públicos objetos do referido estudo.

A maioria dos participantes da pesquisa (57 indivíduos) apontaram aspectos positivos/benéficos que marcaram suas experiências nos espaços públicos. Esses aspectos versam sobre a participação e o engajamento ativo da população nesses espaços, visto que eles identificaram que há grande número de pessoas que circulam pelos espaços públicos durante o dia todo, bem como um crescimento na quantidade de pessoas idosas que praticam atividade física e/ou momentos de lazer. A pluralidade de pessoas (gênero, idade, raça) e o convívio social foram aspectos que marcaram positivamente os participantes da pesquisa, pois foi observado grande interação entre as pessoas, criando vínculos de amizade por meio de afinidades nas atividades, como também o encontro de famílias e amigos, tornando os locais familiares. Contato com a natureza e qualidade de vida, uma vez que o ambiente natural proporciona, além da valorização da arborização e beleza da paisagem, a sensação de bem-estar, de paz, tranquilidade, o aumento da conscientização sobre a importância da prática regular de atividades físicas, momentos de descontração e lazer, são fatores que destacam a preocupação com a saúde, e as transformações positivas que os espaços públicos sofreram ao longo dos anos.

Os participantes da pesquisa que apresentaram aspectos desafiadores/menos benéficos representaram 18 indivíduos. Esses aspectos tratam de desrespeito, vandalismos, estragos e degradação ao patrimônio público, posto que os participantes se mostraram descontentes e preocupados com os danos causados pelos frequentadores nos equipamentos, estruturas e mobiliários urbanos, evidenciando falta de consciência, falta de responsabilidade e falta de respeito o que prejudica o uso adequado dos espaços. Em paralelo a isso, outra parcela dos participantes expusera suas insatisfações com a falta de manutenção nesses equipamentos, estruturas e mobiliários urbanos, e falta de plantio de árvores nos espaços públicos (principalmente no Lago Tucuruvi), tecendo críticas à falta de atenção do poder público para providências de melhorias.

A limitação na infraestrutura das áreas de exercícios físicos foi outro fator que foi aludido acerca da pouca utilização efetiva do espaço (principalmente no Lago Tucuruvi). Desses indivíduos, 05 participantes da pesquisa demonstraram indiferença com os locais. O quadro 5 mostra respostas dadas pelos participantes para que sejam mais bem elucidados os dados da pesquisa.

**Quadro 5** – Respostas dos participantes da pesquisa sobre o que mais os marcaram nos espaços públicos

Aspectos positivos/benéficos		
Espaço Público	Participante	Respostas
Bosque	Participante 17	“O respeito das pessoas diante da diversidade. Isso mostra que o espaço público é de todos e para todos”.

Lago	Participante 38	“As pessoas que frequentam. Algumas para fazer exercícios físicos, outras para ficar admirando a paisagem, enfim, mas isso mostra que o lago está fazendo bem para as pessoas”.
Praça	Participante 53	“As pessoas praticando o lazer, seja ativo ou passivo. Pessoas jogando basquete, idosos na ATI, famílias estreitando laços, crianças no parquinho infantil”.
<b>Aspectos desafiadores/menos benéficos</b>		
<b>Espaço Público</b>	<b>Participante</b>	<b>Respostas</b>
Lago	Participante 29	“A estrutura degradada. O pessoal estraga aquilo que foi feito para nosso benefício e depois reclamam que a prefeitura esquece do nosso bairro. Não dá para entender”.
Lago	Participante 47	“A falta de árvores. Pelo que eu sei o lago tem mais de uns 15 anos e ainda não tem muitas árvores para deixar o lugar mais fresco, com mais sombra, falta um pouco de atenção da prefeitura nesse sentido”.
Praça	Participante 59	“A falta de educação e desrespeito da população com patrimônio público. A praça foi recentemente revitalizada e já tem muitas coisas estragadas”.
<b>Aspectos de indiferença</b>		
<b>Espaço Público</b>	<b>Participante</b>	<b>Respostas</b>
Praça	Participante 61	“Para mim é tudo normal. Uma praça como outra qualquer”.
Praça	Participante 68	“Nada demais. Acho que acontece tudo o que acontece em outros lugares. Tudo normal para mim”.
Praça	Participante 72	“Nada em específico. Venho aqui porque os amigos gostam”.

**Fonte:** Elaborado pelos próprios autores

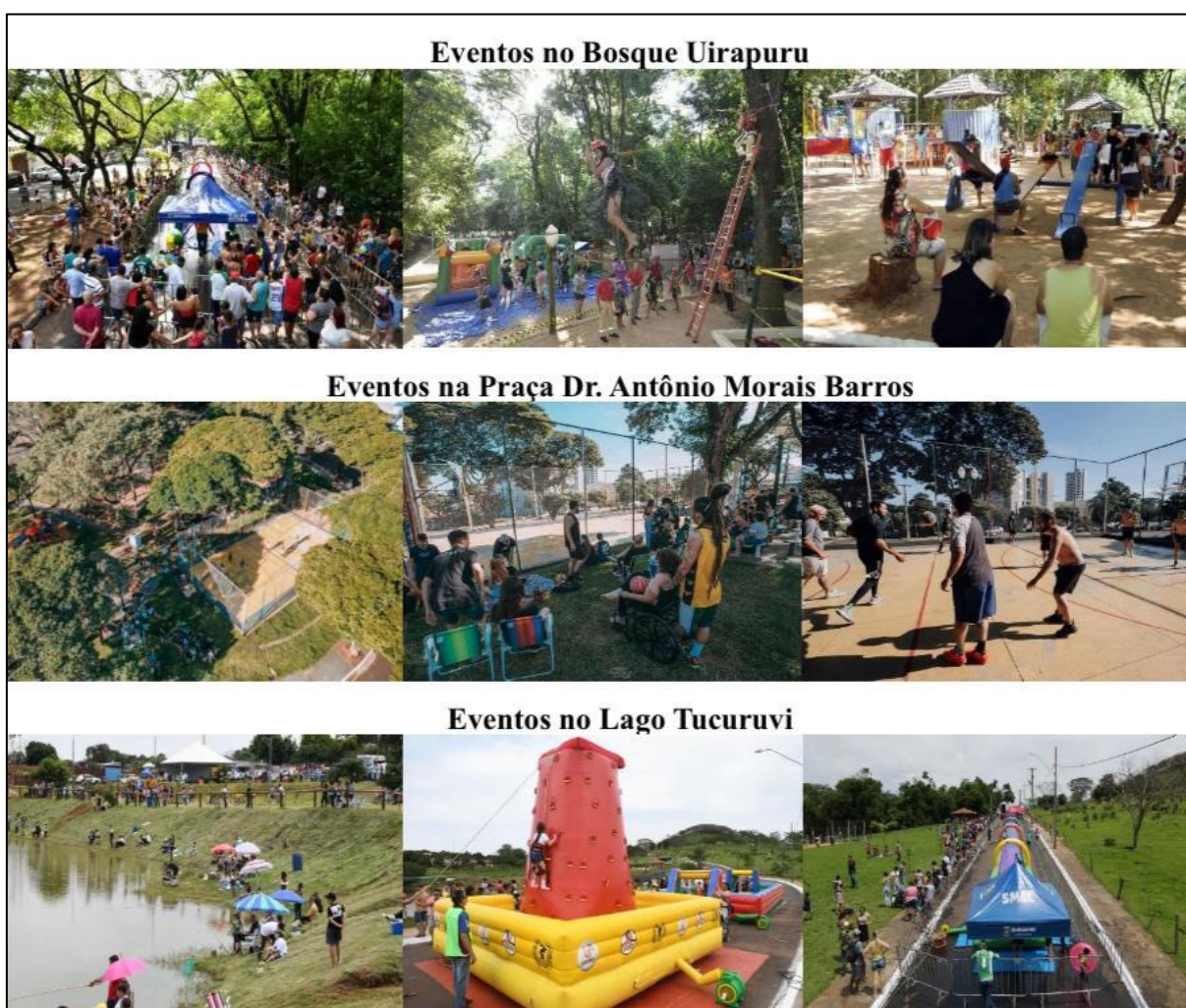
A análise desses dados revela um equilíbrio delicado entre os aspectos benéficos proporcionados pelos espaços públicos e os desafios associados à falta de consciência da população e à necessidade de manutenção adequada por parte do poder público municipal. É notório, também, que um bom espaço público reflete a diversidade e incentiva o convívio social, criando condições cruciais para sua apropriação e incitando os indivíduos a ocupá-los. Dessa forma, foi perguntado aos participantes se eles concordam ou não com a realização de eventos nos espaços públicos.

A maioria dos participantes (74 indivíduos) demonstrou tendência de apoio à realização de eventos nos espaços públicos. Os motivos que levaram os participantes a concordarem, são especialmente porque os eventos são voltados à comunidade e às famílias, sendo citados os eventos da festa do Dia das Crianças, Domingo no bosque, toboágua, campeonatos de pesca esportiva e torneio de basquete de rua. Isso mostra que a utilização dos espaços públicos para eventos recreativos, esportivos e culturais é considerada benéfica e está alinhada ao papel do poder público em fomentar a prática do esporte e lazer promovendo, conseqüentemente, o convívio social e o aumento da qualidade de vida da população. Sugestões foram proferidas pelos participantes no sentido de inclusão de eventos esportivos, culturais, recreativos, de saúde e educação para atender a diferentes interesses e faixas etárias e não somente, em sua maioria, as crianças, como também expressaram a necessidade de mais eventos ao longo do ano. Dentre esses participantes, alguns não têm conhecimento de eventos específicos, mas reconheceram a

importância de explorar o potencial que os espaços públicos apresentam para a realização de ações e eventos para toda a população.

Apenas 01 indivíduo se mostrou contra a realização de eventos nos espaços públicos, aqui em especial tratou-se da Praça Dr. Antônio Morais Barros. A participante disse que “não tenho conhecimento de nenhum evento realizado aqui, mas a praça não tem espaço para isso e tem um movimento muito grande de automóveis e motocicletas em seu entorno”. Isso mostra, mesmo que em pequena escala, que há indivíduos que desconhecem o papel e a função das praças como importantes referenciais urbanos de convivência humana, vinculando-as somente a espaços urbanos livres, vazios e irregulares. A figura 38 ilustra os eventos realizados nos espaços públicos estudados e o quadro 6 mostra respostas dadas pelos participantes para que sejam mais bem elucidados os dados da pesquisa.

**Figura 38** – Eventos realizados nos espaços públicos objetos de estudo



**Fonte:** Acervo da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, 2024.

**Quadro 6** – Respostas dos participantes da pesquisa sobre eventos realizados nos espaços públicos

<b>Espaço Público</b>	<b>Participante</b>	<b>Respostas</b>
Bosque	Participante 14	“Sim. Eventos com brinquedos infláveis para as crianças são os que mais me chamam atenção. As crianças são nosso futuro e temos que incentivá-las a praticar o bem e para isso precisamos fazer o bem a elas, educando, também, pelo meio da brincadeira e diversão”.
Bosque	Participante 18	“Sim. Eventos esportivos, recreativos e culturais. Como profissional de educação física é muito bom ver o município ofertando à população eventos que difundam a qualidade de vida e saúde, além de ser um dever do estado é um direito de todo e qualquer cidadão e está assegurado pela Constituição Federal”.
Lago	Participante 38	“Sim. Tenho um evento do Dia das Crianças e da pesca. Isso traz movimento e vida para o lago e valoriza nossos bairros”.
Lago	Participante 42	“Sim. Pesca infantil e o evento do Dia das Crianças. A prefeitura tem demonstrado, em pequena escala, o interesse e a disponibilidade de fazer eventos para a comunidade e isso tem sido um avanço muito bom. Porém acredito que deveria serem feitas mais ações envolvendo vários setores da prefeitura e para todas as idades”.
Praça	Participante 53	“Sim. Tem um evento de basquete que acontece de tempos em tempos. Estimula a participação ativa da comunidade na prática esportiva, fortalece laços sociais e afetivos, além de ser bom para a saúde”.
Praça	Participante 75	“Sim. Torneio de basquete de rua. O esporte e o lazer na cidade são muito fortes, têm muitos eventos voltados para esses fenômenos. Com isso a prefeitura cumpre seu papel com a sociedade, ela devolve para a população aquilo que é de direito nosso e dever dela”.

**Fonte:** Elaborado pelos próprios autores

Com base nos resultados supracitados, foi possível entender o panorama geral acerca das percepções dos indivíduos em relação aos espaços públicos e suas formas de apropriação, indo além da apropriação física. Compreender a influência que os espaços públicos exercem sobre o bem-estar subjetivo dos indivíduos que deles participam, fazendo-nos reconhecer e entender que os espaços públicos se tornam espaços de referências para a promoção da qualidade de vida das pessoas. Diante disso, na próxima subseção intitulada “A qualidade de vida dos usuários dos espaços públicos estudados”, buscamos analisar a percepção que os indivíduos apresentam acerca de sua qualidade de vida, para qual foi utilizado o instrumento Whoqol-bref para realizar essa avaliação.

### **4.3 A qualidade de vida dos usuários dos espaços públicos estudados**

Atualmente, muito se tem discutido acerca da qualidade de vida no ambiente científico, visto que esta possui uma ampla história marcada por aportes conceituais que delineiam seus pilares e norteiam o cotidiano de um indivíduo e da sociedade. Os pilares que firmam a sua conceitualização estão embasados na saúde física e psicológica, meio ambiente, relações sociais, trabalho, economia, segurança, educação, lazer, nutrição e religião. Nesse sentido,

compreendemos que a qualidade de vida é tida como um indicador de saúde de caráter multidimensional que pode ser utilizado para avaliação e estimulação de ações que promovam a saúde (Santos; Espinosa; Marcon, 2020).

Ao debater a qualidade de vida, é de suma importância fazer uso de instrumentos que mensurem e dialoguem com a história do indivíduo e a percepção que este tem sobre a mesma. Como um dos instrumentos para essa mensuração, a Organização Mundial da Saúde – OMS recomenda a utilização do WHOQOL-bref, uma versão abreviada do WHOQOL-100, o qual avalia e valoriza a qualidade de vida do indivíduo em uma percepção subjetiva em diversas situações que incluem os domínios físicos, psicológicos, sociais e ambientais (Nasciutti; Mourão; Araujo, 2022).

A avaliação da qualidade de vida é um tema muito complexo e amplo acerca dos conceitos que a norteiam, e ao colocar em prática a utilização do instrumento WHOQOL-bref dentro da presente pesquisa, esta subseção tem como objetivo analisar a qualidade de vida dos usuários dos espaços públicos objetos deste estudo. A amostra populacional do estudo foi constituída por 75 indivíduos, de ambos os sexos e todos com idade igual ou superior a 18 anos, que se apropriam e usufruem desses espaços públicos, sendo 25 usuários do Bosque Uirapuru, 25 usuários da Praça Dr. Antônio Morais Barros e 25 usuários do Lago Tucuruvi. Destacamos que os 75 indivíduos que participaram da pesquisa respondendo o questionário WHOQOL-bref, são indivíduos diferentes dos que responderam ao questionário semiestruturado (Apêndice A).

Essa etapa da pesquisa foi realizada de maneira simultânea nos três espaços públicos. O pesquisador compareceu nos referidos espaços em dias e horários distintos, estando munido com cópias do instrumento de pesquisa (Anexo A). Os participantes da pesquisa, como mencionado na metodologia, foram escolhidos aleatoriamente quando utilizavam os espaços públicos para as suas práticas de lazer.

A seguir são discutidos os resultados advindos da aplicação do instrumento de pesquisa WHOQOL- bref acerca da qualidade de vida. Os resultados foram compilados em formas de gráficos e apresentados por espaço público, sendo traçada uma comparação com o resultado global da pesquisa. Inicialmente, apresentamos as respostas da questão referente a avaliação que o indivíduo tem da sua qualidade de vida geral (Gráfico 1).

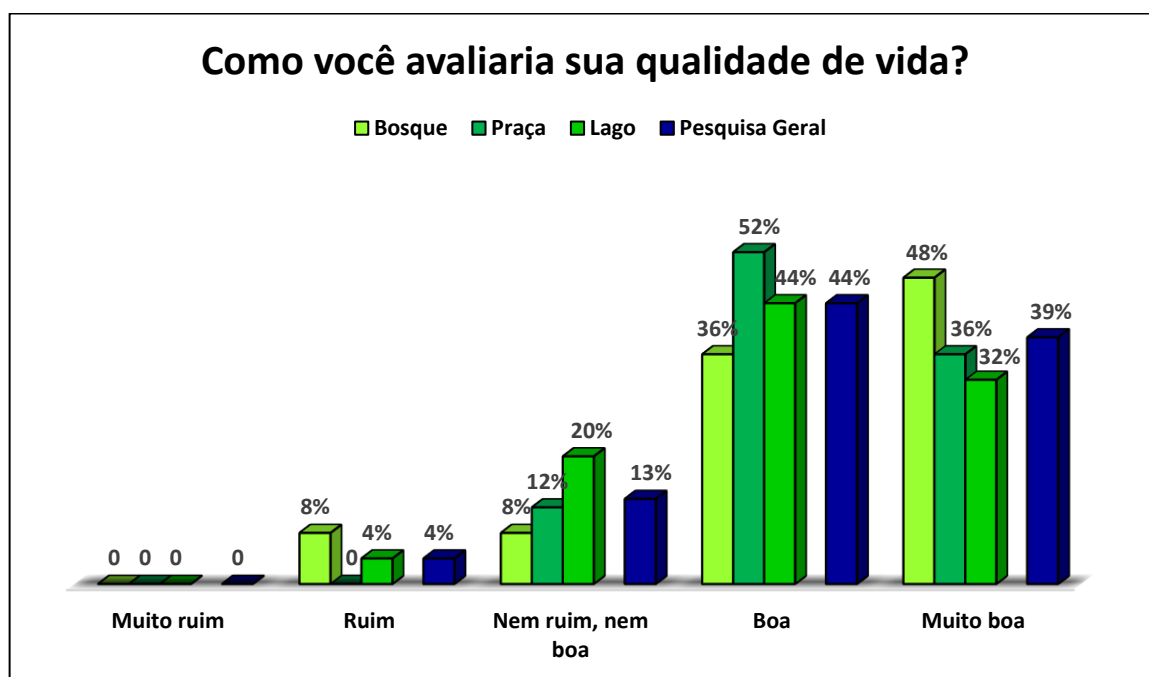
Os dados obtidos no Bosque Uirapuru mostram que a maioria dos participantes da pesquisa avaliaram a sua qualidade de vida como muito boa, representando 48%, enquanto 36% dos participantes avaliaram como boa, seguidos de 8% dos indivíduos que tem a percepção que sua qualidade de vida não é ruim e nem boa e outros 8% a avaliaram como ruim. Na Praça Dr. Antônio Morais Barros, constatamos que a maioria dos participantes da pesquisa avaliaram a



sua qualidade de vida como boa, totalizando 52%, ao passo que 36% dos participantes avaliaram como muito boa e 12% a consideraram como nem ruim e nem boa. No Lago Tucuruvi 32% dos participantes avaliaram a sua qualidade de vida como muito boa, sendo precedidos pela maioria que avaliou como boa, caracterizando 44%, os participantes que avaliaram como nem ruim e nem boa correspondem a 20% e 4% a avaliaram como ruim.

Em comparação à pesquisa geral, os resultados obtidos mostram que a maioria dos participantes da pesquisa tem uma percepção/avaliação positiva sobre a sua qualidade de vida, na qual 44% dos indivíduos a avaliaram como boa, enquanto 39% dos participantes avaliaram como muito boa, seguidos de 13% dos indivíduos que têm a percepção que sua qualidade de vida não é ruim e nem boa e 4% a avaliaram como ruim. Vale ressaltar que em nenhum espaço estudado a opção muito ruim foi mencionada pelos participantes da pesquisa.

**Gráfico 1:** Faceta – Qualidade de vida geral dos participantes da pesquisa



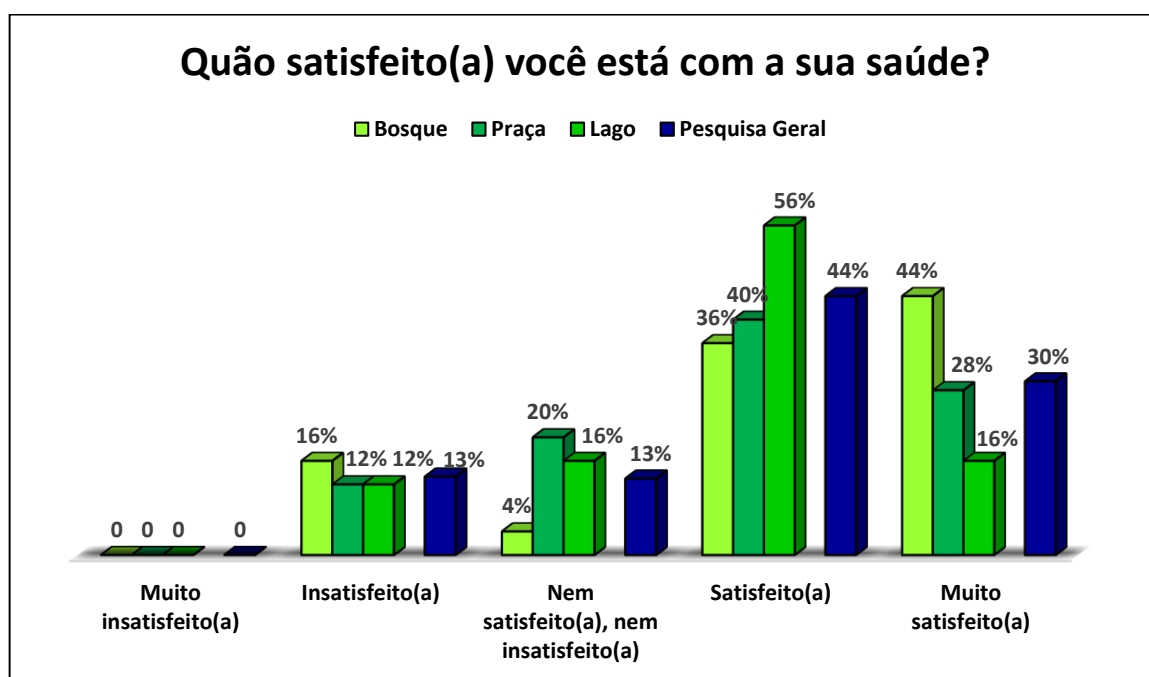
**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa, 2023.

Ao serem interpelados sobre quão satisfeitos(as) estão com a sua saúde (Gráfico 2), os dados obtidos no Bosque Uirapuru apontam que a maioria dos participantes da pesquisa tem uma boa percepção de sua saúde, onde 44% dos entrevistados estão muito satisfeitos(as) com a sua saúde e 36% estão satisfeitos(as), os que avaliaram insatisfação com a própria saúde representam 16% e aqueles que não estão nem satisfeitos(as) e nem insatisfeitos(as) somam 4% dos indivíduos entrevistados. Na Praça Dr. Antônio Morais Barros notou-se que a maioria dos

participantes da pesquisa estão satisfeitos(as) com a sua saúde, totalizando 40%, ao mesmo tempo que 28% dos participantes apresentam-se muito satisfeitos(as), outros 20% não estão satisfeitos(as) e nem insatisfeitos(as) com a sua saúde e 12% mostram-se insatisfeitos(as) com a própria saúde. No Lago Tucuruvi, 56% dos participantes estão satisfeitos(as) com a saúde, 16% afirmam que estão muito satisfeitos(as) e outros 16% relatam não estar nem satisfeito(as) e nem insatisfeitos(as), seguidos de 12% que se mostram insatisfeitos com a própria saúde.

Em comparação à pesquisa geral, os resultados obtidos mostram que a maioria dos participantes da pesquisa relataram que estão satisfeitos(as) com a sua condição atual de saúde, totalizando 44% dos indivíduos, enquanto 30% dos participantes estão muito satisfeitos(as), seguidos de 13% dos indivíduos que não estão satisfeitos(as) e nem insatisfeitos(as) com a saúde, e outros 13% dizem estar insatisfeitos(as) com sua saúde. Ressaltamos que em nenhum espaço estudado a opção muito insatisfeito(a) foi mencionada pelos participantes da pesquisa.

**Gráfico 2:** Faceta – Satisfação dos participantes da pesquisa com sua Saúde



Fonte: Dados obtidos na pesquisa, 2023.

As questões analisadas anteriormente não estão inseridas em nenhum dos domínios do WHOQOL-bref (físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente), são questões que nos permitem, por meio de uma autoavaliação, realizar uma análise da qualidade de vida global e da percepção geral da saúde do indivíduo. Acerca dessas questões a análise por meio do WHOQOL-bref revelou um valor médio de 16,11 (sendo o valor médio máximo 20), isso se dá porque a maioria dos participantes da pesquisa, correspondendo 78,50%, avaliou sua qualidade

de vida e saúde como boa/satisfeito(a) e muito boa/muito satisfeito(a), e 21,50% dos participantes avaliaram como ruim/insatisfeito(a) e como nem ruim e nem boa/nem satisfeito(a) e nem insatisfeito(a).

Os dados obtidos nas questões globais acerca da qualidade de vida e da saúde vão ao encontro dos resultados de um estudo realizado com frequentadores de um espaço público na cidade de São Bernardo do Campo – SP. O estudo teve o objetivo de avaliar a qualidade de vida dos usuários do espaço público e para tanto foi utilizado como instrumento de coleta de dados o WHOQOL-bref (Pierone *et al.*, 2016). Nesta pesquisa, os resultados indicaram que os usuários apresentam uma ótima percepção de sua qualidade de vida e de sua saúde, pois eles entendem que possuir boa qualidade de vida e boa saúde está relacionado a vários fatores da vida, tais como frequentar um espaço público agradável, ter segurança, grau de escolaridade, possuir recursos financeiros, oportunidades de lazer e relações sociais.

Correlacionamos, também, os resultados obtidos com um estudo semelhante realizado na cidade de Juiz de Fora – MG, que utilizou o WHOQOL-bref como um dos instrumentos de pesquisa para avaliar a qualidade de vida e os espaços públicos da cidade (Beraldo, 2021). Os participantes da pesquisa entendem que diversos fatores corroboram para uma melhor qualidade de vida e saúde, apontando que os espaços públicos e as áreas verdes são motivadores/influenciadores para minimizar problemas psicológicos, para promover qualidade de vida, possibilitar interações sociais, apresentam segurança, oportunizam o lazer e a prática de atividade física. Todos esses elementos contribuíram para que eles apresentassem uma boa percepção sobre a sua qualidade de vida global e satisfação com a sua saúde.

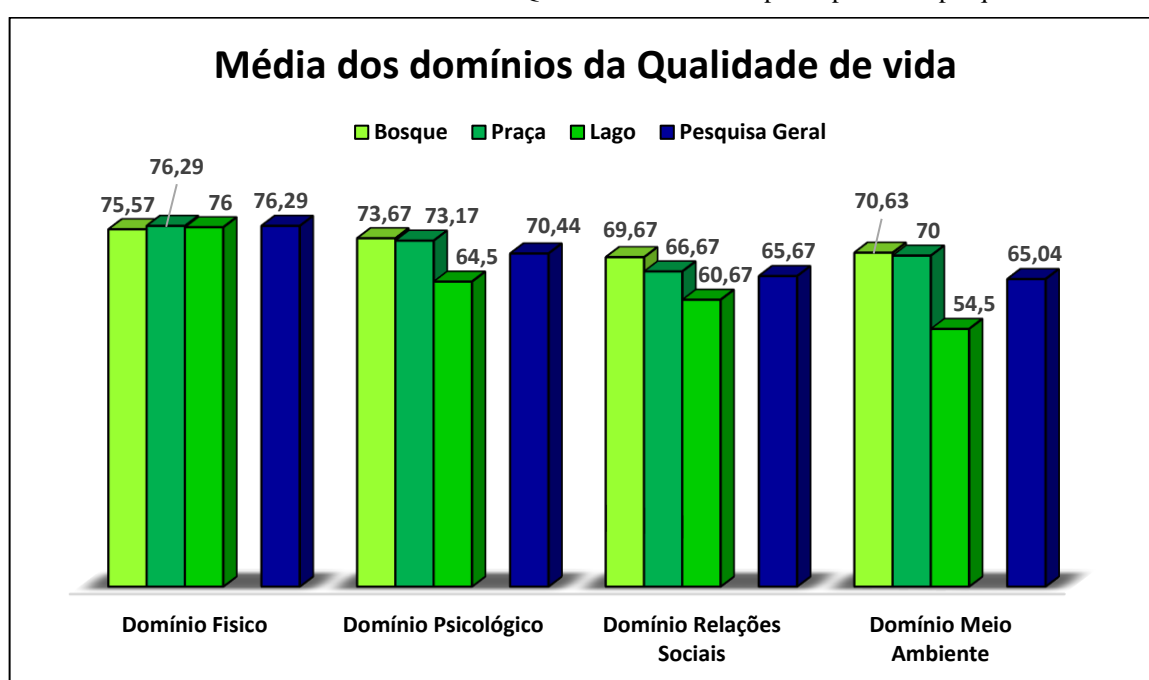
Desse modo, a qualidade de vida pode ser percebida conforme a maneira que o indivíduo vivencia a sua vida, alternando entre os dois extremos - muito ruim e muito boa. Assim, na avaliação da qualidade de vida deve ser considerada a interpretação emocional que o sujeito faz das situações, acontecimentos e condições de vida estando diretamente ligada à percepção subjetiva. Já a satisfação com a saúde, o indivíduo, também, avalia de acordo com a maneira que ele a percebe, alternando entre os dois extremos - muito insatisfeito e muito satisfeito. Para tanto, o indivíduo deve considerar o momento no qual está vivendo e que apresenta uma necessidade de ação específica ou de um cuidado integral. Para tanto, a promoção da saúde se torna essencial para a melhora da qualidade de vida, sendo o espaço público um ambiente que possui diversos atributos para promover a saúde.

Realizada a explanação das questões globais do WHOQOL-bref, passamos a apresentar os resultados de acordo com cada domínio, sendo eles: domínio físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente (Gráfico 3). Os resultados, também, foram compilados em forma de

gráfico e apresentados por espaço público, sendo traçada uma comparação com o resultado global da pesquisa.

A análise dos dados obtidos na pesquisa entre os domínios Físico, Psicológico, Relações Sociais e Meio Ambiente, apresentados no gráfico 3, mostraram que todos os domínios se correlacionam significativamente com o domínio global (resultado da pesquisa geral). Dentre os quatro domínios, destacamos que o Domínio Físico apresenta a maior média global (76,29) e o Domínio Meio ambiente apresenta a menor média global (65,04).

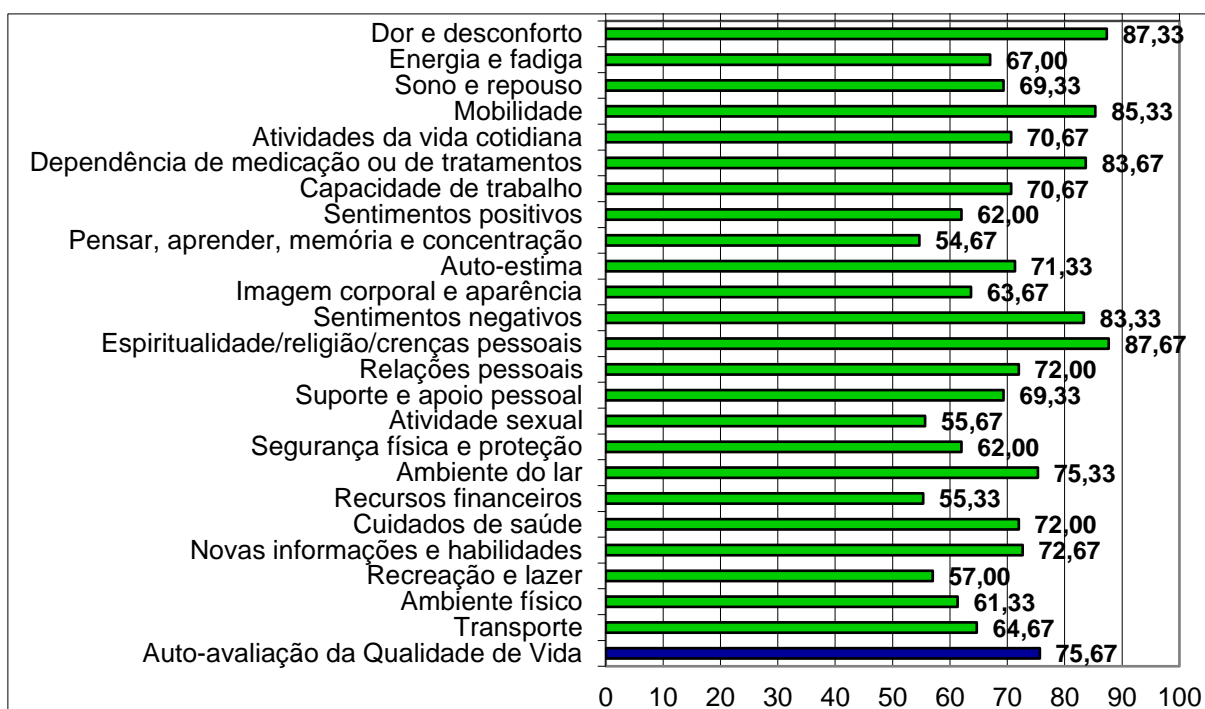
**Gráfico 3:** Média dos domínios da Qualidade de vida dos participantes da pesquisa



**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa, 2023.

O gráfico 4 apresenta as variáveis obtidas em relação à qualidade de vida na pesquisa geral, ou seja, a pesquisa realizada nos três espaços públicos objetos desse estudo com os 75 usuários que aceitaram a participar da pesquisa.

Vale destacar que no WHOQOL-bref cada faceta (Gráfico 4) é representada e avaliada por apenas uma questão (Anexo A). Cada uma das 24 facetas que compõem o WHOQOL-bref foram extraídas do instrumento original (WHOQOL-100), preservando a abrangência do construto “qualidade de vida” e incluindo itens não só referentes aos aspectos físicos e psicológicos, mas também itens relativos aos aspectos meio ambiente e relações sociais (Fleck *et al.*, 2000).

**Gráfico 4:** Média da escala apresentada em porcentagem das facetas do WHOQOL-bref

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa, 2023.

O Domínio Físico é composto por sete facetas que versam sobre: dor e desconforto; energia e fadiga; sono e repouso; mobilidade; atividades da vida cotidiana; dependência de medicação ou de tratamentos; capacidade de trabalho (Pedroso et al., 2010). Os resultados do respectivo domínio foram apresentados no quadro 7.

**Quadro 7 –** Resultado do Domínio Físico dos participantes da pesquisa

Domínio Físico	Bosque	Praça	Lago	Global
Dor e desconforto	83	89	90	87,33
Energia e fadiga	70	68	63	67
Sono e repouso	67	68	73	69,33
Mobilidade	83	85	88	85,33
Atividades da vida cotidiana	73	71	68	70,67
Dependência de medicação ou de tratamentos	88	82	81	83,67
Capacidade de trabalho	72	71	69	70,67

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa, 2023

De forma geral, observamos uma regularidade entre os resultados das facetas que compõem o domínio físico em cada espaço público. Os resultados do domínio físico nos permitiram ter uma visão mais abrangente que possibilitou compreender o impacto da saúde física e do bem-estar na qualidade de vida dos participantes.

Na faceta dor e desconforto (87,33), a maioria dos participantes relataram apresentar baixos níveis de dor e desconforto em suas vidas, mostrando, assim, um bom nível de saúde

física; a faceta energia e fadiga foi a que apresentou menor valor (67) dentro do domínio físico, demonstrando que há espaço para melhorias no controle da energia e fadiga do participante, pois as possíveis causas para esta média são o estilo de vida, condições de saúde e questões psicológicas dos participantes; na faceta sono e repouso (69,33) a qualidade do sono pode ser uma área de preocupação para alguns participantes, para tanto os usuários devem reavaliar fatores como padrões e hábitos de sono, ambiente de dormir e a higiene do sono com o intuito de fornecer insights sobre possíveis melhorias nessa área.

Já a faceta mobilidade apresentou um resultado positivo (85,33), sugerindo que a maioria dos participantes tem a capacidade de se movimentar facilmente e indicando um bom estado de saúde física e autonomia na realização de atividades diárias; contudo, a faceta atividades da vida cotidiana (70,65) indica que alguns participantes encontram desafios em atividades diárias, sendo necessário identificar dificuldades específicas a fim de melhorar a qualidade de vida nessas atividades; a faceta dependência de medicação ou de tratamentos apresenta uma média relativamente alta (83,67), o que pode ser um indicativo de condições de saúde crônicas que exigem um cuidado constante; e a faceta capacidade de trabalho (70,67) revela que os participantes podem enfrentar desafios em relação à capacidade de trabalho, influenciado por vários fatores, como saúde física, mental, adaptação e condições de trabalho.

Em geral, os resultados sugerem que os indivíduos apresentam uma boa qualidade de vida dentro do domínio físico, com algumas áreas que podem ser alvos de intervenções específicas para melhorar o seu bem-estar e suas atividades acerca das facetas aqui apresentadas.

Ao relacionarmos os resultados da presente pesquisa com o estudo de Beraldo (2021), identificamos, também, que o Domínio Físico é o que apresenta melhor percepção pelos indivíduos, pois questões como mobilidade, energia, baixos níveis de desconforto, desempenho de atividades diárias são extremamente exploradas/trabalhadas com a prática de atividade física e o lazer ativo pelos usuários dos espaços públicos, oportunizando, assim, melhorias para a qualidade de vida do indivíduo e, conseqüentemente, faz com que a percepção dos sujeitos frente a esses aspectos sejam positivos.

O estudo de Horochovski e Weinert (2018) que teve como objetivo analisar a utilização do questionário WHOQOL-bref para avaliar qualidade de vida, como instrumento da gestão pública de proposição e/ou avaliação de políticas públicas sociais, apresenta o Domínio Físico com a segunda menor média do estudo. A pesquisa apresenta regularidade entre as facetas capacidade de trabalho, desempenho de suas atividades diárias, mobilidade, energia e tratamentos médicos, porém as maiores diferenças são relativas ao sono e a dor física.

Resultados, estes, que ratificam a grande importância das atividades físicas para uma vida mais saudável e ativa.

Quanto ao Domínio Psicológico, este é composto por seis facetas que versam sobre: sentimentos positivos; pensar, aprender, memória e concentração; autoestima; imagem corporal e aparência; sentimentos negativos; espiritualidade, religião, crenças pessoais (Pedroso et al., 2010). Os resultados do respectivo domínio foram apresentados no quadro 8.

**Quadro 8** – Resultado do Domínio Psicológico dos participantes da pesquisa

<b>Domínio Psicológico</b>	<b>Bosque</b>	<b>Praça</b>	<b>Lago</b>	<b>Global</b>
Sentimentos positivos	67	65	54	62
Pensar, aprender, memória e concentração	60	58	46	54,67
Autoestima	76	74	64	71,33
Imagem corporal e aparência	65	69	57	63,67
Sentimentos negativos	82	86	82	83,33
Espiritualidade, religião, crenças pessoais	92	87	84	87,67

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa, 2023

De modo geral, há diferenças razoáveis entre os resultados das facetas que compõem o domínio psicológico em cada espaço público. Os resultados do domínio psicológico forneceram-nos uma visão mais ampla, a qual possibilitou compreender aspectos que impactam o estado psicológico de um indivíduo.

A faceta sentimentos positivos (62) revela que os participantes relataram um nível razoavelmente de satisfação e bem-estar emocional em sua vida cotidiana, tais como alegria, satisfação e contentamento; já a faceta sentimentos negativos apresentaram a segunda maior média (83,33) dentro do domínio, o que representa um nível elevado de sentimentos negativos, como tristeza, ansiedade, estresse e raiva, demonstrando que muitos participantes estão enfrentando desafios emocionais significativos que estão impactando negativamente sua qualidade de vida psicológica; a faceta espiritualidade, religião, crenças pessoais indicam um elevado resultado (87,67), o qual destaca que a dimensão espiritual tem uma influência importante na vida dos participantes, podendo ser uma fonte significativa de suporte ou desafio.

A faceta autoestima (71,33) manifesta que as pessoas se percebem de maneira positiva, têm uma boa imagem de si mesmas e se valorizam; na faceta imagem corporal e aparência, o resultado (63,67) indica um nível moderado de satisfação dos participantes com sua imagem corporal e a aparência física, contudo pode haver áreas de preocupação, mas em geral, os participantes parecem ter uma visão aceitável de sua própria aparência; a faceta pensar, aprender, memória e concentração apresentou um resultado abaixo da média (54,67), sugerindo que pode haver desafios cognitivos ou dificuldades de concentração e memória, além de afetar



a capacidade do indivíduo de aprender e realizar tarefas diárias, para tanto é necessário o indivíduo realizar exercícios que o ajude a melhorar sua capacidade cognitiva e sua função mental.

Em resumo, os resultados apontam para uma boa autoestima, uma aceitação moderada da imagem corporal e aparência, sentimentos positivos, mas também indicam desafios em termos de pensamento, aprendizado, memória e concentração, além de uma prevalência de sentimentos negativos. A espiritualidade, religião ou crenças pessoais parecem ser uma fonte significativa de suporte psicológico.

O Domínio Psicológico na pesquisa de Pierone *et al.* (2016) aparece com a segunda maior média entre os domínios estudados com o Whoqol-bref. O resultado da pesquisa mostra que a pessoa idosa tem uma melhor percepção de seu estado psicológico do que o jovem e o adulto. Esses resultados positivos dos idosos parecem estar relacionados à boa condição física e social que eles apresentam, bem como à associação a sentimentos positivos e boa aceitação de sua aparência física (compreendem e aceitam o processo de envelhecimento) que influíram para que apresentassem melhor situação no domínio psicológico. Porém, vale destacar que o estudo identificou que eles não apresentam melhor qualidade de vida geral que os adultos e jovens.

Já na pesquisa de Horochovski e Weinert (2018) o Domínio Psicológico foi o que apresentou maior média, sugerindo que foram as facetas que obtiveram melhores respostas dos participantes. Sendo assim, a referida pesquisa vai ao encontro com os dados coletados no estudo aqui proposto e corrobora com o pensamento de que os participantes da pesquisa têm apresentado um bom quadro psicológico com todas suas nuances que por vezes são adversas e ocasionam doenças no estado mental do indivíduo.

O Domínio Relações Sociais é composto por três facetas que versam sobre: relações pessoais; suporte/apoio social; atividade sexual (Pedroso *et al.*, 2010). Os resultados do respectivo domínio foram apresentados no quadro 9.

**Quadro 9** – Resultado do Domínio Relações Sociais dos participantes da pesquisa

<b>Domínio Relações Sociais</b>	<b>Bosque</b>	<b>Praça</b>	<b>Lago</b>	<b>Global</b>
Relações pessoais	74	75	67	72
Suporte/apoio social	73	71	64	69,33
Atividade sexual	62	54	51	55,67

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa, 2023

De modo geral, os resultados revelam diferenças consideráveis entre as facetas que compõem o domínio relações sociais em cada espaço público. Os resultados do domínio

relações sociais forneceram-nos informações valiosas sobre diferentes aspectos que impactam as relações de vida dos participantes.

A faceta relações pessoais (72) denota que os participantes, em média, percebem um nível satisfatório de qualidade de vida nas relações interpessoais, incluindo familiares, amigos e outras pessoas relevantes na vida do indivíduo, além de um suporte social e conexões emocionais saudáveis que pode contribuir significativamente para o bem-estar social; na faceta suporte/apoio social o resultado (69,33), embora seja positivo, mostra um nível moderado da percepção do indivíduo quanto ao apoio social, sugerindo que há lacunas para melhorar na rede de suporte social, na qual podem ser fortalecidos relacionamentos existentes, buscar novas conexões ou desenvolver estratégias para lidar com situações desafiadoras; já a faceta atividade sexual (55,67) apresentou um resultado inferior em comparação com as outras facetas, mostrando que essa área requer atenção especial em termos de comunicação aberta, compreensão das necessidades, fatores físicos, desconfortos, questões emocionais e de busca de orientação profissional, visto que a sexualidade é um componente importante da qualidade de vida para muitas pessoas.

Em síntese, a insatisfação na atividade sexual pode afetar o bem-estar psicológico, enquanto as relações pessoais e/ou suporte social podem desempenhar um papel extremamente significativo na gestão do estresse e na promoção do equilíbrio emocional do indivíduo. Além disso, intervenções direcionadas, como aconselhamento para questões sexuais ou programas de fortalecimento de relações interpessoais podem ser explorados para melhorar áreas específicas identificadas pelos resultados do WHOQOL-bref.

Ao comparar os resultados da pesquisa com o estudo de Horochovski e Weinert (2018) no Domínio Relações Sociais foi possível identificar similaridade. A faceta sobre relações pessoais obteve uma boa média nas duas pesquisas, enquanto o apoio social obteve média pouco abaixo, porém a faceta acerca da atividade sexual apresentou uma média mais baixa, demonstrando que os participantes de ambos os estudos apresentam grande insatisfação com sua vida sexual e isso é um aspecto que tem impactado diretamente na qualidade de vida dos indivíduos.

Na pesquisa de Pierone *et al.* (2016), os usuários do espaço público mostraram uma percepção muito positiva no que se refere às relações sociais estabelecidas no parque (objeto do estudo). Tal resultado valida os dados obtidos na presente pesquisa, pois dentro do referido domínio, as facetas de relações pessoais e suporte/apoio social foram as que apresentaram maiores médias, o que demonstram quão importante e necessário que as pessoas tenham uma rede consolidada e de qualidade de contato com familiares, amigos e pessoas de importância na

sua vida, bem como a disposição de ampliar esta rede, com o intuito de contribuir e favorecer para cada vez mais elevar o nível da qualidade de vida.

Face a esses resultados, é plausível, cada vez mais, buscar e/ou criar estratégias com o intuito de melhorar a qualidade de vida no aspecto psicológico nas quais podem englobar o fortalecimento das relações sociais, a busca de apoio quando necessário e uma interpelação aberta, dialogada e compreensiva para questões relacionadas à atividade sexual.

O Domínio Meio Ambiente é composto por oito facetas que versam sobre: segurança física e proteção; ambiente no lar; recursos financeiros; cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade; oportunidades de adquirir novas informações e habilidades; participação em, e oportunidades de recreação/lazer; ambiente físico (poluição/ruído/trânsito/clima); transporte (Pedroso *et al.*, 2010). Os resultados do respectivo domínio foram apresentados no quadro 10.

**Quadro 10** – Resultado do Domínio Meio Ambiente dos participantes da pesquisa

<b>Domínio Meio Ambiente</b>	<b>Bosque</b>	<b>Praça</b>	<b>Lago</b>	<b>Global</b>
Segurança física e proteção	69	69	48	62
Ambiente no lar	77	77	72	75,33
Recursos financeiros	59	63	44	55,33
Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade	75	74	67	72
Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades	74	78	66	72,67
Participação em, e oportunidades de recreação/lazer	69	62	40	57
Ambiente físico (poluição/ruído/trânsito/clima)	66	70	48	61,33
Transporte	76	67	51	64,67

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa, 2023

De maneira geral, os resultados apontam diferenças significativas entre as facetas que compõem o domínio meio ambiente em cada espaço público, os quais nos permitiram obter informações relevantes acerca de diversos aspectos que influenciam o bem-estar das pessoas.

Na faceta ambiente no lar (75,33), observamos o maior valor das facetas dentro do domínio meio ambiente, apontando que o ambiente doméstico é percebido como positivo, seguro e acolhedor o que é fundamental para a qualidade de vida; já a faceta ambiente físico (poluição/ruído/trânsito/clima) (61,33) indica que há alguma preocupação com alguns aspectos do ambiente físico, salientando que podem haver melhorias na qualidade do ambiente, tais como a gestão da poluição e do ruído; a faceta segurança física e proteção (62) apresenta um valor relativamente médio indicando que há uma sensação moderada de segurança física e proteção e com isso abre espaço para uma avaliação e implementação de medidas de segurança

que possam contribuir para uma maior sensação geral de bem-estar; a faceta recursos financeiros (55,33) apresenta o menor valor, mostrando que há desafios relacionados com a gestão financeira, dando indícios que os participantes necessitam melhorar a situação financeira pessoal explorando opções como o orçamento e planejamento financeiro.

Na faceta cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade (72), a pontuação sólida revela que os cuidados de saúde e sociais estão percebidos como bons pelos indivíduos, destacando a importância do acesso a serviços de saúde eficazes e apoio social; a faceta oportunidades de adquirir novas informações e habilidades (72,67) denota que as oportunidades para aprendizado e desenvolvimento pessoal são percebidas como positivas e são valorizadas, o que contribui significativamente para a qualidade de vida, promovendo o crescimento pessoal e profissional; a faceta participação e oportunidades de recreação/lazer (57) é a segunda menor média do domínio, sugerindo melhorias nas oportunidades de lazer com investimentos em programas de lazer e recreação ou a facilidade de acesso a essas oportunidades, pois isso proporcionará uma melhora significativa para a qualidade de vida dos indivíduos que frequentam os espaços públicos; a faceta transporte (64,67) sinaliza que os indivíduos têm uma percepção razoável em relação ao transporte, agregando valor para a mobilidade e acessibilidade, contribuindo para a qualidade de vida, especialmente em áreas urbanas, no entanto, uma contínua melhoria na acessibilidade e eficiência dos meios de transporte será benéfica para a população.

Em resumo, as análises desses resultados indicam que, embora existam áreas positivas e valiosas na percepção da qualidade de vida no domínio do meio ambiente, também há oportunidades para melhorias em segurança física, recursos financeiros, participação em lazer, mobilidade e ambiente físico. Para tanto, é necessário estratégias e intervenções específicas para melhorar tais aspectos e, assim, promover um ambiente mais saudável e satisfatório para a comunidade em questão.

Ao analisar a pesquisa de Beraldo (2021) foi observado que o Domínio Meio Ambiente é o que prevalece sobre os demais e demonstra sua importância para a qualidade de vida urbana. Foi possível, também, identificarmos uma correlação direta da qualidade de vida com o uso dos espaços públicos, pois eles exercem influência sobre alguns aspectos subjetivos, tais como oportunidade de lazer, ambiente físico saudável e maior sensação de segurança. Sobre os recursos financeiros foi detectado uma tendência direta com a qualidade de vida, pois este fator desempenha um papel importante da incidência no uso dos espaços públicos. Em relação ao ambiente físico (poluição/ruído/trânsito/clima) a média é razoavelmente moderado, visto que os espaços públicos estão localizados nas principais avenidas da cidade, as quais apresentam

grande fluxo de veículos o que influencia no cotidiano dos usuários. Tais resultados se assemelham aos obtidos na presente pesquisa.

No Domínio Meio Ambiente do estudo de Pierone *et al.* (2016), sobre a faceta da condição financeira, apresenta a maior diferença de média comparando com o presente estudo, pois grande parte dos pesquisados a consideram boa, o que faz a média dessa faceta ser uma das maiores dentro do respectivo domínio e isso se dá devido aos indivíduos, em sua maioria idosos, declararem possuir uma situação econômica favorável decorrente da aposentadoria e da poupança que fizeram ao longa da vida.

É importante notarmos que os resultados obtidos com a presente pesquisa e com a comparação dos dados de outros estudos, foi possível obter uma visão ampla e subjetiva da percepção do indivíduo acerca dos domínios físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente de sua vida. O WHOQOL-bref deu-nos a possibilidade de entender que cada pessoa possui diferentes expectativas e sensações subjetivas, bem como compreender que as percepções aqui relatadas sofrem influência de aspectos culturais, sociais, políticos, valores pessoais e acontecimentos de vida que culminam na qualidade de vida do indivíduo.

A seguir, são apresentadas considerações finais sobre a discussão teórica e os dados obtidos com a pesquisa realizada, entendendo que o espaço público, lazer e qualidade de vida devem ser analisados a partir da apropriação, da percepção, da afetividade, do sentido e do significado que representam para o indivíduo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fundamentação teórica e o diálogo interdisciplinar apresentados nesta dissertação representaram um grande desafio, pois as contribuições dos campos científicos da Geografia, Sociologia, História e Educação Física permitiram a construção de um olhar holístico e enriquecedor face ao leque de perspectivas que se abriu acerca dos objetos de estudo da presente pesquisa – Bosque Uirapuru, Praça Dr. Antônio Morais Barros e Lago Tucuruvi.

É evidente a crescente importância que os espaços públicos vêm adquirindo como locais essenciais à prática do lazer e propícios à promoção da qualidade de vida da sociedade. Ao longo dos anos, esses espaços têm desempenhado um papel inerente no desenvolvimento urbano e na construção da sociedade, atuando, por meio de sua forma, função e apropriação, como registros vivos da história e das transformações das cidades em diferentes períodos, além de agregar valor, identidade, sentido e significado às práticas de seus usuários.

A humanização da cidade ganha importante destaque, especialmente quando se observa o papel fundamental dos espaços públicos na criação de ambientes mais acolhedores, inclusivos, integrados, simbólicos e afetivos, de modo que são capazes de promover um senso de pertencimento e despertar emoções positivas em seus usuários, bem como promover a diversidade de apropriações e experiências agradáveis na cidade. No entanto, é pertinente destacar que durante muito tempo, o espaço público foi negligenciado e, até mesmo, considerado como elemento obsoleto na urbe.

No âmbito da presente pesquisa, os espaços públicos objetos de estudo em Umuarama foram explorados, compreendidos e analisados, revelando-se como espaços públicos de significativa frequência, enraizados em um contexto histórico que contribuíram e ainda contribuem para a identidade da cidade. Torna-se imperativo realizar estudos e análises das condições desses espaços, dadas suas tendências para o lazer, qualidade de vida, contato com a natureza, áreas verdes, palco de comunicação, manifestação política e cultural, e espaços de vida comunitária.

A pesquisa documental e histórica revelou transformações nas paisagens desses espaços públicos influenciadas por processos políticos, econômicos, culturais, sociais e diversos outros fatores. Essas paisagens únicas, carregadas de simbolismo, elementos históricos e identitários apresentam uma coexistência dinâmica de elementos do passado e do presente que estão em constantes transformações.

Diante dos resultados obtidos, essa pesquisa proporcionou contribuições significativas ao levantar informações sobre os indivíduos frequentadores, suas motivações e sentimentos em relação aos espaços públicos. Portanto, os espaços públicos, objetos deste estudo, caracterizam-se como locais de encontro e convívio social, assumindo importância singular para a comunidade e aumentando as possibilidades de mudanças nas condições e qualidade de vida da população, bem como apresentam estruturas, equipamentos e mobiliários urbanos que proporcionam um lazer ativo aos seus usuários.

Dessa maneira, o objetivo principal desta pesquisa foi o de analisar o uso dos espaços públicos voltados às práticas de lazer e de promoção de qualidade de vida na cidade de Umuarama. Para tanto, foi necessário buscarmos respostas para os objetivos específicos que sustentaram a construção da discussão desta pesquisa.

- Analisar os espaços públicos identificando os perfis dos(as) participantes da pesquisa, as práticas por eles(as) realizadas e os anseios que os(as) levam a utilizarem os espaços públicos.

Os dados coletados possibilitaram-nos identificar uma pluralidade nos perfis dos participantes da pesquisa, abrangendo diferentes faixas etárias, estados civis, laços familiares, graus de escolaridade e situação econômica refletindo uma amostra representativa da população local. Além disso, observamos uma variedade de localidades nas quais os usuários dos espaços públicos residem, bem como naturalidades de diversas cidades.

As práticas realizadas pelos usuários dos espaços públicos refletem uma variedade de atividades físicas, esportivas e de lazer, sendo favoráveis à promoção da saúde física e mental, tais como: fortalecer os laços sociais e familiares, demonstrando a importância desses locais como catalisadores de interações sociais positivas. Essas práticas emergem como motivações significativas para que os usuários frequentem os espaços públicos e revelam que os participantes da pesquisa demonstram grande interesse pela busca por convívio social, à promoção da qualidade de vida e à conexão com a história e a cultura local.

Os espaços públicos estudados são reconhecidos como locais de valor histórico, social e cultural que contribuem para a identidade e o desenvolvimento da cidade. Essa percepção de que os participantes da pesquisa têm, demonstra uma intrínseca e significativa relação entre espaço público e usuário, revelando seu papel vital na promoção da saúde, bem-estar, convivência comunitária e sua importância para a cidade.

- Analisar se os equipamentos, mobiliários urbanos e os espaços naturais dos espaços públicos correspondem aos interesses da população para realizar suas práticas de atividades voltadas para a qualidade de vida.



A análise realizada sobre os equipamentos, mobiliários urbanos e espaços naturais presentes nos espaços públicos estudados revelou aspectos positivos e desafiadores que influenciam diretamente na sua utilização e apropriação pela comunidade, além de apontar para uma boa adequação desses elementos às necessidades e interesses da população, contribuindo para a prática de atividades voltadas para a qualidade de vida.

Ficou evidente que os espaços públicos que oferecem uma infraestrutura adequada, como a pista de caminhada/corrida, os equipamentos para exercício físico, as quadras esportivas e o parque infantil são amplamente apreciados pelos usuários, contribuindo significativamente para a promoção da saúde física e emocional, além de fomentar a interação social e o desenvolvimento infantil. Além disso, a integração desses espaços com o ambiente natural e a boa manutenção de suas estruturas foram aspectos valorizados pelos usuários, refletindo na satisfação geral com os espaços públicos.

No entanto, os desafios encontrados, tais como o vandalismo, a falta de manutenção e a degradação dos espaços públicos representam obstáculos que comprometem a experiência dos usuários e podem até desestimular a frequência desses locais. A insatisfação expressa por alguns participantes em relação à falta de cuidado por parte da administração pública, bem como a preocupação com a segurança e conservação das estruturas ressaltam a necessidade de um maior investimento em políticas públicas voltadas para a manutenção e revitalização dos espaços públicos.

A qualidade dos espaços públicos é um reflexo direto do compromisso e investimento das autoridades municipais e do engajamento da comunidade. Ao proporcionar ambientes seguros, bem-cuidados e atrativos, os espaços públicos podem se tornar verdadeiros catalisadores de qualidade de vida e felicidade para a população, promovendo o fortalecimento do vínculo social e o desenvolvimento humano. Dessa forma os espaços públicos analisados desempenham um papel crucial na vida dos moradores de Umuarama, proporcionando oportunidades de convivência, lazer e prática de atividades físicas.

- Analisar a qualidade de vida dos usuários dos espaços públicos da cidade de Umuarama – PR.

A análise dos dados obtidos nos diferentes objetos de estudo, Bosque Uirapuru, Praça Dr. Antônio Morais Barros e Lago Tucuruvi proporcionaram uma reflexão e compreensão abrangente da qualidade de vida dos usuários dos espaços públicos em Umuarama. Os resultados indicam predominantemente uma percepção positiva em relação à qualidade de vida e à saúde, refletindo um cenário favorável em geral. Contudo, há áreas específicas que requerem atenção e possíveis intervenções para aprimoramento.

No que tange à qualidade de vida, os participantes expressaram avaliações positivas em sua maioria, destacando-se uma percepção satisfatória nos domínios físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente. Essa percepção positiva pode ser atribuída em grande parte à presença e ao uso dos espaços públicos que desempenham um papel fundamental na promoção do bem-estar físico, mental e social dos indivíduos.

Acerca do domínio físico, embora a mobilidade, a autonomia e a capacidade de trabalho tenham sido percebidas de forma positiva, foram identificadas áreas de preocupação, como a fadiga e as dificuldades em atividades cotidianas. No domínio psicológico, apesar da boa autoestima e da valorização da espiritualidade, foi observada uma prevalência de sentimentos negativos, ressaltando a necessidade de apoio psicológico e estratégias de enfrentamento para lidar com o estresse e a ansiedade.

Quanto ao domínio das relações sociais, embora as conexões pessoais tenham sido percebidas como satisfatórias, houve uma indicação de insatisfação em relação à atividade sexual. Isso sugere a necessidade de abordar questões relacionadas à sexualidade de forma aberta e compreensiva, além de fortalecer os laços interpessoais para promover o bem-estar social. No domínio do meio ambiente, embora o ambiente doméstico tenha sido avaliado positivamente, foram identificadas áreas de preocupação, como a segurança física, os recursos financeiros e as oportunidades de lazer. Investimentos em segurança pública, educação financeira e programas de lazer podem contribuir significativamente para melhorar esses aspectos e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos indivíduos.

É evidente que os espaços públicos desempenham um papel fundamental na percepção da qualidade de vida, oferecendo oportunidades para atividades físicas, interações sociais e contato com a natureza. No entanto, existem áreas que necessitam de melhorias, como a segurança, o ambiente físico e as oportunidades de lazer. Além disso, a análise comparativa com outros estudos, bem como a utilização do WHOQOL-bref, permitiram uma compreensão mais ampla e subjetiva da qualidade de vida dos participantes, destacando a importância de considerar aspectos culturais, sociais e individuais na avaliação desse conceito.

Os resultados do instrumento de pesquisa, WHOQOL-bref, revelam uma percepção positiva da qualidade de vida dos usuários dos espaços públicos em Umuarama - PR, mas também destacam áreas específicas que necessitam de atenção e ação para melhorias adicionais. É crucial que as políticas públicas e as intervenções comunitárias se concentrem em abordar essas necessidades identificadas para promover um ambiente mais saudável, seguro e satisfatório para todos os cidadãos.

- Propor possíveis soluções para a cidade de Umuarama – PR, nas quais estejam correlacionados os espaços públicos, o lazer e a qualidade de vida.

Os resultados desta pesquisa fornecem uma compreensão valiosa para o planejamento e a gestão dos espaços públicos em Umuarama, destacando a necessidade de políticas públicas que valorizem e promovam esses ambientes como elementos essenciais para a qualidade de vida e o bem-estar da população. A compreensão das práticas, dos anseios e das percepções dos usuários dos espaços públicos é fundamental para criar ambientes inclusivos, acessíveis e que atendam às necessidades diversificadas da comunidade.

É fundamental que a administração municipal reconheça a importância desses espaços públicos como promotores de saúde e bem-estar, atue de forma efetiva na preservação e melhoria contínua dos equipamentos, mobiliários urbanos e áreas naturais. Além disso, é necessário envolver a comunidade em um processo de cuidado e preservação desses espaços, promovendo a conscientização sobre a importância do respeito ao patrimônio público e incentivando a participação cidadã na gestão e manutenção dos espaços públicos.

Nesse contexto, é preciso agir, atuar, inovar e proporcionar bons projetos e boas condições de usabilidade aos usuários dos espaços públicos. Para isso, elencamos algumas sugestões e/ou possíveis soluções para gestão, preservação, cuidado e mantimento dos espaços públicos umuaramenses, em âmbito municipal:

- Promover um Plano de Política Pública voltado à gestão dos espaços públicos, adotando medidas idênticas para todos os espaços, independentemente de ser zona periférica ou central.
- Fortalecer as políticas educacionais direcionadas ao meio ambiente, sensibilizando para o bom uso do espaço público, por meio da criação de programas de educação cívica.
- Integrar ao conselho das cidades, normas e diretrizes direcionadas aos espaços públicos, para que se possa fiscalizar, zelar e implantar estratégias voltadas ao bom uso do espaço público urbano.
- Realizar mensalmente manutenção nas estruturas, equipamentos e mobiliários urbanos dos espaços públicos da cidade.
- Implantar políticas públicas voltadas aos espaços públicos urbanos, fomentando seu uso com o intuito de melhoria na qualidade de vida.
- Oportunizar programas de lazer, recreação e atividades físicas ou a facilidade de acesso a essas oportunidades, pois isso proporcionará uma melhora significativa para a qualidade de vida dos indivíduos que frequentam os espaços públicos.

- Dispor de profissionais de Educação Física capacitados para atender e promover atividades com pequenos grupos nos espaços públicos, conforme um cronograma preestabelecido e disponível à população.
- Incentivar à cultura esportiva e de lazer junto à população, desenvolvendo suas práticas cotidianas, como decorrência de valores de integração homem-natureza, identificação com o espaço público urbano e exercício da cidadania.
- Implantar programas, projetos e pesquisas que promovam o desenvolvimento do lazer e da qualidade de vida no âmbito municipal.
- Implantar programas de acompanhamento e fortalecimento de relações interpessoais para que seja possível explorar com mais qualidade áreas específicas da saúde.

Aqui, apresentamos algumas propostas, porém outras devem ser observadas e analisadas a partir de novas pesquisas e estudos perante as necessidades da população e da própria cidade. É extremamente importante sempre pensar e repensar o espaço público, pois ele deve ser visto com um componente crucial e indissociável à imagem da cidade, à qualidade de vida de seus usuários e jamais deve ser preterido a planos secundários.

A relação construída no diálogo interdisciplinar nesta dissertação, entre espaço público, lazer e qualidade de vida, deu essência ao estudo, no qual as pesquisas viabilizaram a construção de uma reflexão crítica e científica, pois os participantes da pesquisa são as pessoas que conhecem os pontos positivos e/ou negativos presentes nos espaços públicos e, assim, puderam indicar e sugerir propostas por conta de sua vivência.

É nessa conjuntura que defendemos e sustentamos a metodologia interdisciplinar aplicada, notado não ser possível estudar o espaço público esquecendo e/ou deixando de lado as diversas práticas sociais que ocorrem em seu âmbito, do mesmo modo que foi impossível estudar as práticas sociais sem considerar a estrutura, os equipamentos e os mobiliários urbanos disponíveis nos espaços públicos, objetos deste estudo. Em consequência disso, pudemos entender e compreender a relação e os anseios dos usuários para com o espaço público.

Com efeito, atingimos nossos objetivos e entendemos que trouxemos importantes contribuições científicas que podem ser colocadas em prática tanto no meio acadêmico, quanto na gestão pública de Umuarama, ou quem sabe, até mesmo em outras cidades e nesse caso deve-se levar em consideração os fatores sociais, ambientais, culturais, econômicos e simbólicos do local. Ademais é importante ressaltarmos que os resultados desta pesquisa se tornam interessantes para as distintas áreas científicas que embasaram o estudo, sendo elas: Geografia, Sociologia, História e a Educação Física.

Ainda podemos ressaltar a existência de tantos outros espaços públicos carregados de predicados na cidade de Umuarama que podem vir a ser significativos objetos para estudos futuros, como: o Lago Aratimbó, Bosque do Índio, Ciclovia e diversas praças existentes na cidade.

Para finalizarmos e entregarmos esta pesquisa para a sociedade, enfatizamos a intrínseca relação entre espaço público, lazer, qualidade de vida e a gestão municipal de Umuarama. Em qualquer situação que o espaço público seja visto, entendido, compreendido e apropriado com todo o potencial que se apresenta, seus usuários devem ser participativos, tal como, a administração pública deve ser efetiva perante as necessidades, desejos e objetivos da população, proporcionando condições de vivência e permanência, conseqüentemente, possibilitando aos usuários condições de lazer e de promoção de qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público**: do urbano ao político. 1. ed. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

ALMEIDA, Marcos Antônio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato. **Qualidade de vida**: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa. 1. ed. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades/USP. 2012.

AMARO, Hudson Siqueira; RODRIGUES, Isabel Cristina. Educação municipal em Maringá: uma história em meio século. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o norte do Paraná**: estudos de história regional. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2001, p. 371-388.

AMATO-LOURENÇO, Luís Fernando; MOREIRA, Tiana Carla Lopes; ARANTES, Bruna Lara de; SILVA FILHO, Demóstenes Ferreira da; MAUAD, Thais. Metrôpoles, cobertura vegetal, áreas verdes e saúde. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 86, p. 113-130. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/79qP5WjNmMPYKCCQK3G78LD/?lang=pt#>>. Acesso em: 09 set. 2023.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRADE, Victor; LINKE, Clarisse Cunha. **Cidades de Pedestres**: a caminhabilidade no Brasil e no mundo. 1. ed. Rio de Janeiro: Babilônia Cultural Editorial, 2017.

ARANGO, Doris Cardona; GARCÍA, Héctor Byron Agudelo. Construcción cultural del concepto calidad de vida. **Revista da Facultad Nacional de Salud Pública**, v. 23, n. 1, p. 79-90, 2005. Disponível em: <<https://revistas.udea.edu.co/index.php/fnsp/article/view/521/456>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ARANTES, Bruna Lara de. **Arborização urbana e qualidade do ar na cidade de São Paulo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2017.

ARAÚJO, Elis Veloso Portela de. **Os Parques Urbanos e Lagos Municipais na Região Metropolitana de Goiânia**: uso, conservação e apropriação dos espaços públicos. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

ARAÚJO, Jefferson Tomaz de. **Espaços livres públicos no espaço urbano periférico**: práticas políticas, apropriação social e subjetividades em São Gonçalo (RJ). 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2020.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

BACHELADENSKI, Miguel Sidenei; JÚNIOR, Edgard Matiello. Contribuições do campo crítico do lazer para a promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 5, p. 2569-2579, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/D7Lrrtk9BcN6kzBCQgQNZ4r/?lang=pt>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BARTHOLOMEI, Carolina Lotufo Bueno. **Influência da vegetação no conforto térmico urbano e no ambiente construído**. 2003. Tese (Doutorado em Saneamento e Ambiente) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BASSO, Jussara Maria; CORRÊA, Rodrigo Studart. Arborização urbana e qualificação da paisagem. **Paisagem e Ambiente: Ensaios**, v. 2, n. 34, p. 129-148, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/97145>>. Acesso em: 23 out. 2023.

BATISTA, Janir Coutinho; RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira; NUNES JUNIOR, Paulo Cezar. Lazer e promoção de saúde: uma aproximação conveniente. **Licere**, v. 15, n. 2, p. 1-16, 2012. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-655427>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

BENINI, Sandra Medina. **Áreas verdes públicas: a construção do conceito e a análise geográfica desses espaços no ambiente urbano**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

BERALDO, Eduarda Botti. **Avaliação da qualidade de vida e os espaços livres públicos de Juiz de Fora – MG**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; ROCHA, Mariana Arrabal da; BOGNIOTTI, Gláucia Maria Côrtes. Qualidade dos espaços verdes urbanos: o papel dos parques de lazer e de preservação. **Arq.urb**, v. 15, p. 128-142, 2016. Disponível em: <<https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/235>>. Acesso em: 09 set. 2023.

BORJA, Jordi. Citizenship and public space. **Urbanitas**, v. 4, n. 7, p. 1-12, 1998. Disponível em: <[https://www.cccb.org/rcs\\_gene/ciudadania\\_espacio\\_publico\\_ang.pdf](https://www.cccb.org/rcs_gene/ciudadania_espacio_publico_ang.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2022.

BORJA, Jordi. **La ciudad conquistada**. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2010.

BOVO, Marcos Clair. **Áreas verdes urbanas, imagem e uso: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá – Pr**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

BRAMANTE, Antônio Carlos. Lazer: concepções e significados. **Licere**, v. 1, n. 1, p. 9-17, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1552>>. Acesso em: 16 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm)>. Acesso em: 10 out. 2022.



BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2681, de 7 de novembro de 2013**. Redefine o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema único de Saúde (SUS). Disponível em: <[https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2013/prt2681\\_07\\_11\\_2013.html](https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2013/prt2681_07_11_2013.html)>. Acesso em: 01 mai. 2023.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Esporte e Lazer da Cidade: diretrizes**. 2016. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/2016/Pelc/Diretriz%20PELC.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Promoção da Saúde**: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 01 mai. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 1920, de 25 de julho de 1953**. Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L1920.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1920.htm)>. Acesso em: 01 mai. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humano. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jun. 2013. Seção 1, p. 59. Disponível em: <[https://conselho.saude.gov.br/ultimas\\_noticias/2013/06\\_jun\\_14\\_publicada\\_resolucao.html](https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2013/06_jun_14_publicada_resolucao.html)>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRUHNS, Heloisa Turini. Relações entre a educação e o lazer. In: BRUHNS, Heloisa Turini (Org.). **Introdução aos estudos do lazer**. 1. ed. Campinas: Ed Unicamp, 1997. p. 33-55.

BUCCHERI FILHO, Alexandre Theobaldo; TONETTI, Emerson Luis. Qualidade ambiental nas paisagens urbanizadas. **Revista Geografar**, v. 6, n. 1, p. 23-54, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/21802>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BUENO, Francisco da Silveira. **Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa**. 9. ed. São Paulo: Lisa, 1988.

BUSS, Paulo Marchiori; FILHO, Alberto Pellegrini. A Saúde e seus Determinantes Sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmfGf74RqZsbpKYXxNKhm/?lang=pt>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

BUSS, Paulo Marchiori; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; PINTO, Luiz Felipe; ROCHA, Cristianne Maria Famer. Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4723-4735, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/5BJghnvvZyB7GmyF7MLjqDr/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção de saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/HN778RhPf7JNSQGxWMjdMxB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BUSS, Paulo Marchiori. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Calos Machado de (Orgs.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. p. 19-41.

CAETANO, Isabel Cristina da Silva; MARTINS, Lisiane de Almeida; MERLINI, Luiz Sérgio. Análise da qualidade da água e dos peixes do lago Aratimbó, Umuarama PR – Brasil. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 15, n. 2, p. 149-157, 2011. Disponível em: <<https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/saude/article/view/3710/2410>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

CAMPANA, Ana Claudia Marangoni Batista; SÍGOLI, Letícia dos Santos Marangoni; SILVA, Dariane dos Santos Virgens Alvarenga da; AGUIRRE, Josiane Marlise Theis; PEREIRA, Máriam Trierveiler. A relação entre variáveis mesoclimáticas e a expansão da mancha urbana de Umuarama (PR) de 2005 a 2020: análise a partir de apenas uma estação meteorológica. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**, v. 6, n. 3, p. 128-155, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ifpr.edu.br/index.php/MundiSH/article/view/1513>>. Acesso em: 04 out. 2023.

CAPI, André Henrique Chabaribery. **Lazer e esporte nos clubes social-recreativo de Araraquara**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

CARDOSO, Carolina; MIRANDA, Yara Campos; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Análise da Requalificação da Praça Miguel Rossafa, Umuarama – PR. **Revista Nacional de gerenciamento de cidades**, v. 05, n. 29, p. 126-139, 2017a. Disponível em: <[https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento\\_de\\_cidades/article/view/1525/1535](https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/1525/1535)>. Acesso em: 05 mai. 2023.

CARDOSO, Carolina; MIRANDA, Yara Campos; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Avaliação do caráter das praças de Umuarama – PR. **Periódico eletrônico Fórum ambiental da alta Paulista**, v.13, n. 8, p. 60-73, 2017b. Disponível em: <[https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum\\_ambiental/article/view/1737](https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum_ambiental/article/view/1737)>. Acesso em: 05 mai. 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. 1. ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNEIRO, Carina Tatiane. **Prática dos psicólogos no Sistema único de Saúde em Umuarama-Pr**: um caminho em construção. 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CARTA DE OTTAWA. **Primeira Conferência Internacional sobre promoção da saúde**. 1986. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta\\_ottawa.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2023.

CARVALHO, Fabio Fortunato Brasil de; CARVALHO, Yara Maria de. Outros... Lugares e modos de “ocupação” da educação física na saúde coletiva/saúde pública. **Pensar a Prática**, v. 21, n. 4, p. 957-967, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fe/article/view/51336>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

CARVALHO, Luiz Domingues Moreno de; MENDES, César Miranda. Considerações sobre a evolução da geografia urbana no Brasil e no Paraná. **Boletim de Geografia**, v. 17, n. 01, p. 29-57, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12415>>. Acesso em: 11 fev. 2024.

CASTRO E SILVA, Igor Marcelo. **Avaliação da qualidade de vida relacionada à saúde de mulheres portadoras de câncer de mama**. 2018. Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

CASTRO, Alexandra. Espaços públicos, coexistência social e civilidade - contributos para uma reflexão sobre espaços públicos urbanos. **Cidades - Comunidade e Territórios**, v. 1, n. 5, p. 53-67, 2002. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9164>>. Acesso em: 11 out. 2022.

CASTRO, Juliana de; SALDANHA, Luiz; BALASSIANO, Ronaldo. Caminhabilidade: expressão do metabolismo urbano. In: ANDRADE, Victor; LINKE, Clarisse Cunha. **Cidades de pedestres: a caminhabilidade no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Babilônia Cultura Editorial, 2017. p. 205-220.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHEIBUB, Bernardo Lazary. As contribuições da produção científica para o entendimento do lazer como direito social. In: GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Orgs.). **O Direito social ao lazer no Brasil**. 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015, p. 201-228.

CHIES, Claudia; YOKOO, Sandra. Colonização do Norte Paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. **Revista GEOMAE**, v. 3, n. 1, p. 27-44, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/geomae/article/view/5801>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

COMPANIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**: depoimentos sobre a maior obra do gênero realizada por uma empresa privada. 3. ed. São Paulo: CMNP, 2013.

CORREIA, Daniele; MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. Determinação social do processo saúde-doença no contexto latino-americano: a importância do pensamento crítico em saúde. **Crítica Revolucionária**, v. 2, n. 2, p. 1-24, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/003123806>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

COSTA, Márcia Filipa Gomes da. **Espaços de sociabilização na cidade e na arquitetura: da antiguidade clássica à contemporaneidade**. 2015. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura) - Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 2015.

COSTA, Renata Geniany Silva; COLESANTI, Marlene Teresinha de Muno. A Contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes. **Revista RA'EGA**, v. 22, n. 1, p. 238-251, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/21774>>. Acesso em: 18 fev. 2023.

DAMIANI, Amélia Luisa. Turismo e lazer em espaços urbanos. In.: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo, modernidade, globalização**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 46-54.

DE ANGELIS, Bruno Luís Domingos de. **A Praça no contexto das Cidades: o caso de Maringá-PR**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. 1. ed. São Paulo: SESC, 1980.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. A busca da excitação no lazer. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric (Orgs.). **A busca da excitação**. 1. ed. Lisboa: Difel, 1992. p. 101-138.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL. **Lago Municipal Aratimbó**. Construtora Oshima de Projetos e Obras Ltda. Umuarama: EIA-COPOL, 1999.

FAUSTINO, Laurita; ANJOS, Achaiane Camila da Silva dos; SOMENSI, Lincon Bordignon; ADAMI, Eliana Rezende. Influência da espiritualidade/religiosidade na qualidade de vida relacionada à saúde em pacientes com diabetes: revisão integrativa da literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 11, p. 1-17, 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/33516/28398>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

FELIPE, Juliana; RODRIGUES, Marcus Vinicius Pimenta; FERREIRA, Aline Duarte; FONSECA, Elivelton Silva; RIBEIRO, Gabrielle Gomes dos Santos; ARANA, Alba Regina Azevedo. Atividade física e ambiente: a influência dos parques verdes urbanos na saúde. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 25, n. 4, p. 305-309, 2019. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1013652>>. Acesso em: 08 fev. 2023.

FERRARI, Celson. **Dicionário de Urbanismo**. 1. ed. São Paulo: Disal, 2004.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes**. 1. ed. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida; LOUZADA, Sérgio; XAVIER, Marta; CHACHAMOVICK, Eduardo; VIEIRA, Guilherme; SANTOS, Lyssandra; PINZON, Vanessa. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida “WHOQOL-bref”. **Revista de Saúde Pública**, v. 34, n. 2, p. 178-183, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/JVdm5QNj4xHsRzMFbF7trN/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 21 fev. 2023.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. Fortaleza: UEC, 2002.

FORNER, Fernanda Comerlato; ALVES, Cássia Ferrazza. Uma revisão de literatura sobre os fatores que contribuem para o envelhecimento ativo na atualidade. **Revista Universo Psi**, v. 1, n. 1, p. 150-174, 2020. Disponível em: <<https://seer.faccat.br/index.php/psi/article/view/1297>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FRANÇA, Junior Pedro. A ocupação do noroeste do Paraná e a cidade de Umuarama: uma retrospectiva do processo de ocupação. **Akrópolis**, v. 19, n. 3, p. 164-174, 2011. Disponível em: <<https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/4030>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

FRANCISCON, Anderson. **Configuração e apropriação dos espaços públicos de Campo Mourão – Pr: particularidades e potencialidades**. 2019. Dissertação (Mestrado interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento) - Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2019.

FRANCISCON, Anderson; BOVO, Marcos Clair. Espaço público: conceitos, dimensões, funções e formas. In: BOVO, Marcos Clair; MACIEL, Fred (Orgs.). **Os fios que tecem a teia: interdisciplinaridade, diálogos e pesquisas**. 1. ed. Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2020, p. 10-36.

FRANCISCON, Anderson; BOVO, Marcos Clair. O espaço público na contemporaneidade e no futuro: o utopismo quando aplicado. **Revista GEOUERJ**, n. 39, p. 1-23, 2021. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/45132>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **SOCIAL Text**, n. 25/26, p. 56-80, 1990. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/466240>>. Acesso em: 13 out. 2022.

FREITAS, Pedro Henrique Batista de; MEIRELES, Adriana Lúcia; RIBEIRO, Isabely Karoline da Silva; ABREU, Meire Natali Silva; PAULA, Waléria de; CARDOS, Clareci Silva. Sintomas de depressão, ansiedade e estresse em estudantes da saúde e impacto na qualidade de vida. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, n. 31, p. 1-13, 2023. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/210705>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

FURTADO, Alzira Carvalho. Direito ao transporte na constituição federal brasileira de 1988: A bicicleta como meio de transporte alternativo para a mobilidade urbana. **Revista de Direito Fibralex**, ano 3, n. 4, p. 1-23, 2018. Disponível em: <<https://fibrapara.edu.br/periodicos/index.php/fibralex/article/view/63>>. Acesso em: 17 set. 2023.

GALLO, Douglas; BESSA, Eliane Ribeiro de Almeida da Silva. Reflexões sobre a dimensão e a escala humana no planejamento urbano e nos espaços para viver da cidade contemporânea. **Revista para graduandos - Interdisciplinar**, v. 6, n. 3, p. 89-107, 2021. Disponível em: <<https://regrasp.spo.ifsp.edu.br/index.php/regrasp/article/view/973>>. Acesso em: 21 jan. 2024.

GARCIAS, Carlos Mello; BERNARDI, Jorge Luis. As funções sociais da cidade. **Revista Direitos Fundamentais e democracia**, v. 4, n. 4, p. 1-15, 2008. Disponível em: <<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/48>>. Acesso em: 10 set. 2023.

GASPAR, Waldir José. **Proposta Metodológica de avaliação do grau de satisfação de população de área urbana**. Estudo de Caso: Bairro Antenor Garcia, município de São Carlos, SP. 2006. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 1. ed. São Paulo: Perspectivas, 2013

GEHL, Jan. **Vida nas cidades: como estudar**. 1. ed. São Paulo: Perspectivas, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GIROTO, Maria Gabriella. **Ações públicas para o esporte em ambientes naturais da cidade de Umuarama – Paraná pela gestão 2009/2010**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

GOMES, Christianne Luce. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. **Licere – Revista do programa de pós-graduação interdisciplinar em estudos do lazer**, v. 14, n. 3, p. 1-25. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/762>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

GOMES, Christianne Luce. Lazer - concepções. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2004. p. 119-125.

GOMES, Christianne Luce. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista brasileira de estudos do lazer**, v. 1, n. 1, p. 3-20. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/430>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.



GOMES, Paulo César da Costa. Espaço público, espaços públicos. **Revista GEOgraphia**, v. 20, n. 44, p. 115-119, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/27557>>. Acesso em: 07 ago. 2022.

GOMES, Paulo César da Costa. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 19-41.

GÓMEZ, Keydis Sulay Ruidiaz; CABALLERO, Jasmin Viviana Cacante. Desenvolvimento histórico do conceito de qualidade de vida: uma revisão da literatura. **Revista Ciência e cuidado**, v. 18, n. 3, p. 86-99, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufps.edu.co/index.php/cienciaycuidado/article/view/2539>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

GRAFF, Philippe. La révision du plan régulateur, acte fondateur du nouvel urbanisme napolitain. **Méditerranée**, n. 96, v. 1, p. 45-50, 2001. Disponível em: <[https://www.pweseefr/doc/medit\\_0025-8296\\_2001\\_num\\_96\\_1\\_3205](https://www.pweseefr/doc/medit_0025-8296_2001_num_96_1_3205)>. Acesso em: 12 out. 2022.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

HABER, Claudia Dzimidas; SILVA, Marcos Valério Santos da; CARVALHO, Bruna Danielle Conde de. Avaliação da qualidade de vida de pacientes portadores de doenças cardiovasculares internados em um hospital público estadual. **Research, Society and Development**: n. 9, v 11, p. 1-12, 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/32011>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1984.

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. **O processo de transformação do território no Noroeste do Paraná e a construção de novas territorialidades camponesas**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HELD SILVA, Regina de. **A praça - Identidade e apropriação pública: avaliação pós-ocupação da praça Arthur Thomaz no município de Umuarama**. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

HOROCHOVSKI, Marisete Hoffmann; WEINERT, Luciana Vieira Castilho. O WHOQOL-Bref para avaliar qualidade de vida como instrumento de apoio à Gestão Pública. **Revista NAU social**, v. 9, n. 16, p. 59-68, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31412>>. Acesso em: 03 dez. 2023.



HULSMEYER, Alexander Fabbri. **A cidade através do seu sistema de espaços livres: estrutura e configuração da paisagem urbana - um estudo de caso em Umuarama** – Pr. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

HULSMEYER, Alexander Fabbri; SILVA, Regina de Held; DA PURIFICAÇÃO; Caroline Salgueiro; BARRETO, Maria Izabel de Melo; RODRIGUES, Rodrigo. A paisagem urbana como herança cultural: a praça Santos Dumont, Umuarama, Estado do Paraná, Brasil. **Acta Scientiarum: Tecnologia**, v. 33, n. 2, p. 113-121, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/view/7741>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **História e fotos do município de Umuarama**. 2015. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/umuarama/historico>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Monografias municipais: Sul – Paraná - Umuarama**. 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72978>>. Acesso em: 06 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos municípios brasileiros**. 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/umuarama/panorama>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS DO PARANÁ (ITCG). **Dados e informações geoespaciais temáticos**. 2013. Disponível em: <<https://www.geo.pr.gov.br/ms4/itcg/geo.html>>. Acesso em: 11 mar. 2023.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ (IHGPR). **Boletim do instituto histórico e geográfico do Paraná: edição especial dos municípios cinquentenários 1960-2010**. V. 64. Curitiba: IGHP, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS (INEP). **IDEB**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Cadernos estatístico: município de Umuarama**. 2023. Disponível em: <<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Perfil do município de Umuarama**. 2022. Disponível em: <[https://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=353&btOk=ok](https://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=353&btOk=ok)>. Acesso em: 27 ago. 2023.

INDOVINA, Francesco. O espaço público: tópicos sobre a sua mudança. **Cidades - Comunidade e Territórios**, v. 1, n. 5, p. 119-123, 2002. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9168>>. Acesso em: 11 out. 2022.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6427>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes e aplicações**. 4. ed. Campinas: Ed. Alínea, 2009.

KANEMATSU, Jaqueline dos Santos; ATANAZIO, Beatriz; CUNHA, Beatriz Ferreira; CAETANO, Leticia Puerro; ARADA, Daiane Militão Yamamoto. Impacto da dor na qualidade de vida do paciente com dor crônica. **Revista de Medicina**, v. 101, n. 3, p. 1-8, 2022. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/192586/181597>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

KRUGER, Judy; MOWEN, André; LIBRETT, John. Recreation, parks and the public health agenda: Developing collaborative surveillance frameworks to measure leisure time activity and active park use. **Journal of Physical activity and healthy**, v. 4, n. 1, p. 14-23, 2007. Disponível em: <<https://journals.humankinetics.com/view/journals/jpah/4/s1/article-pS14.xml>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

LAMY, Brigitte. Sociología urbana o sociología de lo urbano. **Estudios Demográficos y Urbanos**, v. 21, n. 1, p. 211-225, 2006. Disponível em: <<https://estudiosdemograficosyurbanos.colmex.mx/index.php/edu/article/view/1267>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. 1. ed. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **La survie du capitalisme: la reproduction des rapports de production**. 3. ed. Paris: Editions Anthropos, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008a.

LIMA, Sabrina Morais de; GARCEZ, Danielle Siqueira. Áreas verdes públicas urbanas e sua relação com a melhoria da qualidade de vida: um estudo de caso em um parque ecológico urbano na cidade de Fortaleza (Ceará, Brasil). **RBCIAMB**, v. 43, p. 140-151, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/59115>>. Acesso em: 09 set. 2023.

LOBODA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Áreas verdes e políticas públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, v. 1, n. 1, p. 125-139, 2005. Disponível em: <<https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/viewFile/157/185>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

MACEDO, Silvio Soares. **O paisagismo brasileiro na virada do século: 1990 - 2010**. São Paulo: EDUSP: Ed. UNICAMP, 2012.

MANTA, Sofia Wolker; LOPES, Adalberto Aparecido dos Santos; HINO, Adriano Akira Ferreira; BENEDETTI, Tânia Rosane Bertoldo; RECH, Cassiano Ricardo. Open public spaces

and physical activity facilities: study of systematic observation of the environment. **Revista Brasileira de Cineantropometria de Desempenho Humano**, v. 20, n. 5, p. 445-455, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcdh/a/SfJNWHPBBrqSjvdQ94RCFdKP/?lang=en>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. 5. ed. Campinas: Autores associados, 2012.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e cultura: algumas aproximações. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e cultura**. 1. ed. Campinas: Alínea, 2007a. p. 9-30.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2007b.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Pedagogia da educação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2007c.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021, p. 5-22.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, Rúben Paulo. **Humanização das cidades: Reinventar o território urbano da Covilhã**. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

MATOS, Fátima Loureiro de. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades - o caso da cidade Porto. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 2, n. 4, p. 17-33, 2010. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/73469>>. Acesso em: 08 fev. 2023.

MATTIONI, Fernanda Carlise; SILVEIRA, Roberta de Pinho; SOUZA, Camilo Darsie de; ROCHA, Cristianne Maria Famer. Práticas de promoção da saúde como resistência e contraconduta à governamentalidade neoliberal. **Ciência & Saúde coletiva**, v. 27, n. 8, p. 3273-3281, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/SJ3FzPJMBdxQJG9hh3ZsrkQ/>>. Acesso em: 01 fev. 2023.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996. Disponível em: <[https://codecamp.com.br/artigos\\_cientificos/ATRAVESDAIMAGEMFOTOGRAFIA.pdf](https://codecamp.com.br/artigos_cientificos/ATRAVESDAIMAGEMFOTOGRAFIA.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2023.

MAZZEI, Kátia; COLESANTI, Marlene Teresinha de Muno; SANTOS, Douglas Gomes dos. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. **Revista Sociedade e Natureza**, v. 19, n. 1, p. 33-43, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321327190003>>. Acesso em: 18 fev. 2023.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no planejamento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975.

MELLO, Lucia Adriane de. Lago Tucuruvi. In: PEREIRA, Máriam Trierweiler; CAMILO, Juliana Cavalaro (Orgs.). **Vozes dos silêncios da cidade de Umuarama: uma proposta interdisciplinar contemporânea na EPT**. Curitiba: Ed IFPR, 2023. p. 50-51.

MELO, Hérica Maria Saraiva; LOPES, Wilza Gomes Reis; SAMPAIO, Dayanne Batista. Os parques urbanos na história da cidade: percepção, afetividade, imagem e memória da paisagem. **Revista Nacional de Gerenciamento das Cidades**, v. 05, n. 32, p.103-118, 2017. Disponível em: <[https://amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento\\_de\\_cidades/article/viewFile/1598/1585](https://amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/viewFile/1598/1585)>. Acesso em: 21 dez. 2023.

MELO, Victor Andrade de; ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao lazer**. 2. ed. Barueri: Manole, 2012.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e pesquisa em Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 296-306, 2007. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10926>>. Acesso em: 16 out. 2022.

MENEGUETTI, Karin Schwabe. **De cidade-jardim a cidade sustentável: potencialidades para uma estrutura ecológica urbana em Maringá-Pr**. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MINAYO, Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1. p. 7-18, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/MGNbP3WcnM3p8KKmLSZVddn/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 14 jan. 2023.

MONTEIRO, Evandro Ziggiatti. **Verdes-dentro e verdes-fora: visões prospectivas para espaços abertos urbanos - privados e públicos - em área habitacional de interesse social**. 2007. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MUNNÉ, Frederic. **Psicosociología del tiempo libre: un enfoque crítico**. 1. ed. México: Trilhas. 1980.

MUSEU DA BACIA DO PARANÁ. Maringá: Museu da Bacia do Paraná, 2023.

NAHAS, Markus Vinicius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 7. ed. Florianópolis: Ed. do autor, 2017.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. **Estudos e pesquisa em Psicologia**, v. 9, n. 2, p. 265-291, 2009. Disponível em:<<https://www.revisepsi.uerj.br>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

NASCIUTTI NETO, Rubens; MOURÃO, Yleris de Cássia de Arruda; ARAÚJO, Fernanda Cardoso de Oliveira. Qualidade de vida do fonoaudiólogo brasileiro frente à pandemia da COVID-19. **Codas**, v. 34, n. 3, p. 1-8, jan., 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/codas/a/Hw8JRKfY9XPmpV3bJt9Twhs/>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

NERI, Anita Liberalesso. Qualidade de vida no adulto maduro: interpretações teóricas e evidências de pesquisa. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Qualidade de vida e Idade Madura**. 9. ed. Campinas: Ed. Papirus, 2012. p. 9-55.

NUCCI, João Carlos. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**. 2. ed. Curitiba: O autor, 2008.

NUNES, Layane Alves; VALQUES, Igor José Botelho; DAMASIO, Giovani Lemos; PAGNUSSAT, André Luis. Uma reverberação do ideário britânico no Brasil: o Green-Belt de Maringá e o Green-Wedge de Cianorte. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 7, p. 74801-74819, 2021. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/33543>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

NYGAARD, Paul Dieter. **Espaço da cidade, segurança urbana e participação social**. 1. ed. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010.

OLIVEIRA, Lina Yule Queiroz de; BORGES, Pedro Pereira. O direito à cidade e o desenvolvimento local como base para a humanização do espaço urbano. **INTERAÇÕES**, v. 19, n. 4, p. 739-755, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/6y6HCqgbdmTwnCMDcbyzDdv/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 17 set. 2023.

OLIVEIRA, Lucimara Albieri de; MASCARÓ, Juan José. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Revista Ambiente Construído**, v. 7, n. 2, p. 59-69, 2007. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/3737>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

OLIVEIRA, Ricardo José Gomes de. **Atividade física em parques urbanos de Anápolis e sua relação com as áreas verdes**: um estudo observacional. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociedade Tecnologia e Meio Ambiente) - Centro universitário de Anápolis, Anápolis, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. 1946. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lis-22006>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Promoção da Saúde**: glossário. Genebra: OMS, 1998a.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Redução das desigualdades no período de uma geração**. Igualdade na saúde através da ação sobre seus determinantes sociais. Relatório Final da Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde. Genebra: OMS, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **WHOQOL**: medindo a qualidade de vida. 1998b. Disponível em: <<https://www.who.int/tools/whoqol/WHOQOL-bref>>. Acesso em: 21 fev. 2023.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Saúde**. 2023. Disponível em: <<https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Regionais-de-Saude>>. Acesso em: 01 mai. 2023.

PASCHOARELLI, Luis Carlos; MEDOLA, Fausto Orsi; BONFIM, Gabriel Henrique Cruz. Características qualitativas, quantitativas e quali-quantitativas de abordagens científicas. **Revista de Design, Tecnologia e Sociedade**, v. 2, n. 1, p. 65-78, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/design-tecnologia-sociedade/article/view/15699>>.

Acesso em: 20 ago. 2022.

PASQUAL, Maria Oliveta Albano; FECHINI, Margarida Peres. **Espaço verde urbano: importância na dinâmica da paisagem**. Produção didático-pedagógica do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Paraná: Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED). 2008.

PERES, Fabio de Farias; MELO, Victor Andrade de. Encontros e desencontros: lazer, promoção da saúde e espaços públicos. In: FRAGA, Alex Branco; MAZO, Janice Zarpellon; STIGGER, Marco Paulo; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos**. 1. ed. Porto Alegre: Gênese, 2009, p. 62-75.

PEDROSO, Bruno; PILATTI, Luiz Alberto; GUTIERREZ, Luis Gustavo; PICININ, Claudia Tania. Cálculo dos escores e estatística descritiva do WHOQOL-bref através do Microsoft Excel. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, v. 2, n. 1, p. 31-36. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/687>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PEDROSO, Bruno; PILATTI, Luiz Alberto; REIS, Dálcio Roberto dos. Cálculo dos escores e estatística descritiva do WHOQOL-100 utilizando o Microsoft Excel. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, v. 1, n. 1, p. 23-32. 2009. Disponível em: <<http://www.brunopedroso.com.br/WHOQOL-bref.html>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2016.

PIERONE, Juliana Martinez; VIZZOTTO, Marília Martins; HELENO, Maria Geralda Viana; FARHAT, Cecília Aparecida Vaiano; SERAFIM, Antônio de Pádua. Qualidade de vida de usuários de parques públicos. **Boletim de Psicologia**, v. 66, n. 144, p. 99-112, 2016. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0006-59432016000100009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432016000100009)>. Acesso em: 26 nov. 2023.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Por que pesquisar o lazer? **Iniciação Científica Cesumar**, v. 2, n. 1, p. 33-36. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/iccesumar/article/view/19>>. Acesso em: 17 dez. 2022.

PONDÉ, Milena Pereira; CARDOSO, Carlos. Lazer como fator de proteção da saúde mental. **Revista de Ciências Médicas**, v. 12, n. 2, p. 163-172, 2003. Disponível em: <<https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/cienciasmedicas/article/view/1268>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

POSSAMAI, Zita Rosane. Fotografia, história e vistas urbanas. **História**, v. 27, n. 2, p. 253-277, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/xHBcg4BzQQmwjgtcMqcMXmD/?lang=pt>>. Acesso em: 25 fev. 2023.



RAMOS, Suzany Rangel. **A cidade humanizada e as microintervenções urbanas colaborativas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Cidade) - Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2020.

RÉ, Tatiane Monteiro. **A pequena cidade e a praça: memória e funcionalidade do espaço público**. 2017. Dissertação (Mestrado interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento) - Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2019.

REBECCHI, Murilo. **Entre a colonização do noroeste do paraná e a preservao da memória de um povo esquecido: os Xetá**. 2014. Dissertao (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

REGO, Renato Leão. **As cidades plantadas: os britânicos e a construo da paisagem do norte do Paraná**. 1. ed. Londrina: Humanidades, 2009.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. O território e a paisagem: a formao da rede de cidades no norte do Paraná e a construo da forma urbana. **Paisagem e Ambiente**, v. 1, n. 25, p. 37-53, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40258>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe; NETO, Generoso De Angelis; JABUR, Rodrigo Sartori; RISSI, Queila. Reconstruindo a forma urbana: uma análise do desenho das principais cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná. **Acta Scientiarum: Tecnologia**, v. 26, n. 2, p. 141-150, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/view/1513>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

REIS, George Pereira; MORAES, Elias de Oliveira. Variao da umidade relativa do ar no corao da floresta Amazônica, um estudo de caso no município de Coari (AM) durante o ano de 2015. **Os desafios da geografia física na fronteira do conhecimento**, v. 1, p. 2479-2486, 2017. Disponível em: <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/2048>>. Acesso em: 24 out. 2023.

REQUIXA, Renato. **O Lazer no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

ROBBA, Fabio; MACEDO Silvio Soares. **Praças brasileiras**. 1. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC-SP (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC, 2000. p. 179-184.

ROSA, Fábio Paulo Domingos. **A requalificao urbana e o espaço público: uma proposta para a zona de Campolide**. 2017. Dissertao (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.

ROSANELI, Alessandro Filla. **Cidades novas do café: história, morfologia e paisagem urbana**. 1. ed. Curitiba: UFPR, 2013.

RUSEN, Jorn. **Razão histórica: Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica**. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.



SALDIVA, Paulo. **Vida urbana e saúde: os desafios dos habitantes das metrópoles**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia da pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

SANCHEZ, Hugo Machado; SANCHEZ, Eliane Gouveia de Moraes; BARBOSA, Maria Alves; GUIMARÃES, Ednaldo Carvalho; PORTO, Celmo Celeno. Impacto da saúde na qualidade de vida e trabalho de docentes universitários de diferentes áreas de conhecimento. **Ciência & Saúde coletiva**, v. 24, n. 11, p. 4111-4112, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/y67sbpNhVfFF4BmWLFf4ZHt/>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SANTOS, Edialida Costa; ESPINOSA, Mariano Martínez; MARCON, Samira Reschetti. Qualidade de vida, saúde e trabalho de professores do ensino fundamental. **Acta paulista de enfermagem**, v. 33, n. 1, p. 1-8, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/zx5RMBbTgSyNFheyG4PZ3mD/>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SANTOS, Edmilson Santos dos. Reflexões sobre a utilização de espaços públicos para o lazer esportivo. **Revista RA'EGA**, v. 11, n. 1, p. 25-33, 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/7745>>. Acesso em: 18 fev. 2023.

SANTOS, Fabio Silva; GALLO, Douglas. Mensurando qualidade de vida urbana: experiências internacionais. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 6, n. 41, p. 93-107, 2018. Disponível em: <[https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento\\_de\\_cidades/article/view/1880](https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/1880)>. Acesso em: 29 jan. 2023.

SANTOS, Laudénides Pontes dos; VIEIRA, Adriana Silva; MEDEIROS, Kevin Anderson Vieira de. Espaços públicos de lazer nas cidades: criação de espaço públicos na cidade de Teresina-PI, no período compreendido entre 2014 e 2019. **Caminhos de Geografia**, v. 24, n. 92, p. 258-274, 2023. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/63553>>. Acesso em: 26 ago. 2023.

SANTOS, Marcone Rodrigues da Silva e; ROSA, Maria Cristina. Lazer e saúde em periódicos científicos no início do século XXI: modos de aproximação. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 8, n. 3, p. 43-60, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/32508>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

SANTOS, Milton. O Espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra livre**, v. 1, n. 5, p. 9-20, 1988. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/67>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim paulista de geografia**, n. 54, p. 81-99. 1977. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092/949>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SANTOS, Vanessa da Frota; PEDROSA, Samyla Citó; AQUINO, Priscila de Souza; LIMA, Ivana Cristina Vieira de; CUNHA, Gilmar Holanda da; GALVÃO, Marli Teresinha Gimenez. Suporte social de pessoas com HIV/Aids: Modelo da Determinação Social da Saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, n. 1, p. 670-675, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/TWw4d6M47CV7Ct8tT8Gc5fs/?lang=en>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SCHMID, Aloísio Leoni. **A ideia de conforto: reflexões sobre o ambiente construído**. 1. ed. Curitiba: Pacto Ambiental, 2005.

SCHWARTZ, Gisele Maria. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. **Licere**, v. 6, n. 2, p. 23-31, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1468>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SEIXAS, Márcia Valéria Aguilar Carraro. **O Centro Cívico de Jorge de Macedo Vieira: um espaço (re)produzido na cidade de Cianorte-PR**. 2018. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento) - Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2018.

SENA, Giovanna Dias de; GALLO, Douglas. A dimensão humana da cidade: perspectivas e percepções contemporâneas em São Paulo. In: PULHEZ, Magaly Marques; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **Cadernos de estudos urbanos: cidade, democracia e educação**. 1. ed. São Paulo: Instituto das cidades da Universidade Federal de São Paulo, 2022. p. 7-18.

SERPA, Angelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **Revista GEOUSP- Espaço e Tempo**, v. 8, n. 1, p. 21-37, 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123865>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SILVA, André Felipe Oliveira da; DIAS, Elise Eugenia da Cruz; SILVA, Renata Larissa Alves Soares da. Qualidade de vida: uma reflexão sobre a cidade de São Paulo. **Revista Saúde e Meio Ambiente**, v. 14, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/sameamb/article/view/14997>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

SILVA, Cinthia Lopes da; SOUZA, Marcio Ferreira de; ROSSI FILHO, Silvio; SILVA, Luciene Ferreira da; RIGONI, Ana Carolina Capellini. Atividade física de lazer e saúde: uma revisão sistemática. **Psicologia da Saúde**, v. 25, n. 1, p. 57-65, 2017. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MUD/article/view/7185>>. Acesso em: 18 fev. 2023.

SILVA, Edima Aranha. Lazer nos espaços Urbanos. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 1, p. 54-69, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1336>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SILVA, Emília Amélia Pinto Costa da; OLIVEIRA, Leonardo dos Santos; SILVA, Priscilla Pinto Costa da; ARAÚJO, Bruno Medeiros Roldão de; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira; FREITAS, Clara Maria Silvestre Monteiro de. Sociedade, cultura e saúde: motivação na utilização de espaço público de lazer. **Movimento**, v. 18, n. 1, p. 171-188, 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/22560/17345>>. Acesso em: 24 jan. 2023.

SILVA, Kênia Lara. **Promoção da saúde em espaços sociais da vida cotidiana**. 2009. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Marcelo José de Souza e; SCHRAIBER, Lilia Blima; MOTA, André. O conceito de saúde na saúde coletiva: contribuições a partir da crítica social e histórica da produção científica. **Physis: Revista de Saúde coletiva**, v. 29, n. 1, p. 01-19, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/physis/article/view/43079/29877>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SILVA, Rosineide Oliveira. **Paisagem urbana e espaço público na atualidade: diálogo, história e percepção de três praças da cidade de Belo Horizonte - MG**. 2023. 89f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37829>>. Acesso em: 24 out. 2023.

SILVA, Silvana Rivaldo. **A contribuição da infraestrutura verde para as cidades**. 2017. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Tânia Costa; VEIGA, Daniela Andrade Monteiro. As relações sociais na produção do espaço urbano. **GEOPAUTA**, v. 3, n. 2, p. 142-157, 2019. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/5649>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fenanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais. **Cadernos Cedes**, v. 20, n. 50, p. 26-40, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KNrMXHpm3NdK3SFNycDrHfN/?lang=pt>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação a apropriação. **Revista GEOUSP- Espaço e Tempo**, v. 10, n. 2, p. 93-111, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73992>>. Acesso em: 07 ago. 2022.

SOUZA, André Felix de. Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma (re)visão. **Revista Geografares**, v. 1, n. 26, p. 182-213, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/21005>>. Acesso em: 15 out. 2022.

SOUZA, Marcos Barros de. **Influência de lagos artificiais do clima local no clima urbano: estudo de caso em Presidente Epitácio - SP.** 2010. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUZA, Nadir Leandro de. **O Parque Cinturão Verde de Cianorte: de fragmentação florestal à área protegida no espaço urbano.** 2015. Tese. (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

SURDI, Aguinaldo César; TONELLO, Josimar. Lazer e saúde: algumas aproximações em atenção à melhoria da qualidade de vida das pessoas. **Visão Global**, v. 10, n. 2, p. 201-228, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/484>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

THIN, Neil. Quality of life issues in development. **The international encyclopedia of anthropology.** 2018. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9781118924396.wbiea1714>>. Acesso em: 14 jan. 2023.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná: Histórias e fantasmagorias.** 1. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

TONIETTI, Solange Aparecida; CAETANO, Isabel Cristina da Silva; MARTINS, Lisiane de Almeida. Análises dos recursos hídricos do parque municipal dos Xetás, Umuarama - Pr. **Arquivo de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 21, n. 3, p. 187-192, 2017. Disponível em: <<https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/saude/article/view/6176>>. Acesso em: 13 mai. 2023.

UMUARAMA. Biblioteca Municipal de Umuarama, 2022.

UMUARAMA. **Decreto nº 73 de 10 de maio de 1993.** Dispõe sobre a criação do Parque Municipal dos Xetás e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.umuarama.pr.gov.br/files/Atos/arquivo/decretos-73-de-1993-1575039113.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

UMUARAMA. **Decreto nº 80 de 27 de setembro de 1999.** Disponível em: <<https://www.umuarama.pr.gov.br/files/Atos/arquivo/decretos-80-de-1999-1575039359.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

UMUARAMA. **Lei complementar nº 445 de 07 de maio de 2018.** Institui o Plano Diretor Municipal (PDM) de Umuarama. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-umuarama-pr>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

UMUARAMA. **Lei complementar nº 482 de 28 de dezembro de 2020.** Institui o Plano de Arborização Urbana do Município de Umuarama. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/u/umuarama/lei-complementar/2020/49/482/lei-complementar-n-482-2020-institui-o-plano-de-arborizacao-urbana-do-municipio-de-umuarama?q=lei+482>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

UMUARAMA. **Lei nº 1540 de 29 de agosto de 1991.** Institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/u/umuarama/lei->

[ordinaria/1991/154/1540/lei-ordinaria-n-1540-1991-institui-o-conselho-municipal-de-saude-e-da-outras-providencias](#)>. Acesso em: 01 mai. 2023.

UMUARAMA. **Lei nº 2275 de 04 de maio de 2000**. Autoriza o poder executivo a readequar a Praça Miguel Rossafa. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/u/umuarama/lei-ordinaria/2000/228/2275/lei-ordinaria-n-2275-2000-autoriza-o-poder-executivo-a-adequar-a-praca-miguel-rossafa?q=AUTORIZA+O+PODER+EXECUTIVO+A+READEQUAR+A+PRA%C3%87A+MIGUEL+ROSSAFA>>. Acesso em: 04 mai. 2023.

UMUARAMA. **Lei nº 2321 de 26 de dezembro de 2000**. Cria o Parque Natural Municipal de Tucuruvi. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/u/umuarama/lei-ordinaria/2000/233/2321/lei-ordinaria-n-2321-2000-cria-o-parque-natural-municipal-de-tucuruvi-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 26 set. 2023.

UMUARAMA. **Lei nº 2722 de 20 setembro de 2005**. Estabelece a desafetação da área para a construção de um lago. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/u/umuarama/lei-ordinaria/2005/273/2722/lei-ordinaria-n-2722-2005-altera-o-artigo-1-da-lei-n-2321-de-26-de-dezembro-de-2000-e-estabelece-a-desafetacao-da-area-para-construcao-de-um-lago?q=2722>>. Acesso em: 26 set. 2023.

UMUARAMA. **Lei nº 3556 de 21 de maio de 2010**. Dispõe sobre a criação, competência e funcionamento do Conselho Municipal de Esporte e Lazer. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/u/umuarama/lei-ordinaria/2010/356/3556/lei-ordinaria-n-3556-2010-dispoe-sobre-a-criacao-competencia-e-funcionamento-do-conselho-municipal-de-esporte-e-lazer?q=conselho+municipal+de+esporte+e+lazer>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

UMUARAMA. **Lei nº 441 de 19 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo – zoneamento – e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-umuarama-pr>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

UMUARAMA. **Lei nº 78 de 28 de dezembro de 1968**. Oficializa a data de fundação de Umuarama, para efeito histórico e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/u/umuarama/lei-ordinaria/1968/7/78/lei-ordinaria-n-78-1968-fica-oficializada-a-data-de-fundacao-da-cidade-de-umuarama-para-efeito-historico-e-da-outras-providencias?r=p>>. Acesso em: 11 set. 2022.

UMUARAMA. **Lei orgânica do município de Umuarama/Pr**. 1990. Promulga a lei orgânica municipal. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/lei-organica-umuarama-pr>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

UMUARAMA. **Plano de mobilidade**. 2020. Disponível em: <<https://www.legislador.com.br/LegislatorWEB.ASP?WCI=LeiConsulta&ID=13&inEspeci eLei=2&dtInicial=01/01/2020&dtFinal=31/12/2020>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

UMUARAMA. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. **Plano de governo 2022-2024**. 2022.

UMUARAMA. Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde 2022-2025**. 2021.

VAN CAUWENBERG, Jelle; CERIN, Ester; TIMPERO, Anna; SALMON, Jo; DEFORCHE, Benedicte; VEITCH, Jenny. Park proximity, quality and recreational physical activity among mid-older aged adults: moderating effects of individual factors and area of residence. **Int J Behav Nutr Phys Act**, v. 12, n. 46, p. 1-8, 2015. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25888885/>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

VIEIRA, Rodrigo. **Produção científica brasileira sobre terceiro setor**: uma análise bibliométrica e cienciométrica baseada no Banco de Teses da CAPES. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? – Índice de Gini. **Revista de informações e debates do instituto de pesquisa econômica aplicada**, v. 1, n. 4, 2004. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28)>. Acesso em: 13 mar. 2023.

## APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos usuários do Bosque Uirapuru, Praça Dr. Antônio  
Morais Barros e Lago Tucuruvi na cidade de Umuarama/Pr.

Nome (fictício)		Idade:
Gênero: Masculino ( <input type="checkbox"/> ) Feminino ( <input type="checkbox"/> ) Outro: _____	Filhos: Não ( <input type="checkbox"/> ) Sim / Quantos: _____	
Trabalha: Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não ( <input type="checkbox"/> )	Remuneração mensal:	
Bairro onde mora:	Cidade de origem:	

Qual seu estado civil?

- (  ) solteiro(a)
- (  ) casado(a)
- (  ) união estável
- (  ) divorciado(a)
- (  ) separado(a)
- (  ) viúvo(a)

Qual seu grau de escolaridade?

- (  ) Ensino fundamental – séries iniciais
- (  ) Ensino fundamental – séries finais
- (  ) Ensino médio
- (  ) Curso técnico
- (  ) Ensino Superior
- (  ) Pós graduação

Que meio de transporte você utiliza para vir até o Bosque Uirapuru / Praça Dr. Antônio Morais Barros / Lago Tucuruvi:

- (  ) a pé
- (  ) bicicleta
- (  ) motocicleta
- (  ) carro
- (  ) transporte público

Outro: \_\_\_\_\_

Você vem ao Bosque Uirapuru / Praça Dr. Antônio Morais Barros / Lago Tucuruvi: Só ou acompanhado(a)? Com quem?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



Há quanto tempo frequenta o Bosque Uirapuru / Praça Dr. Antônio Morais Barros / Lago Tucuruvi?

---

Em que mês do ano é mais agradável frequentar este espaço? Por quê?

- Janeiro
- Fevereiro
- Março
- Abril
- Maio
- Junho
- Julho
- Agosto
- Setembro
- Outubro
- Novembro
- Dezembro
- Todos os meses

Que horário (turno e hora) você mais frequenta este espaço?

- Manhã
- Tarde
- Noite

Quantas vezes por semana você frequenta este espaço?

- 1 / 2x na semana
- 3 / 4x na semana
- 5x ou mais na semana
- Raramente

Quanto tempo (horas) você fica no Bosque Uirapuru / Praça Dr. Antônio Morais Barros / Lago Tucuruvi?

- até 1h
- até 2h
- até 3h
- até 4h
- acima de 4h

O que você vem fazer no Bosque Uirapuru / Praça Dr. Antônio Morais Barros / Lago Tucuruvi?

- caminhada
- corrida
- alongamento
- exercício funcional
- jogar voleibol
- jogar futebol
- jogar basquetebol
- jogar bocha
- jogos de tabuleiros
- encontrar amigos
- passear com a família

contato com a natureza

ler

Outro: \_\_\_\_\_

Porque você escolhe este espaço para praticar suas atividades físicas, esportivas e/ou de lazer?

não tem custo

contato com a natureza

familiares/amigos frequentam

é perto de casa

tem estrutura para a prática

Outro: \_\_\_\_\_

Qual a área que você mais gosta deste espaço? Por quê?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Você acha este um lugar seguro? Por quê?

Sim

Não

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

O que este lugar significa para você?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Que importância você atribui a este espaço para a cidade de Umuarama?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Você conhece a legislação municipal sobre os espaços públicos?

Sim

Não

Você acha que a Administração Municipal cuida bem do Bosque Uirapuru / Praça Dr. Antônio Morais Barros / Lago Tucuruvi? Por quê?

Sim

Não

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Você considera que este espaço público tem estrutura adequada para as suas práticas de atividade física, esportiva e/ou de lazer?

Sim

Não

Em caso negativo o que é necessário melhorar/fazer para atender aos seus interesses?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

O que mais lhe marcou nas vezes que você frequentou o Bosque Uirapuru / Praça Dr. Antônio Morais Barros / Lago Tucuruvi? Por quê?

---

---

Você concorda com a realização de eventos no Bosque Uirapuru / Praça Dr. Antônio Morais Barros / Lago Tucuruvi? Quais são estes eventos? Por quê?

- (  ) Sim  
(  ) Não

---

---

APÊNDICE B – Levantamento quali-quantitativo dos equipamentos, estruturas e mobiliários urbanos existentes nos espaços públicos estudados.

Local: \_\_\_\_\_

Localização: \_\_\_\_\_

Data da avaliação: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Duração da avaliação: \_\_\_\_\_

Equipamentos / Estruturas		Sim	Não	Quantidade	Qualidade
01	Academia da terceira idade (ATI)				
02	Banco de alvenaria				
03	Banco de madeira				
04	Bebedouro				
05	Cancha de bocha				
06	Cancha de maia				
07	Equipamentos para exercícios físicos				
08	Escadaria				
09	Estacionamento				
10	Identificação do local				
11	Iluminação alta				
12	Iluminação baixa				
13	Lixeira				
14	Mesas e bancos				
15	Palco				
16	Parque infantil				
17	Pista de caminhada / corrida				
18	Ponto de ônibus				
19	Quadra esportiva				
20	Quadra esportiva de areia				
21	Quiosque de alimentação e/ou similar				
22	Sanitários				
23	Segurança				
24	Vegetação				

Fonte: Adaptado de De Angelis (2000) e Bovo (2009).

Na coluna **qualidade**, todos os equipamentos, estruturas, mobiliários urbanos listados devem ser avaliados numa escala de 0,0(zero) a 3,0 (três). Sendo estes conceitos: ruim (0,0 a 1,0), regular (1,1 a 2,0) e bom (2,1 a 3,0).

## ANEXOS

## ANEXO A – Questionário WHOQOL-bref

Este questionário é sobre como você se sente a respeito de sua qualidade de vida, saúde e outras áreas de sua vida. **Por favor, responda a todas as questões.** Se você não tem certeza sobre que resposta dar em uma questão, por favor, escolha entre as alternativas a que lhe parece mais apropriada. Esta, muitas vezes, poderá ser sua primeira escolha. Por favor, tenha em mente seus valores, aspirações, prazeres e preocupações.

Por favor, leia cada questão, veja o que você acha e circule no número e lhe parece a melhor resposta.

		Muito Ruim	Ruim	Nem ruim Nem boa	Boa	Muito boa
1	Como você avaliaria sua qualidade de vida?	1	2	3	4	5

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
2	Quão satisfeito(a) você está com a sua saúde?	1	2	3	4	5

As questões seguintes são sobre **o quanto** você tem sentido algumas coisas nas últimas duas semanas.

		Nada	Muito pouco	Mais ou menos	Bastante	Extremamente
3	Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?	1	2	3	4	5
4	O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?	1	2	3	4	5
5	O quanto você aproveita a vida?	1	2	3	4	5
6	Em que medida você acha que a sua vida tem sentido?	1	2	3	4	5
7	O quanto você consegue se concentrar?	1	2	3	4	5
8	Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?	1	2	3	4	5
9	Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?	1	2	3	4	5

As questões seguintes perguntam sobre **quão completamente** você tem sentido ou é capaz de fazer certas coisas nestas últimas duas semanas.

		Nada	Muito pouco	Médio	Muito	Completamente
10	Você tem energia suficiente para o seu dia a dia?	1	2	3	4	5
11	Você é capaz de aceitar sua aparência física?	1	2	3	4	5
12	Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?	1	2	3	4	5
13	Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia a dia?	1	2	3	4	5

14	Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer?	1	2	3	4	5
----	-------------------------------------------------------------	---	---	---	---	---

As questões seguintes perguntam sobre **quão bem ou satisfeito** você se sentiu a respeito de vários aspectos de sua vida nas últimas duas semanas.

		Muito Ruim	Ruim	Nem ruim Nem boa	Boa	Muito boa
15	Quão bem você é capaz de se locomover?	1	2	3	4	5

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
16	Quão satisfeito(a) você está com o seu sono?	1	2	3	4	5
17	Quão satisfeito(a) você está com a sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia a dia?	1	2	3	4	5
18	Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade para o trabalho?	1	2	3	4	5
19	Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?	1	2	3	4	5
20	Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?	1	2	3	4	5
21	Quão satisfeito(a) você está com sua vida sexual?	1	2	3	4	5
22	Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de seus amigos?	1	2	3	4	5
23	Quão satisfeito(a) você está com as condições do local onde mora?	1	2	3	4	5
24	Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?	1	2	3	4	5
19	Quão satisfeito(a) você está com o seu meio de transporte?	1	2	3	4	5

As questões seguintes referem-se a **com que frequência** você sentiu ou experimentou certas coisas nas últimas duas semanas.

		Nunca	Algumas vezes	Frequentemente	Muito frequentemente	Sempre
26	Como que frequência você tem sentimentos negativos tais como: mau humor, desespero, ansiedade, depressão?	1	2	3	4	5

Alguém lhe ajudou a preencher este questionário?.....

Quanto tempo você levou para preencher este questionário?.....

Você tem algum comentário sobre o questionário?

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO